



república
do amanhã

FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

DEMOCRACIAS SOB TENSÃO

UM ESTUDO PLANETÁRIO

SOB A DIREÇÃO DE DOMINIQUE REYNIÉ

VOLUME 1

OS DESAFIOS



FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org



DEMOCRACIAS SOB TENSÃO

UM ESTUDO PLANETÁRIO

DIRIGIDO POR DOMINIQUE REYNIÉ

VOLUME 1
OS DESAFIOS

2019

Créditos fotográficos:

© andrej pol – stock.adobe.com (p.20-21); © trahko – stock.adobe.com (p.48-49); © Ivan Kurmyshov – stock.adobe.com (p.82-83); © daniilantiq2010 – stock.adobe.com (p.106-107); © Cara-Foto – stock.adobe.com (p.130-131).

DIREÇÃO

Dominique REYNIÉ (Fondation pour l'innovation politique)

Com a participação de:

Daniel TWINING (International Republican Institute)

Octavio de BARROS (República do Amanhã)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Victor DELAGE, Madeleine HAMEL, Katherine HAMILTON, Thibault MUZERGUES

PRODUÇÃO

Fondation pour l'innovation politique:

Loraine AMIC, Virginie DENISE, Anne FLAMBERT, Raphaël GRELON, Guillemette LANO,

Julia LAUREAU, Julie NOYER, Maude PAILLARD-COYETTE, Nicolas RIGAUDIÈRE

International Republican Institute:

Sonja GLOECKLE, Emina IBRAHIMOVIC, Tucker JONES, Katie LAROQUE, Morgan MARTINEZ, Paul McCARTHY, Oleksandr MOSTBAUER, Carisa NEITSCHKE, Stephen NIX, Julia SIBLEY, Borislav SPASOJEVIC, Jan SUROTCHAK, Alex TARASCIO, Benjamin THOMPSON, Diane ZELENY

República do Amanhã:

Thomás de BARROS, Vasco CALDEIRA, Anthony TAIEB, Renée ZICMAN

TRADUTORES

Instituto Dialéticas: Inesita B. MACHADO, Vitor ROCHA, João Paulo Lima SILVA FILHO, Anthony TAÏEB

REVISÃO E CORREÇÃO DE TEXTOS

Anthony TAÏEB

FORMATAÇÃO E REALIZAÇÃO

Julien RÉMY

Pesquisa internacional concebida pela Fondation pour l'innovation politique e pelo International Republican Institute

A pesquisa foi aplicada pelo Instituto IPSOS

Brice TEINTURIER (diretor-geral delegado)

Departamento de Estudos políticos e Opinião:

Federico VACAS (diretor adjunto do departamento),

Alice TÉTAZ (gerente de grupo),

Amandine LAMA (diretora de relações com clientes)



IMPRESSORA

GALAXY Imprimeurs

PUBLICAÇÃO

2019

ORGANIZAÇÃO DA FONDATION POUR L'INNOVATION POLITIQUE

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

Nicolas BAZIRE, presidente, diretor-geral do Grupo Arnault

Grégoire CHERTOK, vice-presidente, sócio gerente do banco Rothschild & Co

Cyrille BARDON, advogado, fundador e diretor do escritório Bardon & de Fay

Valérie BERNIS, administradora de empresas

Aldo CARDOSO, consultor e administrador de várias empresas

Geneviève FERONE CREUZET, co-fundadora e diretora geral da empresa de consultoria em estratégia e prospectiva Casabee

Pierre GIACOMETTI, fundador e presidente da agência de consultoria em estratégia e comunicação No Com

Changjian JIANG, professor de relações internacionais na universidade de Fudan (China)

Olivier LABESSE, sócio da empresa DGM Conseil

Anne LEVADE, professora de direito público na universidade Paris-Est-Créteil, presidente da associação francesa do Direito Constitucional

Francis MER, ex-ministro da economia, das Finanças e da Indústria (2002-2004), presidente do conselho de fiscalização do grupo Safran (2007-2011), presidente da Fondation pour l'innovation politique de 2004 a 2005

Tobie NATHAN, doutor em psicologia, letras e ciências humanas, professor emérito de psicologia clínica e de psicopatologia na universidade Paris-VIII

Jean-Claude PAYE, advogado, presidente da Fondation pour l'innovation politique de 2005 a 2009

Sébastien PROTO, funcionário público de altas responsabilidades, diretor de estratégia do grupo Société générale

Salima SAA, diretora comercial França de Transdev

DIRETORIA

Dominique REYNIÉ, diretor-geral, professor universitário na Sciences Po

Anne FLAMBERT, responsável administrativa e financeira

COMITÊ DE AUDITORIA

Jean RAYNAUD, Presidente, procurador-geral honorário na Cour des comptes

Jean-Daniel LÉVY, contador formado no Instituto de estudos políticos de Paris

Jacques PRADON, doutor em direito e advogado honorário do Conseil d'État e da Cour de cassation

COMITÊ DE ÉTICA

Hélène GISSEROT, presidente, procuradora geral honorária na Cour des comptes

Yves CANNAC, membro honorário do Conseil d'État

Dominique LATOURNERIE, membro do Conseil d'État

CONSELHO CIENTÍFICO E DE AVALIAÇÃO

Christophe de VOOGD, presidente

Bernard BACHELIER, **Bruno BENSASSON**, **Élisabeth de CASTEX**, **Stéphane COURTOIS**, **Julien DAMON**, **Laurence DAZIANO**, **Marc FORNACCIARI**, **Emmanuel GOLDSTEIN**, **Erwan LE NOAN**, **Pascal PERRINEAU**, **Xavier QUÉRAT-HÉMENT**, **Robin RIVATON**, **Alain-Gérard SLAMA**, **Luuk VAN MIDDELAAR**

FONDATION POUR L'INNOVATION POLITIQUE UM THINK TANK LIBERAL, PROGRESSISTA E EUROPEU

A *Fondation pour l'innovation politique* oferece um espaço independente de expertise, reflexão e diálogos, focado na produção e disseminação de ideias e propostas. Contribui para o pluralismo do pensamento e para a renovação do debate público numa perspectiva liberal, progressista e europeia. A Fundação se concentra em quatro temas: o crescimento econômico, a ecologia, os valores e o mundo digital.

O site **fondapol.org** disponibiliza ao público todo o seu trabalho, em particular a seção "**data.fondapol**", onde todos os dados recolhidos durante suas pesquisas estão acessíveis e utilizáveis, em várias línguas quando estas envolvem uma dimensão internacional.

Da mesma forma, na linha editorial da Fundação, a mídia "**Anthropotechnie**" pretende explorar novos territórios que emergem graças ao progresso humano, como a clonagem reprodutiva, a hibridação homem/máquina, a engenharia genética e a manipulação germinal. Estes trabalhos contribuem para a reflexão e o debate sobre o transumanismo. "**Anthropotechnie**" contém artigos que tratam das questões éticas, filosóficas e políticas associadas à expansão das inovações tecnológicas no campo da melhoria do corpo e das capacidades humanas.

Além disso, a mídia "**Trop Libre**"¹ oferece um olhar crítico sobre os acontecimentos atuais e a vida das ideias, e propõe monitorar os efeitos da revolução digital sobre as práticas políticas, econômicas e sociais em sua seção "**Renaissance numérique**"².

A *Fondation pour l'innovation politique* é reconhecida como uma entidade de utilidade pública. É independente e não é subsidiado por nenhum partido político. Os seus recursos são públicos e privados.

O apoio de empresas e indivíduos é essencial para o desenvolvimento de suas atividades.

Para mais informações: fondapol.org



Dominique Reynié (dir.), *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017.

Uma pesquisa internacional em 26 países, 23 idiomas e com 22 041 entrevistas.
(Disponível em francês e inglês)

1. Livre demais
2. Renascimento Digital

ORGANIZAÇÃO DO INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

Dan SULLIVAN, presidente, senador dos Estados Unidos (Alaska)
Randy SCHEUNEMANN, vice-presidente, assessor estratégico, Halifax International Security Forum
Alec L. POITEVINT II, secretário-tesoureiro, empresário e presidente da Convenção republicana de 2012
Kelly AYOTTE, senadora dos Estados Unidos (New Hampshire)
Judy A. BLACK, diretora das políticas, Brownstein Hyatt Farber Schreck
Gahl Hodges BURT, vice-presidente, American Academy a Berlin
J. Scott CARPENTER, diretor de Free Expression, Google Ideas
Tom COTTON, senador dos Estados Unidos (Arkansas)
Joni ERNST, senadora dos Estados Unidos (Iowa)
Frank J. FAHRENKOPF Jr., copresidente da comissão sobre os debates presidenciais
Alison B. FORTIER, vice-presidente de sistemas estratégicos e defesa antimíssil, Lockheed Martin
Christopher J. FUSSNER, proprietário e fundador de TransTechnology Pte Ltd.
Lindsey GRAHAM, senador dos Estados Unidos (Caroline do Sul)
Kay GRANGER, ex-membro eleito da câmara dos representantes dos Estados Unidos (Texas, 12th District)
Janet Mullins GRISSOM, membro do Council on Foreign Relations
Cheryl F. HALPERN, sócio, HQ Creative LLC
William J. HYBL, presidente da Comissão dos Estados Unidos sobre a diplomacia pública
Mark KIRK, ex-senador dos Estados Unidos (Illinois)
James T. KOLBE, ex-membro eleito da câmara dos representantes dos Estados Unidos (Arizona, 5th District)
David KRAMER, diretor-geral para direitos humanos e liberdades humanas no Instituto McCain
Tami LONGABERGER, empresária
Peter T. MADIGAN, membro do conselho, Escola de assuntos públicos e internacionais na Universidade do Maine
General H.R. MCMASTER, ex-assessor de segurança nacional
Constance Berry NEWMAN, ex-secretária de Estado para Assuntos Africanos
Mitt ROMNEY, senador dos Estados Unidos (Utah)
Marco RUBIO, senador dos Estados Unidos (Flórida)
Joseph R. SCHMUCKLER, membro do Conselho, London Center for Policy Research
Kristen SILVERBERG, ex-embaixadora dos Estados Unidos na União Europeia
Frances TOWNSEND, presidente do Counter Extremism Project
Gaddi VASQUEZ, ex-diretor dos Peace Corps
Olin L. WETHINGTON, fundador e presidente de Wethington International LLC

COMITÊ EXECUTIVO

Dr. Daniel TWINING - presidente
Judy Van REST - vice-presidente executivo
Kimber SHEARER - conselho, vice-presidente para estratégia e desenvolvimento
Daniel W. FISK - chefe das operações
Scott MASTIC - vice-presidente para programas
Diane ZELENY - vice-presidente para assuntos exteriores e atividades mundiais



INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE (IRI) DEFENDER A DEMOCRACIA NO MUNDO

O IRI defende a democracia e a liberdade. Envolvemos as pessoas e os seus governos, orientamos os líderes políticos nas suas ações com os cidadãos e incentivamos as pessoas a participarem do processo político.

O IRI trabalha com organizações e povos do mundo inteiro para ajudar os cidadãos a construir sociedades democráticas, abertas e responsáveis, transparentes e fortes. O trabalho colaborativo é essencial para o sucesso da nossa missão: mudar rapidamente o cenário internacional. Enquanto organização, adaptamo-nos e podemos responder rapidamente a situações críticas e muitas vezes perigosas.

Contribuímos há mais de 30 anos para o fortalecimento da democracia, através de workshops realizados de forma voluntária por especialistas do mundo inteiro sobre pluralismo político, práticas de governança democrática, empoderamento das mulheres, desenvolvimento da sociedade civil, empoderamento dos jovens, fortalecimento dos processos eleitorais e pesquisas de opinião. A coleta em massa de dados confiáveis a partir de questionários e entrevistas é a pedra angular do trabalho do IRI. Nossos dados garantem que as necessidades dos cidadãos sejam colocadas no centro do debate político e guiam os objetivos dos nossos projetos. Atualmente, o IRI realizou pesquisas com mais de 1,3 milhões de cidadãos em mais de 70 países.

O IRI é um instituto apolítico e não governamental, financiado por subsídios do Departamento de Estado dos EUA, da Agência americana para o Desenvolvimento Internacional, da Fundação Nacional para a Democracia dos EUA, de fundações europeias e de agências humanitárias em países ocidentais. Menos de 1% do financiamento do IRI vem de doadores privados. Não recebemos doações do Partido Republicano ou de qualquer outra entidade política americana.

Para mais informações: visite nosso site www.iri.org, ouça nosso podcast **Global** ou compartilhe suas ideias sobre como defender a democracia no mundo no blog do IRI **Democracy Speaks**.



Understanding Local Drivers of Violent Extremism in Kosovo,
International Republican Institute,
Washington, DC, Spring 2017, 25 pages.



Understanding Local Drivers of Violent Extremism in Tunisia,
International Republican Institute,
Washington, DC, Winter 2016, 22 pages.

ORGANIZAÇÃO DO REPÚBLICA DO AMANHÃ

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

Cleide ALMEIDA, filósofa, professora universitária

Liliana SEGNINI, socióloga, professora universitária (UNICAMP)

Gilson SCHWARTZ, economista, professor universitário (USP)

Valeria PEREIRA DA SILVA, educadora e consultora na área de educação

Ana BARUFI, economista, especialista em inovação tecnológica

COMITÊ EXECUTIVO

Octavio DE BARROS, presidente, economista e vice-presidente da Câmara de Comércio França-Brasil

Vasco CALDEIRA, vice-presidente, arquiteto-urbanista

Thomás DE BARROS, coordenador temático, professor universitário na Sciences Po

Renée ZICMAN, coordenadora temática, diretora executiva da FAUBAI

Laerte SZNELVAR, coordenador temático, professor da escola politécnica da USP

Anthony TAÏEB, chefe das operações, cientista político



REPÚBLICA DO AMANHÃ LANÇANDO ALERTAS SOBRE OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO COGNITIVA E DIGITAL

República do Amanhã é um *think tank* que reúne intelectuais, artistas, empresários, economistas, cientistas e educadores que acreditam haver uma ampla subestimação dos impactos, sejam eles positivos ou negativos, da mudança de paradigma tecnológico associada à revolução digital e cognitiva e à economia dos algoritmos.

O República do Amanhã, criado em 2015, considera fundamental identificar rapidamente os valores que movem e que passarão a mover as sociedades contemporâneas. Toda demora na compreensão desses valores e seus dilemas pode levar a consequências irreversíveis no plano humano. Daí a sua missão de lançador de alertas.

Um dos principais focos do República do Amanhã é a aposta na inovação institucional e em novos contratos sociais para que as futuras gerações possam desfrutar das inovações tecnológicas sem riscos relevantes de fratura do tecido social. Suas iniciativas se amparam no pensamento sistêmico e interdisciplinar.

O República do Amanhã está presente no Brasil e na França onde utiliza o nome de République de Demain. Suas atividades consistem principalmente em organizar debates e conferências, assim como produzir material audiovisual, pesquisas e relatórios para alimentar o debate.

República do Amanhã é uma organização pluralista, sem fins lucrativos e totalmente independente de qualquer orientação política.

Para mais informações, visite nosso website www.republicadoamanha.org.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	13
PREÂMBULO: DEMOCRACIAS SOB TENSÃO Dominique Reynié e Daniel Twining	18
METODOLOGIA DA PESQUISA	20
FRÁGEIS DEMOCRACIAS	22
• As ambiguidades do apego à democracia Dominique Reynié	24
• A transparência do processo eleitoral questionada Madeleine Hamel	32
• Do desinteresse pela política à erosão dos ideais democráticos Aminata Kone	36
• A legitimidade do sufrágio universal é incontestável? Dominique Reynié	38
• Os fantasmas do autoritarismo Dominique Reynié	41
• Os homens e as mulheres têm um olhar diferente sobre a democracia Samuel Johannes	43
• Renovação geracional: dismantelamento ou recomposição democrática? Anne Muxel	45
UM MUNDO EM COMUM	50
• No mundo democrático, a globalização é uma oportunidade Nicolas Rigaudière	52
• O desafio migratório à luz da questão dos refugiados Dominique Reynié	54
• Territórios na globalização: a metrópole e suas periferias Victor Delage	59
• O islã suscita a preocupação Dominique Reynié	62
• Religiões: tolerância e crispções Victor Delage	64
• A tolerância, condição de uma sociedade livre: religião, orientações sexuais, opiniões políticas, origem étnica Katherine Hamilton	66
• Das desigualdades sociais à polarização social: o que a globalização faz com as democracias Aminata Kone	68
• Quem detém o poder? Thibault Muzergues	70
• Confiança nos gigantes de tecnologia... com exceção do facebook Paul-Adrien Hyppolite e Antoine Michon	72
• Inovações científicas e tecnológicas são consideradas como fonte de progresso Madeleine Hamel	75
• Engrenagem da economia nacional ou símbolo de um capitalismo globalizado: a dimensão das empresas molda as representações coletivas Guillemette Lano	77
• Nível de vida e estilo de vida: a dupla crise do patrimônio Dominique Reynié	79

ORDEM E LIBERDADES	84
• A liberdade de expressão não é vista como algo consolidado por todos Loraine Amic e Madeleine Hamel.....	86
• Uma adesão unânime aos grandes princípios da expressão democrática Loraine Amic.....	88
• O mundo democrático é majoritariamente favorável à pena de morte Victor Delage.....	90
• O aborto, entre liberalização e resistências morais Victor Delage.....	92
• A opinião considera que o papel do estado na economia deveria ser limitado e a liberdade das empresas reforçada Erwan Le Noan.....	95
• A escola e os serviços de saúde são instituições particularmente populares Erwan Le Noan.....	97
• Exército, polícia, justiça: uma certa popularidade das instituições de segurança Mathieu Zagrodzki.....	99
• Democracias sob tensão e European values studies: dados convergentes Pierre Bréchon.....	101
EUROPA E DEMOCRACIA: DESTINOS LIGADOS	108
• Os balcãs ocidentais no caminho da democracia Alex Tarascio.....	110
• Húngaros, poloneses, eslovacos e tchecos consideram a democracia como o melhor sistema Jacques Rupnik.....	114
• Apoio ao euro protege a Europa Katherine Hamilton e Dominique Reynié.....	116
• O Reino Unido do Brexit: uma nação dividida Sophia Gaston.....	118
• Brexit, laboratório da luta geracional? Maude Paillard-Coyette.....	122
• Estados Bálticos, entre ideias democráticas e tentações autoritárias Mantas Adomėnas.....	124
• Enfrentando novos perigos, a ideia de um exército europeu renasce Victor Delage.....	126
• Os europeus e o novo espaço público: mídia, redes sociais e internet Alex Tarascio.....	129
O MUNDO DEMOCRÁTICO NA DEFENSIVA	132
• Os Estados Unidos, a China, a Rússia e a União Europeia: amigos ou inimigos? Samuel Johannes e Thibault Muzergues.....	134
• Brasil: uma sociedade tolerante que enfrenta uma desilusão democrática Octavio de Barros.....	141
• A anglosfera: liberalismo econômico e político Graham Scott.....	144
• Confiança e desconfiança nas sociedades democráticas Thibault Muzergues.....	146
• Intervenção militar para a defesa dos valores democráticos é impopular Alex Tarascio.....	150

Os textos completos das 35 perguntas que foram feitas aos participantes da nossa pesquisa “Democracias sob tensão” estão publicados no final do Volume II, pp. 107-114.



APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Mantas Adomėnas

Doutor pela Universidade de Cambridge e ex-presidente do think tank conservador lituano Institute of Democratic Politics, responsável pela campanha do Partido Conservador lituano durante as eleições legislativas de 2008. Responsável pela reforma do ensino superior de 2009 na Lituânia.

Yoko Alender

Arquiteto, urbanista e político, membro do Partido da Reforma da Estónia. Membro do Parlamento da Estónia (Riigikogu) desde 2015 e reeleito em 2019, membro do Conselho Municipal de Tallinn de 2013 a 2017.

Violeta Alexandru

Assessor de boas práticas de governança do Partido do Presidente da Roménia (Partido Liberal Nacional) e membro fundador do grupo do think tank Institute for Public Policy (IPP). Contribuiu, entre outras coisas, para diversos estudos realizados no Institute for Public Policy, como (os mais recentes): *Cost – efficiency report in public procurement* (2015), *Sustainable Public Procurement to make efficient investments in Romania* (2013) e *Transparency and competitiveness within the Romanian public procurement system* (2012).

Loraine Amic

Estagiária da Fondation pour l'innovation politique, estudante de master de administração pública na Escola de Assuntos Públicos da Sciences Po Paris.

Octavio de Barros

Economista, presidente do think tank República do Amanhã, parceiro brasileiro dos think tank Fondation pour l'innovation politique e do International Republican Institute para a realização do estudo *Democracias sob tensão*. É também Vice-Presidente da Câmara de Comércio França-Brasil em São Paulo.

Oriol Bartomeus

Professor do Departamento de Ciências Políticas e Direito Público da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). Doutor em Ciências Políticas pela UAB, autor de uma tese que estuda os efeitos das mudanças geracionais sobre o comportamento eleitoral na Catalunha. Ele participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017).

Pierre Bréchon

Professor emérito de ciências políticas na Sciences Po Grenoble/Pacte. Presidente da Associação para a pesquisa sobre os sistemas de valor (Arval), responsável por realizar o estudo sobre os valores europeus na França. Juntamente com Frédéric Gonthier e Sandrine Asror, dirigiu o livro *La France des valeurs. Quarante ans d'évolutions* (Presses universitaires de Grenoble, 2019). Pierre Brechon é autor também do artigo recente "O movimento dos "coletes amarelos": o retorno dos valores materialistas?" (*Revue politique et parlementaire*, No. 1090, janvier-mars 2019, pp. 113-120).

Lolita Cigane

Consultora internacional de boas práticas de governança e financiamento de campanhas eleitorais e políticas europeias. Ex-diretora de Transparency International (2008-2010) na Letónia, eleita deputada ao Parlamento letão em 2010, secretária parlamentar do Ministério das Finanças (2013-2014) e presidente da Comissão dos Assuntos Europeus (2014-2018) na Letónia.

Julie Decroix

Diretora Adjunta do *American Jewish Committee Europe* desde 2015, doutora em ciências sociais. Trabalhou no Ministério de Assuntos Estrangeiros na França como Chefe de Gabinete do Representante Especial da França para o Processo de Paz no Médio Oriente.

Victor Delage

Director de Estudos e Comunicação da *Fondation pour l'innovation politique*. Trabalhou na diretoria do Tesouro no Ministério da Economia e Finanças da França. Formado pelo Colégio da Europa e pela *Sciences Po Grenoble*. participou do livro *L'Opinion européenne en 2018* (*Fondation pour l'innovation politique/Éditions Marie B, Collection Lignes de Repères, 2019*).

Sophia Gaston

Pesquisadora de Ciências Políticas e Sociais na *London School of Economics and Political Science (LSE)*. Ela contribuiu para vários relatórios, incluindo *Behind Global Britain* (*British Foreign Policy Group, 2019*), *Out of the Shadows: Conspiracy Thinking on Immigration* (*HJS, 2018*), *At Home in One's Past* (*Demos, 2018*), *Mediating Populism* (*Demos 2018*) et *Nothing to Fear but Fear Itself?* (*Demos, 2017*).

Yasen Georgiev

Director Executivo do *Economic Policy Institute (EPI)*, um grupo de reflexão sediado em Sófia (Bulgária) especializado em pesquisa econômica e análise interdisciplinar das tendências socioeconômicas na Bulgária e nos países do Sudeste Europeu.

Raphaël Grelon

Estagiário na *Fondation pour l'innovation politique*, estudante de master em geopolítica e prospectiva no *Institut de relations internationales et stratégiques (Iris)*.

Madeleine Hamel

Gerente de projetos na *Fondation pour l'innovation politique*. Formada e com master em ciências políticas pela *Universidade de Genebra (Suíça)*, com especialização em relações internacionais. Participou do livro *L'Opinion européenne en 2018* (*Fondation pour l'innovation politique/Éditions Marie B, Collection Lignes de Repères, 2019*).

Katherine Hamilton

Gerente de projetos na *Fondation pour l'innovation politique*, responsável pelo acompanhamento da pesquisa *Democracias sob tensão*. Graduado em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela *Skidmore College, Nova York, EUA*.

Paul-Adrien Hyppolite

Engenheiro (*corps des Mines*), formado na *École normale supérieure (normalien B/L)* e pela *École polytechnique*, pesquisador visitante da *Universidade de Harvard*. Trabalhou em banco de investimentos assessorando governos, em fundo de investimento e em empresa do setor espacial. Co-autor, com *Antoine Michon*, do estudo chamado *Les Géants du numérique (1. Magnats de la finance et 2. Un frein à l'innovation?)*, *Fondation pour l'innovation politique, 2018*, disponível em francês e inglês no site *fondapol.org*

Samuel Johannes

Responsável pelo Programa de Estratégia Transatlântica no *International Republican Institute (IRI)* em Washington. Seu trabalho analisa os partidos políticos e a mídia na era da desinformação.

Aminata Kone

Estudante de Master em Segurança Internacional na *Sciences Po Paris*. Concluiu o seu duplo bacharel em Relações Internacionais e Francês na *Universidade de Sussex (Reino Unido)*. Ela já participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (*Plon, 2017*).

Guillemette Lano

Estagiária na *Fondation pour l'innovation politique*, estudante de Master em Geopolítica e relações internacionais no *Institut Catholique de Paris*, e cursa literatura e ciências sociais (*CPGE B/L*).

Julia Laureau

Estagiária na Fondation pour l'innovation politique, estudante de Master em teoria política na Escola Doutoral de Sciences Po, membro da Associação de Jovens Europeus.

Marc Lazar

Professor universitário de História e Sociologia Política, diretor do Centro de História da Sciences Po e presidente da Luiss School of Government (Roma). Ele é, entre outras coisas, co-autor com Ilvo Diamanti, do livro *Peuplecratie. La métamorphose de nos démocraties* (Gallimard, 2019) e participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017).

Erwan Le Noan

Sócio da consultora Altermind, colunista dos jornais *L'Opinion* e *Les Echos*, autor de *La France des opportunités* (Les Belles Lettres, 2017). Membro do Conselho Científico da Fondation pour l'innovation politique. Co-autor de *Gouverner pour réformer: éléments de méthode* (Fondation pour l'innovation politique, 2016, disponível em fondapol.org) e de *Pour une complémentaire éducation: l'école des classes moyennes* (Fondation pour l'innovation politique, 2014, disponível em fondapol.org) com Dominique Reynié.

Johan Martinsson

Professor associado do Departamento de Ciência Política e Diretor de Pesquisa do Society Opinion Media Institute na Universidade de Gotemburgo, Suécia. Autor do estudo *Les Démocrates de Suède: un vote anti-immigration* (Fondation pour l'innovation politique, 2018 disponível em fondapol.org, também em inglês em fondapol.org/en).

Antoine Michon

Engenheiro (corps des Mines) formado pela École Polytechnique, da qual foi laureado. Trabalhou com plataforma de dados financeiros, em empresa especializada em soluções de mobilidade urbana, assim como para um fornecedor de software de gestão e análise de dados. Co-autor, com Paul-Adrien Hyppolite, do estudo chamado *Les Géants du numérique (1. Magnats de la finance et 2. Un frein à l'innovation?)*, Fondation pour l'innovation politique, 2018, disponível em francês e inglês no site fondapol.org).

Patrick Moreau

Doutor em História e Doutor em Ciências Políticas (FNSP), pesquisador do CNRS no laboratório *Dynamiques européennes* da Universidade de Estrasburgo. Autor do estudo *Alternative für Deutschland: établissement électoral* (Fondation pour l'innovation politique, 2018, disponível em fondapol.org) e de *L'Autre Allemagne. Le réveil de l'extrême droite* (Vendémiaire, 2017).

Anne Muxel

Orientador de pesquisa do Cevipof (CNRS-Sciences Po), especialista nos fenômenos de recomposição política e democrática, participação eleitoral e relação entre juventude e política. Ela é a autora, entre outras coisas, de *Politiquement jeune* (Éditions de l'Aube, 2018) e participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017). Também dirigiu junto com Olivier Galland, a publicação *La Tentation radicale. Enquête auprès des lycéens* (PUF, 2018).

Thibault Muzergues

Diretor do Programa Europa no International Republican Institute (IRI) e autor de *La Quadrature des classes. Comment de nouvelles classes sociales bouleversent les systèmes de partis en Occident* (Le Bord de l'Eau, 2018), com uma versão atualizada em inglês em preparação. Seu trabalho concentra-se na opinião pública e nos partidos políticos europeus.

Julie Noyer

Gerente de projetos na Fondation pour l'innovation politique, estudante de Master em Ciências Políticas na Universidade de Quebec, Montreal (Canadá).

Eriko Oshima

Doutora em Ciências Políticas, docente (professora assistente) na Universidade Kinjo Gakuin (Nagoya, Japão). Seu trabalho concentra-se em particular sobre as políticas de integração de imigrantes no passado colonial francês. Ela também participou do grupo de pesquisa liderado por Yuji Nakano, que analisou os relatórios do Alto Conselho para a Integração. De 2015 a 2016, realizou uma coluna mensal sobre as políticas europeias no site do European Union Institute in Japan at Waseda University (EUIJ Waseda). Publicou em 2018 no Japão, um livro sobre os “pieds-noirs” e, mais recentemente, um artigo sobre Maio de 68 e os imigrantes do Magrebe.

Maude Paillard-Coyette

Estagiária na Fondation pour l’innovation politique, formada em ciências políticas na London Metropolitan University (Reino Unido).

Pascal Perrineau

Professor da universidade Sciences Po. É coordenador das publicações *Le Désenchantement démocratique* (Éditions de l’Aube, 2003), *Le Vote disruptif. Les élections présidentielle et législatives de 2017* (Presses de Sciences Po, 2017) e, com Luc Rouban, de *La Démocratie de l’entre-soi* (Presses de Sciences Po, 2017), e autor de *Cette France de gauche qui vote FN* (Seuil, 2017). Também participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l’innovation politique* (Plon, 2017).

Ožbej Peterle

Formado em Economia pela Universidade de Ljubljana (Eslovénia) e com Master em Política, Segurança e Integração na School of Slavonic and East European Studies (University College London). Professor assistente da School of Advanced Social Studies, Nova Gorica, Eslovénia.

Paul Prosocki

Diretor de Programa do International Republican Institute (IRI) em Belgrado (Sérvia). Membro do Conselho de Administração do think tank de centro-direita Americans for Tax Reform Foundation (Washington).

Bettina Rausch

Presidente da Academia Política do Partido Popular Austríaco (ÖVP) desde março de 2018. Anteriormente membro do Conselho Federal (2008-2013) e do Parlamento Nacional da Baixa Áustria (2013-2018). Co-editora e co-autora de *Offen fur Neues* (Edition noir, 2018) e de *Osterreichisches Jahrbuch fur Politik 2018* (Böhlau Verlag, 2019).

Dominique Reynié

Professor na universidade Sciences Po e diretor geral da Fondation pour l’innovation politique. Autor, entre outras coisas, das publicações *Triomphe de l’opinion publique. L’espace public français du XVI^e au XX^e siècle* (Odile Jacob, 1998), *Vertige social nationaliste. La gauche du Non* (La Table ronde, 2005) e *Nouveaux Populismes* (Pluriel, 2013). Também dirigiu a publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l’innovation politique* (Plon, 2017).

Nicolas Rigaudière

Estagiário na Fondation pour l’innovation politique, estudante de segundo ano de bacharelado com especialização em política e governo na Sciences Po Paris.

Jacques Rupnik

Orientador de pesquisa na Sciences Po (Ceri), professor no Collège d’Europe em Bruges e ex-assessor do presidente Václav Havel. Dirigiu a edição dos livros *1989 as a Political World Event. Democracy, Europe and the new international system in the age of globalization* (Routledge, 2014), *Géopolitique de la démocratisation. L’Europe et ses voisinages* (Presses de Sciences Po, 2014), e *Europe at the Crossroads. Democracy, Neighbourhoods, Migrations* (Vaclav Havel Library, 2018). Também participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l’innovation politique* (Plon, 2017).

Graham Scott

Assistente do programa Europeu no International Republican Institute (IRI), especializado na Macedónia do Norte. Formou-se com bacharelado em Ciências Políticas pela Shepherd University e Master em Ciências Políticas pela George Mason University.

Anne-Sophie Sebban-Bécache

Diretora do American Jewish Committee em Paris desde dezembro de 2018, doutora em geopolítica pelo Institut français de géopolitique (Universidade Paris-VIII), especialista em Israel e no Chifre da África. Em particular, participou do livro *Gaz naturel, la nouvelle donne?* (Presses Universitaires de France, 2016).

Neritan Sejmini

Consultor de estratégia, analista político e editor baseado em Tirana, Albânia, especialista em políticas públicas nos Estados Unidos e na região dos Balcãs Ocidentais.

Corentin Sellin

Professor em CPGE do lycée Carnot (Dijon), especialista dos Estados Unidos. É co-autor, com Annick Foucrier e Nicolas Vaicbourdt, do livro *Les Etats-Unis et le monde de la doctrine de Monroe à la création de l'ONU (1826-1945)* (Atlande, 2018) e participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017).

Joshua Solomon

Responsável pelo Programa Eurásia no International Republican Institute (IRI) nos antigos países da União Soviética. Trabalhou no National Endowment for Democracy sobre a Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia. Estudante de Master em Assuntos Internacionais da George Washington University (Estados Unidos).

Alex Tarascio

Gerente de Programa no International Republican Institute (IRI), bacharel em Ciências Políticas pela Universidade de Oregon. Seu trabalho concentra-se no apoio regional aos partidos políticos e em medidas contra a desinformação na Europa e na Eurásia.

Christophe de Voogd

Doutor em História, especialista da Holanda, professor na Sciences Po, presidente do conselho científico e de Avaliação da Fondation pour l'innovation politique. Ele é autor do estudo *Reformer: quel discours pour convaincre?* (Fondation pour l'innovation politique, 2017, disponível em fondapol.org) e participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017).

Mathieu Zagrodzki

Doutor em Ciências Políticas pela Sciences Po e pesquisador associado do Centre de recherches sociologiques sur le droit et les institutions pénales (Cesdip), especialista em questões relacionadas à polícia e à segurança pública. Professor na Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. É co-autor, com Romain Maneveau e Arthur Persais, do estudo *Commerce illicite de cigarettes: les cas de Barbes-La Chapelle, Saint-Denis et Aubervilliers-Quatre-Chemins* (Fondation pour l'innovation politique, 2018, disponível em fondapol.org) e participou da publicação *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique* (Plon, 2017).

PREÂMBULO: DEMOCRACIAS SOB TENSÃO

A ideia democrática mudou profundamente o mundo. Estabelece uma ordem política cuja força consiste em submeter o exercício do poder ao consentimento dos governados. Através da democracia, o regime da liberdade, a história humana tornou-se uma história de dignidade e progresso. Desde a gloriosa Atenas antiga, a ideia democrática percorreu lentamente terras e mares. O *Bill of Rights* inglês de 1689, a Constituição Americana de 1787 ou a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 marcaram assim o advento da liberdade política no mundo. Desde então, a ideia democrática continuou a se espalhar, começando pela Europa no século XIX, acompanhando a emergência das nações e a emancipação do direito dos povos à autodeterminação. No século XX, triunfou sobre as tiranias modernas, derrubou regimes fascistas, o nazismo e seus aliados, e o comunismo no final de uma guerra fria que terminou com o colapso da União Soviética, derrotada econômica, tecnológica e moralmente.

Durante este mesmo período, o mundo também embarcou em um novo ciclo de democratização. Na Europa, durante os anos 70, os povos da Grécia, Portugal e Espanha livraram-se das suas ditaduras militares. Na América Latina, na década de 1980, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil viveram o mesmo fenômeno. Depois, novamente no Velho Continente, durante os anos 90, foi a vez da Europa Central e Oriental. Em 1992, foi dado um passo simbólico: mais de metade dos Estados do mundo eram democracias. O mundo estava se tornando um lugar cada vez mais democrático. Essa onda continuou até o início do século XXI pois, entre o final da década de 1970 e o início da década de 2000, o número de Estados democráticos duplicou.

No entanto, à medida que entramos no século XXI, o horizonte foi escurecendo. Na edição 2019 de seu relatório anual *Freedom in the World*, a ONG Freedom House manifesta sua preocupação com “um declínio global dos direitos políticos e das liberdades civis por treze anos consecutivos, de 2005 a 2018. Em média, a pontuação democrática geral diminuiu a cada ano, e a quantidade de países cuja pontuação caiu é maior que a quantidade de países cuja pontuação subiu”. Já não se trata apenas de reforçar o processo democrático onde este ainda encontra-se frágil, como no Botsuana, na Namíbia, no Gana, no Senegal, na África do Sul ou na Tunísia; já não se trata apenas de encorajar o progresso em países como Etiópia, Angola, Arménia, Malásia ou Equador. O desafio agora é proteger e até mesmo defender as democracias estabelecidas. É o caso dos países que emergiram da transição democrática pós-soviética e parecem expostos à tentação de um caminho inverso, uma espécie de transição autoritária, como mostra a demanda emergente na Europa por um modelo paradoxal que seria simultaneamente democrático e “iliberal”. A onda eleitoral populista está abalando a União Europeia, mesmo sem levar em consideração os tradicionais fatores políticos, econômicos e sociais que sempre condicionaram a robustez do mundo democrático, como o crescimento, o emprego ou o sistema educativo. Estes são desafios que devem ser constantemente enfrentados. Mas, pelo contrário, entre as preocupações emergentes, mencionemos a turbulência imposta ao espaço midiático pelas redes sociais, onde o melhor e o pior convivem permanentemente. Como continuar debatendo de forma democrática se a verdade passa a perder seu poder de arbitragem, se as opiniões e os debates se afundam no extremismo e na radicalização, se a legitimidade do jornalismo não é mais reconhecida? A partir de agora, é provável que as novas formas de debate público perturbem seriamente as campanhas eleitorais assim como os próprios processos eleitorais. O coração da democracia está sob ameaça.

1. Freedom House, *Democracy in Retreat. Freedom in the World 2019*, p. 4 (<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019>).

Este momento de incertezas é também o produto das potências criadas por uma globalização associada ao triunfo paradoxal do Ocidente. A globalização enfraquece as democracias e oferece novas oportunidades de desenvolvimento e de afirmação a novas potências. Entre eles está a China, que já não esconde a sua ambição de dominar o século XXI, se tornando cada vez mais eficiente do ponto de vista econômico e tecnológico. No que diz respeito às questões, sumamente estratégicas, da inteligência artificial e da biotecnologia, está se empenhando para conquistar uma posição de liderança. No entanto, a China está alcançando sucessos espetaculares sem abrir mão de seu sistema autoritário, ou mesmo da hegemonia do Partido Comunista Chinês, e construindo um Estado que pode ser chamado de “totalitarismo high-tech”, agora pronto para exportar seus conceitos, métodos e ferramentas.

Pela primeira vez desde a sua criação, a democracia deixou de ser inspiradora para o mundo. É neste contexto, inédito e conturbado, que decidimos associar as nossas duas instituições: por um lado, a Fondation pour l’innovation politique, um grupo de reflexão francês dedicado à defesa dos valores da liberdade, do progresso e dos ideais da União Europeia; por outro lado, o International Republican Institute, um instituto americano que promove a democracia no mundo. Nossas duas organizações incluíram com entusiasmo o think tank brasileiro República do Amanhã nessa parceria, para realizar essa pesquisa internacional em quarenta e duas democracias, e cujos resultados estão aqui apresentados sob o título Democracias sob tensão.

O documento contém dois volumes, um primeiro dedicado aos desafios, como a confiança nas instituições, a adesão ao modelo de democracia representativa, o apoio ao aborto ou à pena de morte, o declínio dos valores democráticos entre as novas gerações, etc. O segundo volume é dedicado aos quarenta e dois países da pesquisa, cada um sendo apresentado através de um resumo do estado da opinião nacional. Para classificar cada país em relação aos outros, propomos ao leitor um “índice de cultura democrática”.

É importante notar que todos os dados dos entrevistados são disponibilizados para o público, nas trinta e três línguas utilizadas na pesquisa, em open data, nos respectivos sites dos três think tanks. Não queremos deixar de agradecer calorosamente às equipas dos think tanks, aos autores e a todas as pessoas que tornaram este trabalho possível através da sua competência e dedicação. Desta forma, esperamos contribuir para uma melhor compreensão das opiniões públicas sobre o seu sistema democrático em particular, e sobre a democracia de forma geral.

Esperamos também promover intercâmbios e incentivar projetos comuns entre as sociedades civis do mundo democrático, em especial de ambos os lados do Atlântico.

Dominique REYNIÉ,
Diretor-geral da Fondation pour l’innovation politique
Professor universitário na Sciences Po

Daniel TWINING,
Presidente do International Republican Institute

METODOLOGIA DA PESQUISA

UM ESTUDO PLANETÁRIO SOBRE O ESTADO DA DEMOCRACIA, REALIZADO PELA FONDATION POUR L'INNOVATION POLITIQUE E O INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE

A Fondation pour l'innovation politique é um think tank francês que defende os valores da liberdade, do progresso e dos ideais europeus. O International Republican Institute é um instituto americano que promove a democracia no mundo inteiro. As duas organizações se uniram, em parceria com o think tank brasileiro República do Amanhã, para desenhar uma grande pesquisa internacional realizada em 42 países, cujos resultados são publicados sob o título: *Democracias sob tensão*. Todos os resultados estão disponíveis ao público, em trinta e três línguas*, em *open data* nos respectivos sites dos três think tanks**.

Este trabalho baseia-se num questionário concebido em francês e inglês pelas equipas dos think tanks parceiros. Foi aplicado pela Ipsos a uma amostra nacional retirada de cada um dos 42 países estudados. O alcance da pesquisa permitiu contemplar os 27 Estados-Membros da União Europeia, possibilitando uma comparação com os países europeus que não são membros da União Europeia (Noruega, Suíça, Ucrânia), com os que desejam aderir (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia do Norte, Sérvia) ou mesmo, pelo contrário, com o Reino Unido, que parece ter decidido deixá-la, mesmo que a situação neste país ainda esteja muito confusa no momento em que escrevemos estas linhas (25 de Abril de 2019).

O objetivo de um estudo planetário sobre o estado da democracia nos levou a enriquecer o grupo de países estudados, incluindo Austrália, Canadá, Israel, Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos e Brasil no campo da observação.

42 PAÍSES, 33 IDIOMAS, 36 395 ENTREVISTADOS

Um total de 36.395 pessoas foram entrevistadas. A pesquisa foi realizada com base em amostras nacionais representativas da população com idade igual ou superior a 18 anos. O método de cotas para gênero, idade, ocupação, região e categoria de municípios foi utilizado para garantir a representatividade das amostras. Estas levaram em conta o peso demográfico de cada país: a amostra era de 1.000 pessoas em países com mais de 8 milhões de habitantes, 600 pessoas em países com 5 a 8 milhões de habitantes e 500 pessoas em países com menos de 5 milhões de habitantes. Em alguns países (Albânia, Bulgária, Croácia, Estónia, Letónia, Lituânia, Macedônia do Norte, Sérvia, Eslováquia e Eslovénia), a dimensão da amostra foi aumentada para 800 pessoas, apesar de a população ser inferior a 8 milhões de habitantes, a fim de apoiar a análise dos resultados. O questionário, que incluía 35 perguntas publicadas no final deste volume, foi aplicado em cada um dos idiomas nacionais, ou 33 idiomas para os 42 países. No intuito de neutralizar os efeitos cíclicos, foram recolhidos dados ao longo de um período de cinco semanas (entre 6 de setembro e 11 de outubro de 2018). As entrevistas foram realizadas por meio de questionário online auto-aplicável, com exceção de cinco países onde as entrevistas foram de tipo presencial: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Macedônia do Norte e Malta.

* Inglês, albanês (Albânia e Macedônia do Norte), bósnio, búlgaro, croata, dinamarquês, holandês, estónio, finlandês, francês, alemão, grego (Grécia e Chipre), hebraico, húngaro, italiano, japonês, espanhol, letão, lituano, luxemburguês, macedónio, maltês, norueguês, polaco, português (Brasil e Portugal), romeno, russo (Estónia e Letónia), sérvio, eslovaco, esloveno, sueco, tcheco e ucraniano.

** fondapol.org, iri.org et republicadoamanha.org.

UM QUESTIONÁRIO COM 35 PERGUNTAS

Na maioria das perguntas, os entrevistados tiveram que responder escolhendo uma intensidade numa escala de quatro graus, como "totalmente"/"bastante" e "um pouco"/"de jeito nenhum", para avaliar, por exemplo, um nível de satisfação, confiança ou otimismo. Neste documento, por motivos de conveniência e legibilidade, apresentamos e comentamos geralmente os resultados juntando, por um lado, as respostas de tipo "totalmente"/"bastante", e por outro lado, as respostas de tipo "um pouco"/"de jeito nenhum".

Em alguns casos, os entrevistados tiveram que escolher entre duas opções. Assim, por exemplo, à pergunta "com qual das seguintes duas afirmações você se identifica mais?", as respostas propostas à escolha do entrevistado foram "a globalização é uma oportunidade" ou "a globalização é uma ameaça". Algumas perguntas ofereciam três respostas possíveis. Por exemplo, quando perguntados sobre o impacto para o seu país de pertencer à OTAN, os entrevistados podiam responder "positivo", "negativo" ou "nem positivo nem negativo".

Para cada pergunta, os entrevistados que não responderam receberam a seguinte mensagem: "Tente responder à pergunta. No entanto, se não tiver opinião sobre esta pergunta, pode avançar para a seguinte clicando no botão "próxima pergunta" (entre 0 e 2% de não resposta no questionário online e no face a face).

Finalmente, os resultados são apresentados por país ou por conjunto de países, tal como "União Europeia" (UE). Para cada pergunta, a média "UE" corresponde ao resultado dos Estados-Membros da União Europeia, ou seja, vinte e sete países, cujo valor foi ponderado em função do respectivo peso demográfico. Foi decidido não incluir o Reino Unido no cálculo do pacote "UE", uma vez que os britânicos manifestaram o desejo de abandonar a União Europeia.

Os resultados globais são apresentados na categoria "GLOBAL". Para cada pergunta, a média "GLOBAL" corresponde, portanto, ao resultado das 42 democracias estudadas, sendo ponderado o valor de cada país para levar em consideração seu peso demográfico.

O leitor poderá ver que muitas vezes agrupamos países para promover a clareza e facilitar a apresentação dos dados. Isto nunca altera o valor dos dados nacionais que não podem ser apresentados na íntegra no presente volume, mas que estão acessíveis gratuitamente nos sites dos três think tanks***.

Um estudo realizado por

Fondation pour l'innovation politique e International Republican Institute



com a participação do **República do Amanhã**



*** As opiniões dos autores deste volume não refletem necessariamente as opiniões do International Republican Institute.

FRÁGEIS DEMOCRACIAS





• As ambiguidades do apego à democracia Dominique Reynié.....	24
• A transparência do processo eleitoral questionada Madeleine Hamel.....	32
• Do desinteresse pela política à erosão dos ideais democráticos Aminata Kone.....	36
• A legitimidade do sufrágio universal é incontestável? Dominique Reynié.....	38
• Os fantasmas do autoritarismo Dominique Reynié.....	41
• Os homens e as mulheres têm um olhar diferente sobre a democracia Samuel Johannes.....	43
• Renovação geracional: desmantelamento ou recomposição democrática? Anne Muxel.....	45

AS AMBIGUIDADES DO APEGO À DEMOCRACIA

DOMINIQUE REYNIÉ

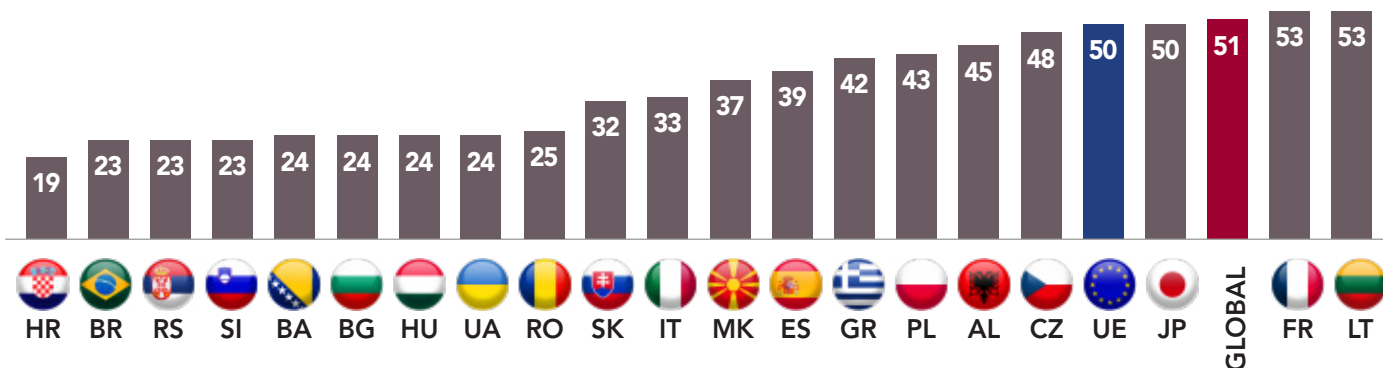
Globalmente, cerca da metade dos entrevistados (49%) julga que a democracia funciona mal em seu país. Em certos países, esta avaliação é ainda mais dura. Mais de três quartos dos brasileiros (77%) têm um julgamento negativo sobre o funcionamento de sua democracia. Considere-se aqui o contexto tão específico do Brasil no momento da pesquisa, algumas semanas antes de um escrutínio histórico. De maneira bem diferente, nos Estados Unidos, dois anos após a eleição de Donald Trump, dois terços dos cidadãos consideram que a democracia funciona bem em seu país (66%).

Em termos de opinião, a Europa apresenta um balanço bem contrastado. Existem vários mundos europeus. Fora da União Europeia, a democracia é melhor avaliada, como na Suíça, onde 88% dos entrevistados dizem que a democracia funciona bem, como também a Noruega (86%). Dentro da União Europeia, o nível de satisfação é bem menor: apenas 50% dos entrevistados julgam que a democracia funciona bem em seu país. Em um mundo democrático enfraquecido, há uma crise, não exatamente na Europa, mas na União Europeia. Uma das explicações encontra-se no estado de opinião dos antigos países do bloco comunista¹. Em média, nesses onze países, dois terços dos entrevistados (64%) opinam que a democracia não funciona bem. Mas eles não são os únicos a proferir esta avaliação negativa. A opinião segundo a qual a democracia não funciona bem domina igualmente na Itália (67%), na Espanha (61%), na Grécia (58%), e beira a maioria na França (47%). Nas proximidades da Europa este julgamento crítico é também muito difundido: na Albânia (55%), na Macedônia do Norte (63%), e com mais força ainda na Bósnia-Herzegovina (76%) ou na Sérvia (77%), como também na Ucrânia (76%).

Num total de quarenta e dois países estudados, os homens (53%) consideram mais frequentemente que as mulheres (48%), que a democracia funciona bem. Mas a insatisfação é mais prevalente nas categorias mais frágeis, como os pequenos empresários que trabalham por conta própria² (59%), funcionários de serviços e do comércio (57%), desempregados³ (56%), empregados qualificados⁴ (52%) e operários qualificados (51%). Encontramos essa mesma distribuição econômica e social no julgamento sobre o funcionamento da democracia e a percepção da mundialização: aqueles que vêem a mundialização como uma ameaça também tendem a considerar que a democracia funciona mal (55%), mais do que aqueles que vêem a globalização como uma oportunidade (47%). A avaliação negativa do funcionamento da democracia é ainda mais marcante (60%) entre pessoas de idades intermediárias (entre 35 e 59 anos), para quem a globalização é uma ameaça. Note-se também que entre os estudantes, a ideia de que a democracia funciona mal é claramente majoritária (58%).

No seu país, diria que a democracia funciona muito bem, bem, mal, muito mal?

Total de respostas "muito bem" e "bem"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Os seguintes países são agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

2. NDT: A expressão "os pequenos empresários trabalhando por conta própria" refere-se à categoria profissional de empresários autônomos como agricultores, comerciantes, artesãos. Optou-se em todos os casos pela manutenção da tradução conforme a grafia do questionário aplicado em português do Brasil.

3. Esta categoria inclui desempregados, estudantes, mas também homens e mulheres do lar.

4. NDT: essa categoria refere-se a funcionários de escritório e recepção, auxiliares de enfermagem, puericultores e auxiliares de ensino, funcionários dos serviços de proteção e de segurança e dos exércitos.

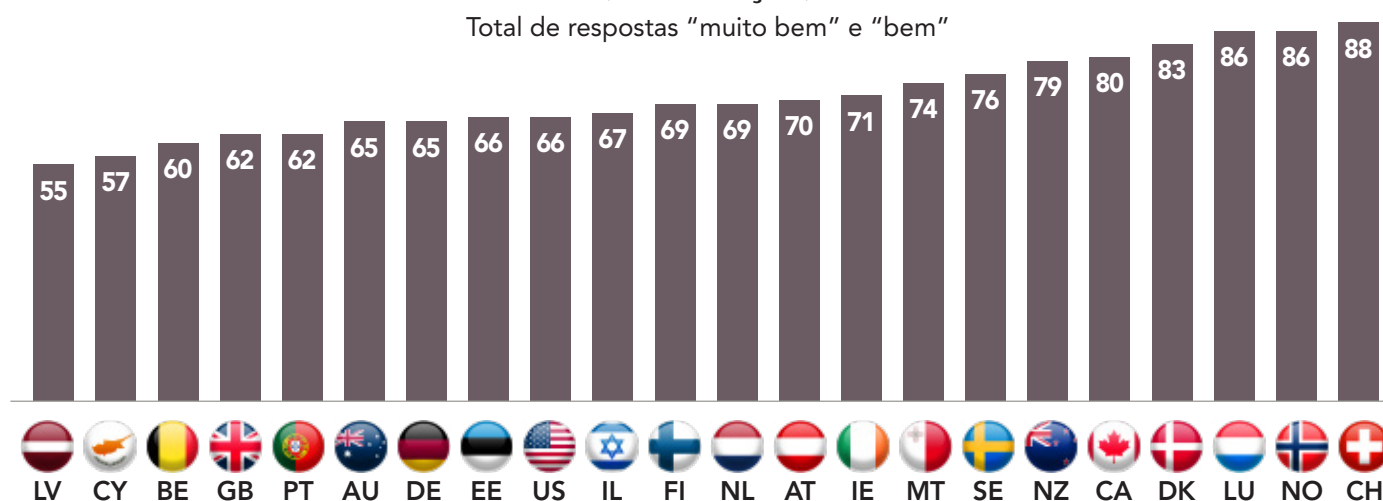
Mas julgar que a democracia funciona mal no seu país não é necessariamente a expressão de uma rejeição à democracia. Pode até ser, ao contrário, a manifestação de um juízo crítico que combina por um lado a adesão ao princípio, e por outro lado, a observação de uma prática que não o realiza, ou mesmo, o trai. Assim, a maioria (83%) daqueles que dizem que não se sentem livres para se expressar, diz também que a democracia funciona mal em seu país. No intuito de entender melhor o compromisso com a democracia, convidamos as pessoas a escolher entre duas afirmações bem distintas: por um lado, a ideia de que a democracia é o melhor dos regimes, que não há outro; por outro, que outros sistemas podem ser tão bons quanto a democracia. A opção “o sistema democrático é insubstituível, é o melhor sistema possível” foi escolhida por dois terços dos entrevistados (67%). O terço restante (33%) escolheu a opção “outros sistemas políticos podem ser tão bons quanto a democracia”. A avaliação global do sistema democrático permanece, portanto, favorável. Finalmente, entre aqueles que dizem que não há sistema melhor do que a democracia, uma proporção significativa (41%) indica ao mesmo tempo que a democracia está funcionando mal em seu país, apontando que em alguns casos é mais uma questão de denunciar um funcionamento insatisfatório da democracia do que de contestar seu valor. Contudo, mais uma vez, não é fácil determinar o significado da terça parte que é cética ou dissidente, que julga que podem existir sistemas políticos tão bons quanto a democracia.

Nos países da União Europeia, a ideia segundo a qual “o sistema democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível” reúne a mesma proporção de entrevistados (68%) que a nível global (67%). Mas, se considerarmos todos os países que vêm do bloco soviético, a ideia de que “outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia” atende a 40% dos entrevistados. Nos Balcãs, os países envolvidos numa transição democrática e candidatos à entrada na União Europeia consideram também que outros sistemas podem ser tão bons quanto a democracia, como responderam macedônios (45%), bósnios (50%) e sérvios (54%). Apenas os albaneses atingem o nível geral, com uma grande maioria (63%) acreditando que o sistema democrático “é o melhor sistema possível”.

Esta distância em relação a democracia, mesmo que domine na Europa Central e Oriental, não se encontra apenas nos países anteriormente comunistas. No Ocidente, os belgas aderem em proporções iguais (40%) à opção de que “outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia”, assim como os franceses (39%).

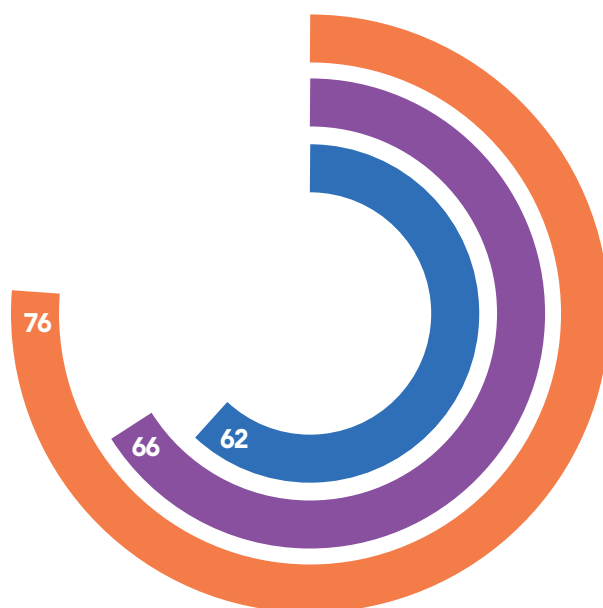
No plano sócio-demográfico, as mulheres são mais propensas (36%) do que os homens (29%) a acreditar que um sistema não democrático pode ser “tão bom” quanto a democracia. O efeito da idade também é muito claro. Quanto mais jovens são os entrevistados, menos são os que pensam que a democracia é um regime insubstituível: eles são 76% entre os de 60 anos e acima, 68% na faixa de 50 a 59 anos, 64% na faixa de 35 a 49 anos e 62% entre aqueles com menos de 35 anos.

No seu país, diria que a democracia funciona muito bem, bem, mal, muito mal? (continuação)



© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível



■ Menos de 35 anos ■ 35-59 anos ■ 60 anos e mais

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O efeito da posição social não é surpreendente, mas sua consequência deve ser sublinhada: a ideia de que não existe um regime político tão bom quanto o sistema democrático convence muito mais os quadros dirigentes (79%), as profissões intelectuais e científicas (73%) ou as profissões intermédias que trabalham por conta de outrem⁵ (70%) do que os empregados qualificados (63%), os operários qualificados (61%) ou o grupo social de funcionários de serviço e empregados de comércio, operários pouco qualificados, técnicos operacionais de manutenção e operários agrícolas (59%). De certa forma, o regime democrático parece mais fortemente apoiado pelas elites sociais do que pelas classes populares. Talvez seja uma espécie de banalidade política e sociológica, mas pode se tornar uma questão política particularmente delicada.

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SOFRE CONCORRÊNCIA DA DEMOCRACIA DIRETA

É comum pensar que a democracia representativa refere-se a um regime em que os cidadãos elegem representantes que os governam por um período fixo de tempo - um mandato - após o qual sua atuação poderá continuar sob a condição de obterem aprovação popular, novamente através de eleições gerais. Mas a democracia é um objeto teórico controverso e inesgotável por essência, uma vez que se baseia no princípio de um direito universal de expressar a sua opinião. Também pode ser definido pela ideia de envolver os cidadãos com mais frequência na decisão pública, combinando eleições e referendos, chegando a imaginar uma "democracia direta", na qual os cidadãos voltam a decidir coletivamente sobre todos os assuntos sem a necessidade de representantes para fazer isso.

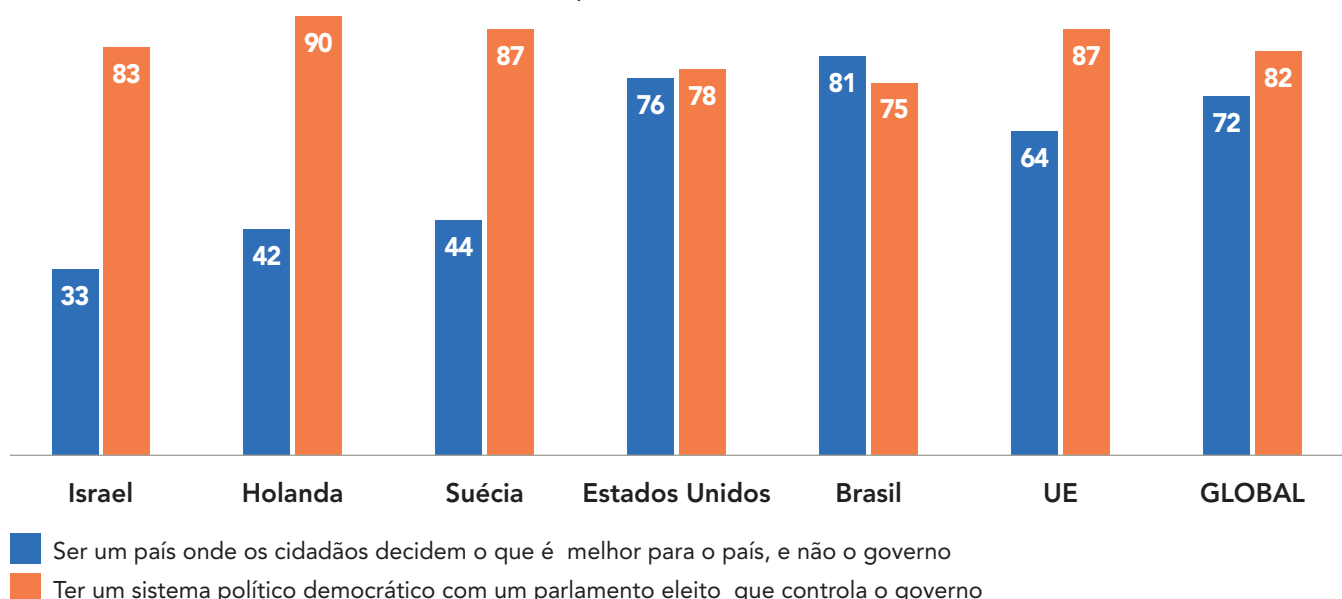
Seis formas diferentes de regime político⁶ foram apresentadas em nossa pesquisa, convidando os entrevistados a dizer, para cada um deles, se isso parecia ser uma maneira boa ou ruim de governar. Dessas seis opções, o modelo de democracia representativa ("ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo") tem o apoio mais amplo (82%), seguido pelo modelo de democracia direta, formulado nas seguintes palavras: "Ser um país onde os cidadãos decidem o que é melhor para o país, e não o governo". Três quartos dos entrevistados (72%) consideraram essa forma de democracia uma boa maneira de governar. No nível das quarenta e duas democracias, a diferença entre as opções de democracia direta e indireta é de apenas 10 pontos.

5. NDT: A categoria "Profissões intermédias que trabalham por conta de outrem" refere-se à pessoas empregadas nas áreas das ciências, técnicas, tecnologias da informação e das comunicações, saúde, finanças, venda e administração, serviços jurídicos e sociais, suboficiais.

6. "Ter um homem forte à sua frente que não tenha que se preocupar com o Parlamento ou as eleições", "Ser um país onde especialistas e não um governo decidem o que é melhor para o país", "Ser um país dirigido pelo exército", "Ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo", "Ser um país onde os cidadãos decidem o que é melhor para o país, e não o governo", "Ter um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação."

Para cada opção, indique se este modo de governar o país é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim

Total de respostas "muito bom" e "bom"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Os europeus expressam um nível de apoio à democracia representativa ligeiramente mais elevado (87%), enquanto a democracia direta recebe um apoio menos expressivo (64%), embora ainda importante. Este resultado favorável à democracia representativa é particularmente significativo pois é também observável nos países do antigo bloco comunista. De fato, no Leste da Europa, o público apoia nas mesmas proporções a interpretação representativa da democracia (86%). Por outro lado, no que diz respeito ao nível de apoio à democracia direta, há um hiato significativo (14 pontos percentuais) entre os dezesseis países que antes formaram a Europa Ocidental (61%) e os onze países que formavam o Bloco oriental (75%). Por fim, os suíços, que não são membros da União Europeia, formam uma espécie de terceira Europa: apesar de famosos por suas muitas votações, eles não aprovam menos (87%) a democracia representativa. Eles estão ainda menos entusiasmados com a democracia direta (67%) do que a opinião média global (72%).

A INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR NÃO TEM A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS

Amplamente aprovado, o modelo de democracia representativa, organizado em torno de um parlamento eleito que controla o governo, está, no entanto, competindo com o modelo de democracia direta, onde são os cidadãos e não um governo que decide. A ambivalência da opinião em relação à democracia representativa talvez possa ser explicada - entre outras coisas - pela maneira como as instituições representativas são percebidas, mas do que o princípio democrático em si. Essa ambivalência pode ser vista como um sinal de fragilidade se considerarmos o colapso da confiança nas instituições que a organizam - seja o Parlamento ou os representantes eleitos em geral - apesar da adesão observada ao princípio da democracia representativa.

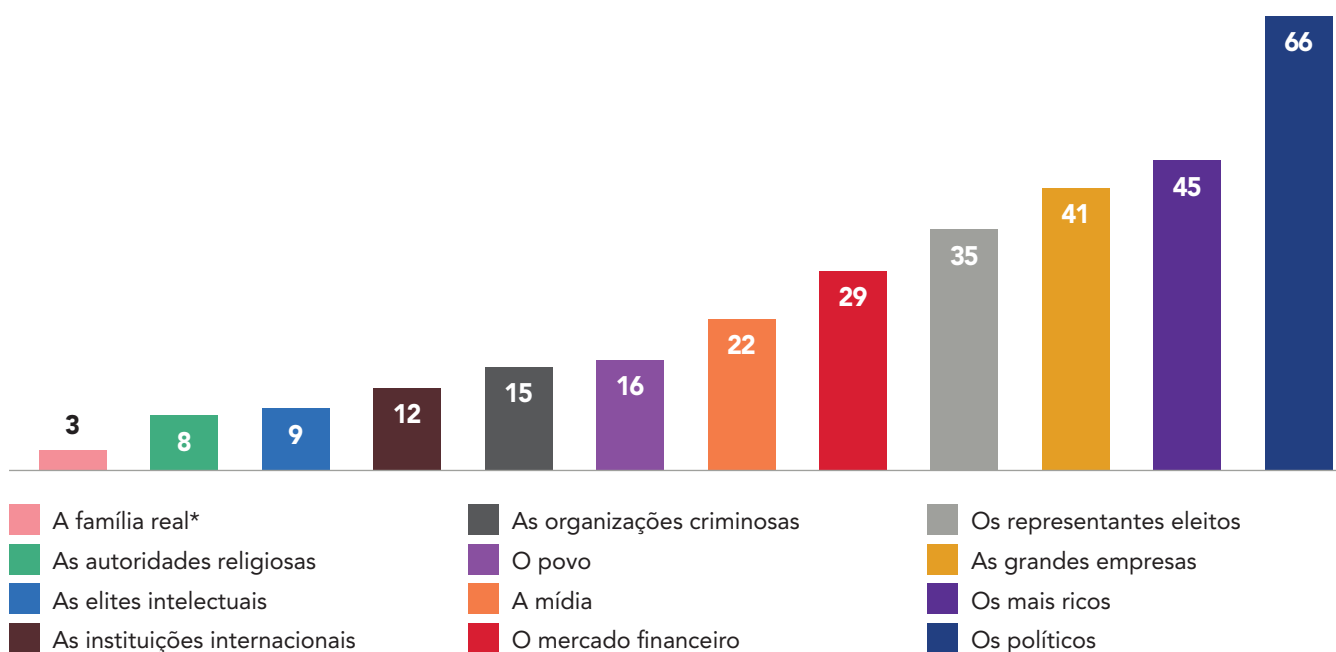
Globalmente, a instituição parlamentar desperta a desconfiança de uma clara maioria dos entrevistados (59%). Observamos mais de 50% de confiança em apenas dezessete das quarenta e duas democracias, sendo a maioria delas pequenas, ricas e europeias: Áustria (51%), Chipre (51%), Reino Unido (51%), Estônia (53%), Alemanha (54%), Israel (58%), Irlanda (61%), Holanda (63%), Estados Unidos (63%), Dinamarca (64%), Suécia (65%), Malta (66%), Canadá (66%), Nova Zelândia (70%), Suíça (70%), Noruega (73%) e Luxemburgo (76%). Em toda a União Europeia, a desconfiança em relação aos parlamentos nacionais atinge 60%. Quanto ao Parlamento Europeu, embora o nível de desconfiança seja também majoritário, é muito mais baixo (51%). Nos países da antiga Europa comunista, a desconfiança média no parlamento nacional bate recordes (78%), enquanto o Parlamento Europeu suscita uma confiança (50%) que excede a desconfiança (45%).

Com isso, temos mais um sinal a favor da hipótese segundo a qual a democracia representativa é menos contestada em seu princípio do que questionada por causa da insatisfação com as instituições responsáveis por fazê-la funcionar.

PARA O PÚBLICO DA PESQUISA, OS ELEITOS NÃO TÊM O PODER

Quando colocamos a questão de saber “quem tem o poder em seu país?” propondo uma lista de doze entidades⁷, e considerando as entidades citadas como detentoras do poder em primeiro lugar, os representantes eleitos são indicados por apenas 12% dos entrevistados e chegam apenas em terceiro lugar, depois da classe política (30%), que é percebida como distinto dos “representantes eleitos”. Depois vêm os mais ricos (18%), as grandes empresas (11%), os mercados financeiros (7%), o povo (6%) e a mídia (5%). Se considerarmos o número total de citações⁸, um terço (35%) dos inquiridos citou representantes eleitos, colocando-os na quarta posição atrás da classe política (66%), os mais ricos (45%), grandes empresas (41%), os mercados financeiros (29%) e os meios de comunicação (22%). No total, menos de um quinto dos entrevistados citou o povo (16%) entre as entidades consideradas como tendo poder, tanto quanto as organizações criminosas (15%).

Na sua opinião, qual destas categorias detém maior poder no seu país?



* Escolha proposta apenas nas monarquias parlamentares.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Em média, a opinião revelada nas democracias da União Europeia é parecida com esses resultados. Embora grandes divergências existam entre cada uma das 42 democracias da pesquisa.

No total das citações, representantes eleitos, citados em média por 35% dos entrevistados, são mais frequentemente nomeados pelos noruegueses (61%), pelos luxemburgueses (54%), suecos (51%), estonianos e os suíços (50%). São menos citados por albaneses (14%) - que no entanto declaram o seu apego à democracia representativa -, pelos cipriotas (16%), italianos e macedônios (17%), e pelos gregos e ucranianos (20%). A classe política, citada em média por 66% dos inquiridos, é mais frequentemente designada por albaneses (89%), japoneses (85%), macedônios (84%), húngaros (83%), bósnios (82%), estonianos e malteses (81%), sérvios (80%), suecos (79%), polacos (78%), croatas e noruegueses (77%), búlgaros e romenos (76%), os checos (75%), os cipriotas e os letões (73%). Os ricos, designados por 45% dos inquiridos em média, são mais frequentemente citados pelos ucranianos (87%), búlgaros (71%), albaneses e húngaros (62%), eslovacos (60%), lituanos (58%), eslovenos (57%), sérvios (56%), croatas e macedônios (54%), romenos (53%), tchecos (52%) e americanos (51%).

7. As elites intelectuais, a mídia, o mercado financeiro, as grandes empresas, os representantes eleitos, os políticos, as autoridades religiosas, o povo, as organizações criminosas (facções, milícias), instituições internacionais, os mais ricos ou a família real (escolha proposta apenas nas monarquias parlamentares).

8. Os entrevistados sobre a questão de saber quem detém o maior poder entre as doze entidades propostas foram convidados a responder com três opções: “primeiro”, depois “segundo” e “terceiro”. O número total de citações para uma entidade designada é, portanto, a soma das citações: “primeiro”, “segundo” e “terceiro”.

Os representantes eleitos são pouco citados (35% no total, ou seja, na primeira, segunda ou terceira posição), principalmente quando os entrevistados são jovens: 41% entre as pessoas de 60 anos ou mais, 37% entre os de 50-59 anos, 32% entre os de 35-49 anos e 30% entre os de 18-34 anos. O mesmo se aplica aos mercados financeiros (29% das citações no total): 35% entre os de 60 anos ou mais, 30% entre os de 50-59 anos, 28% entre os de 35-49 anos e 22% entre os de 18-34 anos. Por outro lado, os meios de comunicação (22% para o número total de citações) são os mais designados quando os entrevistados são jovens: 19% entre os de 60 anos ou mais, 17% no grupo etário 50-59, 22% entre os 35-49 anos e 27% entre 18-34 anos de idade.

A UTILIDADE DO VOTO É QUESTIONADA POR UM TERÇO DOS ENTREVISTADOS

O apego à democracia, em geral, e à democracia representativa, em particular, se verifica a partir da pergunta sobre a utilidade do voto. O questionário convidava a escolher entre duas opções: “É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas” ou “Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo”. Mais de dois terços dos entrevistados escolheram a primeira opção (70%). Se olharmos para a opinião da União Europeia, o ceticismo a respeito da utilidade do voto é ainda mais evidente, pois 66% dos entrevistados escolheram a primeira opção e 34% a segunda. Nas antigas democracias comunistas da União Europeia, o nível de ceticismo sobre a utilidade do voto é equivalente (35%). No entanto, beira a maioria entre os albaneses e macedônios (46%), como também entre os ucranianos (48%). É a maioria entre os sérvios (54%), búlgaros (56%), eslovenos (58%) e croatas (64%). Como pode-se ver, este pequeno grupo de países onde se pensa que votar é inútil pertence ao antigo mundo soviético. A saída do comunismo, o compromisso com um processo de transição democrática para alguns, prolongado para outros por uma entrada na União Europeia, não foram suficientes para convencer sobre a utilidade do voto. Para além destes casos, deve-se notar que a maioria dos cipriotas (51%) e dos belgas (56%) também diz que votar é inútil. No total, em 6 das 42 democracias consideradas em nossa investigação, mais da metade dos entrevistados está convencida da inutilidade do voto.

Esse ceticismo sobre a utilidade do voto parece dialogar com a maneira como a globalização é percebida. Aqueles que acreditam que a globalização é uma oportunidade são menos propensos (26%) a defender a inutilidade do voto, do que aqueles que vêem a globalização como uma ameaça (37%). Em outras palavras, novamente, a ideia de que votar é inútil não é necessariamente, e certamente não inteiramente, a expressão de uma invalidação do ato eleitoral. Também pode ser a constatação de um enfraquecimento, até mesmo de um questionamento mais profundo, da capacidade de conduzir democraticamente os Estados em um mundo que luta com poderes que escapam ao controle.

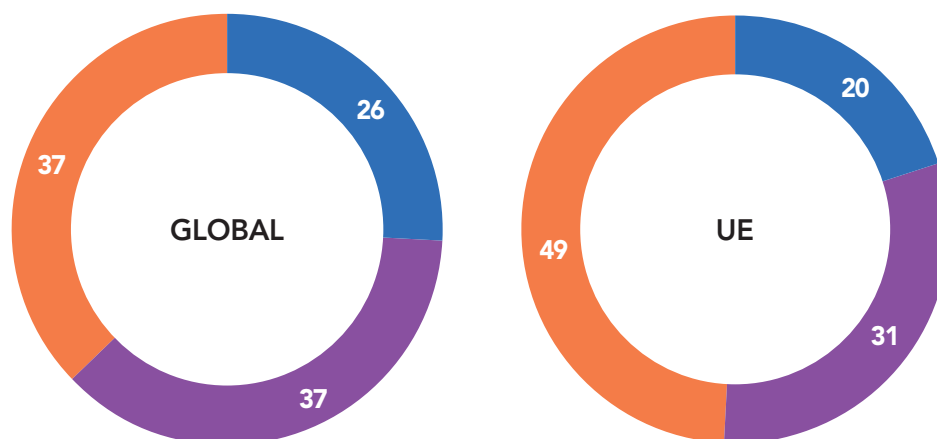
APEGO ÀS LIBERDADES CIVIS NÃO É ALTERADO

O ceticismo dos cidadãos sobre a utilidade ou eficácia dos procedimentos e instituições da política democrática não altera seu apego às grandes liberdades civis. Este é um ponto decisivo, pois temos que comparar a opinião segundo a qual “votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo” (30%) com o apego unânime ao fato de “poder votar em candidatas de sua escolha”, considerado “muito importante” ou “importante” por 97% dos entrevistados, assim como o fato de “ser capaz de participar da tomada de decisão” (96%). Mais uma vez é possível ver que o ceticismo que pode ser registrado não diz respeito principalmente ao valor dos princípios ou intenções contidos nas instituições da democracia representativa, mas sim à possibilidade de torná-los efetivos no mundo tal como está, isto é, a capacidade não apenas de expressar, mas também de realizar as preferências coletivas reunidas graças aos mecanismos existentes. Nota-se o mesmo apego quando se trata de “poder manifestar, sair às ruas, discordar” (82%) e “ter o direito de dizer o que pensa” (98%). Finalmente, e este é um elemento-chave, ressalta-se os mesmos níveis de aprovação das grandes liberdades civis, entre 86% e 98%, nas onze democracias decorrentes do fim do comunismo e nos membros da União Europeia.

PREOCUPAÇÕES DEMOCRÁTICAS SOBRE O FUTURO DA DEMOCRACIA

As impressões sobre o futuro da democracia foram medidas a partir da seguinte pergunta: “Você diria que o número de países democráticos no mundo está aumentando, estável, diminuindo?”

Você diria que o número de países democráticos no mundo está...



■ Aumentando ■ Estável ■ Diminuindo

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Nos países democráticos, aqueles que consideram majoritariamente que o número de democracias está em declínio no mundo são todos europeus e principalmente são membros da União Europeia: gregos (61%), alemães (60%), austríacos (57%), eslovenos e sérvios (55%), belgas e luxemburgueses (54%), húngaros e holandeses (53%), italianos e suíços (52%) e franceses (51%). Note-se que os onze países membros da União Europeia sob dominação soviética durante a Guerra Fria são menos propensos a considerar que o sistema democrático está em declínio (42%) em comparação com os dezesseis países da União Europeia que compunham o bloco ocidental, hoje majoritariamente pessimistas sobre o futuro da democracia (52%).

Você diria que o número de países democráticos no mundo está...

	18-34 anos	35-49 anos	50-59 anos	60 anos e mais
Aumentando	36	26	21	18
Estável	36	40	38	35
Diminuindo	28	34	41	47

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Deve-se notar que quanto mais jovens são os entrevistados, mais eles consideram que o número de democracias está se desenvolvendo. Os mais jovens (18-34 anos de idade) são duas vezes mais propensos (36%) que os mais velhos (18% acima de 60 anos) a considerar que o modelo democrático está se espalhando. Percebe-se o papel das variáveis já relatadas, a idade e a posição profissional. No geral, ao considerar os entrevistados das quarenta e duas democracias estudadas, a ideia segundo a qual o número de democracias está diminuindo no mundo é mais compartilhada pelos entrevistados que consideram a globalização como uma ameaça (44%) do que pelos que a consideram uma oportunidade (33%). Existe uma ligação entre expectativas pessimistas sobre o futuro do país e a ideia de que a democracia está em declínio. Da mesma maneira, pode-se também destacar uma relação pessimista com a avaliação sobre o funcionamento da democracia em seu país.

		O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível	Outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia	É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas	Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo	Prefiro mais liberdade, ainda que resulte em menos ordem	Prefiro mais ordem, ainda que resulte em menos liberdade
Sexo	Homens	71	29	72	28	44	56
	Mulheres	64	36	69	31	42	58
Idade	18-34 anos	62	38	70	30	48	52
	35-59 anos	66	34	67	33	42	58
	60 anos e mais	76	24	74	26	37	62
Profissão	Quadros dirigentes	79	21	86	14	40	60
	Profissões intelectuais	73	27	79	21	46	54
	Profissões intermédias que trabalham por conta de outrem	70	30	72	28	42	58
	Pequenos empresários	66	34	67	33	40	60
	Empregados qualificados	63	37	64	36	38	62
	Operários e empregados não qualificados	61	39	63	37	45	55
	Funcionários de serviços e empregados de comércio, operários pouco qualificados	59	41	63	37	44	56
	Aposentados	74	26	73	27	38	61
Onde mora	Município de menos de 15 000 habitantes	65	35	68	32	43	57
	Município de 15 001 a 100 000 habitantes	66	34	71	29	43	56
	Município de 100 001 à 500 000 habitantes	69	31	70	30	39	61
	Município de mais de 500 000 habitantes	70	30	72	28	44	56
Estudos	Estudou até menos de 21 anos de idade	65	35	65	35	39	61
	Estudou até 21 anos de idade ou mais	70	30	73	27	44	56
	Ainda é estudante	63	37	72	28	46	54
Posicionamento político	Interessado pela política	72	28	79	21	45	55
	Não interessado pela política	60	40	57	43	39	61
	Muito à esquerda	61	39	67	33	60	40
	Muito à direita	71	29	81	19	37	62
	À esquerda	70	30	74	26	55	45
	À direita	71	29	77	23	36	64
Visão da globalização	A globalização é uma oportunidade	70	30	74	26	44	56
	A globalização é uma ameaça	61	39	63	37	40	60

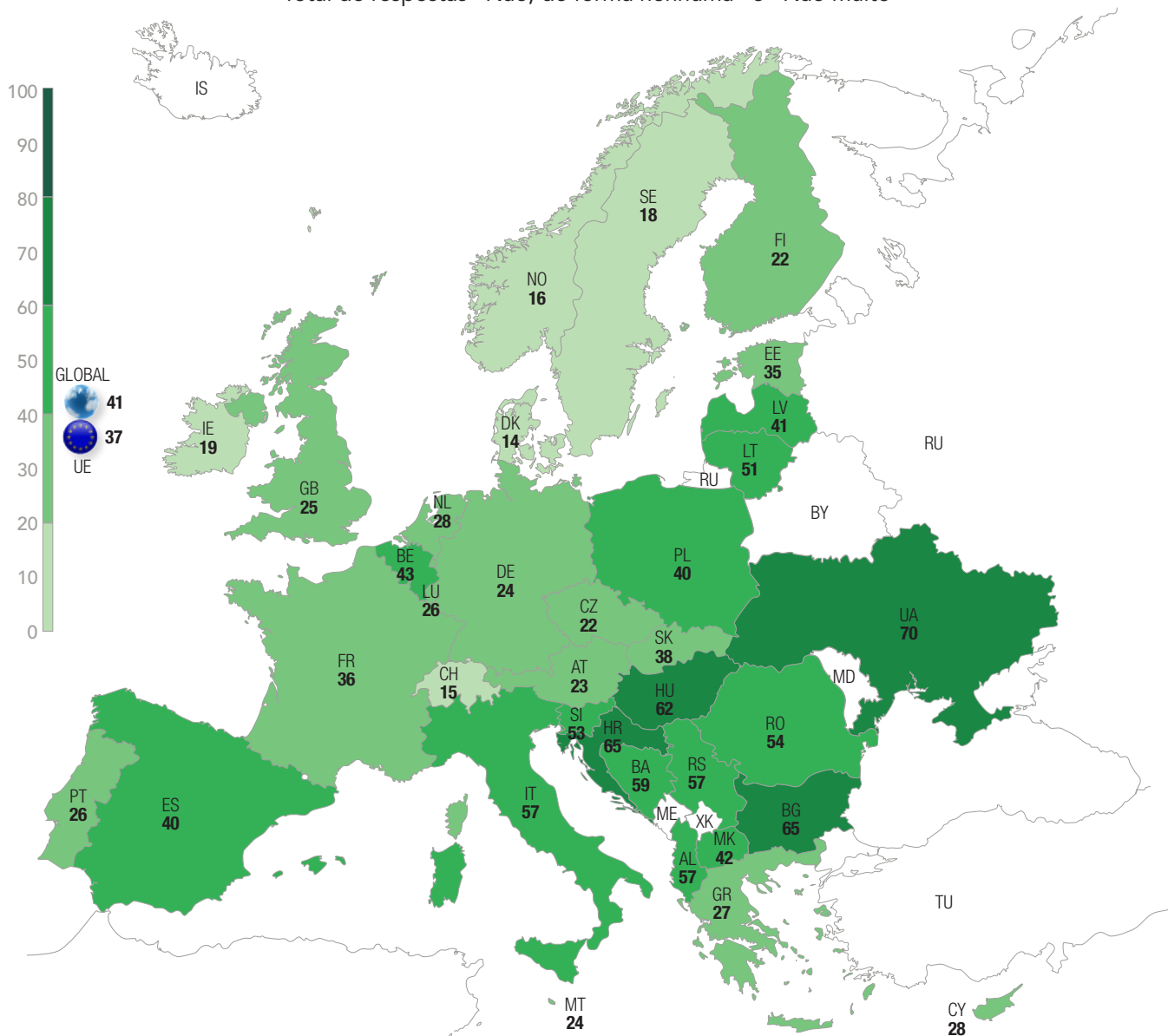
A TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL QUESTIONADA

MADELEINE HAMEL

Dada a importância do processo eleitoral na política democrática, pode ser surpreendente notar em nossa pesquisa que menos de um quinto (16%) dos cidadãos entrevistados considera “totalmente” transparente o funcionamento das eleições em seu país. Da mesma forma, nas 42 democracias estudadas, quatro em cada dez cidadãos (41%) consideram “de forma nenhuma” ou “não muito” transparente o sistema eleitoral de seu país.

Você diria que o processo eleitoral do seu país é transparente?

Total de respostas “Não, de forma nenhuma” e “Não muito”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

UMA OPINIÃO REVELADORA DOS NOVOS LIMITES DA TRANSPARÊNCIA DOS PROCESSOS ELEITORAIS

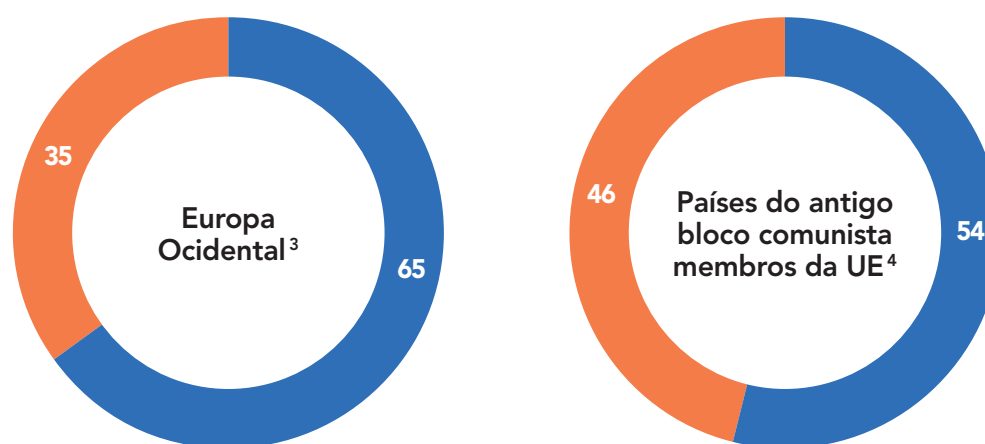
O nível de satisfação pública em relação a este ponto crucial varia significativamente em função da área geográfica e dos países considerados. O nível de satisfação mais elevado é registrado nos países da Commonwealth¹: em média, três quartos (75%) dos cidadãos inquiridos consideram que o funcionamento das eleições no seu país é “totalmente” ou “razoavelmente” transparente. Este nível é significativamente superior ao dos Estados Unidos (61%). O fato de que quase quatro em cada dez americanos (39%) julgaram o processo eleitoral de seu país como “não muito” ou “de forma nenhuma” transparente pode ser revelador dos escândalos que cercaram a interferência russa na eleição presidencial de 2016.

No que diz respeito às respostas dos habitantes dos países candidatos à adesão à União Europeia², a proporção de cidadãos que considera o processo eleitoral do seu país como transparente despenca aos 19 pontos em relação à média das democracias da União Europeia (63%), para se tornar minoritária (44%), com um quinto dos inquiridos (21%) a julgar “de forma nenhuma” transparente o sistema eleitoral no seu país. Aqui vemos como a adesão à União Europeia pode representar a possibilidade de alcançar uma transição democrática ainda frágil.

A Dinamarca tem a maior proporção de respondentes considerando que o sistema eleitoral do seu país é transparente (86%), seguido pelos suíços (85%) e pelos noruegueses (83%). Em contraste, húngaros (38%), croatas (35%), búlgaros (35%) e ucranianos (30%) são os mais insatisfeitos entre as 42 democracias do nosso estudo. Quanto aos britânicos, eles continuam afirmando em grande parte a transparência de seu sistema eleitoral (75%), apesar das complicações causadas pelo referendo sobre a saída da União Europeia. Valores semelhantes são encontrados em Israel, onde quase três quartos dos entrevistados (74%) consideram o processo eleitoral transparente. Este sentimento é menos amplamente partilhado pelos jovens israelenses, uma vez que mais de um terço dos menores de 35 anos (34%) acredita que o sistema eleitoral não é transparente, em comparação com 22% dos de 35 a 59 anos e 21% dos 60 anos ou mais.

Para a realização de nossa pesquisa, os brasileiros foram perguntados na véspera de uma eleição presidencial que levaria o populista Jair Bolsonaro ao poder. A campanha foi profundamente marcada por acusações da esquerda sobre o uso do aplicativo de mensagens WhatsApp pelo grupo de Bolsonaro para disseminar notícias falsas e mensagens de propaganda política. Em nosso estudo, a maioria dos entrevistados (54%) acredita que o sistema eleitoral não é transparente. Essa lógica se inverte no outro lado do pacífico, pois 46% dos japoneses consideram que o seu sistema eleitoral não é transparente.

Você diria que o processo eleitoral do seu país é transparente?



- Total de respostas: “Sim, totalmente” e “Razoavelmente”
- Total de respostas: “Não, de forma nenhuma” e “Não muito”

© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

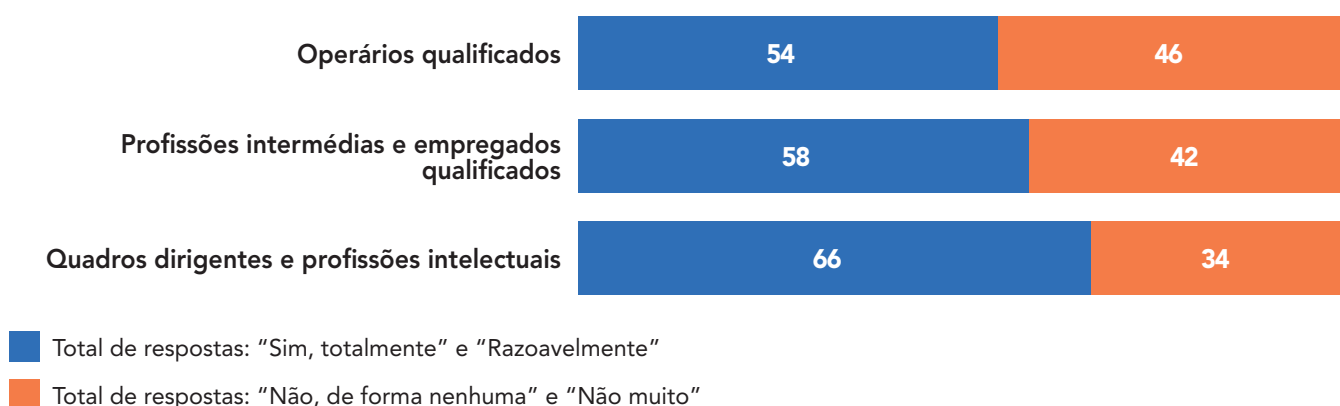
1. Neste grupo estão agrupados os seguintes países: Austrália, Canadá, Chipre, Malta, Nova Zelândia e Reino Unido.
2. Os seguintes países estão agrupados sob este termo: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte e Sérvia.
3. Este termo designa os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, e Suécia.
4. Este termo designa os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

A CONFIANÇA NO PROCESSO ELEITORAL É ALTAMENTE INFLUENCIADA PELO PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

A insatisfação com o funcionamento do sistema eleitoral varia de acordo com o perfil dos entrevistados, em específico segundo o gênero uma vez que 45% das mulheres acreditam que o sistema eleitoral não é transparente, contra 37% dos homens. Outro marcador de clivagem que pode ser levantado é o interesse pela política. De fato, os cidadãos entrevistados que se declararam interessados em política são mais propensos a considerar o sistema eleitoral de seus países como transparente (64%) que aqueles que dizem não estarem interessados em política (51%).

O posicionamento político desempenha um papel importante e mostra um fenômeno que merece ser enfatizado. Em média, aqueles que estão à direita do espectro político são mais propensos a julgar o sistema eleitoral transparente (66%) do que aqueles que reivindicam a esquerda (58%). Esse hiato é ainda mais visível à medida que vamos para os dois extremos do eixo, já que os indivíduos que se situam mais à esquerda da esquerda são menos propensos a julgar o sistema eleitoral como transparente (44%) do que aqueles que estão se situam mais à direita da direita (62%). Talvez seja o caso de se ver nisto um sinal de um movimento de tesouras, combinando, por um lado, uma crescente decepção dos cidadãos de esquerda e, por outro lado, uma maior satisfação dos cidadãos de direita em um mundo democrático marcado pelo declínio da social-democracia e um movimento à direita das majorias, eleição após eleição.

Você diria que o processo eleitoral do seu país é transparente?



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Opiniões sobre a transparência dos procedimentos eleitorais também interagem com a percepção dos entrevistados sobre sua situação. Aqueles que experimentam a sensação de ter sofrido um declínio ao longo dos anos, considerando que seu nível de vida piorou, são a maioria (54%) a julgar opaco o funcionamento do sistema eleitoral, enquanto esta opinião está presente em apenas um terço (32%) daqueles que pensam que seu padrão de vida melhorou. Dos cidadãos que acreditam que o seu modo de vida está ameaçado, metade (49%) também pensa que os procedimentos eleitorais não são transparentes, enquanto, mais uma vez, isto diz respeito apenas a um terço (33%) daqueles que não se sentem ameaçados. Finalmente, nota-se que entre aqueles que pensam que as coisas vão se deteriorar, um quinto dos entrevistados (19%) julga que o sistema "de forma nenhuma" é transparente.

TRANSPARÊNCIA DO SISTEMA E VALORES DEMOCRÁTICOS

A ideia de que o processo eleitoral não funciona de forma transparente está ligada a falta de confiança na democracia como sistema e nas instituições políticas desse sistema.

	O processo eleitoral é transparente	O processo eleitoral não é transparente
Você diria que		
O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível	76	55
Outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia	24	45
No seu país, diria que a democracia funciona...		
Total de respostas: "muito bem" e "bem"	67	27
Total de respostas: "muito mal" e "mal"	33	73

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Chave de leitura: Entre as pessoas que consideram que o processo eleitoral é transparente no seu país (total de respostas "sim, totalmente" transparente e "sim razoavelmente" transparente), 76% concordam com a ideia segundo a qual o regime democrático é insubstituível pois é o melhor sistema possível. Diferentemente, são 55% das pessoas que consideram que o processo eleitoral não é transparente no seu país (total de respostas "não, de forma nenhuma" e "não muito" transparente) que concordam com essa ideia.

Algo semelhante pode ser observado em relação à confiança nas instituições representativas: apenas 9% dos entrevistados que acreditam que o sistema eleitoral não é transparente dizem confiar em partidos políticos, em comparação com um terço (33%) daqueles que julgam o processo transparente. Da mesma forma, apenas 16% dos entrevistados que expressaram desconfiança no funcionamento das eleições dizem confiar no seu governo, em comparação com 50% daqueles que consideram o funcionamento do processo eleitoral satisfatório.

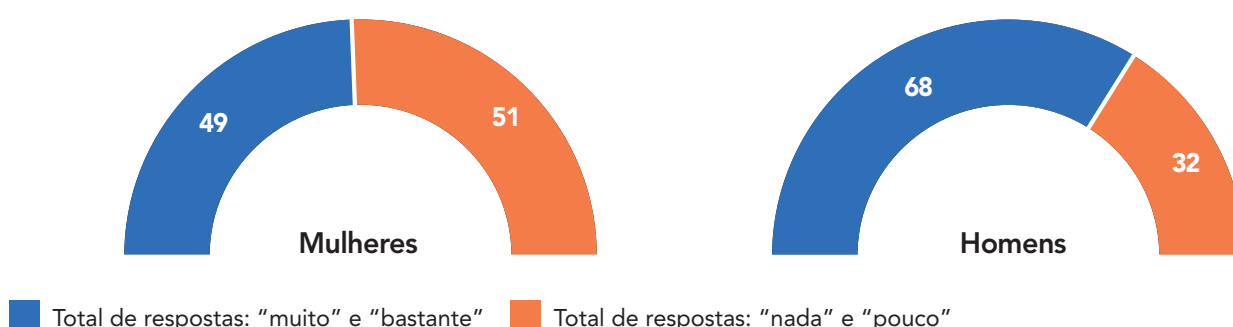
Entretanto, não parece haver uma diferença fundamental nos valores subjacentes à democracia. Por exemplo, entre aqueles que consideram que o sistema eleitoral em seu país não é transparente, 52% acham que é "útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas". Para esta metade dos inquiridos isto pode significar que o seu julgamento crítico do funcionamento do sistema eleitoral não é uma rejeição do procedimento democrático fundamental, mas uma exigência de sinceridade e honestidade sem a qual os ideais e os princípios democráticos são espezinhados.

DO DESINTERESSE PELA POLÍTICA À EROSÃO DOS IDEAIS DEMOCRÁTICOS

AMINATA KONE

No mundo democrático estudado em nossa pesquisa, a maioria dos entrevistados (58%) diz estar interessada em política, mas uma minoria considerável (42%) também diz que não está interessada. Sendo que o fato de um cidadão atribuir mais ou menos importância à política não é sem consequência sobre a representação que ele tem da democracia, formas alternativas de governo ou questões socioeconômicas.

O quanto você se interessa por política?



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Nota-se primeiramente que o nível de interesse pela política parece não influenciar a percepção de questões socioeconômicas. A maioria dos entrevistados está preocupada com o desemprego (71%), a perda de poder de compra (73%), a crise econômica (79%) e as desigualdades sociais (80%). Qualquer que seja o nível de interesse expresso pela política, as diferenças não excedem 3 pontos. O problema do desemprego, no entanto, é uma exceção: aqueles que dizem não estar interessados em política estão mais preocupados com o desemprego (74%) do que aqueles que se interessam por política (68%). O mesmo vale para a avaliação da confiança nos gigantes digitais, na internet e nas redes sociais. Mais uma vez, os resultados variam pouco de acordo com o interesse pela política.

Por outro lado, há diferenças quando se discute questões ligadas à democracia: 56% dos que dizem não se interessar por política acreditam que a democracia funciona mal em seu país e, inversamente, 55% daqueles que se dizem interessados em política sentem que a democracia funciona bem em seu país. Além disso, é entre aqueles que dizem não estar interessados em política que encontramos o maior número de cidadãos (40%) acreditando que "outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia", enquanto essa opinião é de apenas 28% entre aqueles que se dizem interessados em política.

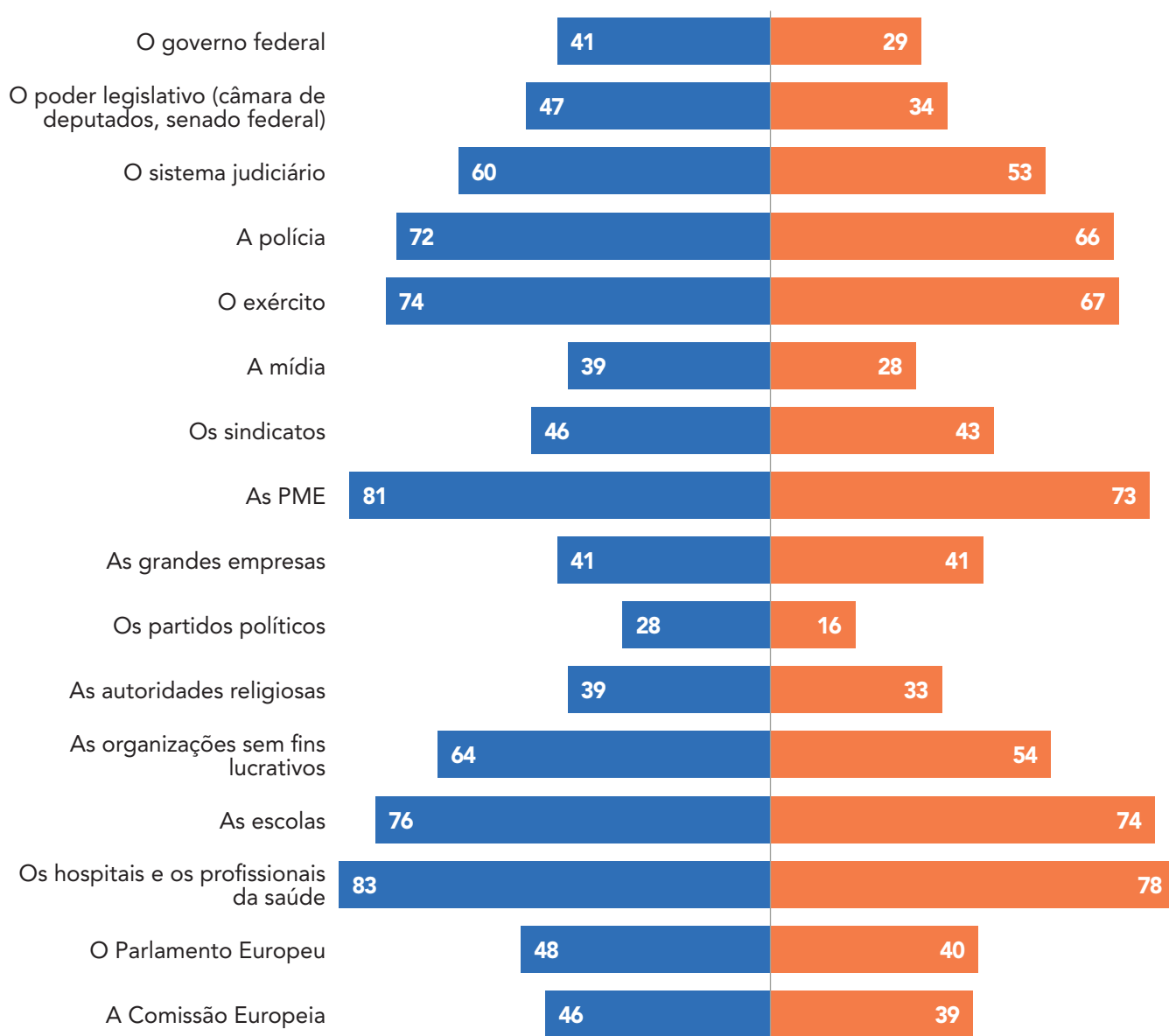
Isso também afeta fortemente o apego aos valores democráticos: 14% dos que declaram interesse na política sentem que não é importante "poder manifestar, sair às ruas", mas essa opinião corresponde a um quarto (25%) daqueles que dizem não ter interesse em política. Ainda mais impressionante e fundamental, quase metade (49%) daqueles que não estão interessados em política sentem que o processo eleitoral em seu país não é transparente; ao contrário, quase dois terços (64%) dos interessados em política consideram este processo eleitoral transparente.

O apoio às opções propostas em alternativa à democracia eleitoral é mais difundido entre aqueles que não estão interessados em política: 61% deles são a favor de "Ser um país onde especialistas e não um governo decidem o que é melhor para o país"(contra 54% dos interessados em política); um terço (33%) daqueles que não estão interessados em política diz que é a favor de um país governado por "uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições" (contra 28% daqueles que estão interessados em política).

A falta de interesse pela política - quer se baseie inicialmente na falta de formação e na falta de informação, quer seja o resultado da desilusão, de uma retirada cívica mais significativa do comportamento de protesto do que a falta de conhecimento - parece ser um dos determinantes do declínio dos valores democráticos e do impulso das opiniões favoráveis a um regime autoritário.

Confiança nas instituições

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"



■ Total de respostas: "muito" e "bastante" interessado pela política

■ Total de respostas: "nada" e "pouco" interessado pela política

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Chave de leitura: 41% das pessoas que dizem se interessar à política também declaram ter confiança no governo.

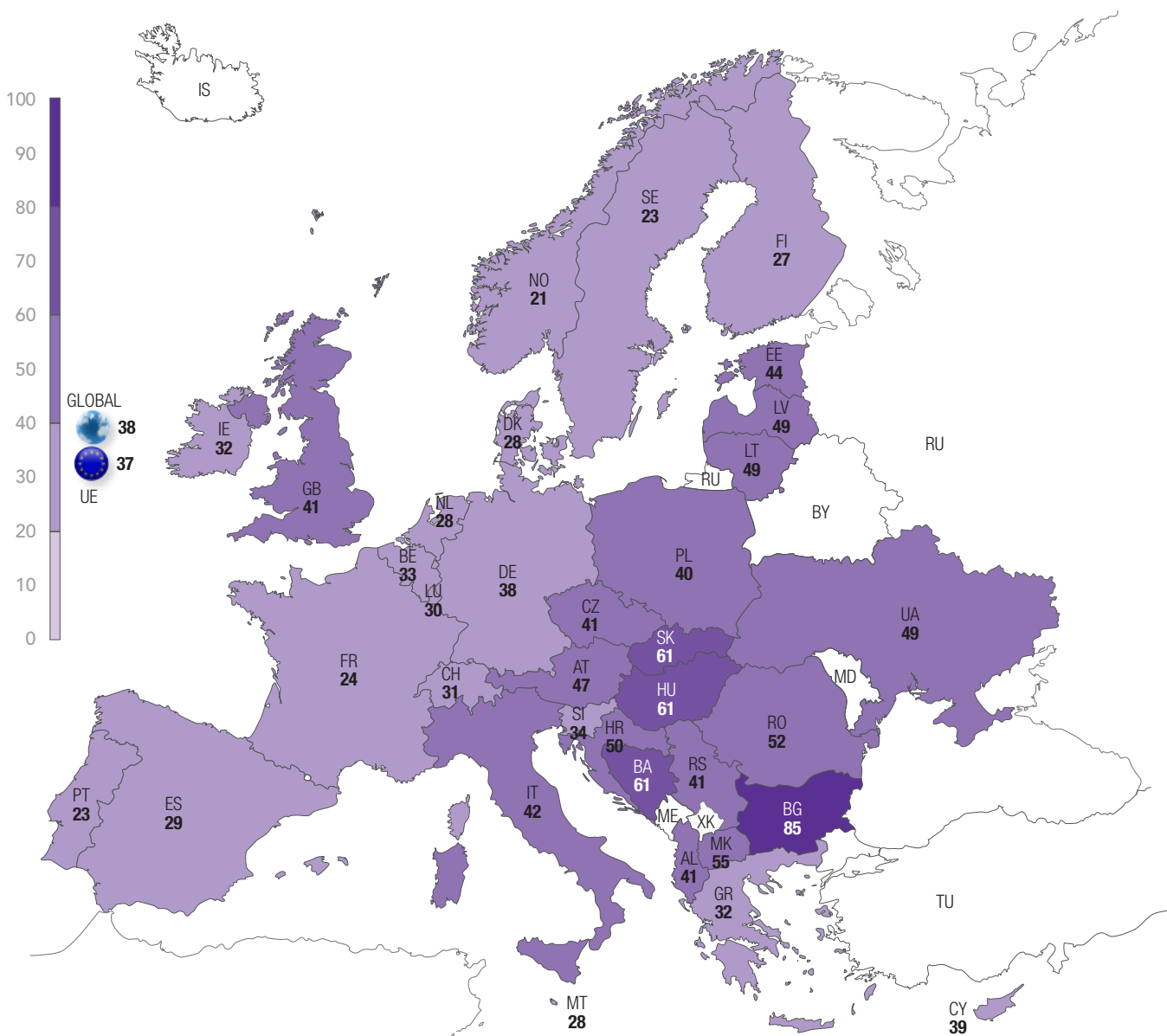
A LEGITIMIDADE DO SUFRÁGIO UNIVERSAL É INCONTESTÁVEL?

DOMINIQUE REYNIÉ

O sufrágio universal é a pedra fundamental teórica e prática da democracia. O voto tornou-se um direito que só pode ser condicionado por alguns critérios básicos, como na maioria das vezes a idade e a nacionalidade. A ideia de tornar o acesso ao voto dependente do domínio de certas habilidades já existiu no passado. Chegou até a constituir um passo decisivo no rumo ao sufrágio universal. Este sistema foi chamado de “epistocracia” ou “epistemocracia”. Mas hoje, condicionar o acesso ao voto a determinadas competências equivale a romper com a regra da universalidade do direito de votar.

Ter um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação seria bom ou ruim para governar o país?

Total de respostas: “muito bom” e “bom”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A hipótese de uma desconsolidação democrática é uma das interrogações fundamentais do nosso estudo internacional, na sequência do anterior¹. Essa desconsolidação poderia se manifestar na opinião pública pelo abandono de valores, princípios e mecanismos que sustentam e ordenam a política democrática. Isto é o que queríamos avaliar fazendo a seguinte pergunta: “indique se este modo de governar o país é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim: “ Ter um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação”. Em todo o nosso painel, um terço (38%) dos entrevistados aprova tal limitação no acesso ao voto. Isso é um resultado impressionante, dada a importância da questão.

Lendo-se os resultados, impressiona a permanência de uma fratura interna na União Européia, separando claramente os dois antigos blocos, o oriental e o ocidental. Para os países que faziam parte do bloco comunista agora membros da União Europeia, a metade dos entrevistados (49%) declara seu apoio a um tipo de projeto epistocrático. Das 42 democracias pesquisadas, os búlgaros são de longe os mais favoráveis a essa limitação (85%). A aprovação de um modelo epistocrático é também predominante entre húngaros e eslovacos (61%), romenos (52%) e croatas (50%). O nível de aprovação continua a ser muito elevado na Letônia e na Lituânia (49%), na Estônia (44%), na República Tcheca (41%) e na Polônia (40%). Nas portas da União Europeia, a aprovação do modelo epistocrático domina entre os bósnios (61%), macedônios (55%) e ucranianos (49%).

Localizados na linha divisória entre estas duas Europas, os austríacos (47%) são, entre todos os países da antiga Europa Ocidental, os mais favoráveis à epistocracia, seguidos pelos italianos (42%). Mas é no Ocidente que a epistocracia encontra os níveis mais baixos de apoio: entre os espanhóis (29%), os holandeses, os dinamarqueses e os malteses (28%), os finlandeses (27%), os franceses (24%), portugueses (23%) ou suecos (23%). Como consequência do Brexit, uma proporção significativa de britânicos (41%) concorda com a ideia de tornar o direito de voto dependente de um “certo nível de educação”, muito à frente dos suíços (31%).

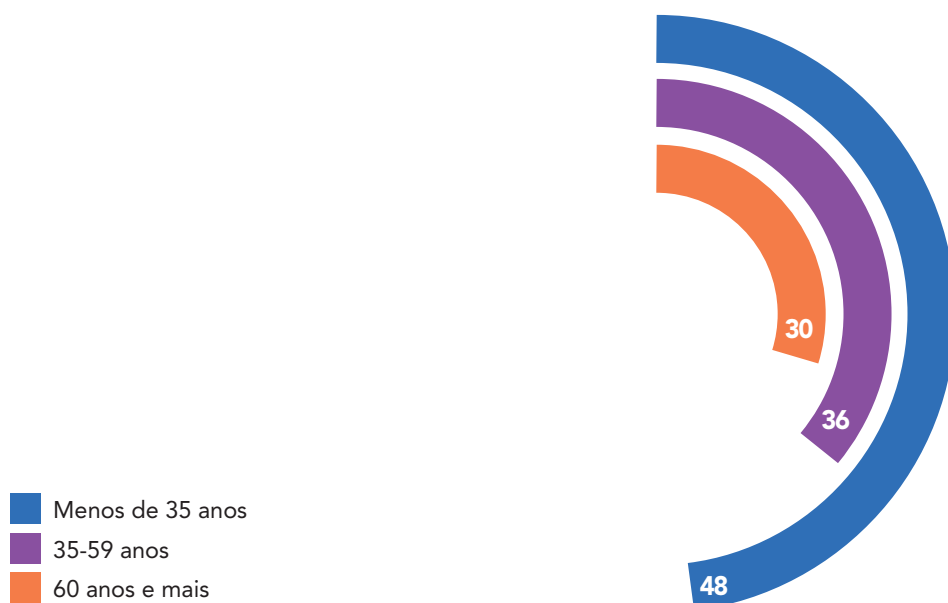
Fora do continente europeu, o apoio à epistocracia está acima da média geral (38%) na Austrália (45%) e no Canadá (41%); está próximo da média nos Estados Unidos (39%), na Nova Zelândia (37%), no Brasil (36%) e no Japão (34%). Mas este apoio é significativamente menor do que esta média em Israel (23%), que tem um dos níveis mais baixos, comparável ao da Suécia, França e Portugal, sendo o nível mais baixo o da Noruega (21%).

APOIO À EPISTOCRACIA, ÍNDICE DE UMA CULTURA AUTORITÁRIA

À primeira vista, o modelo epistocrático é uma ideia que pertence ao passado do mundo democrático. Mas recebe apoio ainda mais marcado na medida em que os entrevistados são mais jovens, sugerindo que, talvez, a adesão à epistocracia seja uma das manifestações de um processo de desconsolidação democrática.

Ter um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação seria bom ou ruim para governar o país?

Total de respostas: “muito bom” e “bom”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Dominique Reynié (dir.), *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017.
2. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

A hierarquia social também está vinculada com essa concepção elitista ou meritocrática da participação política. Assim, entre os gerentes seniors e as profissões intelectuais, a adesão ao modelo epistocrático é mais forte (46%) do que entre trabalhadores e empregados não qualificados (38%). Por outro lado, não vemos nenhuma relação com o nível de formação. O apoio não é mais amplo entre aqueles que completaram sua formação antes dos 21 anos (37%) do que entre aqueles que completaram sua formação aos 21 anos ou depois (38%). Essas breves considerações sociológicas levam à observação de que a ideia epistocrática é mais forte entre homens (41%) do que mulheres (35%), mais à direita do espectro político (44%) do que à esquerda (31%), e mais ainda para os que estão ainda mais à direita (57%) do que os que estão ainda mais à esquerda (30%).

Essas primeiras indicações sugerem que a aprovação de tal regime eleitoral poderia estar ligada a uma concepção mais autoritária da política.

	De um modo geral, você diria que...	
	O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível	Outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia
A favor da epistocracia*	35	43
Contra a epistocracia**	65	57
	Com qual das seguintes opiniões você mais se identifica?	
	É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas	Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo
A favor da epistocracia*	36	41
Contra a epistocracia**	64	59
	Concorda ou discorda com a seguinte afirmação: os homens e as mulheres são iguais e devem ter os mesmos direitos.	
	Total de respostas "discordo plenamente" e "discordo"	Total de respostas "discordo totalmente" and "discordo"
A favor da epistocracia*	37	46
Contra a epistocracia**	63	54
	Você é a favor ou contra a pena de morte?	
	Total de respostas "totalmente a favor" e "a favor"	Total de respostas "totalmente contra" e "contra"
A favor da epistocracia*	44	29
Contra a epistocracia**	56	71
	O que você acha desta afirmação relacionada aos refugiados: "temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria"?	
	Total de respostas "concordo totalmente" e "concordo"	Total de respostas "discordo totalmente" e "discordo"
A favor da epistocracia*	36	41
Contra a epistocracia**	64	59

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Total de respostas "muito bom" e "bom" à pergunta "indique se "um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação" é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim para governar o país".

** Total de respostas "muito ruim" e "ruim" à pergunta "indique se "um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação" é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim para governar o país".

Chave de leitura: 35% daqueles que consideram que o regime democrático é insubstituível também estão a favor da epistocracia, ou seja de um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação.

Por outro lado, a opinião sobre o funcionamento do sistema eleitoral não parece ter qualquer relação com o apoio ao modelo epistocrático, que é tão forte entre aqueles que acreditam que o processo eleitoral é transparente (38%) quanto entre aqueles que acham que não é (38%).

OS FANTASMAS DO AUTORITARISMO

DOMINIQUE REYNIÉ

Na pesquisa anterior de 2017, que cobria então 26 democracias¹, ficamos impressionados com a existência de uma demanda por autoridade, entendida como uma opinião a favor de uma forma autoritária de poder. Naquele momento, procurávamos avaliar essa demanda, pedindo aos entrevistados que avaliassem seis maneiras diferentes de organizar o poder. Duas modalidades de perguntas foram usadas, implicando em ambos os casos uma renúncia ou uma suspensão das liberdades. A primeira evoca uma organização autoritária do Estado, a segunda propõe confiar o poder ao exército.

A opção de uma organização estatal autoritária é anunciada nestes termos: “Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições”. Esta opção é vista como positiva por quase um terço (31%) dos entrevistados, e como negativa por 69%. Dentro da União Européia, 34% dos entrevistados apoiam a opção autoritária. Se considerarmos a opinião nos 11 Estados-Membros do antigo bloco soviético², um governo de uma “pessoa forte” recebe o consentimento de 40% dos inquiridos. A opção autoritária aproxima-se da maioria na Estônia (44%) e na República Tcheca (46%); alcança-a na Eslováquia (51%), a ultrapassa na Eslovênia (54%), na Romênia (57%) e, de maneira ainda mais importante, na Bulgária (62%) e na Lituânia (70%). Nos Balcãs, a ideia é presente na Sérvia (40%) e majoritária na Albânia (55%), na Macedônia (61%) e na Bósnia e Herzegovina (67%). Na Ucrânia, dois terços (64%) dos respondentes a apoiam. O velho mundo comunista permanece fortemente influenciado pelas formas autoritárias de governo. Contudo, na Polônia (23%) ou, em menor grau, na Hungria (34%), esta opinião é, em comparação, muito menos partilhada. Por conseguinte, é inútil simplificar a imagem cortando a Europa em dois blocos: um que seria autoritário no Oriente; e outro, que seria liberal, no Ocidente. Assim, os austríacos não estão longe de ser uma maioria para julgar favoravelmente a opção de um Estado autoritário (47%). O nível também está bem acima da média geral (31%) entre os finlandeses (42%) e italianos e letões (41%). Fora da Europa, o apoio a uma forma autoritária é forte em Israel (52%). É comparativamente menor no Japão (16%), nos Estados Unidos (24%) e até mesmo no Brasil (36%), que na época desta pesquisa, estava prestes a votar a favor de uma promessa de autoridade.

O perfil dos cidadãos sensíveis à organização autoritária do poder em torno de uma “pessoa forte” pode surpreender. Assim, os homens (31%) não são mais inclinados do que as mulheres (30%) a considerar essa perspectiva desejável. Por outro lado, há de fato um efeito de geração, sendo que a opção autoritária é tanto mais desejável quando os entrevistados são mais jovens. Isso deve ser visto como uma possível indicação de um processo de desconsolidação democrática³.

Indique se este modo de governar o país é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim:

Total de respostas: “muito bom” e “bom”

	18-34 anos	35-49 anos	50-59 anos	60 anos e mais
Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições	38	33	27	23
Ser um país dirigido pelo exército	31	23	16	11

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Menos inesperado, o apoio ao regime autoritário de um “pessoa forte” é mais fraco à esquerda - de 19% a 26% dependendo da posição que os entrevistados escolhem numa escala de 0 (muito à esquerda) a 10 (muito à direita) - que no centro (33%). O apoio a esse tipo de governo é ainda mais forte quando se desliza para a direita, chegando a 54% entre os entrevistados que se situam mais à direita.

1. Dominique Reynié (dir.), *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017.

2. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polónia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

3. Sobre esse tema, veja a análise de Anne Muxel neste livro, p. 43-46.

Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições é um modo de governar bom ou ruim?



Ser um país dirigido pelo exército é um modo de governar bom ou ruim?



■ Total de respostas: "muito bom" e "bom"
 ■ Total de respostas: "muito ruim" e "ruim"

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Na União Europeia, a escolha pela opção autoritária atinge 44% dos trabalhadores qualificados (contra 23% entre as profissões intelectuais e científicas). Esta opção consiste em 35% dos respondentes que consideram a globalização como uma ameaça e a proporção aumenta (47%) entre os menores de 35 anos que recebem a globalização. A ideia de "o exército dirigir o país" é considerada uma boa maneira de governar por 21% dos entrevistados nas 42 democracias da pesquisa. Nos antigos países comunistas esta opinião é ainda menos favorável (16%). À exceção da Romênia (24%), nenhum dos 27 Estados-Membros da União está acima da média global. São mais favoráveis os albaneses e os bósnios (29%) como também os macedônios (35%). Fora da Europa, os americanos (24%) estão ligeiramente acima da média global, mas é no público brasileiro (45%) que encontramos o maior apoio para a hipótese de um poder militar.

Para cada opção, indique se este modo de governar o país é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim:

Total de respostas: "muito bom" e "bom"

Dentro da União Europeia	Quadros dirigentes e profissões intelectuais	Profissões intermédias e empregados qualificados	Operários e empregados não qualificados
Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições	27	35	42
Ser um país dirigido pelo exército	10	14	17

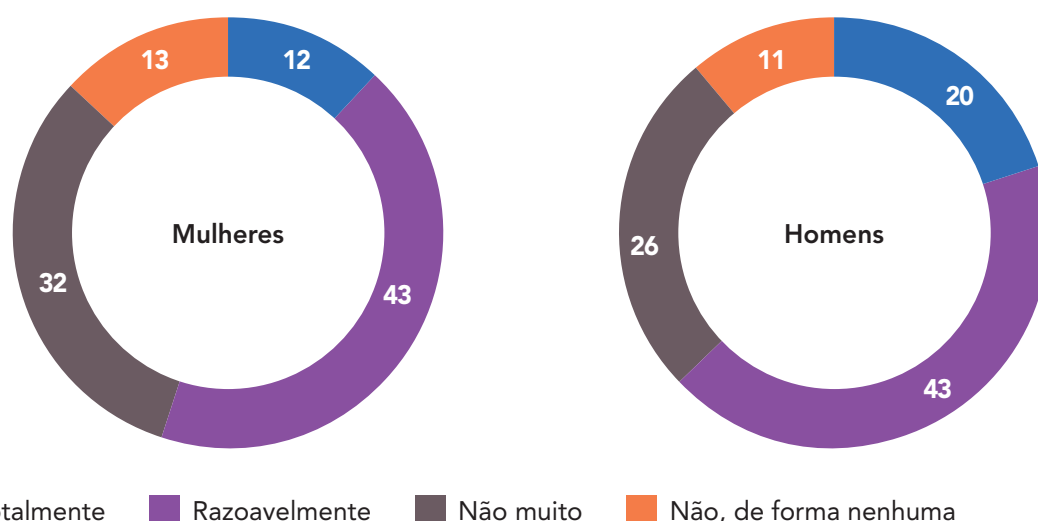
© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

OS HOMENS E AS MULHERES TÊM UM OLHAR DIFERENTE SOBRE A DEMOCRACIA

SAMUEL JOHANNES

Quase todos (93%) os entrevistados nas 42 democracias concordam que “homens e mulheres são iguais e devem ter os mesmos direitos”. No entanto, as desigualdades entre mulheres e homens podem ser associadas à maneira como ambos julgam o funcionamento da democracia em seu país. As democracias nas quais se observa as proporções mais elevadas de respondentes que acreditam que “a democracia funciona bem no seu país” são também aquelas em que os cidadãos são mais propensos a considerar que “homens e mulheres são iguais e devem ter os mesmos direitos”. Este é o caso do Luxemburgo e da Noruega, onde se pensa que a democracia funciona bem no país (86%) e onde se concorda massivamente com a afirmação de que “os homens e as mulheres são iguais e devem ter os mesmos direitos” (98%). O menor nível de respostas para a aprovação deste princípio de igualdade entre homens e mulheres foi registrado na Lituânia (82%), onde apenas metade (53%) da opinião acredita que a democracia funciona bem no país.

Você diria que o processo eleitoral do seu país é transparente?



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

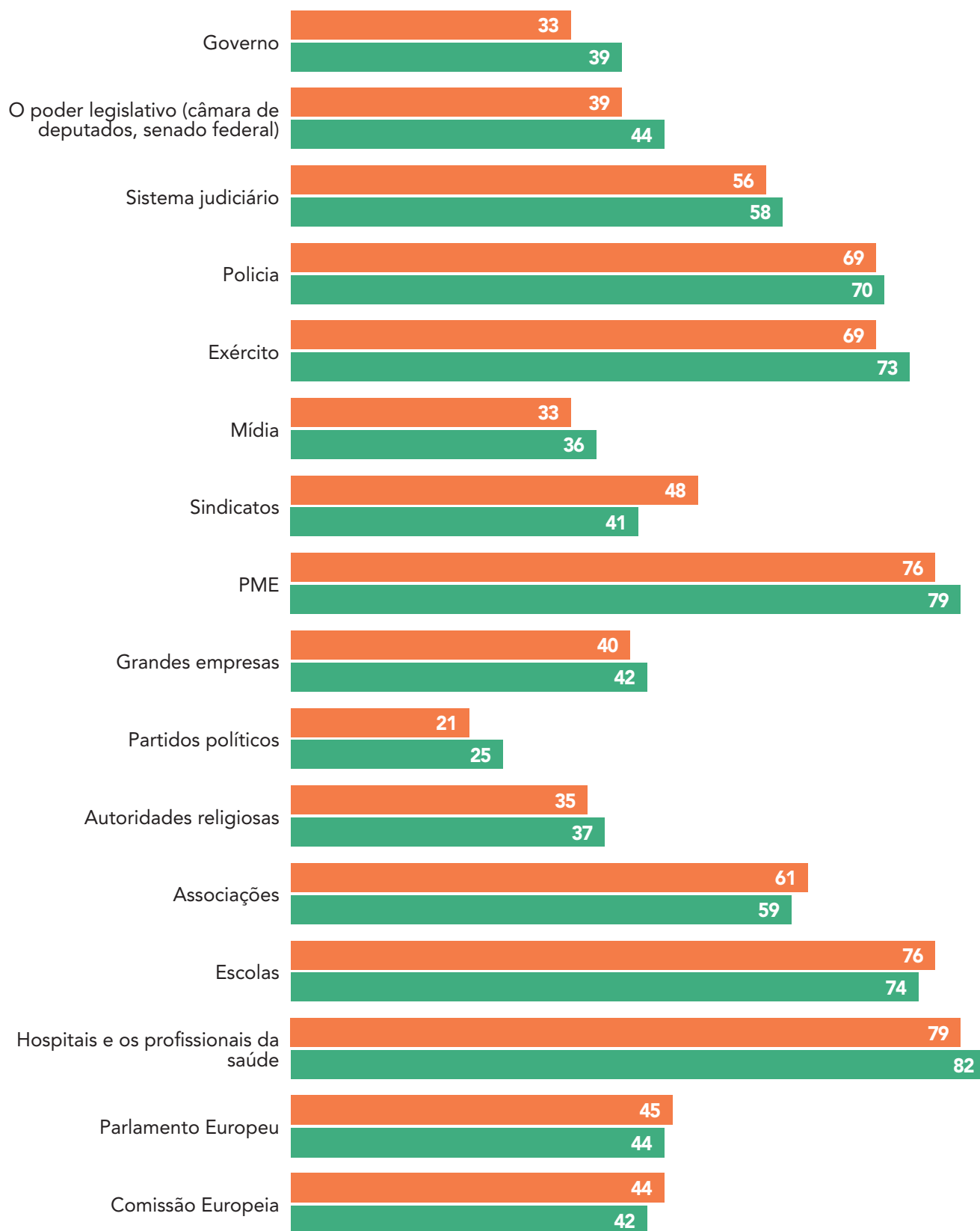
A pesquisa mostra que as mulheres são mais críticas do que os homens sobre o funcionamento da democracia em seu país: pouco menos da metade dos homens (47%) acha que a democracia funciona mal em seu país, mas é um pouco mais da metade das mulheres (52%) que compartilham essa apreciação negativa. As mulheres (64%) são mais céticas do que os homens (71%) quando se trata de afirmar que “o sistema democrático é insubstituível, é o melhor sistema possível”.

Pode-se notar que esses dados são perceptíveis através de médias calculadas com base nos resultados gerais, mas em mais da metade dos países estudados, as mulheres são tão comprometidas com a democracia quanto os homens. No entanto, algum desconforto persiste, pois nas 42 democracias de nossa pesquisa, as mulheres geralmente têm menos confiança nas instituições do que os homens, independentemente do nível geral de confiança da população.

Como mostrado no gráfico abaixo, as mulheres confiam menos do que os homens no governo (33% das mulheres contra 39% dos homens), no Parlamento (39% contra 44%), nos partidos políticos (21% contra 25%) e nas grandes empresas (40% contra 42%). No entanto, confiam mais do que os homens nos sindicatos (48% contra 41%), nas associações (61% contra 59%), nas escolas (76% contra 74%) como também nas instituições europeias (45% contra 44% no Parlamento Europeu e 44% contra 42% na Comissão Europeia).

Confiança nas instituições

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"



Mulheres Homens

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

RENOVAÇÃO GERACIONAL: DESMANTELAMENTO OU RECOMPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA?

ANNE MUXEL

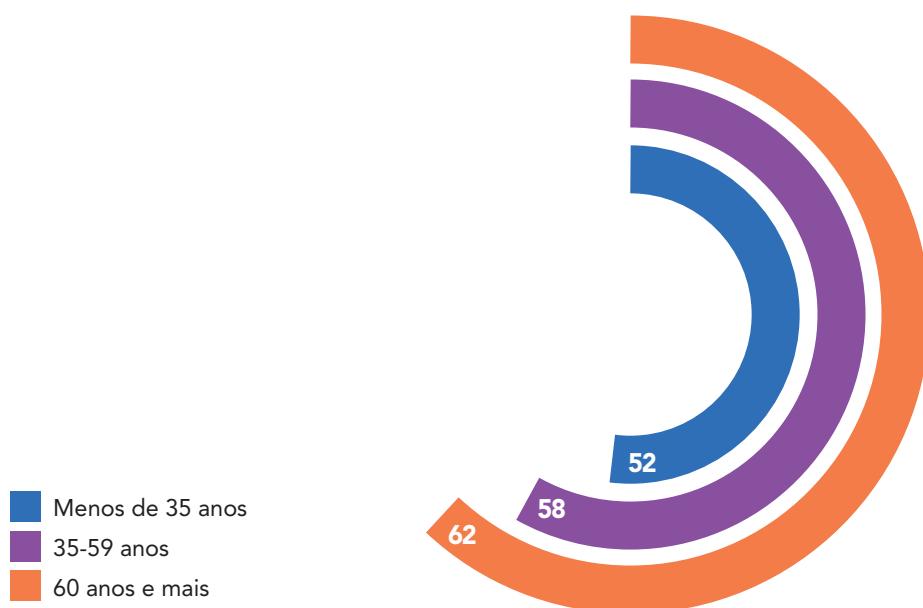
Já faz um certo tempo que a democracia parece estar se enfraquecendo junto com a renovação geracional e a história recente das sociedades ocidentais. Vários estudos mostraram uma tendência de enfraquecimento da confiança nas instituições políticas dos regimes democráticos e das expectativas dos cidadãos em relação a elas. A democracia, como projeto político, por conta da ambição que lhe é própria - por um lado, garantir o governo de todos e o respeito do pluralismo e das divergências de opinião; por outro lado, garantir a expressão e a participação do povo na decisão política por meio da representação através do voto - é estruturalmente decepcionante. Mas tudo indica que existe algo a mais acontecendo hoje do que essa simples decepção intrínseca.

Primeiramente, a crise social e econômica em muitas sociedades europeias causou entre os jovens um ressentimento difuso que mina a perspectiva de um futuro satisfatório e de melhoria em comparação com as gerações anteriores. A este respeito, muitos consideram que a social democracia como projeto político falhou em cumprir suas promessas de segurança, de redistribuição e justiça social, e de progresso.

Em segundo lugar, a confiança democrática foi abalada por um sentimento difuso de despojo dos marcos e dos grandes princípios que organizam tanto o equilíbrio quanto as divisões sociais tradicionais vigentes nas sociedades ocidentais. A globalização - econômica em específico - embaçou os mapas e é vista por muitos como uma ameaça e não como uma abertura benéfica e promissora. A demanda por um reforço da soberania nacional está alimentando os populismos de todos os tipos, cada vez mais atraentes para as populações e para muitos jovens. A democracia está de fato competindo com outros modelos, particularmente aqueles que desafiam as virtudes de sua máquina ou de suas instituições.

Finalmente, a demanda por ordem e autoridade leva a um questionamento das próprias expectativas da democracia, sua eficácia e suas virtudes morais e sociais intrínsecas. Sinaliza um mal-estar que se expressa na tentação radical de um recurso à força e à liderança autoritária ou a processos opostos ao ideal defendidos pelo projeto democrático.

Prefiro mais ordem, ainda que resulte em menos liberdade



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Sobre este assunto, ver Yascha Mounk, *Le Peuple contre la démocratie*, Éditions de l'Observatoire, 2018, et Steven Levitsky et Daniel Ziblatt, *La Mort des démocraties*, Calmann-Lévy, 2019.
2. Ver Myriam Revault d'Allonnes, *La Crise sans fin. Essai sur l'expérience moderne du temps*, Seuil, 2012.
3. Para uma síntese das atitudes e comportamentos políticos dos jovens franceses, ver Anne Muxel, *Politiquement jeune*, Fondation Jean Jaurès/Éditions de l'Aube, 2018.

Os diferentes sintomas da desconsolidação democrática não são isentos de paradoxos. Os sinais de apego à democracia ainda são ativos e preponderantes, incluindo a sacralização de um valor vital para os jovens, a liberdade, enquanto, ao mesmo tempo, expressam tentações extremistas, populistas e autoritárias. Solicitados a escolher entre liberdade e ordem, os menores de 35 anos são mais propensos do que aqueles com mais de 60 anos a escolher a liberdade, mesmo que isso implique o risco de uma quebra de ordem (48% contra 37% na amostra total de 42 democracias pesquisadas). Observa-se, no entanto, que 52% deles preferem a ordem mesmo com o risco de uma redução da liberdade. Os jovens são também mais propensos do que os mais velhos a acreditar que as ameaças à democracia devem justificar a interferência militar (53% das pessoas com menos de 35 anos contra 39% das pessoas com 60 anos ou mais), e são também mais numerosos a esperar a possibilidade de um poder militar para governar o país (31% contra 11%). Finalmente, os jovens são estruturalmente mais inclinados do que os mais velhos à abstenção e outras formas de expressão, ao mesmo tempo em que demonstram seu compromisso inabalável com o princípio da liberdade. Todos esses paradoxos desafiam e revelam que os jovens cidadãos das democracias modernas se sentem confusos. E, mais do que nunca, o projeto democrático como projeto político requer mais significado e pedagogia.

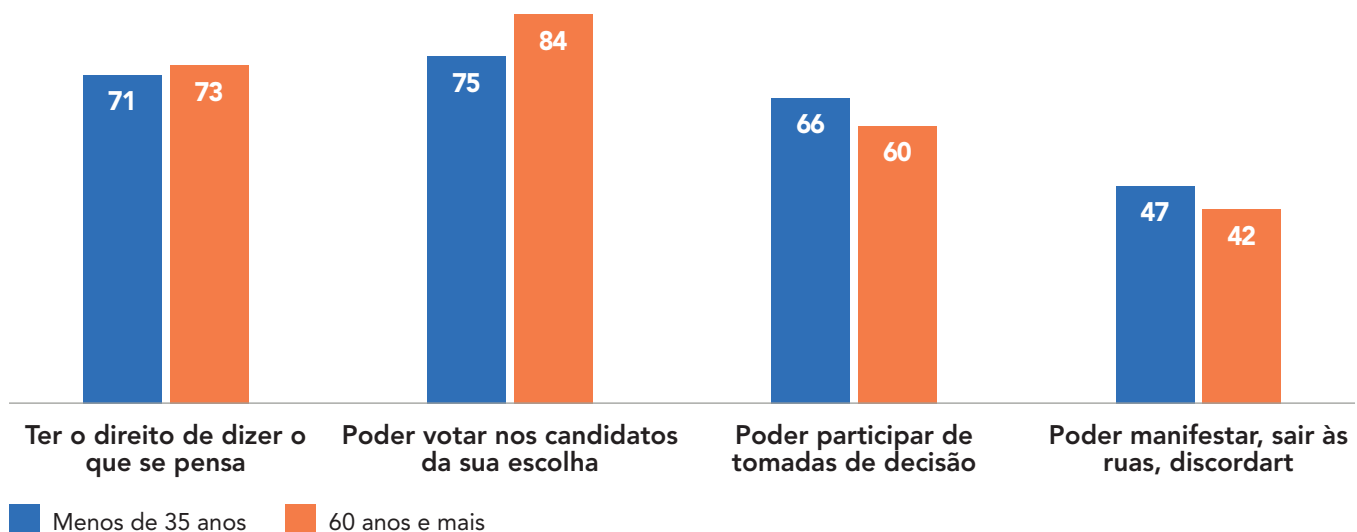
Exploremos as dimensões dessa desconsolidação à luz da dinâmica geracional. Além do relatório pessimista e alarmista segundo os quais “democraduras”⁴ estariam seduzindo cada vez mais cidadãos, especialmente os jovens, podemos considerar os sinais de uma reconstrução de outra relação à democracia, de outro repertório de expectativas? Por exemplo, como interpretar a abertura observada nas gerações mais jovens a outros sistemas políticos, sem excluir o uso de um pedido de ordem e autoridade? Trata-se, a rigor, de uma reviravolta autoritária, remanescente de uma história passada trágica, portanto, uma espécie de regressão da esperança democrática? Ou é um sinal de um desejo por algo diferente, de uma disposição mais experimental para regimes que eles não conheceram e provavelmente não querem, uma vez que são regimes que ameaçam o princípio de liberdade ao qual estes jovens estão visceralmente ligados? Segundo os dados analisados, o apego à democracia é desgastado de várias maneiras. Consideremos três dimensões características dos princípios fundamentais da democracia: a representação política, a democracia participativa e a demanda por ordem.

ENFRAQUECIMENTO DA IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO VOTO PELAS NOVAS GERAÇÕES

Entre os elementos considerados “muito importantes” para o bom funcionamento dos regimes democráticos, os dois mecanismos essenciais são, por um lado, a possibilidade de os cidadãos participarem no processo de tomada de decisão e, por outro lado, o direito de votar no candidato de sua escolha que tenha recebido aprovação da

Para cada uma das seguintes afirmações, indique se é importante para o bom funcionamento da democracia.

Resposta: “muito importante”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

4. NdT: No original em francês, “démocratures” faz jogo de sentido na fusão entre a palavra democracia (“democratie”) e a palavra ditadura (“dictature”). Mantivemos o neologismo pela proximidade dos vocábulos nas duas línguas.

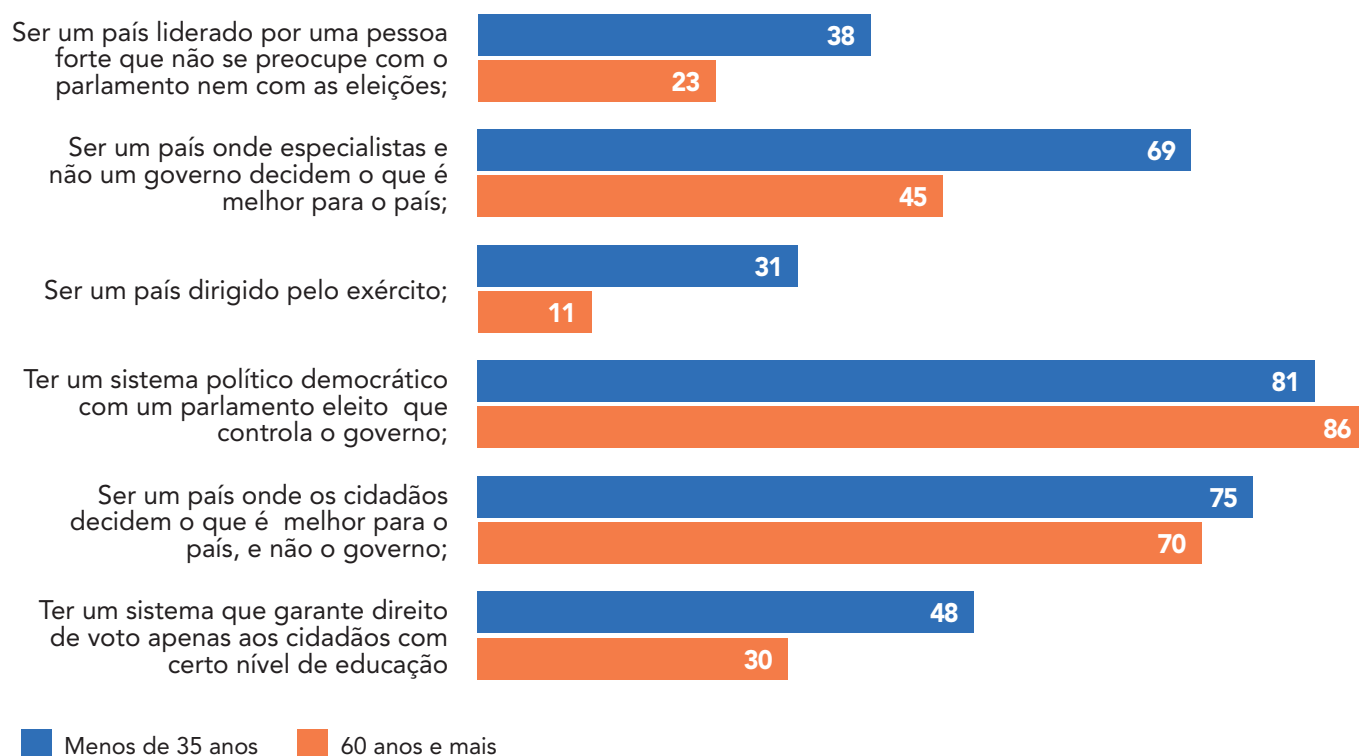
maioria (63% e 79% dos entrevistados em todos os 42 países, respectivamente). Porém, enquanto os mais jovens atribuem uma importância ainda maior à participação no processo de tomada de decisão (66% das pessoas com menos de 35 anos, em comparação com 60% das pessoas com 60 anos ou mais), os mais velhos insistem mais na dimensão eleitoral do voto (84% das pessoas com 60 anos ou mais, em comparação com 75% das pessoas com menos de 35 anos).

Esse hiato pode parecer pequeno, mas revela uma tendência de enfraquecimento na dinâmica geracional da importância dada ao voto *stricto sensu* em favor de uma demanda crescente, ainda que mal definida, de contornar as várias formas de mediação da representação política. Embora o ato de votar não seja em si tão desacreditado assim - 70% dos menores de 35 anos e 74% daqueles com 60 anos ou mais consideram que "é útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas" - o sistema eleitoral é, no entanto, percebido por um número significativo de cidadãos, e ainda mais entre os jovens, como insuficientemente transparente (41% de todos os inquiridos, 43% dos que têm menos de 35 anos e 36% das pessoas com 60 anos ou mais).

A desconfiança nas instituições políticas e nos profissionais da política é geral, e provavelmente tem a ver com esta avaliação. Mas essa desconfiança dobra para os jovens de uma suspeita em relação aos próprios cidadãos e às suas capacidades de discernimento. Assim, eles são muito mais propensos do que os mais velhos - quase um em cada dois - a considerar que seria benéfico dar o direito de voto apenas àqueles cidadãos que são considerados competentes o suficiente (48% dos menores de 35 anos contra 30% daqueles com 60 anos ou mais e 38% no conjunto da amostra de 42 países). Isto sendo que a possibilidade de votar em candidatos de sua escolha é percebida como "muito importante" por 75% dos menores de 35 anos. Este aparente paradoxo indica o estado de confusão em que podem estar. A votação não é contestada em princípio, mas está contaminada com suspeitas em relação aos seus usos como também suas aplicações. É também uma crise de legitimidade da decisão eleitoral que se expressa em um clima geral de enfraquecimento da credulidade democrática.

Indique se este modo de governar o país é/seria muito bom, bom, ruim ou muito ruim

Total de respostas: "muito bom" e "bom"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A cultura de protesto se espalhou amplamente em todas as democracias ocidentais, mantendo e legitimando uma relação necessariamente mais crítica ao sistema político. Ao mesmo tempo, a crise das mediações institucionais e a demanda por participação direta dos cidadãos reforçaram seus modos de expressão. Hoje, nas 42 democracias estudadas, 45% dos entrevistados consideram que atos de protesto e manifestações são “muito importantes” para o bom funcionamento da democracia. Isto é um pouco mais marcado entre os mais jovens (47% dos menores de 35 anos), mas, obviamente, esta dimensão “demonstrativa” e expressiva da democracia está agora amplamente integrada pelas populações mais velhas (42%).

Este reconhecimento do protesto faz parte da afirmação de um direito de expressão considerado como fundamental na democracia: 71% dos menores de 35 anos e a mesma proporção entre os mais velhos (73%) consideram que é “muito importante” também ter o direito de dizer e expressar o que se pensa. E, é claro, essa necessidade está associada à ideia de que os cidadãos devem participar ativamente e o mais próximo possível das decisões políticas: 72% consideram que os cidadãos decidirem, e não o governo, é bom para o país.

UMA DEMANDA POR ORDEM E AUTORIDADE

É uma constante em pesquisas nacionais e internacionais: a tentação autoritária afeta uma parte significativa da população já afeita, no entanto, à democracia. O retorno da liderança autoritária faz parte das expectativas de mais e mais cidadãos na maioria dos países europeus. Essa atração pela autoridade faz parte da fresta aberta pelo reconhecimento de possíveis alternativas ao sistema democrático. Se este último ainda é considerado pela grande maioria dos cidadãos (67%) como o melhor regime político possível, apesar de suas falhas e defeitos, uma proporção significativa (33%) admite que outros sistemas poderiam ser tão bons como a democracia. Neste ponto, uma lacuna geracional parece estar aumentando: 38% das pessoas com menos de 35 anos são a favor da ideia de alternativas possíveis contra apenas 24% dos maiores de 60 anos.

Esta abertura a outras modalidades e outros princípios de organização do poder duplica entre os jovens com uma maior aceitação da possibilidade de liderança autoritária: 38% das pessoas com menos de 35 anos consideram que seria benéfico para o seu país confiar o poder a “um homem forte que não precisa se preocupar com o Parlamento ou as eleições”, contra apenas 23% daqueles com 60 anos ou mais. A combinação desses dois elementos sugere um processo de desconsolidação democrática em curso com as novas gerações. Mas resta entender o significado e, principalmente, as implicações deste processo na construção da cidadania e na relação com a política das atuais gerações mais jovens. Aparece particularmente em países onde a experiência democrática ainda é recente (Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Lituânia, Macedônia do Norte, Romênia ou Ucrânia) e menos na Espanha, Grécia, Dinamarca, Holanda, Malta e Suécia. No entanto, mesmo em democracias mais antigas, a tentação de liderança autoritária entre os jovens também se deve à falta de experiência nessa área, ao contrário das gerações mais antigas.


A combinação dos três repertórios democráticos examinados e as disposições expressas pelos jovens dos vários países nos permite refinar o diagnóstico e, talvez, melhor entender se trata-se de um fenômeno de desconsolidação ou de refundação. Podemos assim diferenciar vários casos:

- uma forte cultura de protesto, uma relativização da importância dada ao voto e à democracia representativa, combinadas com a demanda por um homem forte que provavelmente circunscreve um ambiente propício à desconsolidação democrática. Tendo em conta esta pesquisa, os países potencialmente afetados por este regime são a Lituânia, a Romênia, a Eslovênia, a Bulgária, a Croácia e a Ucrânia;
- uma forte cultura de protesto, uma ênfase no voto e na democracia representativa, combinada com uma baixa atração pela demanda de um homem forte, definem entretanto os contornos da resistência de um projeto democrático, mas no contexto de uma cidadania mais crítica. Os países envolvidos nesta configuração são a Dinamarca, a França, a Alemanha, a Hungria, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, a Holanda e a Suécia;
- uma cultura de protesto forte, uma ênfase no voto e na democracia representativa, combinada com uma demanda por um homem forte, definem uma demanda complexa e até paradoxal, como Israel, onde a cultura democrática pode coexistir com uma demanda por liderança autoritária;
- uma cultura de protesto fraca, uma tentação fraca para um líder forte, enquanto a importância dada ao voto e a democracia representativa permanece alta, é observada no Japão.

As atitudes e opiniões dos jovens em relação à democracia dependem claramente dos contextos histórico-políticos dos países a que pertencem. A categorização proposta é demasiado sumária para explicar toda a sua complexidade. No entanto, nos convida a considerar a relação dos jovens com a democracia em seus vários componentes e mostra que, embora muitos desenvolvimentos indiquem sinais de desconsolidação, outros também indicam sinais de recomposição.

UM MUNDO EM COMUM





• No mundo democrático, a globalização é uma oportunidade Nicolas Rigaudière.....	52
• O desafio migratório à luz da questão dos refugiados Dominique Reynié.....	54
• Territórios na globalização: a metrópole e suas periferias Victor Delage.....	59
• O islã suscita a preocupação Dominique Reynié.....	62
• Religiões: tolerância e crispações Victor Delage.....	64
• A tolerância, condição de uma sociedade livre: religião, orientações sexuais, opiniões políticas, origem étnica Katherine Hamilton.....	66
• Das desigualdades sociais à polarização social: o que a globalização faz com as democracias Aminata Kone.....	68
• Quem detém o poder? Thibault Muzergues.....	70
• Confiança nos gigantes de tecnologia... com exceção do facebook Paul-Adrien Hyppolite e Antoine Michon.....	72
• Inovações científicas e tecnológicas são consideradas como fonte de progresso Madeleine Hamel.....	75
• Engrenagem da economia nacional ou símbolo de um capitalismo globalizado: a dimensão das empresas molda as representações coletivas Guillemette Lano.....	77
• Nível de vida e estilo de vida: a dupla crise do patrimônio Dominique Reynié.....	79

NO MUNDO DEMOCRÁTICO, A GLOBALIZAÇÃO É UMA OPORTUNIDADE

NICOLAS RIGAUDIÈRE

O termo “globalização”¹ refere-se a um processo de intensificação das trocas internacionais de todos os tipos: capital, bens, informação, etc. Se a globalização é uma das questões políticas mais importantes do século XXI, certamente é porque ela molda o cotidiano de estados e indivíduos, mas também porque o ponto de vista que podemos ter sobre esse fenômeno condiciona fortemente a opinião sobre muitas questões. Foi nessa perspectiva que nossa pesquisa sugeriu aos entrevistados que nos indicassem quais das duas proposições seguintes eles se sentiam mais próximos: “a globalização é uma oportunidade” ou “a globalização é uma ameaça”.

A GLOBALIZAÇÃO É VISTA DE FORMA POSITIVA

Em toda a União Europeia, uma clara maioria (59%) considera a globalização como uma oportunidade. Entre os europeus, os portugueses são os mais numerosos (78%) a considerar a globalização como uma oportunidade, à frente dos suecos (76%), dos malteses (72%), dos dinamarqueses (71%) e dos finlandeses (70%). Ela é vista, ao contrário disso, como uma ameaça pelos eslovacos (51%), estonianos (52%), franceses (56%), cipriotas (59%), gregos (59%) e pelos tchecos (63%).

Mesmo se a opinião europeia que julga favoravelmente a globalização é majoritária (59%), o seu nível é significativamente inferior à média global (66%). Nos países anglo-saxões, a globalização é mais amplamente vista como uma oportunidade pelos canadenses (74%), neozelandeses (68%), britânicos (65%) e, em menor grau, pelos americanos (62%), dos quais 43% dos que vivem em cidades com menos de 15.000 habitantes a consideram uma ameaça. Os australianos (57%) têm o mesmo nível dos europeus. Por fim, destaca-se a forte pontuação atingida pela opinião que favorece a globalização na Noruega (73%), Israel (75%), Japão (76%) e Brasil (81%). Mais surpreendentemente, na Suíça, um dos países considerados dos mais interconectados, apenas metade (50%) dos cidadãos percebem a globalização como uma oportunidade.

A PERCEPÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO VARIA DE ACORDO COM O TAMANHO DA ÁREA URBANA

Em escala global, o julgamento positivo em relação à globalização continua sendo a maioria (66%), independentemente dos critérios sociodemográficos utilizados. O sexo não é significativamente determinante: 35% dos homens e 33% das mulheres a consideram uma ameaça. Existem apenas pequenas diferenças por idade, com 31% das pessoas com menos de 35 anos, 35% das pessoas de 35 a 59 e 36% delas com 60 anos ou mais compartilhando essa visão. Variações maiores aparecem de acordo com categorias sócio-profissionais. O otimismo gerado pela globalização é mais presente entre gestores e intelectuais (71%) do que entre trabalhadores e empregados não qualificados, onde permanece, no entanto, majoritário (62%). O nível de educação tem efeito, já que a proporção de respondentes que não cursaram seus estudos além dos 21 anos e que consideram a globalização como uma oportunidade (59%) é significativamente menor que entre aqueles que seguiram seus estudos além da idade de 21 anos (69%). Mas a percepção varia muito entre metrópoles e suas periferias: os respondentes em cidades com menos de 15.000 habitantes são os mais propensos a descrever a globalização como uma ameaça (40%), enquanto as pessoas nas cidades com mais de 500.000 pessoas percebem isso como uma oportunidade (72%). Por último, mas não menos importante, as pessoas à esquerda do espectro político são mais propensas a ver a globalização como uma oportunidade (72%) do que aquelas à direita (61%).

1. As palavras “globalização” e “mundialização” serão aqui consideradas equivalentes e permitem designar esse processo revolucionário de crescente incorporação das existências em uma dimensão planetária comum.

		A globalização é uma oportunidade	A globalização é uma ameaça
De um modo geral, acha que o fato de o seu país pertencer à União Europeia é:			
Positivo		63	30
Negativo		11	32
Confiança nas instituições políticas			
O governo	Confia	38	31
	Desconfia	62	69
O poder legislativo (câmara de deputados, senado federal)	Confia	44	36
	Desconfia	56	64
O sistema judiciário	Confia	61	49
	Desconfia	39	51
Os partidos políticos	Confia	24	21
	Desconfia	76	79
A mídia	Confia	39	26
	Desconfia	61	74
Impacto das descobertas tecnológicas			
Para as liberdades	Positivo	63	46
	Negativo	8	17
Para o emprego	Positivo	69	54
	Negativo	10	20
Para a saúde	Positivo	84	70
	Negativo	4	12
Para as relações humanas	Positivo	59	42
	Negativo	12	24
Internet e as redes sociais			
São positivas, pois permitem que cada um se expresse mais livremente	Concordo	78	66
	Discordo	22	34
São positivas, pois permitem que cada um busque informações	Concordo	86	79
	Discordo	14	21
São positivas, pois permitem conhecer novas pessoas	Concordo	79	69
	Discordo	21	31
São negativas, pois fornecem a terceiros (empresas, governos, círculos próximos, etc.) demasiadas informações sobre a nossa vida privada	Concordo	62	76
	Discordo	38	24
São negativas, pois favorecem a difusão de informações falsas	Concordo	70	77
	Discordo	30	23
São negativas, pois fazem com que falemos apenas com pessoas que partilhem da nossa opinião	Concordo	31	39
	Discordo	69	61

Chave de leitura: Entre aqueles que consideram que a globalização é uma oportunidade, 63% consideram o fato de o seu país pertencer à União Europeia como algo positivo.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O DESAFIO MIGRATÓRIO À LUZ DA QUESTÃO DOS REFUGIADOS

DOMINIQUE REYNIÉ

Entre os elementos que estão em jogo no mundo democrático, um dos mais poderosos é, sem dúvida, a demografia. A questão surge em razão do envelhecimento da maioria das democracias, introduzindo o problema da renovação de gerações, bem como dos efeitos sobre a economia (o estado de bem-estar social) ou mesmo representações coletivas e opiniões políticas. Dado o baixo crescimento populacional das nações mais ricas, o problema da renovação geracional levanta, então, a questão da imigração. Embora considerada necessária, a imigração, no entanto, também faz surgir resistências importantes, e mesmo, às vezes, uma forte hostilidade por parte de muitos segmentos da opinião pública, que podem, ocasionalmente, formar uma maioria. Dessa forma a questão demográfica preocupa os países democráticos expostos a fluxos migratórios que as opiniões públicas consideram massivas. Essa questão influencia ainda mais o debate político na medida em que esses fluxos dizem respeito aos migrantes de cultura muçulmana, gerando tensões interculturais em que os partidos populistas atraem recursos importantes para o seu desenvolvimento.

INSATISFAÇÃO DEMOCRÁTICA E OPOSIÇÃO AO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

Em nosso estudo, vemos que esses fenômenos de opinião tem uma importância impressionante, especialmente no espaço democrático europeu. Para medir isto, fizemos uma série de perguntas, uma das quais diz respeito à recepção de refugiados. Sem reduzir a questão migratória à recepção de refugiados, podemos admitir que o grau de aceitação de uma política de acolhimento de refugiados fornece informações sobre a percepção dos fenômenos migratórios.

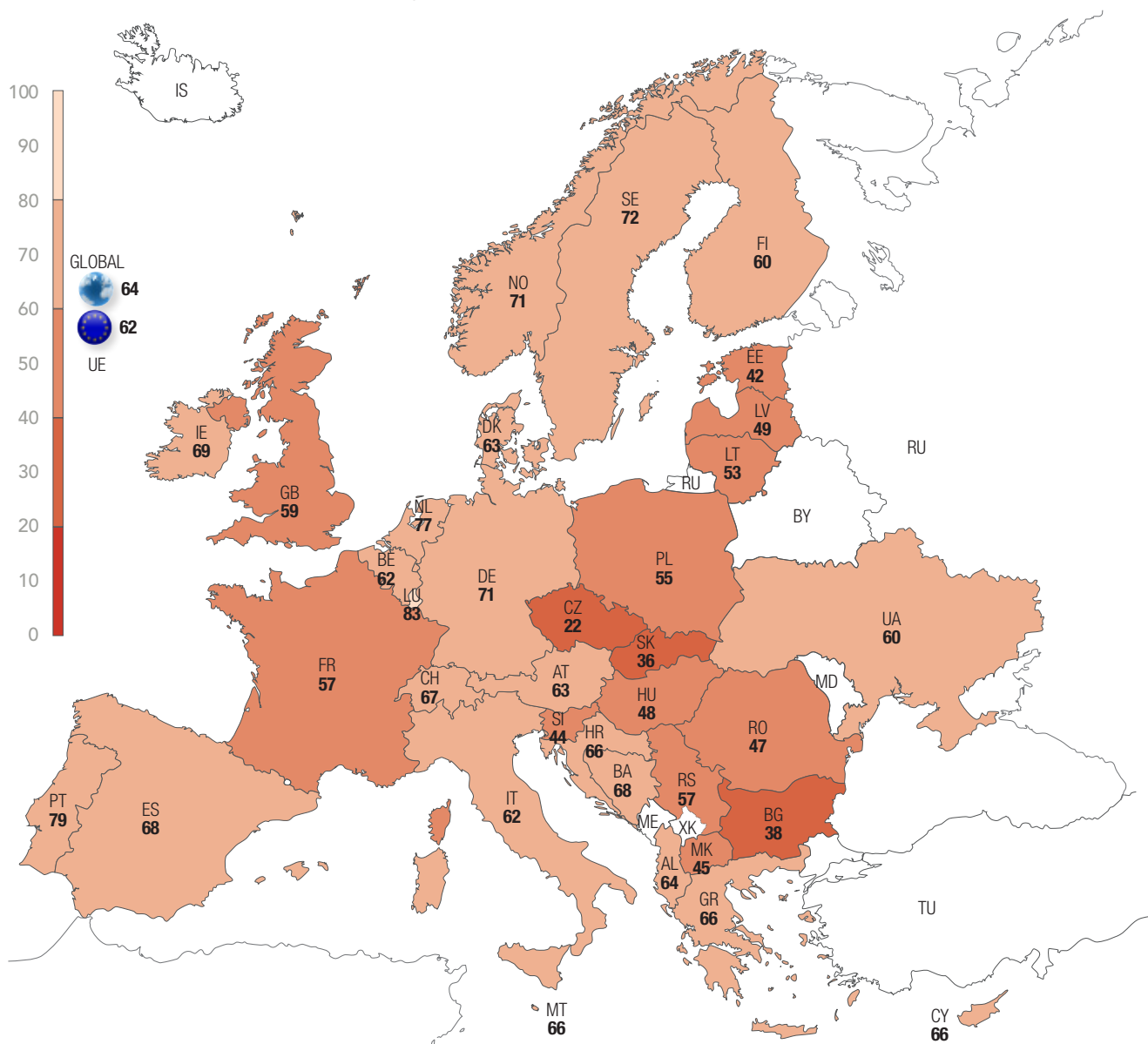
Fizemos, primeiramente, a seguinte pergunta: “No que diz respeito aos refugiados, você concorda com a seguinte proposta:” temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria” Em todas as 42 democracias, essa proposta obteve a aprovação de quase dois terços dos entrevistados (64%). O assunto é especial na Europa, como mostra o fato que em toda a União Europeia onde 62% dos entrevistados concordam com a existência de tal obrigação e 38% discordam. Se considerarmos os 11 países que aderiram à União Europeia após o colapso do comunismo¹, observamos que a maioria da opinião (53%) não é a favor de um dever de recepção: a oposição ao princípio da recepção atinge 78% na República Tcheca, 64% na Eslováquia, 62% na Bulgária, 58% na Estônia, 56% na Eslovênia, 53% na Romênia, 52% na Hungria e 51% na Letônia. Minoritária, esta oposição ainda é muito forte na Lituânia (47%) e na Polônia (45%). Nas portas da União Europeia, também é forte entre os macedônios (55%), sérvios (43%) e ucranianos (40%). Mas essa opinião não une apenas a antiga fronteira que separa a Europa Ocidental da Europa Oriental. Uma proporção significativa de inquiridos franceses (43%), bem como britânicos (41%) e finlandeses (40%) rejeitam o princípio do dever de acolher refugiados. Fora da Europa, um nível de rejeição similarmente alto é registrado em Israel (56%), Austrália e Japão (48%).

No mundo democrático estudado, o apoio ao dever de acolher é mais prevalente entre os jovens de 18 a 34 anos (70%) do que entre aqueles com 60 anos ou mais (62%). Este apoio torna-se uma minoria (49%) entre aqueles que vêem a globalização como uma ameaça. A ligação entre o medo da globalização e a oposição ao princípio da recepção dos refugiados é mais marcada no espaço democrático europeu. Como pode ser visto na tabela a seguir, no nível global, essa relação é reforçada pela idade. Ao contrário disso, na UE, entre aqueles que temem a globalização, são os mais jovens quem mais se opõem à recepção dos refugiados.

1. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

“Temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria”

Total de respostas: “concordo totalmente” e “concordo”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O que você acha desta afirmação relacionada aos refugiados: “temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria”	A globalização é uma ameaça					
	Menos de 35 anos		35-59 anos		60 anos e mais	
	GLOBAL	UE	GLOBAL	UE	GLOBAL	UE
Total de respostas: “concordo totalmente” e “concordo”	61	46	46	48	44	51
Total de respostas: “discordo totalmente” e “discordo”	39	54	54	52	56	49

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Chave de leitura: No mundo democrático, 61% dos menores de 35 anos que consideram que a globalização é uma ameaça concordam com a afirmação “temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria”.

Também é interessante notar, em nível global, que os respondentes de esquerda são majoritariamente a favor de acolher refugiados (80%), contra uma pequena maioria apenas dos entrevistados que se posicionam à direita (53%). É como se, dentro do mundo democrático, em escala global e também dentro da União Européia, existisse uma direita caracterizada por uma posição de hostilidade ao princípio do acolhimento de refugiados.

Há uma ressonância entre esta opinião da direita oposta à recepção dos refugiados e um ponto de vista político contestatório. A ligação com o medo ou a rejeição da globalização já fornece uma primeira pista. Podem ser identificadas outras, observando a relação com uma série de opiniões, sejam negativas ou críticas, sobre o sistema democrático que indica a tabela a seguir:

	GLOBAL	UE	GLOBAL	UE
No seu país, diria que a democracia funciona...				
	Total de respostas: "muito bem" e "bem"		Total de respostas: "muito mal" e "mal"	
Temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados*	66	71	61	52
Não temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados**	34	29	39	48
De forma geral, você sente que pode se expressar livremente na sociedade atual?				
	Total de respostas: "sim, totalmente" e "sim, razoavelmente"		Total de respostas: "não, de forma nenhuma" e "não muito"	
Temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados*	67	69	56	49
Não temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados**	33	31	44	51
Com qual das seguintes opiniões você mais se identifica?				
	É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas		Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo	
Temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados*	67	68	55	49
Não temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados**	33	32	45	51
De um modo geral, você diria que...				
	O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível		Outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia	
Temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados*	67	69	56	46
Não temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados**	33	31	44	54

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Total de respostas "concordo totalmente" e "concordo" à pergunta: "O que você acha desta afirmação relacionada aos refugiados: temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria?".

** Total de respostas "concordo totalmente" e "concordo" à pergunta: "O que você acha desta afirmação relacionada aos refugiados: temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria?".

Chave de leitura: No mundo democrático, entre aqueles que consideram que a democracia funciona bem no seu país, 66% concordam com a afirmação "temos o dever de acolher, no nosso país, os refugiados que fogem da guerra e da miséria".

Como se pode ver, no conjunto, os julgamentos negativos, decepcionados ou críticos sobre a democracia e seu funcionamento, estão ligados à recusa mais acentuada de uma política de recepção de refugiados. Na Europa, esses mecanismos funcionam da mesma maneira, mas com mais força. A opinião contestatória está ligada à rejeição do dever de acolhimento dos refugiados. Sem saber distinguir a causa do efeito, uma relação parece existir entre o julgamento da recepção dos refugiados e o julgamento do funcionamento da democracia, apoiando a ideia de uma atmosfera de opinião propícia ao populismo observada no passado no espaço europeu.

OPINIÃO EUROPEIA E RAZÕES PARA NÃO ACOLHER REFUGIADOS

Como vimos, embora a ideia de um dever de acolher refugiados possa obter o apoio da opinião pública, sua extensão varia de acordo com as democracias consideradas e de acordo com o julgamento dos entrevistados sobre a democracia e seu funcionamento. As razões para não acolher os refugiados obtêm aprovação de majorias, por vezes, de forma espetacular. Ao fazer a sugestão “Para cada um dos itens a seguir, indique o quanto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações”, propusemos uma série de itens correspondendo às razões para não acolher os refugiados, a fim de solicitar a opinião dos entrevistados.

Não podemos acolher mais refugiados, pois...

Total de respostas: “concordo totalmente” e “concordo”

	GLOBAL	UE	US	Países do antigo bloco comunista hoje, atuais membros da UE
Não temos os mesmos valores e isso causa problemas de convivência	42	53	32	62
Aumentam o risco de terrorismo no país	52	57	52	72
Aumentam o risco de delinquência	52	61	45	72
Seria um problema para a situação econômica do país	52	61	44	64

© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

Para cada uma das quatro razões propostas, existe uma diferença significativa entre a opinião global, nas 42 democracias estudadas, e a opinião europeia, nos 27 países da União Europeia (UE). Como podemos ver, a opinião europeia ainda partilha mais amplamente do que a opinião geral as razões para não acolher os refugiados. Uma destas razões, a dos conflitos de valores e problemas de coabitação, é rejeitada pela opinião geral (58%) mas aprovada pela europeia (53%), sublinhando a importância do tema dentro do espaço democrático europeu e a especificidade deste último em relação ao mundo democrático global. Em todas as onze democracias advindas do bloco comunista, membros da União Europeia, encontramos as características da opinião europeia, mas muito mais assertivas.

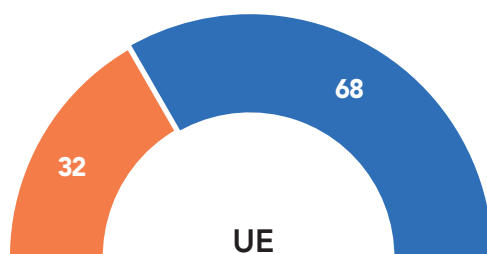
A preocupação com valores divergentes, no entanto, não é exclusiva dos cidadãos da União Europeia. Quase metade dos suíços (49%) também vê esse risco de coabitação difícil como uma razão para não recebê-los. Eles também compartilham o medo de um aumento no crime (57%) e um problema econômico para o país (52%). Mas fora da Europa, no que diz respeito à questão dos valores, o medo é majoritário entre os israelenses, japoneses (53%) e australianos (51%). O medo do terrorismo está fortemente presente entre os americanos (52%), britânicos e israelenses (55%), mas também entre os australianos (61%) e os japoneses (65%). A ideia de um risco de delinquência também é retida pelos britânicos (52%), australianos (56%) e israelenses (68%). Por último, o risco econômico é uma razão para não acolher majoritária em quase todos os países da UE, com exceção da Irlanda (35%), Luxemburgo (36%), Alemanha (44%) e Portugal (47%). Cidadãos de países tão ricos, os britânicos compartilham essa razão para não acolher (51%) não apenas com os europeus, mas também com os australianos (54%) e os japoneses (55%).

OS EUROPEUS QUEREM TRATAMENTO DA IMIGRAÇÃO A NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA

Teoricamente, o caso dos refugiados é distinto da imigração. A ideia de refugiados evoca circunstâncias excepcionais e temporárias. As razões para a fuga podem cessar e os refugiados retornam ao seu país como a maioria aspira. Diferentemente, a ideia de imigração evoca um fenômeno estrutural, composto de fluxos mais ou menos importantes, mas permanentes, e abrindo, para os recém-chegados, instalações de longa duração, até mesmo definitivas. Já se observou uma preocupação majoritária (61%) para a imigração em todo o mundo democrático. Na União Europeia, esta preocupação é ainda mais generalizada (69%). Nos 11 países ex-comunistas que são membros da União Europeia, ela diz respeito a 73% dos respondentes. Para além destes países, onde é considerável, a preocupação com a imigração é particularmente forte na Espanha (72%), na Itália (74%), na Bélgica (77%), no Chipre (82%), em Malta (87%), na Grécia (88%), mas também nos Balcãs, nos países candidatos à União Europeia, com 70% na Sérvia, 73% na Bósnia-Herzegovina, 78% na Albânia e 87% na Macedônia do Norte.

A possibilidade de escolher o nível de tratamento dos problemas de imigração, a nível nacional ou a nível supranacional, está disponível apenas para os cidadãos da União Europeia.

No que diz respeito ao fenómeno da imigração, diria que:



■ A imigração deve ser tratada à escala nacional

■ A imigração deve ser tratada à escala europeia

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Essa preferência aumenta para 72% dos respondentes se considerarmos apenas os 16 países que formavam recentemente a Europa Ocidental². Por outro lado, a média registrada nos 11 países da antiga Europa comunista³ ainda mostra uma preferência pela governança no nível da União Europeia (55%) e não no nível nacional (45%), mas a diferença é menor.

Nesta antiga Europa Oriental, a diferença é ainda menor se considerarmos a opinião dos mais jovens: os menores de 35 anos são ainda mais propensos a querer uma gestão nacional da imigração (49%), enquanto aqueles com 60 anos ou mais esperam um suporte da União Europeia (58%).

No entanto, uma vez mais, no que diz respeito à imigração, a fronteira intra-europeia não cobre as antigas divisões. No Ocidente, alguns países são mais do que outros confrontados aos problemas significativos de gerenciamento de imigração. É impressionante notar que neles a opinião é ainda mais favorável a uma gestão europeia do problema: é o caso, por exemplo, dos franceses (68%), dos belgas (75%), dos gregos (79%), espanhóis (83%) e italianos (86%), que viram o seu sistema político empurrado ou até mesmo quebrado pela seriedade desta questão.

2. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia.

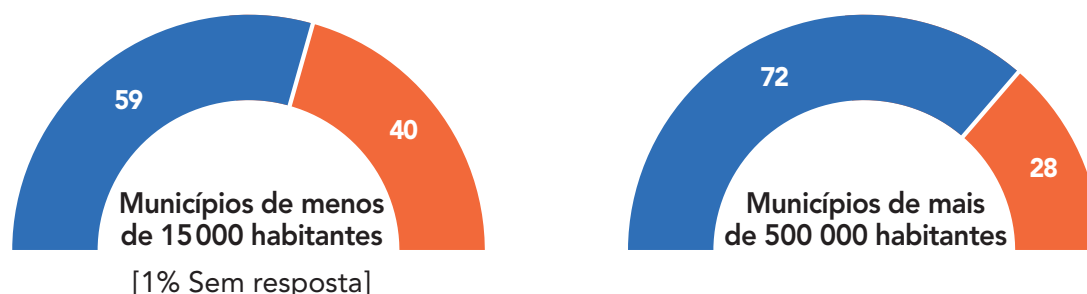
3. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

TERRITÓRIOS NA GLOBALIZAÇÃO: A METRÓPOLE E SUAS PERIFÉRIAS

VICTOR DELAGE

A estrutura social e espacial de um território varia consideravelmente de um Estado para outro. Nesse momento de globalização, os territórios nacionais veem-se submetidos a grandes fenômenos de pressão e de depressão entre, de um lado, as grandes metrópoles, novos motores do mundo, e, de outro, as zonas periféricas, que compreendem as cidades de menor importância, pequenas e médias, bem como as zonas rurais, muitas vezes afastadas do novo caminho do mundo. Em nossa pesquisa, no conjunto das 42 democracias pesquisadas, a decepção com a globalização varia segundo uma clivagem territorial acentuada: 40% das pessoas entrevistadas vivendo em municipalidades de menos de 15000 habitantes consideram a globalização como uma ameaça, enquanto que esse temor é partilhado por menos de um terço (27%) das pessoas que residem em cidades de 500000 habitantes e mais, as quais chamaremos adiante de "metropolitanos".

Com qual das seguintes duas afirmações você se identifica mais?



■ A globalização é uma oportunidade ■ A globalização é uma ameaça

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

OS METROPOLITANOS ESTÃO PREOCUPADOS COM SEU NÍVEL DE VIDA

Entretanto, em relação aos resultados, é preciso matizar a ideia, muitas vezes apregoada, de que a fratura territorial é construída a partir do sentimento de abandono do mundo rural, principalmente face ao acesso ao emprego ou a serviços públicos. A preocupação com o desemprego está muito presente (69%) entre as pessoas que vivem nas cidades pequenas e nos territórios rurais (municipalidades de menos de 15000 habitantes), mas ela se estende ainda mais (72%) nas metrópoles (mais de 500000 habitantes). Encontra-se as mesmas pequenas diferenças, ou, com mais frequência, quase inexistentes quando nos perguntamos "Em relação a cada um dos seguintes assuntos, diga se está muito preocupado, preocupado, pouco preocupado ou nada preocupado" sobre a perda do poder de compra, sobre o sistema de assistência social (aposentadoria, saúde...), desigualdades sociais, bem como a crise econômica, os déficits públicos e a dívida pública.

Em relação a cada um dos seguintes assuntos, diga se está preocupado ou não

Total de respostas: "muito preocupado" et "preocupado"

	Menos de 15000 habitantes	Entre 15001 e 100000 habitantes	Entre 100001 et 500000 habitantes	Mais de 500000 habitantes	GLOBAL
O desemprego	69	71	72	72	71
A perda do poder de compra	73	72	74	74	73
A assistência social	86	88	88	89	87
As desigualdades sociais	78	80	81	81	80
A crise econômica	77	79	81	80	79
O déficit público e a dívida pública	77	77	81	80	79

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O SENTIMENTO DE UMA AMEAÇA DO ESTILO DE VIDA É MAIS MARCANTE FORA DAS METRÓPOLES

Diante da revolução da globalização e do envelhecimento demográfico das democracias, nossa pesquisa mostra que a primeira fratura territorial nasce de um mal estar de identidade, mais intenso entre os cidadãos das cidades pequenas e dos territórios rurais do que entre os metropolitanos. O temor provocado pela imigração que acontece de forma inédita e certamente durável no conjunto do mundo democrático, é mais difundido fora das metrópoles (66%) do que nas cidades de mais de 500 000 habitantes (56%). Podemos observar que nas cidades de menos de 15 000 habitantes o princípio de acolhimento dos refugiados desperta menos adesão (60%) do que nas metrópoles (65%); fora das metrópoles, as razões para não se acolher os refugiados são mais amplamente partilhadas. Aqui, as diferenças territoriais são mais definidas.

Não podemos acolher mais refugiados, pois...

Total de respostas: "concordo totalmente" e "concordo"

	Menos de 15 000 habitantes	Entre 15 001 e 100 000 habitantes	Entre 100 001 et 500 000 habitantes	Mais de 500 000 habitantes	GLOBAL
Seria um problema para a situação econômica do país	56	52	50	47	52
Aumentam o risco de delinquência	57	52	49	47	52
Aumentam o risco de terrorismo no país	57	52	49	46	52
Não temos os mesmos valores e isso causa problemas de convivência	47	42	40	39	42

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O temor suscitado pela divergência de valores é ilustrado particularmente na opinião sobre o Islã. O Islã é mais preocupante na população das cidades de menos de 15 000 habitantes (65%) do que a das metrópoles (57%). Do mesmo modo, à pergunta "na maior parte do tempo, qual é sua reação quando você fica sabendo que uma pessoa é muçulmana?", 28% das pessoas que vivem em municipalidades de menos de 15 000 habitantes declaram reagir negativamente, contra 22% dos cidadãos das cidades de mais de 500 000 habitantes.

A TENDÊNCIA AUTORITÁRIA É MAIS INTENSA NOS MUNICÍPIOS DE TAMANHOS PEQUENO E MÉDIO

A segunda grande fratura entre o mundo metropolitano e suas periferias passa pela forma como se percebe a democracia. Mais de um terço (35%) dos entrevistados que vivem em cidades de menos de 15 000 habitantes consideram que "outros sistemas políticos também poderiam ser tão bons quanto o sistema democrático", contra 30% dos metropolitanos. Além disso, a hipótese "ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições" é mais aceita nas cidades de menos de 15 000 habitantes (34%) do que nas metrópoles (29%).

Parece que os cidadãos que residem em lugares distantes dos grandes centros de decisão, as metrópoles, tivessem se afastado da política. Medimos aqui uma diferença importante entre esses dois mundos: fora das metrópoles, os cidadãos se declaram de bom grado menos interessados pela política (54% entre as pessoas que vivem em cidades de menos de 15 000 habitantes, contra 62% para os metropolitanos). Em relação às grandes instituições democráticas eles expressam a mesma desconfiança, trate-se do governo (63% contra 66%), do poder legislativo (57% contra 61%) ou do sistema judiciário (43% contra 44%). Em contrapartida, fora das metrópoles, a confiança é maior quando se trata da polícia (73% contra 65%), do exército (74% contra 68%) ou da escola (76% contra 74%).

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIOS E INOVAÇÃO

A Internet e as inovações tecnológicas deveriam poder compensar em parte a deficiência do tamanho e da distância de que sofrem os territórios periféricos em relação aos grandes centros urbanos. Mas aqui, ainda, são as metrópoles que veem aí uma oportunidade. Com efeito, a confiança concedida às inovações tecnológicas e à Internet constitui o terceiro ponto de apoio da fratura territorial observável em nossa pesquisa. Os cidadãos que residem fora das metrópoles temem mais as consequências negativas das descobertas tecnológicas e científicas: 13% dos habitantes das cidades com menos de 15 000 habitantes consideram-nas nefastas para as liberdades (contra 9% dos metropolitanos), 17% consideram-nas nocivas para o emprego (contra 11%), 8% percebem-nas como nocivas para a saúde (contra 6%) e 19% para as relações sociais (contra 14%).

Esses números podem ser explicados, pelo menos em parte, pela concentração das atividades econômicas e dos polos de inovação nos grandes centros urbanos, o que é uma das consequências da globalização. As pessoas que emitem as opiniões mais positivas sobre os efeitos da Internet e das redes sociais também são os que vivem nas metrópoles, onde se encontram as melhores infraestruturas de transporte e as redes de comunicação com melhor desempenho.

Internet e as redes sociais são...

Resposta: "concordo"

	Menos de 15000 habitantes	Entre 15001 e 100000 habitantes	Entre 100001 et 500000 habitantes	Mais de 500000 habitantes	GLOBAL
São positivas, pois permitem que cada um se possa expressar mais livremente	70	73	76	76	74
São positivas, pois permitem que cada um busque informações	82	84	85	85	84
São positivas, pois permitem conhecer novas pessoas	73	76	76	77	75
São negativas, pois fornecem a terceiros (empresas, governos, círculos próximos, etc.) demasiadas informações sobre a nossa vida privada	71	68	65	62	67
São negativas, pois favorecem a difusão de informações falsas	76	74	71	68	72
São negativas, pois fazem com que falemos apenas com pessoas que partilhem da nossa opinião	36	35	31	31	34

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O ISLÃ SUSCITA A PREOCUPAÇÃO

DOMINIQUE REYNIÉ

No conjunto dos 42 países pesquisados, 6 pessoas em cada 10 (60%) consideram o Islã como um assunto preocupante, ao lado da poluição (85%), da crise do financiamento do Estado de bem-estar social (87%), da delinquência (75%), do extremismo político (83%), das desigualdades sociais (80%), do terrorismo (80%), de uma crise econômica (79%), do problema dos déficits públicos e da dívida (79%), da queda do poder aquisitivo (73%), da guerra (71%), do desemprego (71%) e da imigração (61%). Duas observações impõem-se aqui: a preocupação despertada pelo Islã é amplamente majoritária, mas não é o assunto mais preocupante. Entretanto, comparando-se aos outros motivos de preocupação considerados, falar da preocupação com o Islã não é o mais fácil de expressar. Também não se trata de uma situação que se pode facilmente colocar no mesmo plano do que os outros motivos propostos. Isto dito, os dados sobre essa situação são particularmente importantes se quisermos investigar as razões da crise democrática, principalmente no mundo democrático europeu.

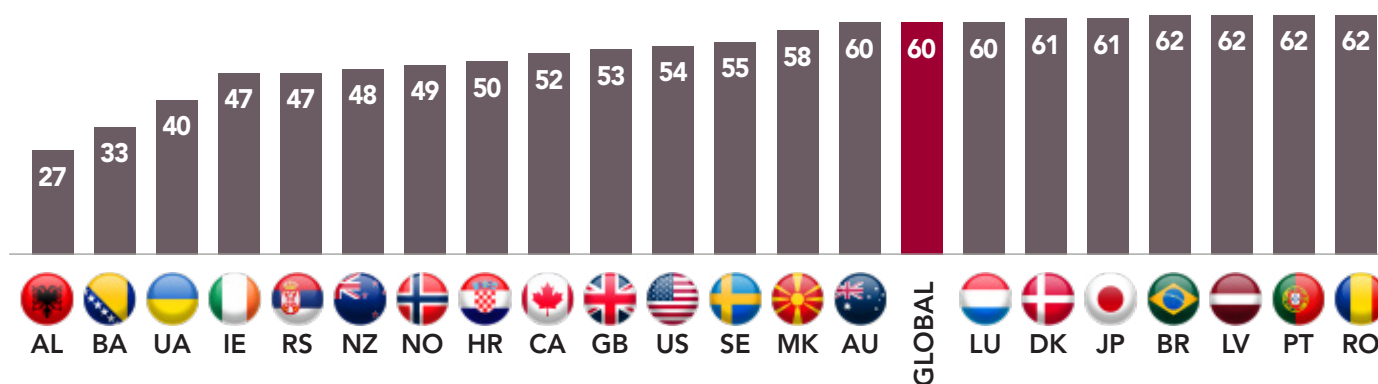
Na escala da União Europeia, se julgarmos pela questão sobre a lista de preocupações, o nível de preocupação diante do Islã parece ser mais elevado (68%) do que para o conjunto do mundo democrático pesquisado (60%). Este se aproxima do nível de preocupação na Suíça (66%), inferior aos níveis registrados em outros lugares, em Israel (76%) por exemplo. Mas a preocupação despertada pelo Islã é sensivelmente mais difundida entre os cidadãos da União Europeia do que no Brasil (62%), no Japão (61%), na Austrália (60%), nos Estados Unidos (54%) no Reino Unido (53%) e no Canadá (52%). Na maioria desses países, é mais do que uma a cada duas pessoas que declara ver no Islã um motivo de preocupação. Esse sentimento só é minoritário em alguns países do painel: na Noruega (49%), na Nova Zelândia (48%), na Sérvia (47%), na Irlanda (47%), na Ucrânia (40%) e, evidentemente, na Bósnia e Herzegovina (33%) ou na Albânia (27%), dois países que contam, entre seus cidadãos, com uma forte propulção de muçulmanos.

A PREOCUPAÇÃO DESPERTADA PELO ISLÃ É MAIS FORTE ENTRE AS DEMOCRACIAS EUROPEIAS

Sabe-se que a Europa tem que lidar, cada vez mais, com a questão do Islã, por razões ao mesmo tempo geográficas, históricas e demográficas. A geografia dificulta o controle e a regulação dos fenômenos migratórios, enquanto que os fluxos com destino da Europa provêm principalmente de países muçulmanos. Os Europeus estão, cada vez mais, em relação com o Islã e a intensificação dessa relação leva a conflitos interculturais, a tensões sobre valores em relação à questão da prática religiosa, inclusive no campo político de países secularizados há muito tempo. O

Em relação ao Islã, diga se está preocupado ou não

Total de respostas: "muito preocupado" e "preocupado"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

terrorismo ou a criminalidade são temas preocupantes para a opinião pública, que tende a associá-los ao Islã e muitas vezes às controvérsias sobre a imigração. É o que reflete o fato levantado por nossa pesquisa: saber que uma pessoa é muçulmana suscita uma reação negativa de 26% do conjunto das pessoas que participaram da pesquisa nas 42 democracias pesquisadas, mas essa reação diz respeito a um terço (31%) das pessoas dentro da União Europeia, e 37% entre os 11 Estados membros ex-comunistas. Nenhuma outra religião provoca tal nível de sentimento negativo; 7% dos entrevistados declaram ter uma reação negativa ao saber que uma pessoa é judia (8% na União Europeia e 11% nos onze países ex-comunistas), 6% ao saber que uma pessoa é católica (7% na União Europeia), 6% ao saber que ela é protestante (5% na União Europeia), 6% para os ortodoxos (6% na União Europeia) e 13% para os ateus (7% a União Europeia, ou seja, uma forte diferença de 6 pontos). Observaremos que entre os entrevistados que declaram ter uma reação negativa ao saber que uma pessoa é de religião judaica, 78% se dizem preocupados diante do Islã.

Entre os cidadãos da União Europeia, o perfil daqueles que se preocupam com o Islã é claro, ainda que este não deva levar a esquecer o traço dominante, um temor majoritariamente presente (68%), quaisquer que sejam a categoria ou o critério escolhidos. Assim, certamente as mulheres são as mais preocupadas (69%), mas dois terços dos homens (66%) partilham essa preocupação. Do mesmo modo, ainda que as pessoas de 60 anos ou mais sejam as mais numerosas com essa preocupação (75%), uma ampla maioria dos jovens com idade de 18 a 34 anos partilha essa preocupação (58%). Os operários qualificados (74%) se preocupam mais do que a média, e os quadros dirigentes não ficam longe (64%).

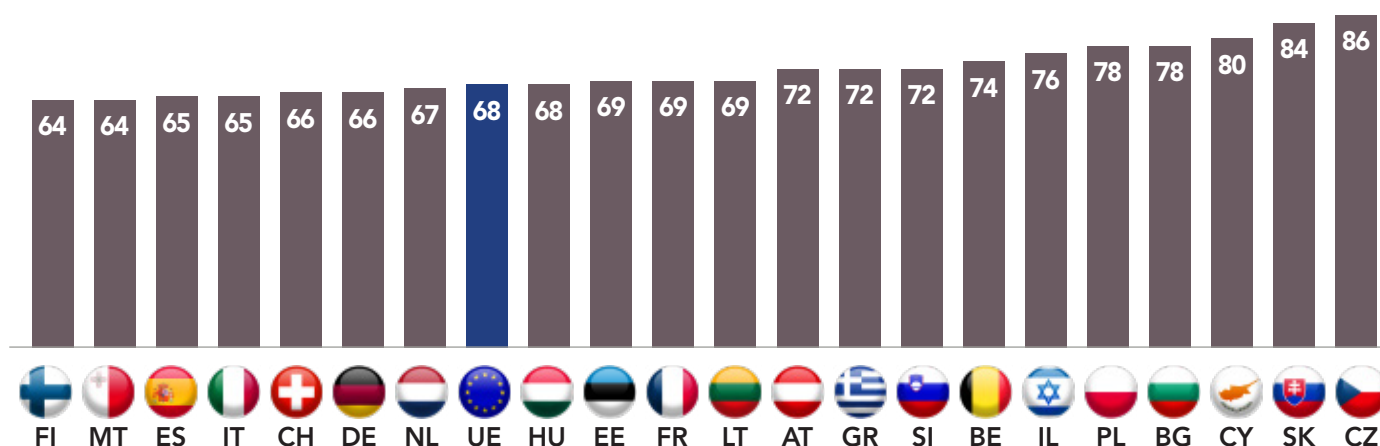
O TEMOR SUSCITADO PELO ISLÃ ALIMENTA UMA VISÃO NEGATIVA DA DEMOCRACIA

Na União Europeia, os contornos sócio políticos do temor do Islã revelam um universo político específico. Essa crença é claramente mais difundida entre os eleitores de direita (81%) do que entre os eleitores de esquerda (53%), mais difundida entre aqueles para os quais a globalização é uma ameaça (78%) do que entre os que veem nela uma oportunidade (60%), mais difundida entre os que preferem a ordem - ainda que isso leve a menos liberdade - (75%) do que entre os que declaram preferir mais liberdade - mesmo se isso reduzir a ordem (56%). O temor ao Islã também é mais difundido entre aqueles que consideram que a democracia em seu país funciona mal (72%), do que entre os que consideram que ela funciona bem (64%); entre aqueles para os quais o voto é inútil (73%), mais do que os que o consideram útil (65%). Finalmente, em conformidade com o modelo da "personalidade autoritária" analisada por Theodor Adorno¹, o temor do Islã é mais difundido entre os que são favoráveis ao restabelecimento da pena de morte (79%) do que entre os que se opõem a ela (59%).

A importância desse sentimento nas democracias europeias traduz a seu modo a guinada para a direita, que acontece de duas formas: a proporção dos Europeus que adotam uma visão de direita não cessa de aumentar, e os Europeus de direita tendem a endurecer seu ponto de vista. O temor ao Islã é um dos principais impulsos da evolução política do espaço europeu, em geral, e da União Europeia, em particular. Evidentemente, esta é uma das grandes causas do crescimento populista, em detrimento dos partidos de governo e, mais especificamente, em detrimento dos de esquerda.

Em relação ao Islã, diga se está preocupado ou não (continuação)

Total de respostas: "muito preocupado" e "preocupado"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Ver Theodor W. Adorno, *Études sur la personnalité autoritaire*, Allia, 2007.

RELIGIÕES: TOLERÂNCIA E CRISPAÇÕES

VICTOR DELAGE

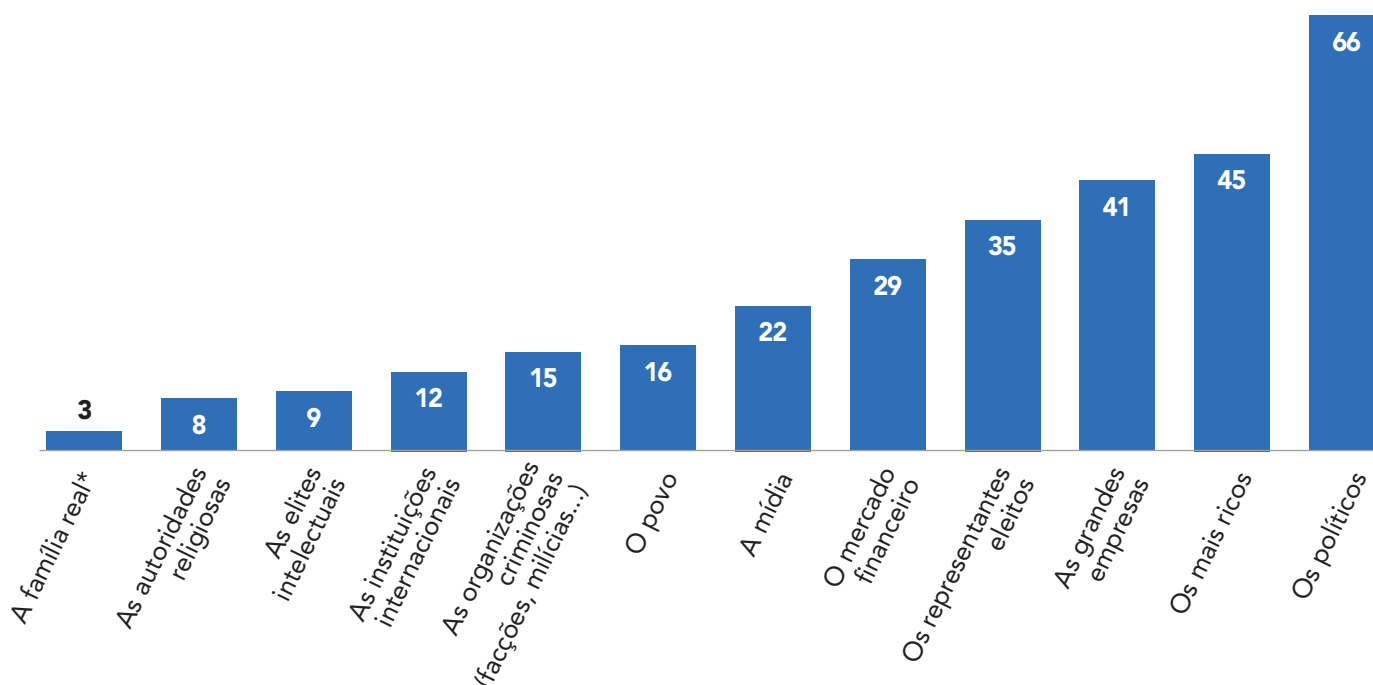
Mesmo que de modo limitado, essa pesquisa nos permite observar o lugar da religião nas sociedades democráticas e seu papel no debate público. A globalização e os fenômenos migratórios redefinem, com evidência, a situação das religiões no mundo democrático. A globalização favorece uma nova visibilidade da oferta religiosa; além disso, a globalização do espaço público e os fenômenos migratórios levam a uma afirmação das identidades religiosas. Como reação a essa nova tendência, as culturas políticas democráticas podem ser levadas a redefinir as formas e a intensidade da secularização.

Fizemos uma série de perguntas relativas tanto à tolerância religiosa quanto ao poder e a confiança concedidos às instituições religiosas. Devemos definir desde já que as noções de religião e de espiritualidade têm diferentes ressonâncias segundo as pessoas inquiridas, por, pelo menos duas razões: primeiro, uma parte das pessoas declarando ser de uma religião podem declarar ter fé, mas não se perceberem como "uma pessoa religiosa"; pessoas que se afirmam como ateias, ou, em outras palavras, que declaram não acreditar em um deus, às vezes não fazem a diferença com o fato de serem agnósticas, isto é, não estarem em medida de decidir, por si mesmas, a questão da existência ou não de um deus.

UMA SECULARIZAÇÃO EVIDENTE: AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NÃO ESTÃO ASSOCIADAS AO PODER...

As instituições religiosas não estão associadas ao poder. À questão de saber quem detém o poder em seu país, apenas 8% das pessoas citam "as autoridades religiosas" entre as três primeiras opções de respostas, muito atrás dos "políticos" (66%), dos "mais ricos" (45%) e das "grandes empresas" (41%). Notamos que esse número corresponde ao total das citações, e que a religião foi citada como "primeiro", "segundo" ou "terceiro" a convite do questionário.

Na sua opinião, qual destas categorias detém maior poder no seu país?



* Opção de resposta apenas oferecida nas monarquias parlamentares.

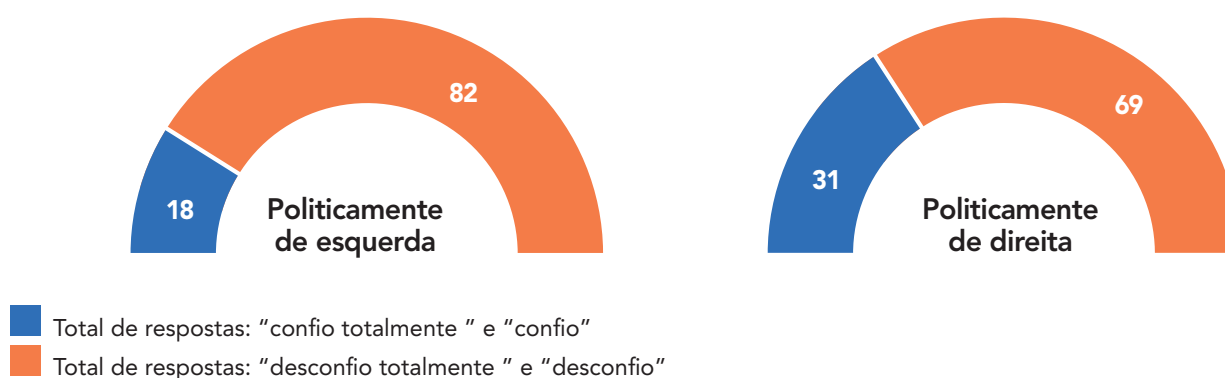
© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Nos países onde a catolicidade foi reconstruída como ideologia de Estado, as autoridades religiosas são percebidas como detentoras do poder. Os poloneses (42%), os croatas (38%) e, em menor medida, os italianos (15%) situam assim as autoridades religiosas entre as três categorias que mais detêm o poder em seu país. O mesmo acontece com os países europeus predominantemente ortodoxos, pois 38% dos cipriotas, 23% dos gregos e 16% dos Romanos consideram as autoridades religiosas como detentoras do poder. Fora da Europa, apenas os israelenses (35%) se destacam do resto do mundo democrático pesquisado.

...MAS ELAS SUSCITAM UMA FORTE DESCONFIANÇA

Ainda que as instituições religiosas sejam pouco ou nada associadas ao poder, a desconfiança que elas suscitam entre os cidadãos é, em contrapartida, muito acentuada no conjunto das 42 democracias: perto de dois terços (64%) dos entrevistados declaram não confiar nas autoridades religiosas. Os que se declaram ateus afirmam unanimemente (92%) não confiar nelas, bem como os agnósticos (76%). Entre os crentes monoteístas, os muçulmanos (52%) expressam a mais forte desconfiança em relação às autoridades religiosas, seguidos pelos cristãos (45%) e pelos judeus (41%). No seio das 42 democracias, a opinião pública só confia nas autoridades religiosas em seis países: Malta (61%), Estados Unidos (60%), Bósnia e Herzegovina (58%), Macedônia (56%), Chipre (54%) e Albânia (53%).

Confiança nas autoridades religiosas



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

AINDA QUE A DESCONFIANÇA NÃO ALTERE A TOLERÂNCIA, O ISLÃ PREOCUPA

A tolerância em relação às religiões é notável. Uma ampla maioria de entrevistados declara que "as opiniões religiosas diferentes" das suas não os incomodam (78%). Entretanto, notamos que, em seis democracias, mais de um terço das pessoas entrevistadas consideram ser incomodados por "opiniões religiosas diferentes" das suas. É o caso dos neozelandeses (33%), dos búlgaros (34%), dos dinamarqueses (35%), dos israelenses (35%), dos japoneses (35%) e dos suecos (40%).

As sociedades democráticas permanecem tolerantes diante da prática religiosa e da diversidade das religiões. A intolerância expressada por aqueles que declaram reagir negativamente quando sabem que uma pessoa é judia ou xintoísta (7%), católica, protestante, ortodoxa (6%) ou budista (5%) é, no conjunto, muito minoritária. Em relação a essas religiões pode-se até mesmo afirmar que prevalece a indiferença. Em contrapartida, um quarto das pessoas entrevistadas (26%) declara ter uma reação negativa quando ficam sabendo que uma pessoa é muçulmana, com fortes diferenças de acordo com os países. Em quatorze países, mais de um terço das pessoas declara ter essa reação negativa face aos muçulmanos, particularmente os tchecos (63%), os eslovacos (49%), os finlandeses (45%), os poloneses (43%), os austríacos (42%), os belgas (39%), os estonianos (39%), os letões (38%), os suíços (37%), os israelenses (35%), dinamarqueses e australianos (34%), alemães e noruegueses (33%). Esta má imagem da religião muçulmana no mundo democrático é confirmada pela preocupação que o Islã desperta entre os cidadãos: no conjunto das democracias pesquisadas, uma ampla maioria das pessoas entrevistadas (60%) declara ter uma preocupação em relação ao Islã. Essa preocupação é ainda mais acentuada no Velho Continente: perto de dois terços (68%) dos Europeus expressam sua preocupação diante do Islã, ou seja, uma progressão de 11 pontos em relação à nossa pesquisa de 2017 (57%).

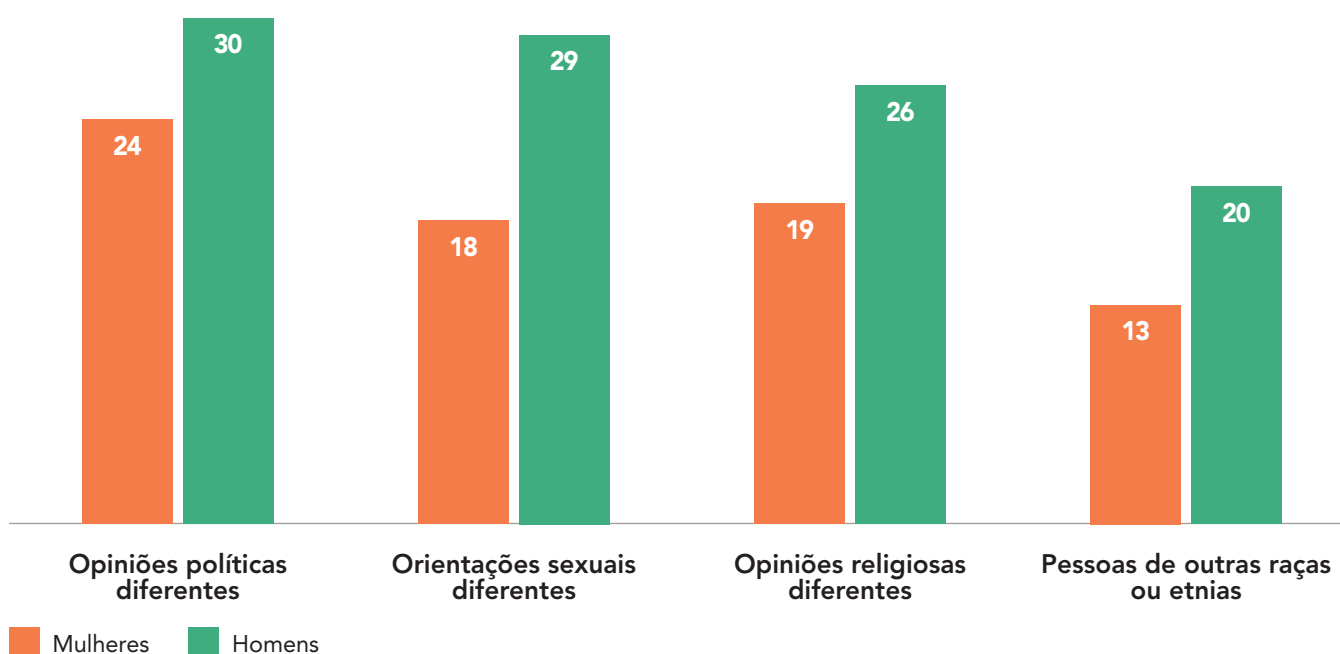
A TOLERÂNCIA, CONDIÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE: RELIGIÃO, ORIENTAÇÕES SEXUAIS, OPINIÕES POLÍTICAS, ORIGEM ÉTNICA

KATHERINE HAMILTON

De um modo geral, se considerarmos os resultados nas 42 democracias em questão em nossa pesquisa, os cidadãos afirmam amplamente seu espírito de tolerância. Mas podemos nos surpreender ao saber que são as “opiniões políticas diferentes” que mais incomodam os cidadãos (27%). Por comparação, 23% dos entrevistados declaram se incomodar com pessoas com “orientações sexuais diferentes”, 22% com “opiniões religiosas diferentes” e, finalmente, menos de um quinto (16%) declara se incomodar com “as pessoas que não têm a mesma origem étnica”.

Indique se você se incomoda com essas diferenças

Total de respostas: “me incomoda muito” e “me incomoda”



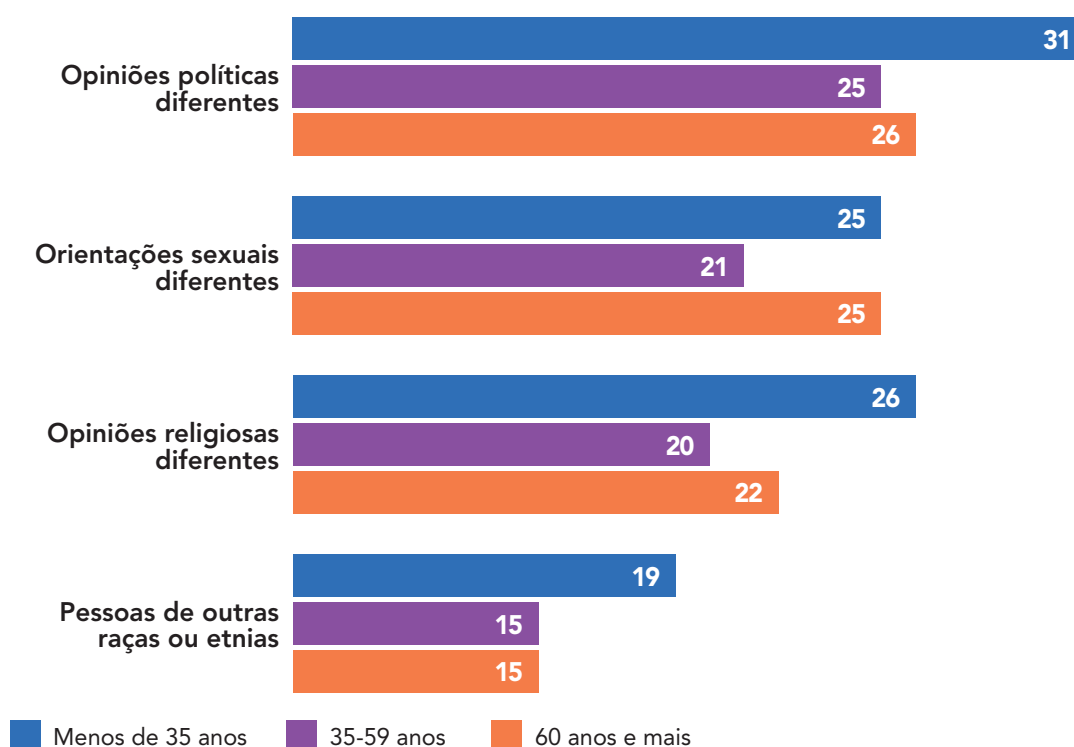
© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

No que se refere às “opiniões políticas diferentes”, as populações onde se exprime mais amplamente a intolerância, além de um terço dos entrevistados, encontram-se em Israel (35%), na Áustria (36%), na Suécia (36%), no Japão (36%) e na Ucrânia (38%). A maior parte dessas democracias viveu recentemente uma intensificação do populismo de direita, o que pode explicar em parte esse fenômeno de polarização. Na Alemanha, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD) entrou no Parlamento em setembro de 2017 e a partir de então constitui a principal oposição na Bundestag. Na Áustria, em outubro de 2017, o chanceler federal Sebastian Kurz, do Partido popular austríaco (ÖVP), ganhou as eleições legislativas antes de formar uma coalizão com os populistas do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ). Um ano depois, em novembro de 2018, a Suécia viu-se diante de muitas dificuldades para evitar uma coalizão com o Partido Democratas da Suécia, antes de encontrar a solução em um governo baseado em uma ampla coalizão, cujo fracasso se tornaria então particularmente perigoso.

Dentro da União Europeia, 20% dos entrevistados se declaram incomodados por “orientações sexuais diferentes”, mas existe uma profunda clivagem cultural que separa duas Europas. De um lado, a antiga Europa Ocidental¹ surge como mais tolerante, tendo em média 16% dos entrevistados declarando-se incomodados pelas “orientações sexuais diferentes”. Dentro desse grupo, os espanhóis (12%), os holandeses (13%) e os suecos (14%) aparecem como os mais tolerantes nesse sentido. Em contrapartida, nos antigos países comunistas², hoje membros da UE, a proporção das pessoas que se declaram importunadas pelas “orientações sexuais diferentes” representa uma média de um terço dos entrevistados (31%). Uma proporção importante dos poloneses (30%), dos húngaros (31%), dos eslovacos (34%), dos romenos (37%), dos estonianos (37%), dos letões (40%), dos lituanos (43%) e dos búlgaros (43%) declaram-se incomodados pelas “orientações sexuais diferentes”. Esses números também são muito acentuados nos Balcãs, como na Sérvia (33%), na Albânia (37%), na Bósnia e Herzegovina (44%) e na Macedônia do Norte (46%). Enfim, deve-se constatar que o fato de se declarar incomodado pela diferença de orientação sexual pode ser difundido nas democracias outras que as Europeias: o nível dessas respostas é elevado em Israel (28%), nos Estados Unidos (28%) e no Japão (29%).

Indique se você se incomoda com essas diferenças

Total de respostas: “me incomoda muito” e “me incomoda”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Sobre a questão das “opiniões religiosas”, os neozelandeses (33%), os búlgaros (34%), os dinamarqueses (35%), os israelenses (35%), os japoneses (35%) e os suecos (40%) estão entre os que se declaram mais amplamente incomodados pela diferença. O caso da Suécia deve ser notado: 44% dos entrevistados de 60 anos e mais dizem se incomodar com as diferenças de opiniões religiosas, ou seja, 13 pontos a mais (31%) do que os de menos de 35 anos. Esse número também aumenta consideravelmente entre os quadros dirigentes (52%) e os operários qualificados (49%); o mesmo ocorre com as pessoas que se situam à direita do espectro político (49%), ou seja, uma resposta de 21 pontos superior à que é dada pelas pessoas que se situam à esquerda (28%). Nota-se que entre os suecos que se declaram incomodados por opiniões religiosas diferentes, uma maioria (55%) também vê a globalização como uma ameaça e 47% consideram que seu nível de vida piorou ao longo dos anos.

Sobre a questão “racial” e “étnica”, os búlgaros se declaram, com mais frequência, serem incomodados por essas diferenças (35%), ao contrário dos croatas (7%), dos sérvios (7%) e dos brasileiros (4%).

1. Estão agrupados sob esse termos os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal e Suécia.

2. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

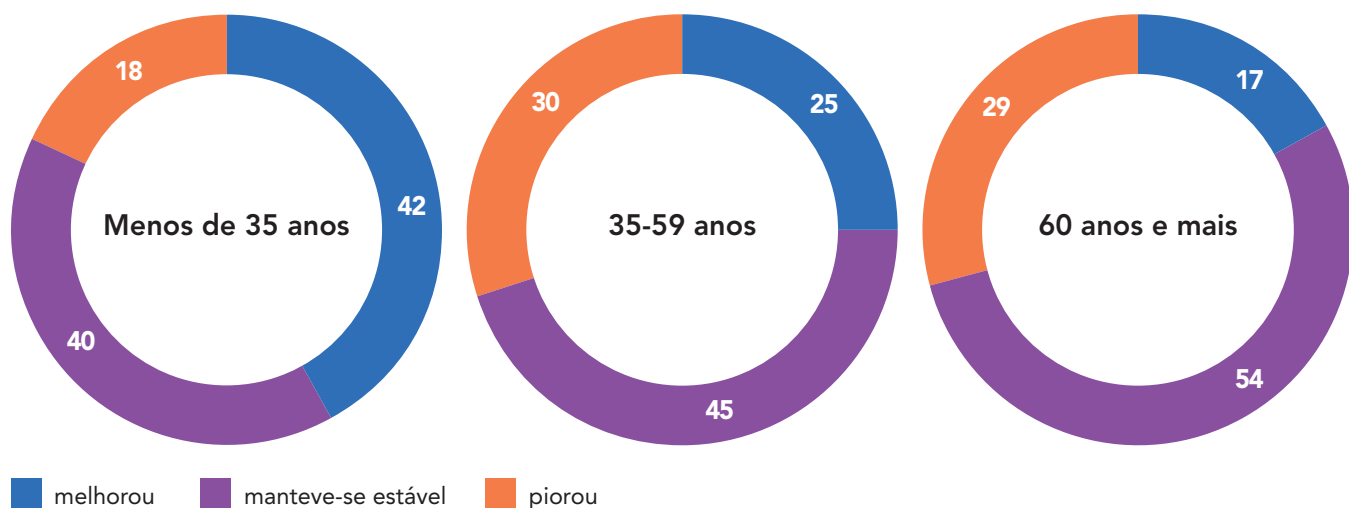
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS À POLARIZAÇÃO SOCIAL: O QUE A GLOBALIZAÇÃO FAZ COM AS DEMOCRACIAS

AMINATA KONE

Muitas escolhas a respeito da organização política de uma sociedade baseiam-se em questões relativas à distribuição da riqueza e do poder. O que é considerado justo e como é possível remediar as injustiças quando estas são identificadas? O modo como os recursos, os benefícios e as oportunidades são divididos influencia a percepção dos indivíduos sobre seu nível de vida, seu lugar na sociedade, sua confiança no futuro, bem como sua adesão ao sistema político. Nossa pesquisa esclarece a percepção das disparidades e o perfil daqueles que se consideram perdedores ou os ganhadores do sistema globalizado.

Em primeiro lugar, notamos que se quase a metade das pessoas entrevistadas (46%) considera que seu nível de vida “permaneceu estável” durante os últimos anos, a outra metade (54%) é composta de dois grupos muito distintos: os que consideram que seu nível de vida melhorou (28%) e os que julgam que piorou (26%). Se nenhuma divergência na percepção, segundo o sexo, é notável, observa-se em contrapartida diferenças segundo a idade e a profissão da pessoa interrogada. Assim, os que têm menos de 35 anos são os que estão mais satisfeitos com a evolução de seu nível de vida: 42% entre eles julgam que está melhor, contra 25% entre os de 35-39 anos e 17% entre aqueles de 60 anos ou mais.

De forma geral, nos últimos anos, você acha que o seu nível de vida...



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O período entre 18 e 34 anos de idade corresponde à entrada na vida ativa e às primeiras evoluções pessoais. Compreende-se, portanto, que uma parte dos indivíduos vindos dessa faixa etária possa ter o sentimento de melhoria de seu nível de vida. Mas essa diferença geracional vem com diferenças bem marcadas entre as profissões e as categorias sócio-profissionais: a metade (49%) dos quadros dirigentes de empresa estima que seu nível de vida melhorou, enquanto que só encontramos 27% de operários qualificados e 17% de aposentados que partilham esse mesmo ponto de vista.

Essa repartição das opiniões sobre a evolução do nível de vida durante os anos anteriores encontra-se na clivagem entre aqueles que antecipam o futuro com pessimismo e aqueles que o veem com otimismo. Ainda que o número permaneça elevado, menos jovens (37%) pensam que seu país estará pior amanhã; a proporção das antecipações pessimistas sobe para 45% entre 35 e 39 anos e para 46% para os de 60 anos e mais.

Como você acha que será o futuro do seu país?

	Quadros dirigentes	Empregados qualificados	Operários qualificados	Aposentados	GLOBAL
Melhor do que atualmente	40	19	16	19	20
Igual que atualmente	29	36	40	35	37
Pior do que atualmente	31	45	44	46	43

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Por outro lado, existe uma relação entre a opinião sobre a evolução do nível de vida e a expressão das antecipações otimistas com relação aos próximos anos. Assim, 40% dos que pensam que seu país “estará pior amanhã” consideram que além disso seu nível de vida se degradou, enquanto que a metade (51%) daqueles que pensam que seu país estará melhor amanhã considera, contrariamente, que seu nível de vida melhorou. Também há diferenças em relação ao julgamento sobre o funcionamento da democracia.

No seu país, diria que a democracia funciona...

	Quadros dirigentes	Empregados qualificados	Operários qualificados	Aposentados	GLOBAL
Total de respostas: “muito bem” e “bem”	70	48	49	53	51
Total de respostas: “muito mal” e “mal”	30	52	51	47	49

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Deve ser considerada a natureza do julgamento sobre a globalização para compreender os diversos níveis de satisfação dos entrevistados sobre sua situação pessoal. Assim, dentre os que percebem a globalização como “uma ameaça”, aproximadamente um terço (31%) estima que seu nível de vida se degradou, e seis pessoas em 10 (60%) consideram que seu estilo de vida está ameaçado e a metade (49%) declara que seu país estará pior amanhã. No outro grupo, os que consideram a globalização como uma “oportunidade”, são quase um quarto (24%) e consideram que seu nível de vida se degradou, a metade (49%) pensa que seu estilo de vida está ameaçado e 40% consideram que seu país estará pior amanhã.

Entre aqueles que estão satisfeitos com suas atuais condições de vida e otimistas diante do futuro, observa-se uma super representação de homens, de jovens de menos de 35 anos, com profissões intelectuais e executivos. Na outra extremidade, os que consideram que seu nível de vida baixou e que veem o futuro com pessimismo são, com mais frequência, mulheres, com idades de 35 a 59 anos, pessoas aposentadas e pessoas que não trabalham (desempregados, estudantes, do lar).

Encontramos aqui um fenômeno muitas vezes citado no debate público durante os últimos anos: estaria a globalização clivando as sociedades democráticas em dois campos, separando, de um lado, uma elite capaz de aproveitar plenamente os frutos da democracia liberal, da globalização econômica e cultural e, de outro lado, um grande número de abandonados que perdem, pouco a pouco, qualquer esperança de mobilidade social e se consideram desprovidos de uma efetiva capacidade política.

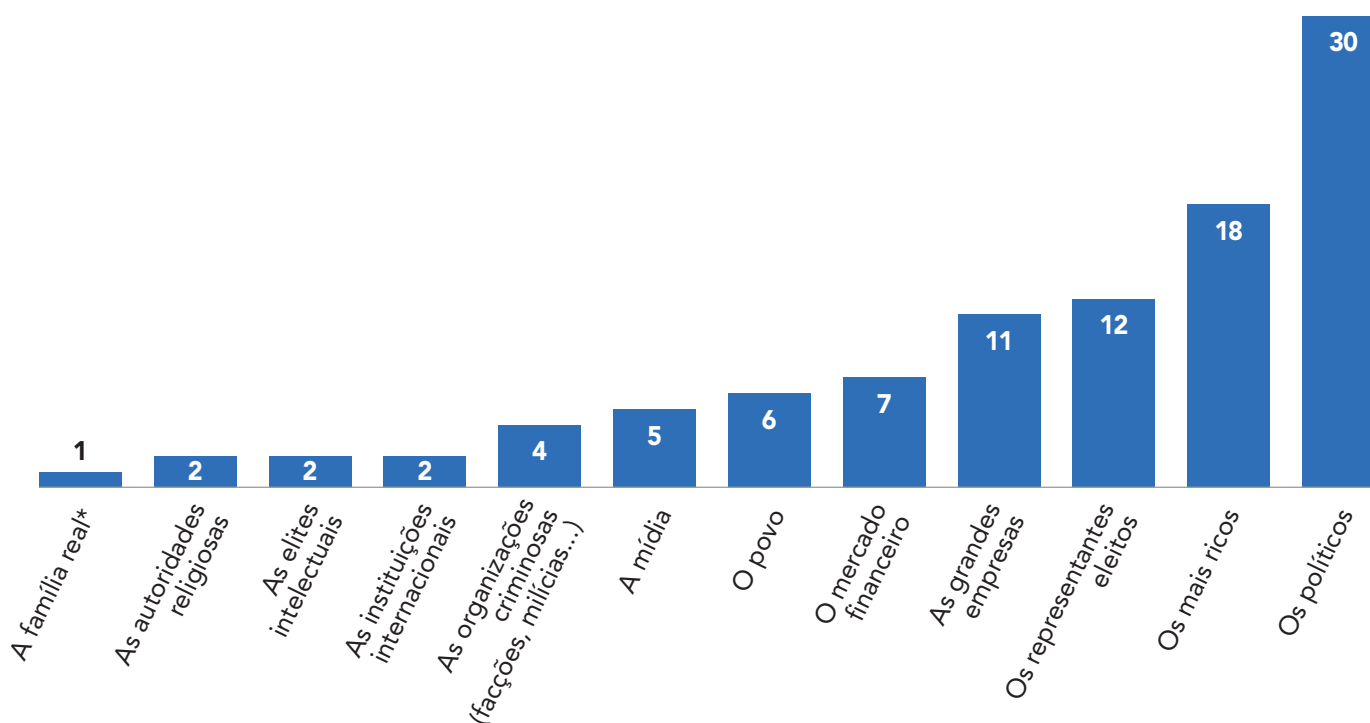
QUEM DETÉM O PODER?

THIBAUT MUZERGUES

Teoricamente, as democracias liberais resolveram a questão de saber a quem pertencia o poder: a soberania pertence ao povo mas o poder é exercido por representantes eleitos pelo sufrágio universal. Nas democracias representativas, o povo delega o poder a representantes que governam em seu nome. Ao perguntar “Quem detém maior poder no seu país?” quisemos colocar sob o olhar da teoria democrática o modo como os cidadãos percebem o exercício do poder.

À pergunta “na sua opinião, qual destas categorias detém maior poder no seu país?”, as pessoas entrevistadas deviam responder classificando (“primeiro”, “segundo” ou “terceiro”) três entidades entre doze propostas. Na análise dos resultados, consideramos aqui a resposta “primeiro”¹.

Qual destas categorias detém maior poder no seu país?



* Opção de resposta oferecida apenas nas monarquias parlamentares.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

PODERES CONTRA O PODER DE GOVERNAR?

Os dados recolhidos mostram que, nas sociedades democráticas, os que governam não são necessariamente citados em primeiro lugar entre os detentores do poder. De modo global, nas 42 democracias estudadas, encontramos poucas pessoas que citaram em primeiro lugar os políticos (30%) como detentores do poder, os representantes eleitos (12%) e o povo (6%). Opostamente, a ideia de que o poder democrático sofre influência do dinheiro está muito presente. Assim, são citados em primeiro lugar os mais ricos (18%), as grandes empresas (11%) e os mercados financeiros (7%), ou seja, três figuras do poder certamente tradicionais, mais às quais a globalização parece conferir um poder e uma visibilidade novos.

Nota-se um efeito de geração na avaliação pública sobre a detenção do poder: os que estão entre 18-34 anos têm mais tendência a designar a mídia como detentora de maior poder em seu país (8%), em comparação com os de 60 anos e mais (4%). Ao contrário, os representantes eleitos são menos citados em primeiro lugar como detentores do poder pelos que estão entre 18-34 anos (9%) do que pelos de 60 anos e mais (15%).

1. Uma seção “total” proposta no questionário representa a porcentagem de entrevistados que mencionou uma dessas entidades, seja em primeiro, em segundo ou em terceiro, dentro da lista das três entidades supostas deter o poder.

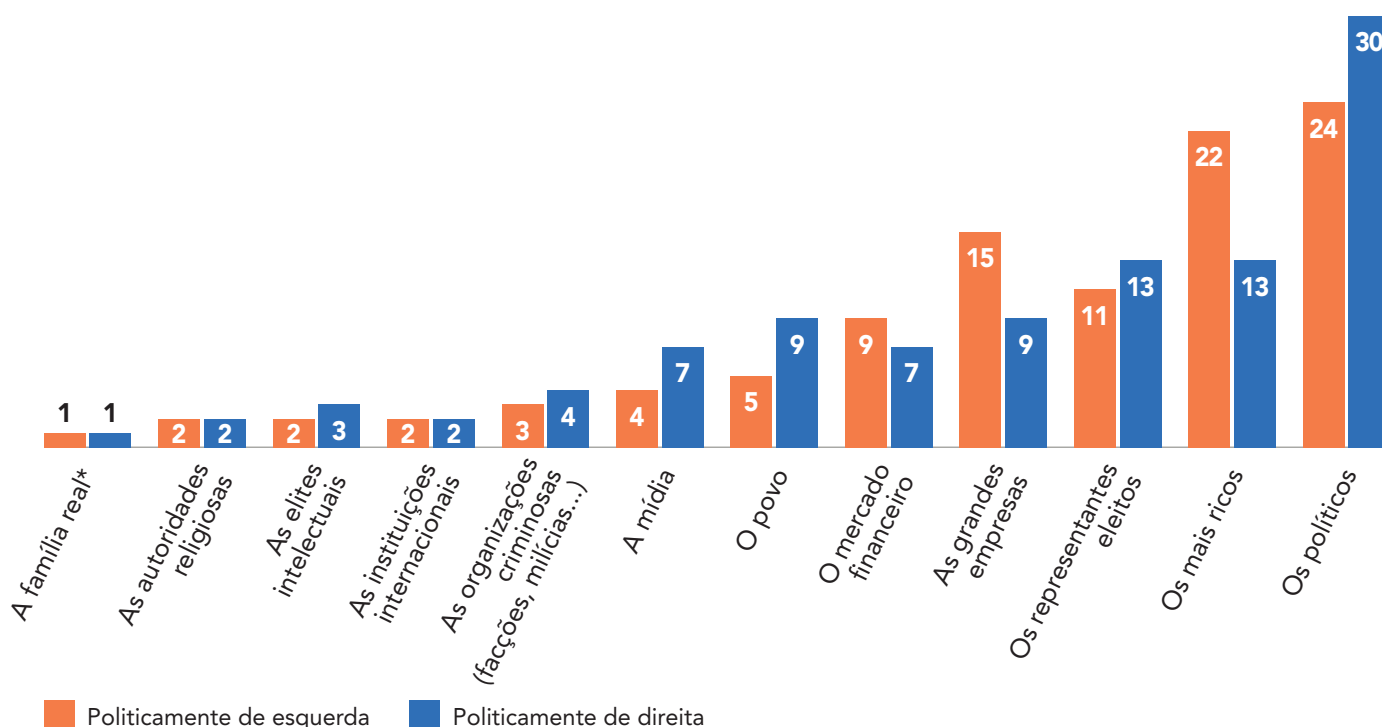
O POVO É SOBERANO?

Desse modo, nas sociedades democráticas pesquisadas, as categorias percebidas como as detentoras de maior poder não são nem o povo, nem os representantes eleitos. A Suíça constitui, evidentemente, a conhecida exceção a essa visão geral do poder na democracia: um quarto das pessoas entrevistadas (25%) considera que o povo é a entidade que mais detém o poder em seu país, 21% designam os políticos e 18% respondem que os representantes eleitos são o grupo de maior poder. Além desse caso tão particular, menos da metade do conjunto das pessoas entrevistadas nas 42 democracias da pesquisa situam o poder onde ele pretende estar (o povo, os representantes eleitos e, finalmente, os políticos): a designação de uma dessas entidades “em primeiro” como detentora do poder só representa 48% das respostas quando adicionamos as respostas que classificam em primeiro seja os representantes eleitos, seja o povo ou ainda os políticos. Isso significa que, para mais da metade dos entrevistados (52%), as entidades que detêm o poder “em primeiro” em seu país não são uma emanção direta ou indireta dos mecanismos democráticos. Se a confiança no funcionamento dos sistemas democráticos está ligada à possibilidade, para os cidadãos, de serem representados em sua capacidade de controlar o exercício do poder, os resultados de nossa pesquisa alimentam a tese de uma crise latente mais profunda da adesão à convenção democrática.

O fato de nomear os representantes eleitos entre as categorias que detêm “em primeiro” o poder no país pode, portanto, ser utilizado como um indicador da solidez da convenção democrática num país: é o caso de Luxemburgo, onde os eleitos são designados “em primeiro” por 28% das pessoas, contra uma média global de 12%; também é o caso da Noruega (29%), da Dinamarca (22%), da Holanda (21%) e da Suécia (20%). Observemos que se trata, ao mesmo tempo, de países em que os cidadãos se dizem mais satisfeitos com o funcionamento de seu sistema democrático: a maior parte dos suíços (88%), dos luxemburgueses (86%), dos noruegueses (86%), dos dinamarqueses (83%) e, em menor medida, dos suecos (76%) e dos holandeses (69%) consideram que a democracia funciona bem em seu país, contra uma média de 51% para o conjunto das 42 democracias.

Enfim, observamos que a afiliação política tem um papel importante quando se deve designar os detentores do poder. Os cidadãos que se situam à direita consideram de bom grado que os homens e mulheres políticos, o povo e a mídia detêm poder “em primeiro”. Dentre os da esquerda, responde-se mais voluntariamente que são os mais ricos, as grandes empresas e os mercados financeiros.

Qual destas categorias detém maior poder no seu país?



* Opção de resposta oferecida apenas nas monarquias parlamentares.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A maioria das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa pensa que o poder se concentra entre as mãos de grupos sociais exteriores aos mecanismos do governo representativo. Na opinião democrática a ideia de que o poder não está nem entre as mãos do povo, nem entre as mãos dos representantes, progride. Com exceção de alguns países, a natureza democrática do sistema político parece estar bem contestada.

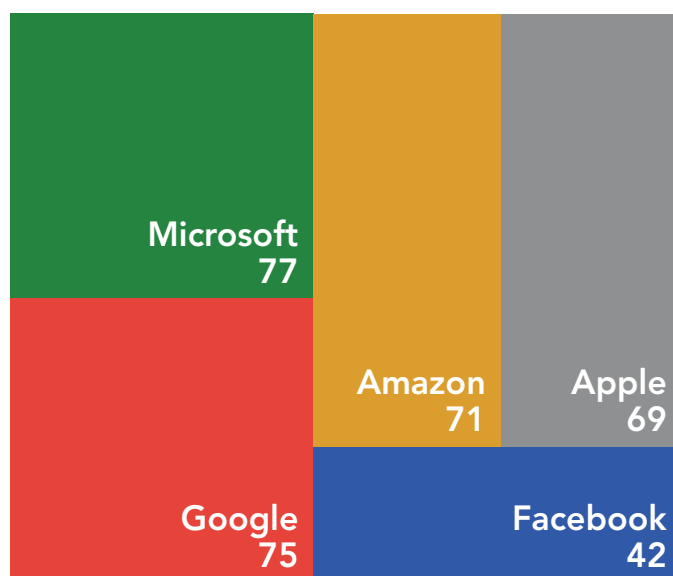
CONFIANÇA NOS GIGANTES DE TECNOLOGIA... COM EXCEÇÃO DO FACEBOOK

PAUL-ADRIEN HYPPOLITE E ANTOINE MICHON

Nossa pesquisa é rica de informações sobre a percepção pelo mundo democrático das novas tecnologias e das principais empresas de tecnologia, os conhecidos GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Primeiro, as tendências globais se veem nos resultados. Observa-se, de um lado, uma adesão geral ao progresso tecnológico e aos aportes positivos da Internet e, de outro, com exceção do Facebook, uma grande confiança nos gigantes americanos de tecnologia. Essa confiança é ainda mais notável na medida em que a opinião pública expressa, nessa mesma pesquisa, um nível de confiança nas grandes empresas (41%) muito inferior à confiança conferida às pequenas e médias empresas (78%). Tudo se passa como se as GAFAM não fossem percebidas pela opinião como “grandes empresas”.

Confiança nos GAFAM

Total de respostas: “confio totalmente” e “confio”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A desconfiança que se expressa especificamente em relação ao Facebook deve, provavelmente, ser interpretada à luz do debate sobre a segurança dos dados compartilhados na rede social e das diversas acusações em relação ao papel da empresa na difusão de fake news. Também se pensa no caso Cambridge Analytica, sem esquecer as pesadas incriminações à empresa Menlo Park na propagação dos discursos de ódio e de repressão na Birmânia (crise dos Rohingya), no Sri Lanka (revoltas anti muçulmanas) ou ainda nas Filipinas (“guerra contra a droga” do presidente Duterte).

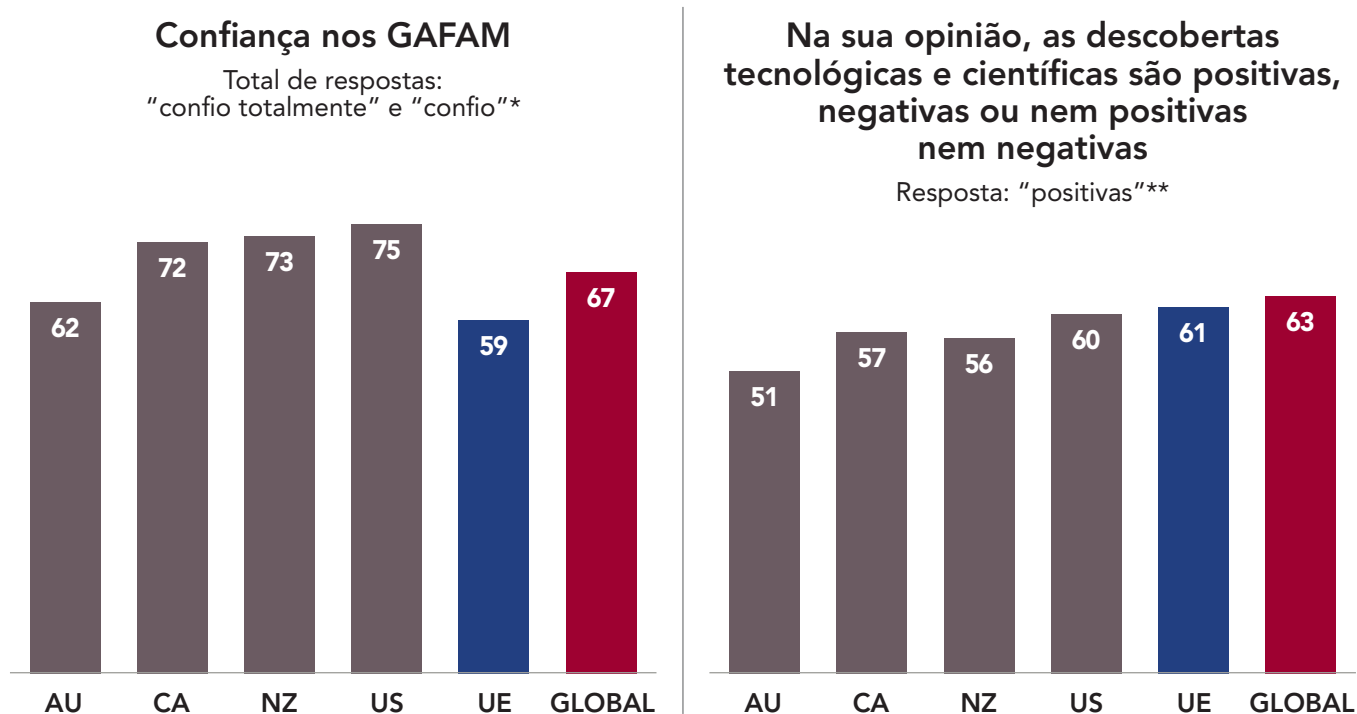
A Internet e as redes sociais são consideradas de modo favorável, tanto como vetores de informação (84% de opiniões positivas), de relações sociais (75%) quanto de expressão (74%). No entanto, as pessoas entrevistadas estão conscientes dos perigos associados a essas novas tecnologias de informação e da comunicação: 72% entre elas reconhecem os riscos de propagação de fake news e 67% preocupam-se com uma invasão excessiva de terceiros em sua vida privada. Apenas um dos riscos mencionados foi amplamente rejeitado: o de se estar apenas em relação com indivíduos que têm a mesma opinião na Internet - dois terços dos entrevistados (66%) dizem não temer esse efeito bolha, cuja existência foi atestada por pesquisas sobre o espaço público digital.

UMA OPOSIÇÃO ACENTUADA ENTRE OS PAÍSES PRO E ANTI TECNOLOGIAS

Apesar de os usuários estarem ligados, de modo global, às novas tecnologias e aos gigantes da tecnologia, constata-se diferenças acentuadas conforme os países. Assim, existem sociedades muito claramente pro-tech como no Brasil ou nos Estados bálticos ou na Croácia, no continente europeu. Nesses países, as pessoas entrevistadas acreditam mais no impacto positivo das descobertas tecnológicas, tanto sobre o emprego e a liberdade quanto sobre a saúde e as relações sociais. Calculando-se a média dos resultados para os diferentes setores, observa-se 72% de opiniões positivas na Croácia, 78% no Brasil e 79% na Lituânia, para uma média global de 63% nos 42 países. Além disso, uma grande maioria das pessoas consideram que a Internet e as redes sociais têm um impacto social positivo (Brasil, 92%; Lituânia, 90%; Croácia, 89%; contra 75% nos 42 países). Esses mesmos países também têm uma confiança mais pronunciada nos GAFAM.

Entre as populações claramente anti-tech, contam-se as das principais potências da Europa Ocidental: franceses, alemães, britânicos, belgas e holandeses. Observemos que, enquanto conjunto regional, a União Europeia aparece mais como anti-tech. Os cidadãos desses países concedem, em menor número, sua confiança aos GAFAM, como se pode constatar no Reino Unido (63%), na França (52%) ou na Alemanha (48%). Em média, os cidadãos da União Europeia têm menos confiança (59%) nessas grandes empresas do que a média global das pessoas entrevistadas nos 42 países (67%).

Além da antinomia pro-tech/anti-tech, nota-se que os cidadãos de um certo número de países se diferenciam por uma relação mais ambígua com a tecnologia. Por exemplo, em alguns países anglo-saxões as opiniões públicas aliam um forte crédito aos GAFAM a uma relativa desconfiança em relação às descobertas tecnológicas e científicas.



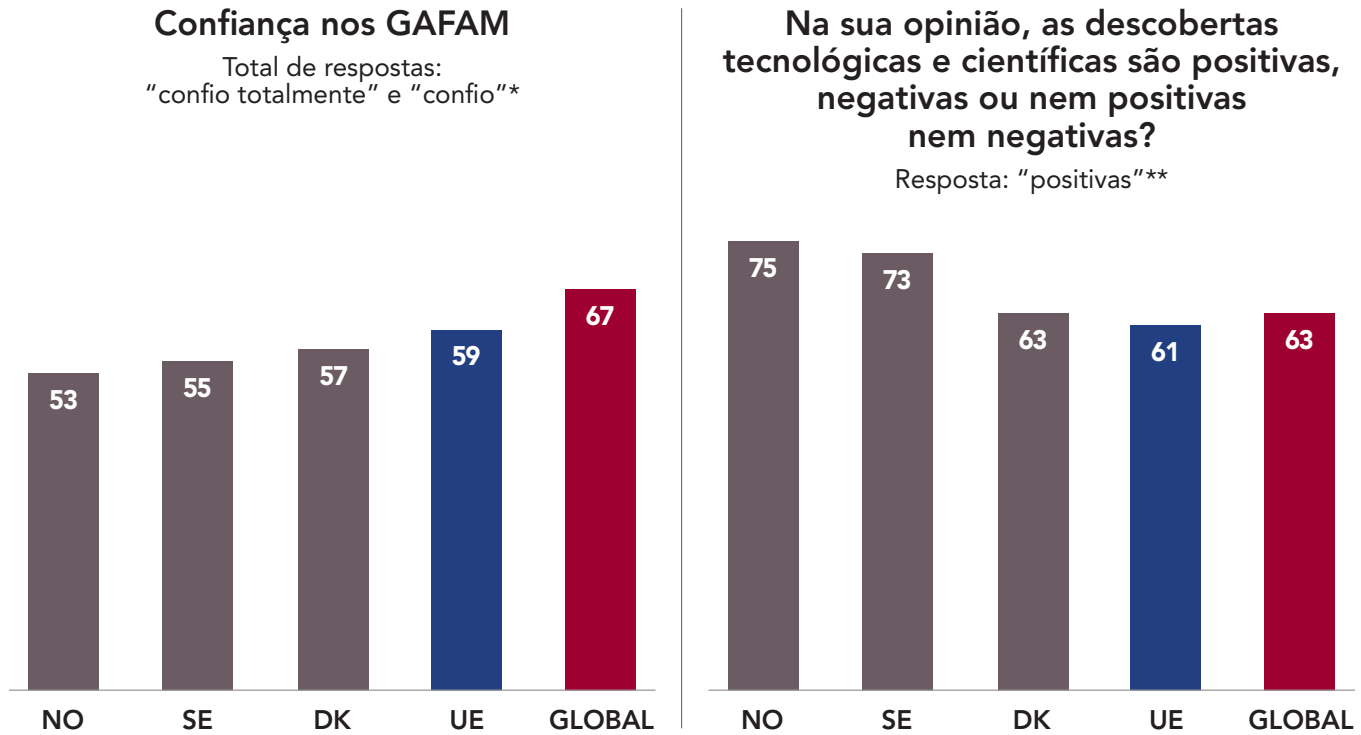
© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Média criada a partir do total de respostas "confio totalmente" e "confio" à pergunta "Para cada uma das seguintes empresas, diga se você confia, confia totalmente, desconfia ou desconfia totalmente" para as cinco empresas GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple et Microsoft).

** Média criada a partir das respostas "positivas" à pergunta "Na sua opinião, as descobertas tecnológicas e científicas são positivas, negativas ou nem positivas nem negativas para..." os quatro itens (Para as liberdades, Para o emprego, Para a saúde, Para as relações humanas).

Diversas razões podem explicar essa situação: um forte patriotismo econômico nos Estados- Unidos, uma proximidade estratégica com o vizinho americano no Canadá ou ainda o sentimento de receber um grande benefício com o desenvolvimento desses gigantes com a instalação de sedes principais, de *data centers*, de centros de pesquisa ou ainda, na Irlanda, de *call centers*. Assim, essas disparidades podem significar que aos GAFAM são atribuídas virtudes que vão além dos aportes em termos científicos e tecnológicos, enquanto empresas.

Os países escandinavos mostram um certo otimismo em relação ao progresso tecnológico, mas desconfiam do poder crescente dos GAFAM. Nesses dados, pode-se ver a expressão do alto grau de confiança que caracteriza as sociedades escandinavas, duplicado por uma consciência da supremacia preocupante das empresas americanas nesse segmento chave de sua vida cotidiana.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Média criada a partir do total de respostas "confio totalmente" e "confio" à pergunta "Para cada uma das seguintes empresas, diga se você confia, confia totalmente, desconfia ou desconfia totalmente" para as cinco empresas GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple et Microsoft).

** Média criada a partir das respostas "positivas" à pergunta "Na sua opinião, as descobertas tecnológicas e científicas são positivas, negativas ou nem positivas nem negativas para..." os quatro itens (Para as liberdades, Para o emprego, Para a saúde, Para as relações humanas).

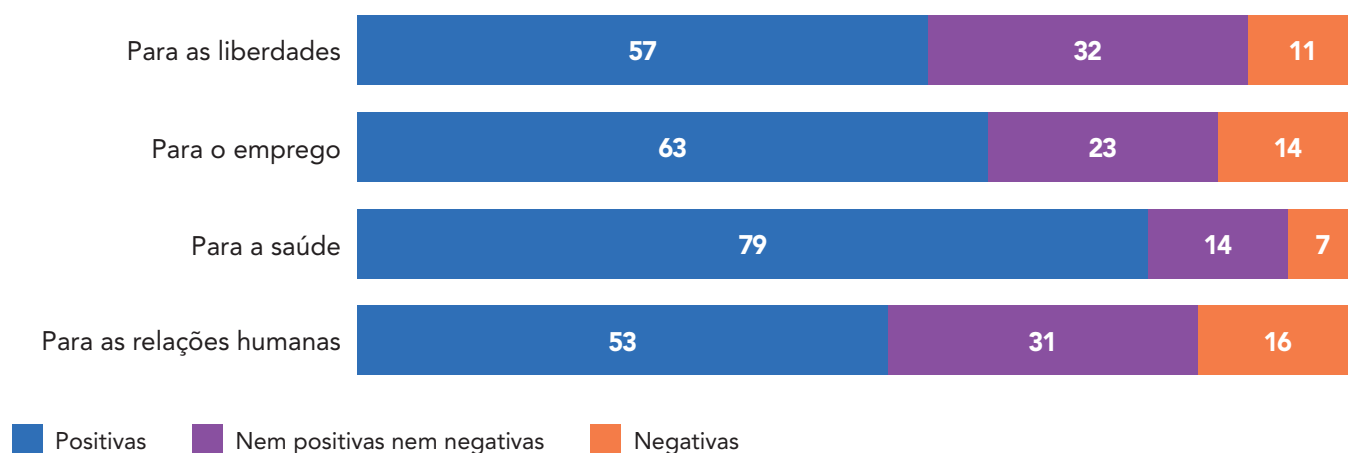
INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS SÃO CONSIDERADAS COMO FONTE DE PROGRESSO

MADELEINE HAMEL

Não se pode ignorar os avanços ocorridos nas áreas tecnológicas e científicas, de tanto que estes se tornaram ostentatórios, com imagens espetaculares e amplamente difundidas pela mídia e redes sociais. O progresso na pesquisa genética atingiu assim um ponto crítico: a ferramenta de edição genômica CRISPR-Cas9 permitiu a criação dos primeiros embriões humanos geneticamente modificáveis e viáveis, pulmões artificiais foram transplantados com sucesso em porcos e o avanço chinês na matéria culminou, em 2018, com o nascimento de dois macacos clonados, mais de vinte anos depois da ovelha Dolly. A atualidade técnico-científica recente foi marcada, entre outros, pela evolução do veículo autônomo, pela difusão da impressão 3D, pela inteligência artificial e pela sofisticação robótica, ou ainda pela retomada da corrida ao espaço, com as missões das empresas privadas Space X de Elon Musk e Blue Origin de Jeff Bezos, bem como o primeiro pouso sobre a face oculta da Lua, pela China.

Esses avanços inscrevem o curso das sociedades humanas em uma profunda mutação cujos desafios ainda são incertos. Por esta razão, nossa pesquisa quis medir a atitude dos cidadãos dos 42 países democráticos diante do progresso científico e tecnológico, para avaliar a percepção dos seus impactos ("positivo", "nem positivo, nem negativo" ou "negativo") em quatro campos: liberdade, emprego, saúde e relações sociais.

Na sua opinião, as descobertas tecnológicas e científicas são positivas, negativas, nem positivas nem negativas...



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Observando-se o conjunto dos dados, os países democráticos pesquisados veem, de modo majoritário, com bons olhos o avanço técnico-científico: quando os cidadãos se pronunciam, estes o fazem significativamente de maneira otimista. No campo da saúde, essa opinião otimista é a mais perceptível, pois mais de três quartos (79%) das pessoas entrevistadas consideram seu impacto como positivo. Sobre o emprego, seis pessoas em cada dez (63%) consideram que as descobertas científicas e tecnológicas têm um efeito benéfico, enquanto que esse número baixa ligeiramente quando se trata das liberdades (57%). Entretanto, apenas uma pequena maioria (53%) declara perceber uma influência positiva desse progresso sobre as relações humanas.

Na sua opinião, as descobertas tecnológicas e científicas são positivas, negativas, nem positivas nem negativas...

União europeia	Positivas	Nem positivas nem negativas	Negativas
Para as liberdades	56	31	13
Para o emprego	59	23	18
Para a saúde	80	13	7
Para as relações humanas	49	29	22
Estados-Unidos	Positivas	Nem positivas nem negativas	Negativas
Para as liberdades	51	36	13
Para o emprego	67	21	12
Para a saúde	74	16	10
Para as relações humanas	48	34	18

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Os Americanos e os Europeus manifestam as mesmas tendências de opinião, ainda que os Europeus (18%) estejam ligeiramente mais preocupados do que os Americanos (12%) quanto ao impacto das descobertas tecnológicas e científicas sobre o emprego. Poderíamos ver nisso a influência dos atuais debates em escala europeia sobre a regulação da inteligência artificial e da robótica, e das tecnologias diretamente associadas a repercussões negativas no mercado de trabalho (modificação, substituição ou desaparecimento de certos empregos).

O estudo encontra duas ideias comuns. Primeiro, a religião não parece ter uma influência significativa sobre as opiniões em torno dessa questão. As diferenças com a média não variam sensivelmente entre os religiosos, os ateus e os agnósticos. Entretanto, entre os crentes, os muçulmanos são os que se pronunciam com mais frequência de modo negativo sobre cada um dos quatro temas abordados (diferença de 1 a 5 pontos em relação às outras crenças). Em segundo lugar, a idade não é um determinante das atitudes diante do progresso técnico-científico. Nota-se pouca diferença entre as faixas etárias, e até mesmo uma ligeira tendência entre os mais jovens (18-34 anos, 19%) em perceber esse progresso como nefasto para as relações humanas, em relação às pessoas de 60 anos ou mais (14%).

Em contrapartida, essas atitudes se correspondem plenamente a clivagens tradicionais, principalmente na fratura que separa o mundo das metrópoles e o mundo das pequenas e médias cidades. Desse modo, em relação à liberdade, os habitantes das metrópoles tendem mais a perceber positivamente os impactos do progresso técnico e científico do que os habitantes das cidades pequenas (62% contra 52%); o mesmo ocorre em relação ao emprego (67% contra 59%) e às relações humanas (58% contra 48%). A diferença é reduzida quando se trata de avaliar o impacto sobre a saúde, com 5 pontos de diferença, mas as metrópoles permanecem mais otimistas (81% contra 76%).

As pessoas mais confiantes no aporte das descobertas científicas e tecnológicas são as categorias sociais superiores, as pessoas que veem a globalização como uma oportunidade, as que se dizem otimistas em relação ao futuro e as que se interessam pela política. Diferentemente, os entrevistados que consideram a globalização como uma ameaça tendem a ter um olhar mais negativo sobre o progresso técnico-científico do que os que a percebem como uma oportunidade, seja para a saúde (12% contra 4%), para o emprego (20% contra 10%), para as relações humanas (24% contra 12%) ou para a liberdade (17% contra 8%).

O grau de abertura para o mundo ou o grau de implicação no mundo está claramente associado à percepção do progresso científico e técnico, na medida em que com os entrevistados mais inseridos na globalização e mais implicados em seu desenvolvimento, são também os mais otimistas no que se refere aos efeitos do progresso científico. Assim, seja nos países membros, ou nos países candidatos à entrada na União Europeia, as pessoas que consideram o fato de ser membro da União Europeia ou de se tornar membro como algo positivo, tendem mais a expressar confiança quanto aos efeitos positivos das descobertas científicas, com diferenças de 14 pontos em média em relação aos que consideram negativo o fato de ser membro da União Europeia (68% contra 54%), e de 11 pontos em relação aos que consideram a perspectiva de se tornar membro da União Europeia (69% contra 58%)¹.

1. Dados obtidos a partir do cálculo da média das diferenças, para cada item (liberdades, emprego, saúde e relações humanas) entre os que consideram o progresso técnico-científico positivamente e os que pensam que o pertencimento à União Europeia é positivo e os que consideram o progresso técnico científico de modo positivo e pensam que o pertencimento à União Europeia é negativo. Cálculo efetuado para o grupo de países da União europeia tomado como o grupo de países candidatos à entrada.

ENGRENAGEM DA ECONOMIA NACIONAL OU SÍMBOLO DE UM CAPITALISMO GLOBALIZADO: A DIMENSÃO DAS EMPRESAS MOLDA AS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS









GUILLEMETTE LANO

O fenômeno da globalização não cessou de acentuar a diferença de tamanho entre, de um lado, as micro e pequenas empresas ou as pequenas e médias empresas (PME) e, de outro, as grandes empresas. Ora, como mostra nossa pesquisa, a confiança nas empresas é uma função inversa de seu tamanho. No conjunto das 42 democracias pesquisadas, uma grande maioria (78%) das pessoas declara confiar nas pequenas e médias empresas, contra menos da metade (41%) nas grandes empresas.

Nos países de cultura anglo-saxônica¹, a confiança nas pequenas e médias empresas é sensivelmente superior à média global (78%), do mesmo modo que o nível de confiança nas grandes empresas (46% contra 41%). Portanto, são as sociedades de cultura liberal que mais confiam nas empresas e, pelo menos por enquanto, a organização liberal da economia somada à globalização se traduz na opinião pública por uma confiança recorde nas empresas.

Confiança nas empresas nos países de cultura anglo-saxônica

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"

	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas
 Austrália	90	44
 Canadá	89	47
 Estados Unidos	95	47
 Irlanda	88	50
 Nova Zelândia	89	58
 Reino Unido	88	43
 UE	69	34
 GLOBAL	78	41

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Na União europeia, ainda que a confiança nas empresas seja menor do que no conjunto das 42 democracias, as diferenças de confiança entre as PME e as grandes empresas são mais acentuadas: mais de dois terços (69%) dos Europeus declaram confiar nas PME, mas apenas um terço (34%) nas grandes empresas. A opinião varia segundo os Estados membros: a confiança nas PME é amplamente difundida na França (86%) e na Alemanha (80%). Por outro lado, quando se trata das grandes empresas, a confiança é minoritária tanto para os franceses (33%) quanto para os alemães (23%). Ao contrário, os escandinavos se distinguem pela confiança nas grandes empresas, sejam eles finlandeses ou suecos (49%), dinamarqueses (58%) ou noruegueses (59%). Observemos, aliás, que na Dinamarca, uma confiança maior (58%) é concedida às grandes empresas que às PME (44%). De modo diferente, no sul da Europa, as pequenas e médias empresas despertam uma baixa confiança da opinião, seja na Espanha (65%), na Grécia (63%), em Portugal (51%) ou na Itália (46%). Pode-se ver nesses resultados os prováveis efeitos das dificuldades econômicas consideráveis enfrentadas nos últimos anos.

A relação com a globalização está ligada à confiança concedida às grandes empresas. O nível de confiança varia 7 pontos entre os que consideram a globalização como uma oportunidade (43%) e os que veem nela uma ameaça (36%). O posicionamento político e a categoria social também são determinantes no modo de considerar as grandes empresas.

1. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido.

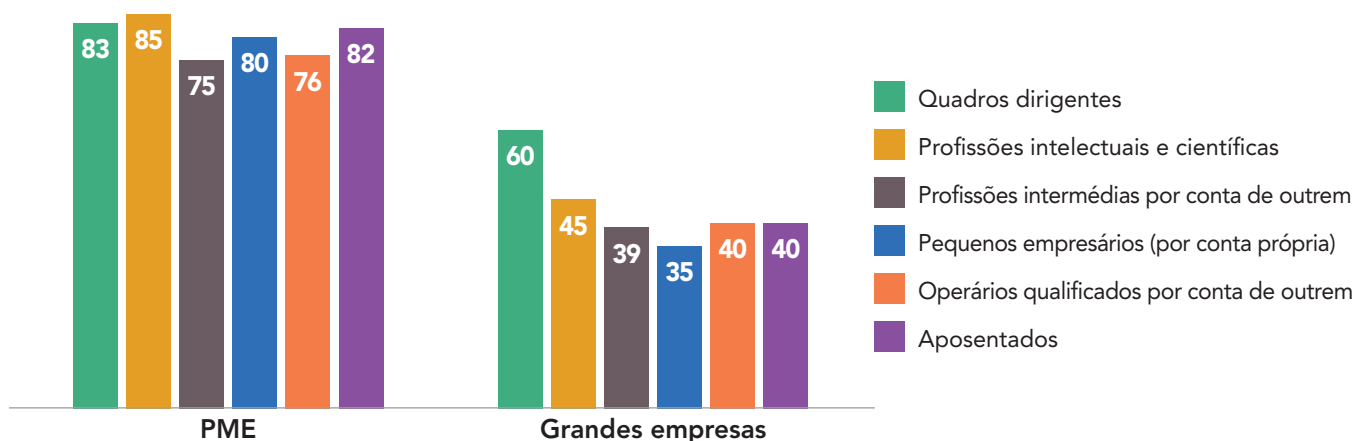
	A globalização é uma oportunidade	Confiança nas grandes empresas
Austrália	57	44
Canadá	74	47
Estados Unidos	62	47
Nova Zelândia	68	58
Reino Unido	65	43
Brasil	81	34
Israel	75	45
Suíça	50	37
Albânia	69	55
Bósnia e Herzegovina	56	52
Macedônia do Norte	55	61
Sérvia	58	27
UE	59	34
GLOBAL	66	41

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O gênero, a idade ou o tamanho da cidade em que vivem as pessoas entrevistadas não parecem influenciar o nível de confiança nas grandes empresas. Por outro lado, nossa pesquisa mostra que os pequenos empreendedores são os que concedem menos confiança às grandes empresas, pois somente 35% entre eles confia nelas, contra 60% dos quadros dirigentes.

Confiança nas empresas em função das categorias socioprofissionais

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A baixa confiança nas grandes empresas é acompanhada pela expressão de uma crítica ao funcionamento da democracia: a metade (50%) dos que pensam que a democracia funciona bem em seu país confia nas grandes empresas; esta proporção cai para menos de um terço (31%) entre aqueles que, ao contrário, consideram que a democracia funciona mal em seu país.

Do mesmo modo, os que consideram que seu modo de vida está ameaçado expressam um nível de desconfiança em relação às grandes empresas (64%) superior ao das pessoas entrevistadas que consideram que seu modo de vida não está ameaçado (54%). A figura das grandes empresas é uma das expressões evidentes da globalização. A maneira como as pessoas as percebem está ligada a maneira como a globalização é percebida.

Segundo nossa pesquisa, as grandes empresas também são fortemente associadas ao poder: à pergunta "entre as categorias seguintes, quem detém o poder em seu país?", 41% das pessoas entrevistadas citam "as grandes empresas" entre as três categorias que detém mais poder em seu país. Finalmente, entre aqueles que consideram que a liberdade das empresas deve ser reforçada e o papel do governo limitado, quase a metade (45%) confia nas grandes empresas, enquanto que só 35% entre estes esperam um maior papel do governo.

NÍVEL DE VIDA E ESTILO DE VIDA: A DUPLA CRISE DO PATRIMÔNIO

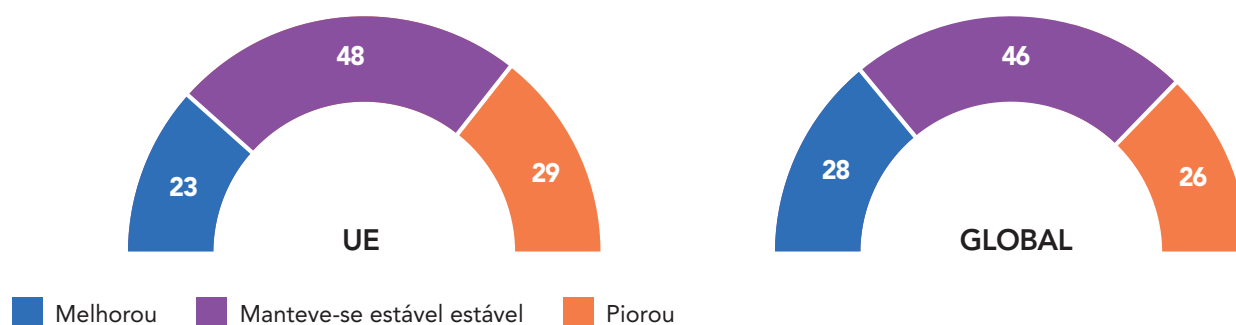
DOMINIQUE REYNIÉ

As transformações vividas pelas democracias foram muitas vezes descritas e analisadas considerando-se a evolução do nível de vida dos indivíduos. O enriquecimento das sociedades democráticas teve um papel chave no enraizamento e no fortalecimento desse sistema político fundado sobre o consentimento dos cidadãos. No entanto, as crises políticas às quais foram confrontadas as democracias provinham, muitas vezes em larga escala, de um recuo do nível de vida, e até mesmo de um desabamento como o ocorrido durante os anos 1930, depois da terrível crise econômica e financeira de 1929. Hoje ainda é pertinente adotar uma abordagem materialista das sociedades democráticas e de sua evolução. Em termos de opinião, sempre é preciso considerar a questão do nível de vida, ou seja, a evolução, real ou percebida, do patrimônio material em torno do qual se organiza uma parte da existência social. Mas para compreender os distúrbios que agitam o mundo democrático, em geral, e as democracias europeias, em particular, é preciso considerar também a questão do estilo de vida, que permite analisar a evolução percebida do patrimônio imaterial, ou seja, a apreciação dessa dimensão cultural e simbólica da qual dependem as condições de vida dos indivíduos e, mais ainda, o modo como eles representam suas evoluções.

AS PESSOAS ENTREVISTADAS CONSIDERAM QUE SEU NÍVEL DE VIDA FOI PRESERVADO

Desse modo, perguntamos primeiro às pessoas se elas tinham o sentimento de que “seu nível de vida [havia] melhorado ou piorado” durante os últimos anos. Havia três opções de respostas: “melhorou”, “manteve-se estável estável” e “piorou”.

De forma geral, você acha que o seu nível de vida melhorou
ou piorou nos últimos anos?



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

No conjunto, a avaliação da situação do nível de vida pelas sociedades democráticas faz surgir entre um quarto e um terço de indivíduos que veem sua situação como pior, e isso com variações quando se observa os dados da União Europeia. Sem ser insignificantes, essas proporções precisam ser comparadas ao fato que 74% das pessoas entrevistadas na totalidade do mundo democrático pesquisado e 71% das democracias da União Europeia consideram que seu nível de vida manteve-se estável ou melhorou. Mais ainda, é nos 11 Estados antigamente situados sob o domínio do bloco soviético e hoje membros da UE¹ que a proporção dos entrevistados considerando que seu nível de vida melhorou é a mais importante (32%), enquanto que 42% consideram que permaneceu o mesmo e 26% consideram que piorou.

1. Estão agrupados sob esse termos os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

A maior proporção de entrevistados que consideram que seu nível de vida melhorou durante os últimos anos encontra-se entre os luxemburgueses e os letões (34%), os romenos e os tchecos (35%), os neozelandeses (36%), poloneses (37%), israelenses (39%), americanos (40%) e malteses, que batem todos os recordes (53%). A proporção de entrevistados que consideram, ao contrário, que seu nível de vida piorou registra-se na Albânia (38%), em Chipre (43%), na França (45%), na Bulgária (46%), na Sérvia (51%) na Grécia (59%) e na Ucrânia (60%).

Ainda que a evolução do nível de vida permaneça como um dos fatores chave de compreensão da situação e da evolução dos regimes democráticos, deve-se constatar que a percepção dominante é a do nível de vida ou de um patrimônio material preservado ou melhorado. Se quisermos compreender melhor a crise que atravessa o mundo democrático, e até mesmo tentar definir suas causas, não podemos nos limitar a medir as percepções em relação à dimensão material do patrimônio. É preciso completar essa abordagem com uma pesquisa das percepções da dimensão imaterial, o que nos leva a resultados bem diferentes.

A MAIOR PARTE DAS PESSOAS ENTREVISTADAS CONSIDERA QUE O MODO DE VIVER EM SEU PAÍS ESTÁ AMEAÇADO

Para entender melhor a dimensão imaterial do patrimônio, fizemos uma pergunta sobre o estilo de vida, formulada nesses termos: "Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?" Propusemos um leque de respostas que corresponde com as modalidades clássicas de pesquisa de opinião "muito ameaçado", "ameaçado", "pouco ameaçado" e "nada ameaçado".

Em nossa pesquisa, uma maioria (53%) das pessoas responde ter o sentimento de que seu estilo de vida está "ameaçado". Esta preocupação se encontra em 22 países dentre os 42 pesquisados. Quase todos são europeus e a maior parte vem do antigo bloco comunista, mas com exceções notáveis: República Tcheca (51%), Áustria e Bósnia-Hergovina (52%), Eslovênia (54%), Espanha (55%), Romênia (57%), Itália e Albânia (58%), Eslováquia (59%), Bulgária (60%), Sérvia (61%), Hungria (62%), Chipre e Bélgica (66%), França (69%), Croácia (70%), Grécia (86%); na borda externa da União Europeia, o Reino Unido (53%) e Ucrânia (70%), fora da Europa, enfim, Estados Unidos (51%), Israel (56%) e Brasil (63%).

A análise dos resultados na escala dos indivíduos parece evidenciar um papel do grau de interesse pela política. Assim, o sentimento de que seu estilo de vida está ameaçado é claramente mais difundido entre os que dizem interessar-se pela política (56%) e, mais ainda, entre os que consideram interessar-se "muito" por ela (61%), o que contrasta com o grupo que declara não se interessar pela política, onde o sentimento de um estilo de vida ameaçado é menos difundido (49%). Esse laço leva a pensar que essa preocupação tem a ver com uma certa politização contestatária. Assim, a percepção de que uma ameaça pesa sobre o modo de vida em seu país está fortemente associada a um julgamento crítico da democracia. Trataria-se de uma espécie de opinião contestatária na medida em que revela a expressão de uma insatisfação em relação ao funcionamento da democracia, mas também de um possível questionamento desse sistema político. Nota-se que as diferenças de opinião são sempre mais marcadas nas democracias europeias, onde o sentimento de uma ameaça que pesa sobre o modo de vida é mais difundido do que no conjunto do mundo democrático pesquisado.

	No seu país, diria que a democracia funciona...	
	Total de respostas: "muito bem" e "bem"	Total de respostas: "muito mal" e "mal"
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	41	65
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, não está ameaçado**	59	35
	De forma geral, você sente que pode se expressar livremente na sociedade atual?	
	Total de respostas: "sim, totalmente" e "sim, razoavelmente"	Total de respostas: "não muito" e "não, de forma nenhuma"
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	46	69
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, não está ameaçado**	54	31
	Você diria que o processo eleitoral do seu país é transparente?	
	Total de respostas: "sim, totalmente" e "razoavelmente"	Total de respostas: "não, de forma nenhuma" e "não muito"
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	46	63
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, não está ameaçado**	54	37
	Com qual das seguintes opiniões você mais se identifica?	
	É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas	Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	49	62
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, não está ameaçado**	51	38
	De um modo geral, você diria que...	
	O regime democrático é insubstituível e é o melhor sistema possível	Outros sistemas políticos podem ser tão bons como a democracia
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	52	56
Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, não está ameaçado**	48	44

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Total de respostas "muito ameaçado" e "ameaçado" à pergunta "Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?".

** Total de respostas "nada ameaçado" e "pouco ameaçado" à pergunta "Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?".

Chave de leitura: Entre aqueles que consideram que a democracia funciona bem em seu país, 41% consideram que seu o estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, está ameaçado.

O sentimento de que o modo de vida em seu país está ameaçado está fortemente associado a uma percepção negativa da globalização. Assim, no nível global, este é muito mais difundido entre os que percebem a globalização como uma ameaça (60%) do que entre os que veem nela uma oportunidade (49%).

Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?

	A globalização é uma oportunidade		A globalização é uma ameaça	
	GLOBAL	UE	GLOBAL	UE
Total de respostas: "muito ameaçado" e "ameaçado"	49	46	60	65
Total de respostas: "nada ameaçado" e "pouco ameaçado"	51	54	40	35

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Chave de leitura: Dentro do mundo democrático estudado, 49% dos entrevistados que consideram a globalização como uma oportunidade também consideram que seu o estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, está ameaçado.

O questionário mostra que o temor de ver seu estilo de vida alterado está mais associado à expressão de um certo afastamento, encolhimento, sobretudo na União Europeia: 48% dos entrevistados europeus que pensam ter um dever de acolhimento dos refugiados dizem ter uma preocupação com seu modo de vida, enquanto que essa proporção sobe para 62% entre aqueles que recusam a existência de tal dever. De um modo geral, para todas as perguntas que visam a avaliação da tolerância face a expressões da diversidade, em termos de opinião política, de religião, de orientação sexual e de origem étnica, é entre aqueles que consideram que o modo de vida em seu país está ameaçado que a proporção de pessoas que consideram estar incomodadas por uma ou outra dessas formas de diversidade é a mais elevada. Do mesmo modo, é entre esses que o julgamento da União europeia é o mais crítico.

De um modo geral, acha que o fato do seu país pertencer à União Europeia é:

	Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país, está ameaçado*	Meu estilo de vida, ou o modo de viver no meu país não está ameaçado**
Positivo	39	61
Nem positivo nem negativo	33	29
Negativo	28	10

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Total de respostas "muito ameaçado" e "ameaçado" à pergunta "Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?".


** Total de respostas "nada ameaçado" e "pouco ameaçado" à pergunta "Você acha que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?".

Chave de leitura: Entre aqueles que consideram que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, está ameaçado, 39% consideram o fato do seu país pertencer à União Europeia como algo positivo, contra 61% daqueles que consideram que seu estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, não está ameaçado.

O mundo democrático é atravessado por um duplo questionamento em torno do patrimônio: o nível de vida – o patrimônio material – e o modo de vida – o patrimônio imaterial. Mas as duas percepções evidentemente se entrelaçam, e uma grande parte daqueles que consideram que seu modo de vida está ameaçado também estima que seu nível de vida piorou (38%), enquanto que essa proporção chega apenas a 13% entre os que não temem por seu estilo de vida.

An aerial, top-down view of turbulent, churning blue water. The water is dark blue with intricate, swirling patterns of white foam and lighter blue highlights, suggesting a strong current or a storm. The overall texture is highly detailed and dynamic.

ORDEM E LIBERDADES



• A liberdade de expressão não é vista como algo consolidado por todos Loraine Amic e Madeleine Hamel.....	86
• Uma adesão unânime aos grandes princípios da expressão democrática Loraine Amic.....	88
• O mundo democrático é majoritariamente favorável à pena de morte Victor Delage.....	90
• O aborto, entre liberalização e resistências morais Victor Delage.....	92
• A opinião considera que o papel do estado na economia deveria ser limitado e a liberdade das empresas reforçada Erwan Le Noan.....	95
• A escola e os serviços de saúde são instituições particularmente populares Erwan Le Noan.....	97
• Exército, polícia, justiça: uma certa popularidade das instituições de segurança Mathieu Zagrodzki.....	99
• <i>Democracias sob tensão e European values studies: dados convergentes</i> Pierre Bréchon.....	101

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO É VISTA COMO ALGO CONSOLIDADO POR TODOS

LORAINÉ AMIC E MADELEINE HAMEL

Em média, nos 42 países de nossa pesquisa, dois terços (68%) das pessoas entrevistadas dão uma resposta positiva à questão de saber se elas têm, de modo geral, na sociedade atual, o sentimento de poder expressar-se livremente. Mas esse resultado não deve levar a ignorar essa outra constatação: quase um terço (32%) das pessoas entrevistadas no mundo democrático têm o sentimento de não poder expressar-se livremente. No conjunto da pesquisa, apenas 20% das pessoas responderam “sim, totalmente” à pergunta “você sente que pode se expressar livremente na sociedade atual?”, e menos da metade (48%) responderam “sim, razoavelmente”. A percepção da liberdade de expressão no mundo democrático aparece, assim, reduzida.

De forma geral, você sente que pode se expressar livremente na sociedade atual?



■ Sim, totalmente ■ Sim, razoavelmente ■ Não muito ■ Não, de forma nenhuma

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

UM INDICADOR DA SAÚDE DA DEMOCRACIA

No conjunto, os Europeus têm menos o sentimento de poder expressar-se livremente (63%) do que a média dos cidadãos entrevistados nas 42 democracias (68%). Na Europa Ocidental, existem diferenças importantes entre as democracias. A análise de opinião dos países escandinavos, onde a cultura da liberdade de expressão e da imprensa é tradicionalmente reconhecida, mostra que uma grande maioria de dinamarqueses (89%), de finlandeses (81%) e de suecos (80%) sentem-se livres para expressar-se. Fora da União Europeia, os noruegueses obtêm os resultados mais elevados (91%), seguidos pelos suíços (87%) e os britânicos (77%). O mesmo ocorre com mais de três quartos dos luxemburgueses (84%), dos irlandeses (82%) e holandeses (78%). Na Áustria, 71% dos entrevistados se sentem livres para expressar-se, bem como 69% dos alemães. Por outro lado, na Espanha (46%), na França (41%) e na Itália (40%), uma proporção significativa dos entrevistados declara não ter o sentimento de poder expressar-se livremente.













Nos países do antigo bloco comunista membros da União Europeia, a avaliação da liberdade de expressão é globalmente negativa, principalmente nas democracias ditas “liberais”, onde os dirigentes são eleitos democraticamente, mas onde os cidadãos podem ver alguns direitos fundamentais alterados e ameaçados. Na Hungria e na Polônia, os resultados são particularmente impressionantes. A Hungria é o único país de nossa pesquisa onde uma maioria (57%) de cidadãos não sente que pode expressar-se livremente; em menor medida, 49% dos eslovacos fazem a mesma constatação. Os croatas (46%), os poloneses (44%), os romenos (43%), os búlgaros e os eslovenos (41%) consideram em grande número que não podem expressar-se livremente. Entretanto, nos Estados Bálticos a situação é diferente, pois os estonianos (78%), os lituanos (66%) e os letões (65%) consideram, de modo mais amplo, ter o benefício da liberdade de expressão.

A Albânia se destaca entre os candidatos à União Europeia: a maior parte (81%) de seus cidadãos se sentem livres para se expressar, ou seja, 18 pontos acima da média da União Europeia (63%). Por outro lado, a Sérvia, onde houve manifestações populares que pediam, entre outras reivindicações, mais liberdade para a imprensa, se destaca: a metade da população (49%) diz não ter o sentimento de poder se expressar livremente. Notemos que uma grande minoria (40%) de ucranianos não considera a liberdade de expressão como conquistada.

No resto do mundo democrático pesquisado, o sentimento de se beneficiar da liberdade de expressão é mais difundido. Vê-se no Canadá (85%), na Nova Zelândia (84%), nos Estados Unidos (81%), na Austrália (75%) ou em Israel (79%). Os japoneses são claramente mais reservados sobre a liberdade de expressão em seu país (63%). Quanto aos Brasileiros, estes têm quase a metade (47%) que não se sentem livres para se expressar.

INTERNET E AS REDES SOCIAIS: VETORES QUE FAVORECEM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO ONDE ESTÁ AMEAÇADA

Em um mundo globalizado e conectado, a Internet e as redes sociais são percebidas como zonas de liberdade de expressão. Segundo nossa pesquisa, aproximadamente três quartos dos entrevistados (74%) estão de acordo com a ideia de que a Internet e as redes sociais são coisas “positivas pois permitem que cada um se expresse mais livremente”. Note-se que é nos países em que as pessoas não se sentem livres para se expressar que essas plataformas são, muitas vezes, percebidas como vetores que favorecem a liberdade de expressão.

	Sentimento de não poder se expressar livremente	Internet e as redes sociais são positivas pois permitem que cada um se expresse mais livremente
 Austrália	25	64
 Brasil	47	82
 Bulgária	41	89
 Croácia	46	82
 Espanha	46	77
 Hungria	57	77
 Noruega	9	74
 Polônia	44	81
 Sérvia	49	82
 Eslováquia	49	75
 Ucrânia	40	87
 GLOBAL	32	74

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

OS JOVENS TÊM MENOS A SENSACÃO DE PODER EXPRESSAR-SE LIVREMENTE DO QUE OS MAIS VELHOS

Entre todos os entrevistados das 42 democracias, é evidentemente entre as categorias sócio-profissionais que aumenta a diferença: os quadros dirigentes e as profissões intelectuais têm com mais frequência o sentimento de poder expressar-se livremente (78%) do que os operários e os empregados não qualificados (63%). O interesse pela política também tem um papel determinante: os entrevistados que dizem não se interessar por isso respondem com mais frequência que não se sentem livres para se expressar (38%) em relação aos que dizem se interessar (28%).

Nossa pesquisa também mostra diferenças de percepção em relação à liberdade de expressão em função do gênero (70% dos homens se sentem livres para se expressar contra 66% das mulheres), mas o mais intrigante é sem dúvida o fato de que os que têm mais de 60 anos têm mais o sentimento de poder se expressar livremente em relação às outras faixas etárias.

De forma geral, você sente que pode se expressar livremente na sociedade atual?

	18-34 anos	35-49 anos	50-59 anos	60 anos e mais
Total de respostas: “sim, totalmente” e “sim, razoavelmente”	66	65	69	73
Total de respostas: “não muito” e «não, de forma nenhuma”	34	35	31	27

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

UMA ADESÃO UNÂNIME AOS GRANDES PRINCÍPIOS DA EXPRESSÃO DEMOCRÁTICA

LORAINE AMIC

O repertório dos modos da ação coletiva¹, noção definida por Charles Tilly no fim dos anos 1970, remete à variedade das modalidades de ação – legais e ilegais – às quais os cidadãos recorrem no âmbito das mobilizações coletivas em geral e dos movimentos sociais em particular. O conhecimento de um repertório dos modos de ação coletiva e de sua apropriação pelos cidadãos são indicadores do funcionamento saudável de um sistema democrático, mais ainda quando as modalidades legais são amplamente apoiadas. Para que a ação coletiva seja possível, os indivíduos precisam acreditar em sua capacidade de induzir uma resposta pública, até mesmo uma mudança, ter a liberdade de se expressar mas também de elevar a voz, e devem confiar no fato de que essa voz possa ser ouvida. Nossa pesquisa limitou-se às modalidades legais da ação coletiva: “poder manifestar, sair às ruas, discordar”, “poder participar de tomadas de decisão”, “poder votar nos candidatos da sua escolha” e “ter o direito de dizer o que se pensa”.

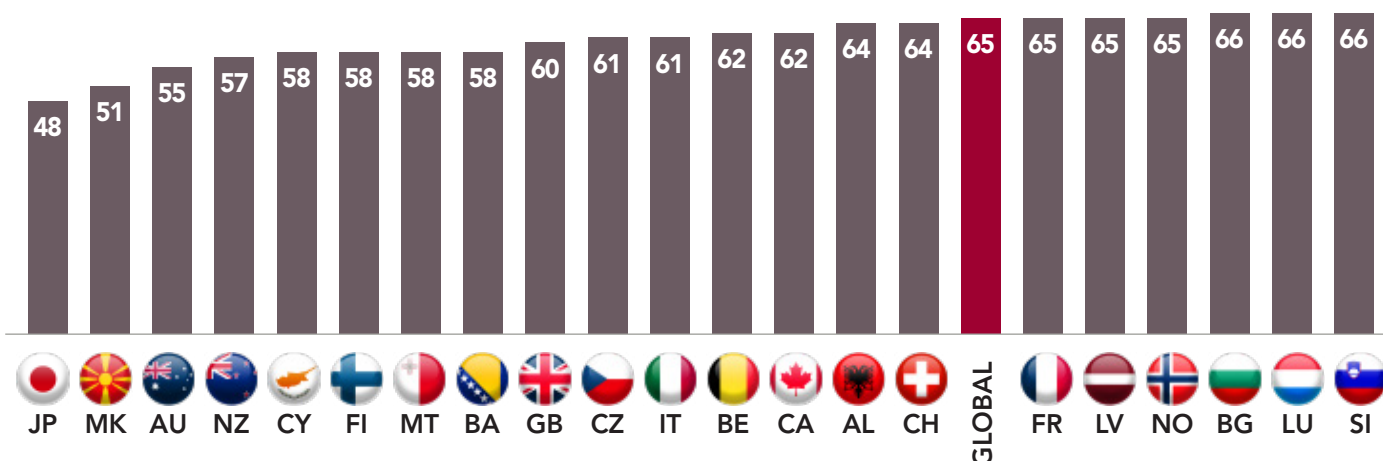
Dentro das 42 democracias pesquisadas, uma grande maioria de cidadãos está apegada às modalidades fundamentais da ação coletiva: 82% dos indivíduos entrevistados consideram que é importante poder manifestar para assegurar o bom funcionamento da democracia, e a quase totalidade dentre eles considera importante participar da tomada de decisão (96%), de poder votar no candidato de sua escolha (97%) e ter o direito de dizer o que se pensa (98%).

Nesse bloco que agrega as respostas “muito importante” e “importante” pode ser útil distinguir os cidadãos mais fortemente apegados a esses direitos, ou seja, os que consideram “muito importante” o fato de poder manifestar, participar da decisão coletiva, votar e exprimir-se livremente. Na União Europeia, em média, dois terços (66%) dos entrevistados consideram como “muito importante” cada um dos quatro itens que designam essas modalidades de ação coletiva; o nível registrado em média nos 42 países é quase idêntico (65%).

Deve-se salientar um elemento fundamental: a maior parte dos países antes comunistas têm as médias as mais

Importância concedida aos grandes princípios democráticos

Média de respostas “muito importante” aos quatro itens “Poder manifestar, sair às ruas, discordar” + “Poder participar de tomadas de decisão” + “poder votar nos candidatos da sua escolha” + “ter o direito de dizer o que se pensa”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. “Répertoire des modes de l'action collective” em francês.

elevadas. Assim, os quatro meios de ação considerados em nossa pesquisa são tidos como “muito importantes” por 79% dos croatas, 73% dos romenos, 68% dos poloneses e húngaros, 67% dos estonianos e lituanos. Se essas proporções na República Tcheca (61%) e na Letônia (65%) estão ligeiramente abaixo em relação com esses países, ainda assim permanecem dentro da média europeia (66%). Por outro lado, vale ressaltar, mas no sentido oposto, uma proporção mais baixa de entrevistados que consideram essas modalidades “muito importantes” na Bélgica (62%), na Itália (61%), em Malta (58%) e na Finlândia (58%) - em relação à média europeia.

Nas democracias de cultura anglo-saxônica em questão na pesquisa, o grande apoio aos registros de ação coletiva, ainda que majoritário, é inferior ao nível global, como nos casos dos canadenses (62%), britânicos (60%), neozelandeses (57%) e australianos (55%). No conjunto das 42 democracias pesquisadas, apenas os japoneses são uma minoria que considera “muito importantes” as quatro modalidades citadas (48%, ou seja, 17 pontos abaixo da média global). Do mesmo modo, uma proporção não negligenciável dos japoneses (13%) estima que não é “nada importante” poder manifestar na rua, ou seja, o triplo da média global (4%), de longe o resultado mais elevado. Por outro lado, a pesquisa mostra que os ucranianos (73%), os sérvios (72%), os israelenses (71%) e os brasileiros (69%) são mais inclinados a considerar “muito importantes” os meios da ação coletiva.

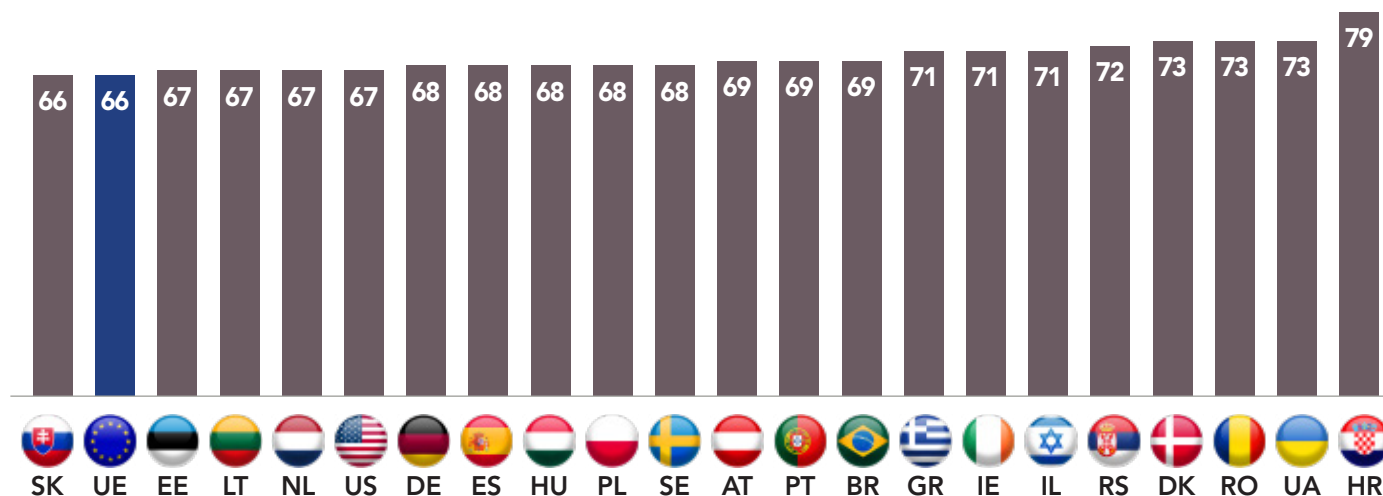
Para além da comparação entre as democracias, a importância atribuída à ação coletiva e a suas modalidades varia em função de vários critérios. Assim, existe um laço evidente entre o grau de interesse pela política e a importância concedida aos meios da ação coletiva. Os que se declaram interessados pela política tendem mais a escolher a opção “muito importante” para avaliar as modalidades da ação coletiva (70% contra 57% para quem não se interessa pela política). Entretanto, essa relação não se verifica em todas as democracias: enquanto os croatas obtêm a média das respostas “muito importante” mais alta (79%), apenas um terço (36%) declaram-se interessados pela política.

A orientação política dos entrevistados influencia a importância concedida às modalidades da ação coletiva. Assim, essas modalidades muitas vezes são consideradas “muito importantes” pelos entrevistados que se posicionam à esquerda (73%), mais do que os que se situam à direita (63%). Além disso, quanto mais os entrevistados se aproximam das extremidades da escala esquerda-direita, mais eles consideram “muito importante” o fato de votar, de manifestar, de participar da decisão e de expressar-se livremente: 78% na extrema esquerda e 65% no centro esquerda; 70% na extrema direita e 60% no centro direita². Notamos que o apego ao direito de manifestar na rua é muito mais importante para a extrema esquerda (71%) do que para a extrema direita (49%), acentuando a permanência de profundas diferenças entre duas culturas políticas.

Enfim, os quadros dirigentes e as profissões intelectuais são mais inclinados (67%) a considerar “muito importante” o fato de poder votar, manifestar, expressar-se e tomar parte da decisão coletiva do que os operários e os empregados não qualificados (63%). Por outro lado, os que consideram seu estilo de vida “muito ameaçado” muitas vezes concedem muita importância (resposta: “muito importante”) às modalidades da ação coletiva (78%), mais do que os que consideram que seu estilo de vida não está “nada ameaçado” (65%).

Importância concedida aos grandes princípios democráticos (continuação)

Média de respostas “muito importante” aos quatro itens “Poder manifestar, sair às ruas, discordar” + “Poder participar de tomadas de decisão” + “poder votar nos candidatos da sua escolha” + “ter o direito de dizer o que se pensa”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

2. Os entrevistados tiveram que se posicionar em uma escala de 0 a 10, 0 sendo considerado como a extrema esquerda e 10 como a extrema direita. Tomamos aqui o número 4 para o centro esquerda e 6 para o centro direita.

O MUNDO DEMOCRÁTICO É MAJORITARIAMENTE FAVORÁVEL À PENA DE MORTE

VICTOR DELAGE

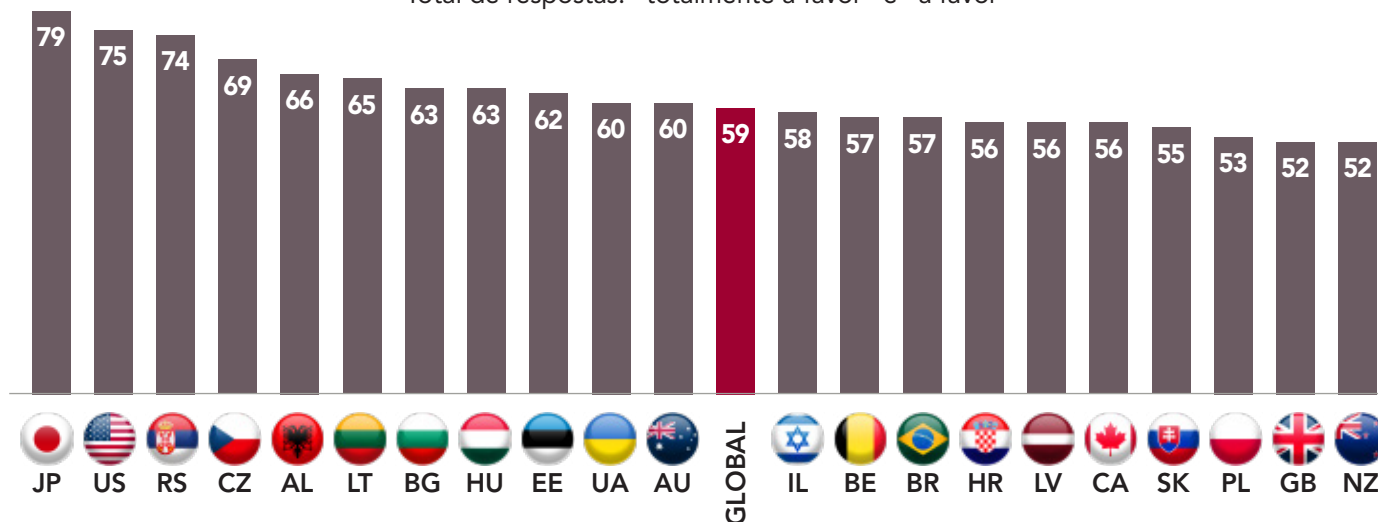
Ainda que mais de dois terços dos países do mundo tenham abolido a pena de morte, em direito ou na prática ¹, 59% das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa declaram-se, no entanto, favoráveis. Esse número é ainda mais espetacular na medida em que, nos 42 Estados dessa pesquisa, apenas dois países, o Japão e os Estados Unidos, aplicam ainda a pena capital em direito comum. Pode-se notar que os japoneses (79%) e os americanos (75%) são os mais numerosos a declararem-se favoráveis à pena de morte.

Os cidadãos dos países onde a condenação à morte foi unicamente abolida para os crimes de direito comum pronunciam-se igualmente de modo majoritário a favor da pena de morte. Este é o caso de Israel (58%) que a mantém para os crimes contra a humanidade, crimes de genocídio e casos de traição, e do Brasil (57%), para os desertores em tempos de guerra. Na história do Estado de Israel, a pena capital foi pronunciada duas vezes, sendo a mais conhecida o enforcamento seguido da cremação de Adolf Eichmann, alto dignatário do regime nazi, responsável pela logística da “Solução final”. Entretanto, em 4 de novembro de 2018, o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu deu sinal verde para abrandar o enquadre jurídico da pena capital e permitir a execução de terroristas reconhecidos como culpados de assassinato. *A contrario*, o novo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, recém eleito, declarou que a abolição da pena de morte se refere a “uma cláusula imutável da Constituição de 1988”.

Qualificada como “grande prioridade da política dos direitos humanos da União europeia”, a pena de morte não está mais vigente em seu território e constitui até mesmo uma das condições para a entrada dos países candidatos. No entanto, ainda que 57% dos europeus se oponham a pena capital (59% em 2017), os cidadãos de 11 dos 27 Estados membros são majoritariamente favoráveis a ela e grandes diferenças de percepção aparecem entre os habitantes dos países do Oeste e do Leste. Na parte ocidental da União Europeia, apenas os belgas (57%) declaram seu suporte à pena capital. Um outro país fundador se aproxima: um francês em cada dois (50%) é favorável à pena de morte. Acrescentando os britânicos, podemos nos perguntar se não haveria um laço com o fato de que esses três países foram, no seio da União Europeia, os mais atingidos pelos atentados terroristas dos últimos anos. A indignação provocada por esses crimes pode alimentar um discurso de vingança baseado no “exemplaridade da pena”.

Você é a favor ou contra a pena de morte?

Total de respostas: “totalmente a favor” e “a favor”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. “Hoje 108 Estados aboliram a pena de morte para todos os crimes, 7 a aboliram para os crimes de direito comum, e 29 respeitam uma moratória para as execuções, ou seja, 144 Estados no total. Em contrapartida, a pena de morte ainda é aplicada em 55 Estados e territórios” (France Diplomatie, “La peine de mort dans le monde”, atualizado em outubro 2018, www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/droits-de-l-homme/peine-de-mort/la-peine-de-mort-dans-le-monde/).

Perfil das pessoas mais favoráveis à pena capital

	Favorável	Contra
Sexo		
Mulheres	56	44
Homens	61	39
Idade		
Menos de 35 anos	59	41
35-59 anos	60	40
60 anos e mais	56	44
Idade com que concluiu seus estudos		
Antes dos 21 anos	63	37
21 anos e mais	57	43
Ainda estudante	52	48
Número de filhos		
Sem	53	47
Um ou mais de um	62	38
Posicionamento político		
À direita	70	30
À esquerda	42	58

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

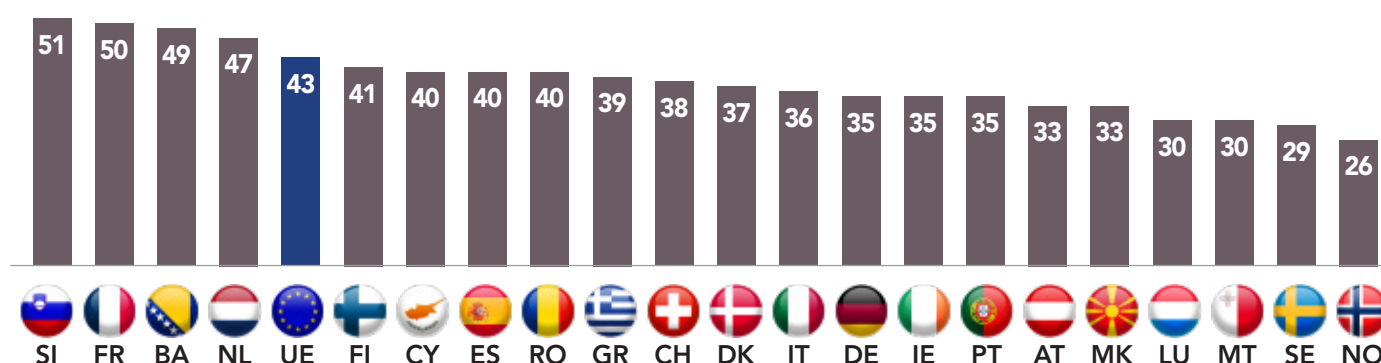
A aprovação da abolição da pena de morte não está necessariamente consolidada entre os Europeus. Assim, se compararmos os resultados da pesquisa anterior, publicada em 2017, observaremos que a opinião a favor da pena de morte pode progredir espetacularmente em certos países da União Europeia, como na Finlândia, onde passou de 14 pontos (de 27 a 41%) ou na Áustria, onde aumentou 11 pontos (de 22% a 33%).

Porém, é realmente nos países da Europa central e oriental que o desejo da volta da pena capital é mais forte, como para os tchecos (69%), os lituanos (65%), húngaros (63%), búlgaros (63%), estonianos (62%), croatas (56%), letões (56%), eslovacos (55%), poloneses (53%) e eslovenos (51%). Nos Balcãs, os números são mais heterogêneos. O apoio à pena de morte chega a 74% na Sérvia e 66% na Albânia, mas é minoritário na Bósnia-Herzegovina (49%) e na Macedônia do Norte (33%).

A questão da pena de morte provavelmente não cessará de se apresentar nas sociedades democráticas. Nossa pesquisa constata, finalmente, que um cidadão entre dois é favorável à pena capital em mais da metade (exatamente 24 países) das 42 democracias pesquisadas.

Você é a favor ou contra a pena de morte? (continuação)

Total de respostas: "totalmente a favor" e "a favor"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O ABORTO, ENTRE LIBERALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS MORAIS

VICTOR DELAGE

A questão do aborto atravessa nossas sociedades e nossa época. Ainda que, nos últimos anos um número crescente de Estados incorporem o direito ao aborto em sua legislação, nem sempre é assim na sociedade. A tolerância da opinião em relação a esse ato varia consideravelmente em função dos contextos políticos, sociais e culturais dos países. Por exemplo, segundo as crenças, as pessoas entrevistadas em nossa pesquisa adotam posições mais ou menos progressistas ou conservadoras sobre a questão do aborto, enquanto que as religiões monoteístas situaram o aborto como “um problema moral”¹.

Aceitação do aborto e orientações religiosas

	A favor do aborto	Contra o aborto
Ateus	89	11
Em busca de espiritualidade, agnósticos, crentes sem designação	79	21
Cristãos	59	41
Judeus	77	23
Muçulmanos	52	48
De outra religião	65	35
Não sabe	72	28

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

É, em geral, nos países mais desenvolvidos e democráticos, principalmente na Europa e na América do Norte, que as legislações sobre o aborto são as mais liberais². À pergunta “Você é a favor ou contra o direito ao aborto?”, mais de dois terços dos cidadãos (70%) das 42 democracias pesquisadas dizem ser a favor. Entretanto, como veremos, diferenças significativas permanecem entre as opiniões nacionais. Lembremos que, segundo os países, as legislações podem variar muito, passando de um extremo a outro: em certos países, o aborto é autorizado sem condição a pedido da mulher; em outros, o aborto é estritamente proibido e condenado pela lei. Entre esses dois casos, um grande número de países autoriza o aborto sob certas condições, muitas vezes muito restritivas, ligadas à saúde física ou mental das mulheres, à malformação do feto, às consequências de situações de estupro ou de incesto, a razões econômicas e sociais, etc.

Em nossa pesquisa, a oposição ao aborto é a mais marcada em Malta (88%). A ilha, onde mais de 90% da população é católica, permanece como o único país da União europeia onde o aborto é estritamente proibido: as mulheres que realizam uma interrupção voluntária da gestação e a pessoa que a pratica enfrentam até três anos de prisão. A hostilidade em relação ao direito ao aborto é superior à que se registra no conjunto da União europeia em Chipre (66%) e, em menor medida, na Grécia (33%), sem dúvida em razão do papel predominante da Igreja ortodoxa, oposta à sua descriminalização.

1. Ver Nathalie Bajos et Michèle Ferrand, “L’avortement ici et ailleurs. Introduction”, *Sociétés contemporaines*, n° 61, janvier-mars 2006, p. 5-18 (www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2006-1-page-5.htm).

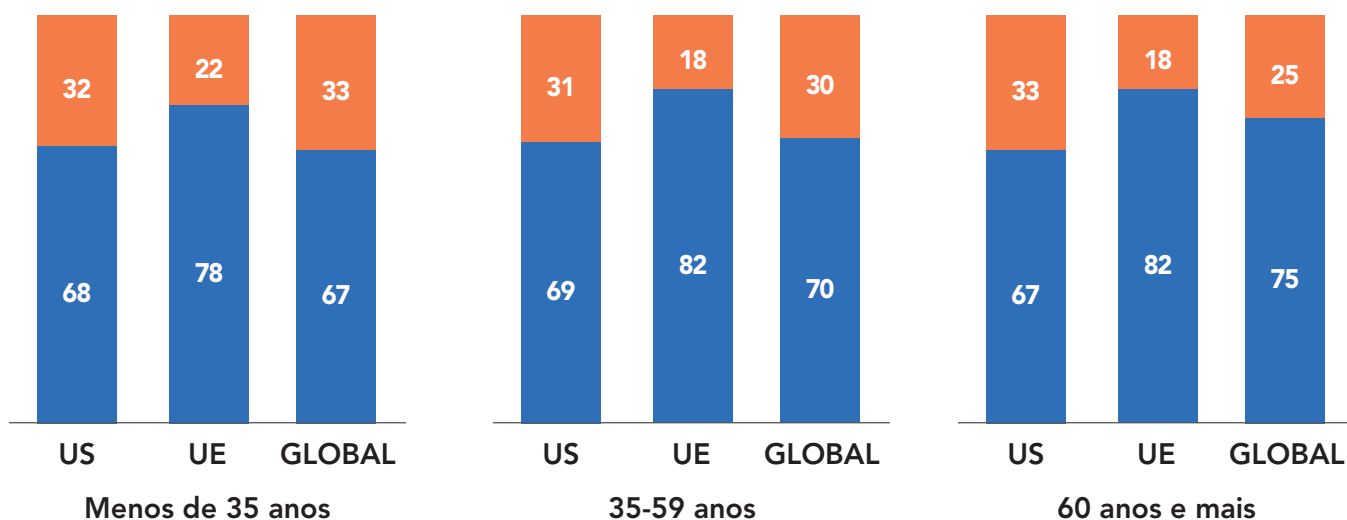
2. Ver United Nations-Department of Economic and Social Affairs, “World Population Policies Database” (https://esa.un.org/poppolicy/about_database.aspx).

NA EUROPA DO LESTE, A OPINIÃO É GLOBALMENTE FAVORÁVEL AO ABORTO

Nos países membros do antigo bloco comunista, hoje membros da União europeia³, a média de opinião se pronuncia majoritariamente (70%) a favor do aborto. Diante da lenta difusão da contracepção moderna, por muito tempo pouco acessível nesses países, o aborto se tornou, desde os anos 1950, uma prática frequente⁴. Hoje, nesses países, a maior parte das pessoas entrevistadas se pronuncia, portanto, a favor do direito ao aborto, como demonstra nossa pesquisa, a respeito dos tchecos (88%), dos eslovenos (87%), estonianos (86%), húngaros (84%), búlgaros (81%), croatas (81%), lituanos (77%), eslovacos (72%) e letões (70%). Notemos, entretanto, que o direito nacional nem sempre evoluiu no sentido do abrandamento, como se vê no caso recente da Polônia: autorizado e gratuito nesse país de 1956 a 1993, ele é agora restritivo e só pode ocorrer em certas situações (risco maior para a saúde, malformações do feto, estupro). Em 2016, um projeto de lei do governo conservador polonês do partido Direito e Justiça (PiS) tentou até mesmo proibi-lo totalmente, o que foi finalmente recusado pelo Parlamento, depois de fortes movimentos de protesto. Como se vê, o papel e o peso da Igreja em países como a Polônia ou a Romênia permanecem importantes e explicam em parte o fato de que 40% dos poloneses 37% dos romenos se oponham ao aborto. Mais ao leste, 74% dos albaneses, 53% dos macedônios, 50% dos bósnios e 31% dos sérvios são hostis a ele, ainda que este ato seja autorizado nesses países.

Na Europa ocidental, uma maioria de países se declara amplamente a favor do direito ao aborto: a França (94%), a Suécia (94%), a Dinamarca (92%), a Finlândia (89%), a Bélgica (88%), o Luxemburgo (86%), a Alemanha (85%), a Holanda (85%) e a Áustria (83%). Na maioria desses países, a evolução das leis sobre o direito ao aborto se iniciou nos anos 1970-1980⁵, mas outros países acompanharam o movimento nos últimos anos, tornando sua legislação mais permissiva. A Irlanda, durante muito tempo considerada como um dos países mais restritivos a essa questão pois foi o último caso de liberalização do aborto na Europa, depois do referendo de 25 de maio de 2018, onde dois terços (66,4%) dos eleitores irlandeses votaram pela anulação da oitava emenda da Constituição, que o proibia. Em nossa pesquisa, ainda que a porcentagem de Irlandeses favorável ao direito de aborto seja inferior em 9 pontos em relação à média da União europeia (81%), o número permanece, entretanto, elevado (72%).

Você é a favor ou contra o direito ao aborto?



■ Total de respostas: "totalmente a favor" e "a favor"
 ■ Total de respostas: "totalmente contra" e "contra"

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

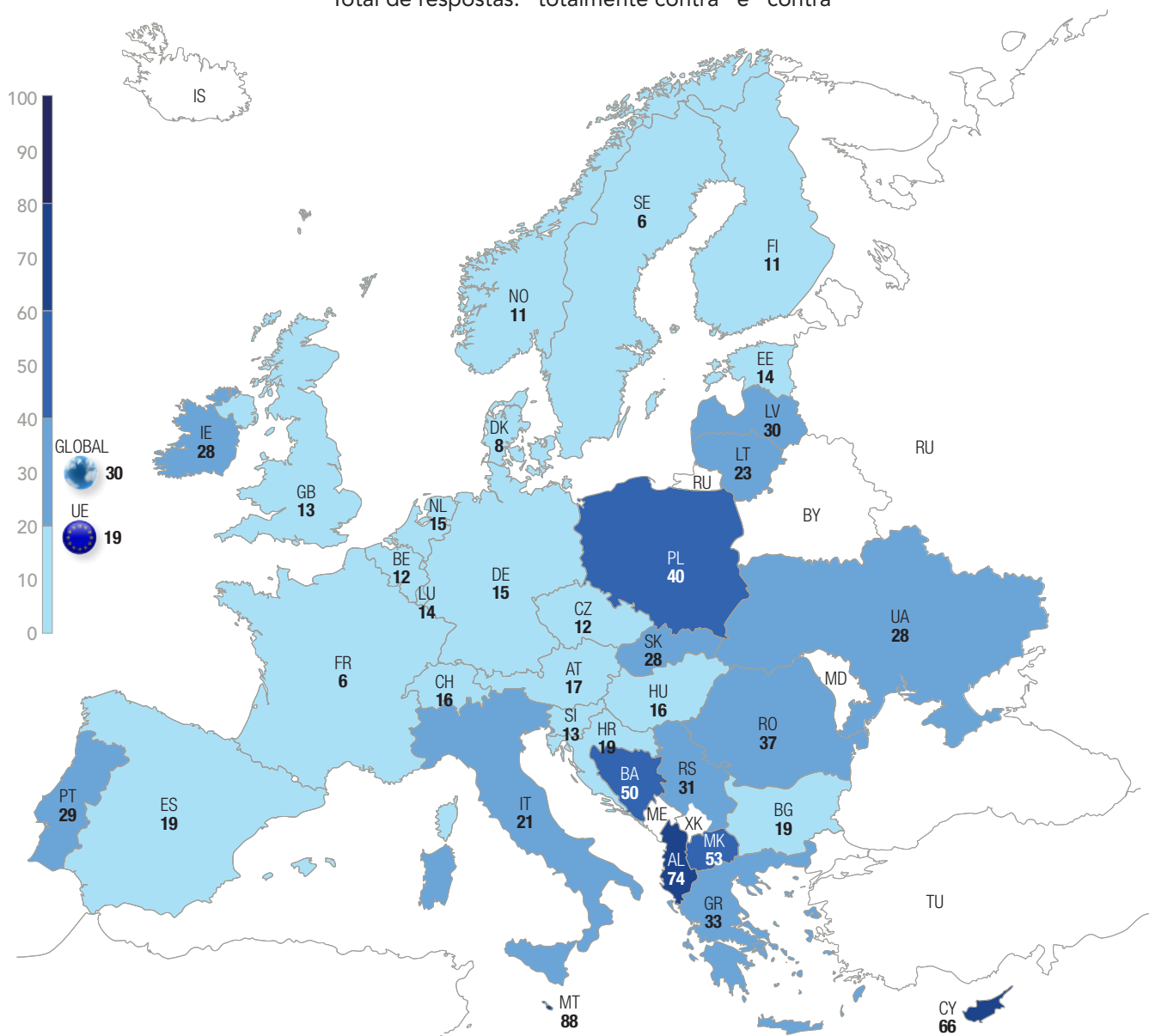
3. Estão agrupados nesses termos os países seguintes: Bulgária, Croácia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Rep. Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

4. Ver Tomás Sobotka, "Le retour de la diversité: la brusque évolution de la fécondité en Europe centrale et orientale après la chute des régimes communistes", *Population*, vol. 58, n° 4-5, juillet-octobre 2003, p. 511-548 (www.cairn.info/revue-population-2003-4-page-511.htm).

5. Ver Agnès Guillaume et Clémentine Rossier, "L'avortement dans le monde. État des lieux des législations, mesures, tendances et conséquences", *Population*, vol. 73, n° 2, 2018, p. 225-322 (www.cairn.info/revue-population-2018-2-page-225.htm?contenu=article).

Você é a favor ou contra o direito ao aborto?

Total de respostas: "totalmente contra" e "contra"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O DIREITO AO ABORTO TEM FORTE OPOSIÇÃO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

No entanto, o direito ao aborto não aparece mais como consolidado em alguns países da Europa ocidental. Em Portugal, enquanto que 29% dos cidadãos entrevistados respondem serem opostos ao aborto, o governo fez uma emenda de lei em 2015, passando às mulheres todos os custos ligados à interrupção da gestação. Na Itália, essa prática pode ser limitada, pois os médicos podem recorrer à "cláusula de consciência", o que permite a eles não praticar atos que possam se chocar contra seus princípios éticos, morais e religiosos. Segundo um relatório do Conselho da Europa, "a porcentagem de médicos que se recusam a praticar o aborto eleva-se a 70% nesse país". Notemos, entretanto, que oito em cada dez italianos (79%) declaram apoiar o direito ao aborto.

Nas outras democracias pesquisadas fora das fronteiras da Europa, os canadenses (82%), os australianos (81%), os japoneses (79%) e, em menor medida, os neozelandeses (73%) e os israelenses (72%) são majoritariamente favoráveis ao direito ao aborto e se situam acima da média do mundo democrático (70%), ao contrário dos Americanos e Brasileiros, com, respectivamente, um terço (32%) e dois terços (65%) que são hostis a esse direito. Nos Estados Unidos, ainda que o aborto seja um direito constitucional desde o caso *Roe vs. Wade* (1973), cada Estado conserva sua autonomia para regulamentar essa questão. A partir de 2017, vários Estados adotaram muitas restrições ao acesso ao aborto, com regulamentações específicas aplicadas às estruturas de saúde que o praticam, e através da presença necessária de um dos pais em caso de aborto de uma menor de idade. No Brasil, enfim, o tema do aborto tornou-se ainda mais sensível em razão do forte crescimento do cristianismo evangélico.

6. Conselho da Europa, *Santé et droits sexuels et reproductifs des femmes en Europe*, Dezembro 2017, p. 38 (<https://rm.coe.int/sante-et-droits-sexuels-et-reproductifs-des-femmes-en-europe-document-/168076df73>).

A OPINIÃO CONSIDERA QUE O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA DEVERIA SER LIMITADO E A LIBERDADE DAS EMPRESAS REFORÇADA

ERWAN LE NOAN

O ano de 2018 foi marcado pelo décimo aniversário da falência do banco Lehman Brothers, evento considerado como o fato marcante do desencadeamento de uma crise econômica que perturbou o mundo. A década seguinte alimentou muitos debates sobre a responsabilidade, real ou imaginada, do chamado “liberalismo econômico”, quando, claramente, trata-se muitas vezes de capitalismo financeiro¹- a assimilação de um ao outro dificulta a clareza do debate. Dez anos depois desse desastre financeiro histórico, a observação da opinião pública nos 42 países da pesquisa permite retirar vários ensinamentos em relação à percepção que as populações têm da economia.

A primeira constatação é que a opinião parece pesar a favor de uma retirada do Estado da esfera econômica: 59% das pessoas entrevistadas consideram que “o governo deve ter menos influência na economia e o mercado deve ser menos regulamentado”, enquanto que os 41% restantes desejam um papel mais forte do Estado e um maior controle das empresas.

Em termos de política econômica, você diria que...



■ O governo deve ter menos influência na economia e o mercado deve ser menos regulamentado

■ O governo deve ter maior influência na economia, e o mercado deve ser mais regulamentado

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Uma primeira leitura desses resultados é geográfica: o suporte à retirada do aparelho público varia segundo o país. A maior parte dos países de cultura anglo-saxônica está entre os mais fervorosos apoiadores de uma retirada do Estado da economia (68% nos Estados Unidos, 68% no Reino Unido, 59% na Nova Zelândia e 57% no Canadá, mas apenas 50% na Austrália). Na União europeia, um suporte a uma retirada do Estado é levemente majoritário na opinião (52%), mas esse suporte é desigualmente repartido segundo os países. Estes podem ser divididos em quatro grupos.

O primeiro é constituído pelos países cujos cidadãos apoiam a intervenção do Estado, tais como a Alemanha (63%) e o Luxemburgo (59%). Esse posicionamento pode ser explicado pela tradição “ordoliberal” alemã, que promove uma concorrência nos mercados por meio de uma supervisão dinâmica do Estado e de um controle estrito das empresas².

O segundo grupo é constituído pelos “socialdemocratas”, onde as opiniões são favoráveis a uma retirada do Estado, mas onde o suporte intervencionista permanece forte. É o caso da Bélgica (54% a favor da retirada do Estado), da Dinamarca (54%), da Suécia (53%), da Irlanda (53%), da França (53%) e da Áustria (52%).

1. Para compreender melhor os mecanismos da crise dita dos subprimes e o papel da intervenção do Estado nessa crise, ver principalmente Raghuram Rajan, *Crise: au-delà de l'économie*, Le Pommier, 2013.

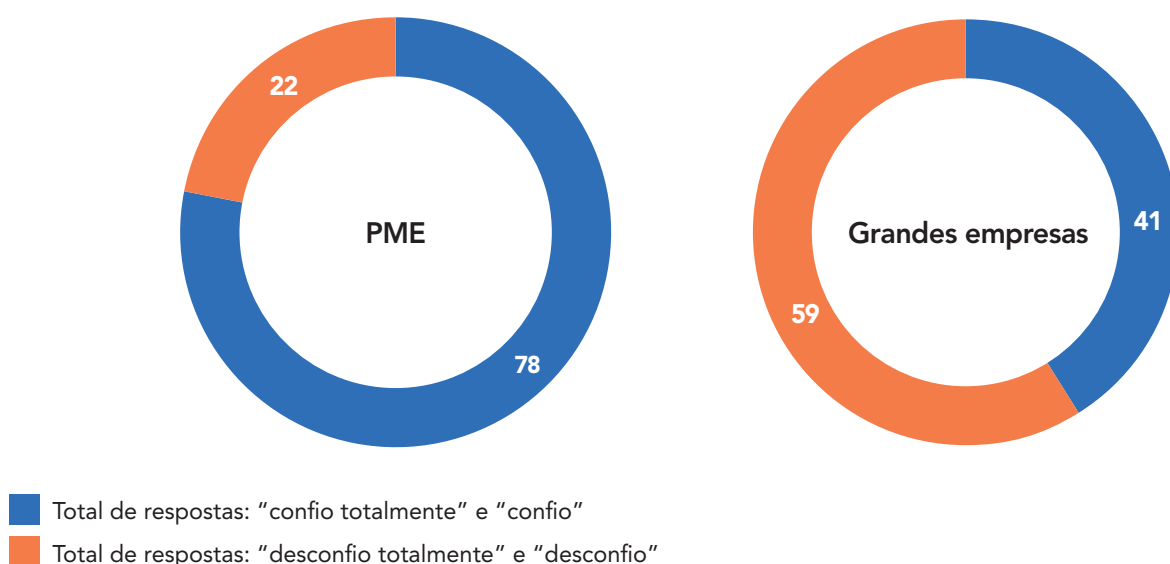
2. Ver Patricia Commun, *Les Ordolibéraux. Histoire d'un libéralisme à l'allemande*, Les Belles Lettres, 2016.

O terceiro grupo é constituído pelos países do sul, que sofreram intensamente a crise. Ali, o movimento é favorável a uma retirada do Estado, trate-se da opinião pública grega (63%) ou italiana (58%). Ainda assim, não se trata de um tropismo mediterrâneo pois os cidadãos da península ibérica são majoritariamente favoráveis a um intervencionismo crescente (Espanha, 62%, Portugal, 52%).

Enfim, o último grupo reúne uma grande parte das democracias que recentemente integraram a União europeia. Ali, as respostas são claramente mais favoráveis a uma economia onde o Estado teria um papel menos importante, como atesta a opinião dos eslovenos (83%), dos húngaros (78%), dos poloneses (70%), dos letões (66%) ou dos eslovacos (59%).

A exploração do material extremamente rico fornecido pela nossa pesquisa mostra que o suporte a uma retirada do Estado parece refletir mais amplamente um nível de confiança na sociedade, nos indivíduos e em suas empresas. A demanda por um maior controle público vem acompanhada por uma maior desconfiança em relação aos atores econômicos e de uma certa insatisfação em relação ao modo de funcionamento da democracia no país. Assim, o suporte a uma economia mais livre é acompanhado de um viés a favor das empresas. As PME recebem um forte suporte da opinião (78% dos entrevistados confiam nelas), principalmente de quem pede uma retirada do Estado (81%, contra 73% de quem deseja uma presença mais forte do poder público na economia). Se a confiança nas grandes empresas é claramente menos forte (41%), esta é mais marcada entre os que acreditam em um mercado livre (45%) do que os que esperam, ao contrário, mais intervenção da parte do Estado (35%).

Confiança nas empresas



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A confiança nos atores econômicos e em sua liberdade parece encontrar eco na satisfação dos entrevistados a respeito do funcionamento democrático: os que consideram que a democracia funciona "muito bem" em seu país são mais inclinados a apoiar a retirada do Estado (63%) do que os que consideram que ela funciona "muito mal" (58%).

A opinião sobre a questão da intervenção pública é provavelmente impactada pela preocupação com a dívida pública. No total, 79% das pessoas entrevistadas nas 42 democracias declaram-se preocupadas com os déficits públicos e com a dívida. O temor é majoritário entre aqueles que apoiam a intervenção do Estado (77%) assim como aqueles que são a favor de sua diminuição (80%). A preocupação é particularmente saliente na União Europeia, principalmente entre os belgas (80%), franceses (81%), eslovenos (81%), cipriotas (81%), portugueses (84%), poloneses (84%), lituanos (84%), croatas (85%), italianos (86%), húngaros (86%), búlgaros (86%), eslovacos (86%), espanhóis (87%) e os gregos (91%).

De modo geral, esses resultados resumem bem os desafios postos aos dirigentes políticos que desejam reduzir o papel do Estado na economia em um contexto de incerteza e preocupação social: 87% das pessoas entrevistadas expressam sua preocupação no que se refere ao sistema de proteção social e, para mais de três quartos (80%), no que se refere ao desenvolvimento das desigualdades.

A ESCOLA E OS SERVIÇOS DE SAÚDE SÃO INSTITUIÇÕES PARTICULARMENTE POPULARES

ERWAN LE NOAN

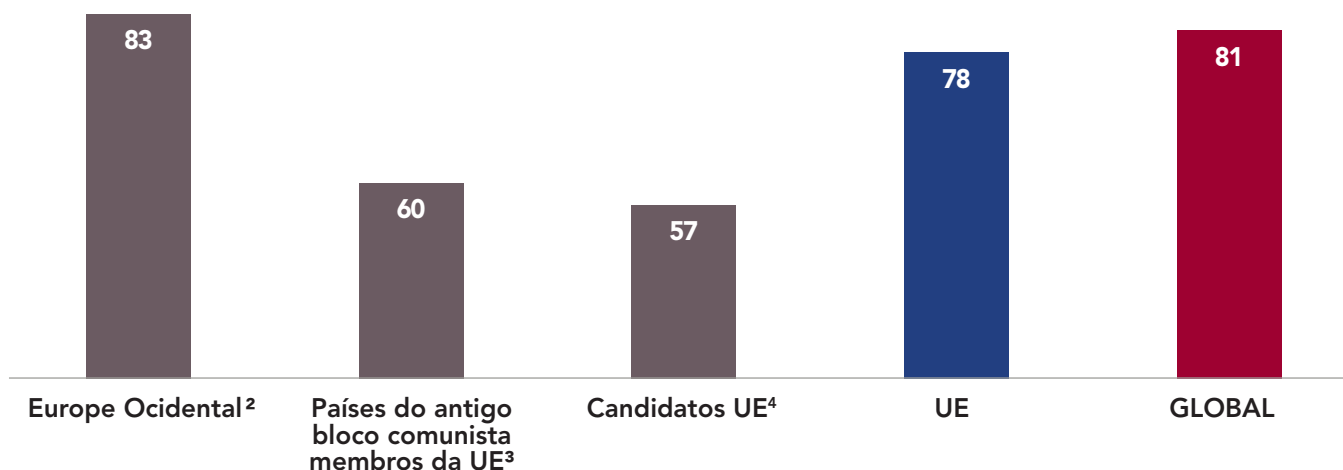
Nessa pesquisa, o termo “escola” designa o sistema escolar em geral, do ensino fundamental ao superior, e o setor da saúde reúne os hospitais e as profissões médicas. Segundo a opinião, a escola e a saúde recebem uma confiança ampla. Entre os 36 395 cidadãos entrevistados nas 42 democracias pesquisadas, 81% expressam sua confiança nos serviços de saúde e 75% na instituição escolar.

O nível de confiança é muito elevado na maioria dos países pesquisados mas alguns resultados podem ser surpreendentes. A confiança no sistema de saúde no Reino Unido (92%) e nos Estados Unidos (90%) chega a níveis espetacularmente elevados. Ainda que o *National Health Service*, o sistema de saúde britânico, esteja muitas vezes agonizante e que o acesso ao tratamento nos Estados Unidos seja considerado como profundamente desigual, é preciso constatar que esses dois países fazem parte da liderança em relação à confiança concedida às instituições desse setor. Do mesmo modo, no que se refere à educação, a escola sueca, durante muito tempo apresentada como um modelo na Europa, suscita agora uma certa desconfiança por parte dos suecos: são apenas 58% que declaram confiar na escola, ou seja, 17 pontos abaixo da média dos países da pesquisa (75%).

A saúde tem uma situação privilegiada, pois nenhuma outra instituição¹ obtém um nível de confiança tão alto. Uma fratura muito clara surge, entretanto, entre as democracias da Europa ocidental (com a notável exceção da Itália) e dos antigos países comunistas onde a confiança nos serviços de saúde está muito degradada.

Confiança nos hospitais e nos profissionais da saúde

Total de respostas: “confio totalmente” e “confio”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O nível de confiança nos hospitais e nas profissões médicas alcança 87% entre os franceses, irlandeses e austríacos, 88% entre os estonianos, 89% entre os noruegueses, dinamarqueses e belgas, e chega quase à unanimidade entre os espanhóis (90%), finlandeses (91%) e Holandeses (94%). Esta confiança é observada mais globalmente no conjunto de Estados mais ricos da OCDE, como a Austrália (95%), a Nova-Zelândia (93%), a Suíça (87%) ou Israel (86%).

Por outro lado, o nível de confiança é sensivelmente mais baixo nos países que se tornaram membros da União Europeia mais recentemente: observa-se uma diferença significativa entre os romenos (45%), os eslovenos (76%),

1. As outras instituições da pesquisa são: a mídia, o poder legislativo (câmara de deputados, senado federal), o sistema judiciário, a polícia, o exército, os sindicatos, as pequenas e médias empresas (PME), as grandes empresas, os partidos políticos, as autoridades religiosas, as organizações sem fins lucrativos, as escolas, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia.

2. Estão agrupados sob esse termos os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal e Suécia.

3. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

4. Os seguintes países estão agrupados sob este termo: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte e Sérvia.

os búlgaros (49%), eslovacos (57%), poloneses (60%), húngaros (64%) e cipriotas (64%) - não egressos do antigo bloco comunista.

Os gregos e os italianos se distinguem aqui. Ainda que eles pertençam ao grupo dos países mais desenvolvidos da OCDE, seu nível de confiança no sistema de saúde é sensivelmente mais baixo do que o de seus vizinhos: 74% para os italianos e 61% para os gregos.

Observa-se, no conjunto, que os homens têm ligeiramente mais confiança no sistema de saúde do que as mulheres (82% contra 79%). Em certas democracias, a diferença de confiança é importante, principalmente na Suécia (87% contra 75%), na Alemanha (88% contra 79%), no Brasil (75% contra 66%), na Lituânia (76% contra 68%), na Eslovênia (79% contra 72%) ou na Eslováquia (61% contra 54%). No seio da União Europeia, somente na Espanha as mulheres (91%) têm mais confiança no sistema de saúde do que os homens (89%). Fora da União Europeia, muitas democracias registram um resultado contrário à tendência global, com mulheres mais confiantes do que os homens: na Albânia, 61% confiam em seu sistema de saúde, contra 54% dos Albaneses, as Israelenses são 88% contra 83% dos israelenses, as neozelandesas 94% contra 91%.

Confiança nas instituições

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"

	Quadros dirigentes e profissões intelectuais	Profissões intermédias e empregados qualificados	Operários e empregados não qualificados
Escola	82	72	74
Hospitais/Profissionais da saúde	86	77	77

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Nas sociedades democráticas, o sistema educativo tem uma importância política particular, pois espera-se que ele ofereça perspectivas de mobilidade social ao maior número de pessoas, assim como uma certa redução das desigualdades. Ora, como demonstram os dados de nossa pesquisa, os cidadãos confiam amplamente na instituição escolar (75%). Entretanto, alguns países ficam sensivelmente aquém da média. É o caso das democracias da Europa central e oriental. Assim, a despeito de um progresso de 3 pontos (43%) em relação à nossa pesquisa anterior de 2017, os húngaros ainda são os mais reservados a respeito de seu sistema escolar, com o nível de confiança mais baixo entre todos os países observados (46%). Também é um dos países em que, segundo pesquisas recentes, o determinismo social exerce uma influência particularmente importante. Ainda que majoritária, a confiança dos romenos (56%), dos eslovacos (61%) e dos búlgaros (65%) permanece relativamente baixa, considerando a média dos 42 países da pesquisa (75%). Entretanto, a baixa confiança na instituição escolar não encontra-se apenas nos antigos países comunistas. Ela também se expressa entre os italianos (59%), Gregos (60%) e espanhóis (70%), três países onde o nível de confiança é sensivelmente inferior à média global.

Em outros lugares, onde a confiança é dominante, é preciso distinguir os países onde o nível está conforme ou próximo da média, dentre os quais o Brasil (74%), a Alemanha (76%), a França (77%) ou Israel (78%) e os países em que a confiança é quase que unanimemente partilhada. Nesse segundo grupo, encontram-se ao mesmo tempo países da Europa do Norte (Dinamarca 81%, Noruega 81%, Finlândia, 89%), alguns dos primeiros membros da União Europeia (Portugal, 80%, Bélgica, 85%, Irlanda 89%) e outros mais recentes (Estônia, 87%, Malta, 95%).

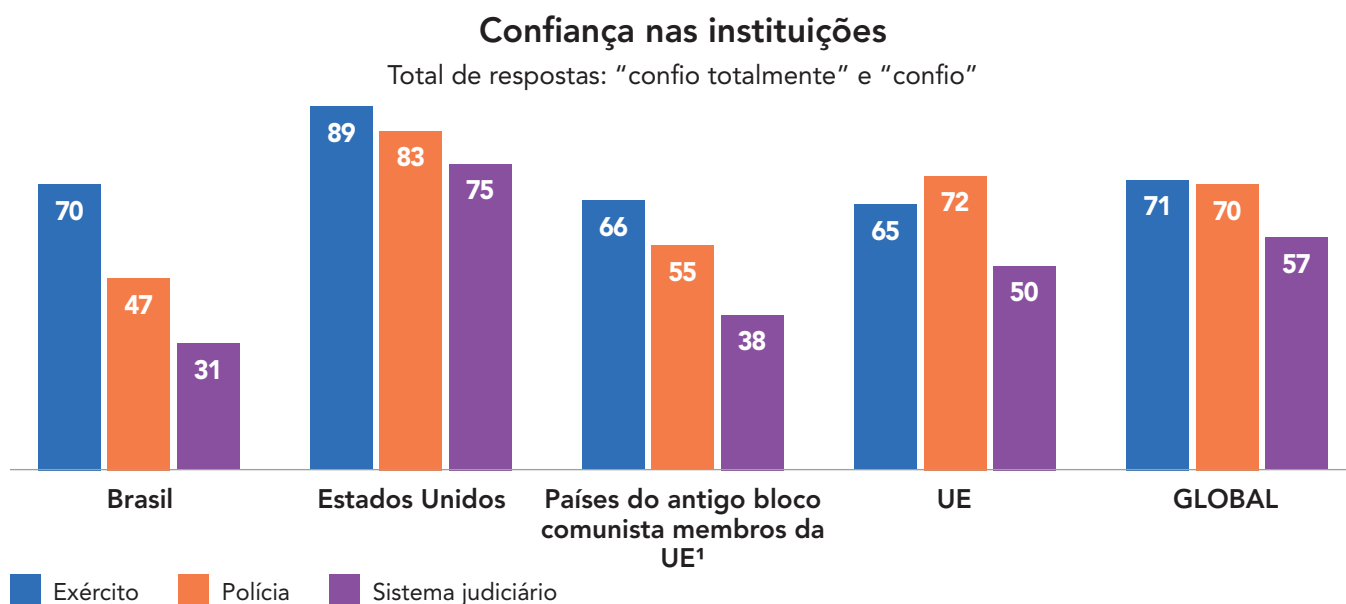
É interessante salientar que nos países conhecidos como os mais "liberais" a confiança na instituição escolar é muito alta: Estados Unidos (83%), Reino Unido (86%), Austrália (88%), Holanda (89%), Canadá (90%) ou ainda Nova Zelândia (90%).

EXÉRCITO, POLÍCIA, JUSTIÇA: UMA CERTA POPULARIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA

MATHIEU ZAGRODZKI

Nossa pesquisa revela que nossas sociedades estão vivendo um período conturbado. Nas 42 democracias pesquisadas, uma forte maioria de pessoas entrevistadas preocupa-se com a delinquência (85%), com o terrorismo (80%), com a guerra (71%) e com a imigração (61%). Diante dessa constatação, é interessante interessar-se à popularidade e a legitimidade das instituições de ordem como a polícia, o sistema judiciário e o exército.

Primeira constatação: no conjunto dos países pesquisados, sete em cada dez cidadãos confiam na polícia (70%) e nas forças armadas (71%). Apenas os hospitais e profissões médicas (81%), a escola (75%) e as PME (78%) tem mais suporte. O sistema judiciário longe, com 57%, principalmente em função do nível de confiança excepcionalmente baixo em certos países do antigo bloco comunista¹ e no Brasil.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

FORTE CONFIANÇA NA POLÍCIA NA EUROPA E NA AMÉRICA DO NORTE

A polícia – e isso vem confirmar nossa pesquisa de 2017² – recebe um alto nível de opiniões favoráveis na Finlândia (87%), na Dinamarca (87%) e na Noruega (83%). A Estônia (86%), o Luxemburgo (85%), a Suíça (85%), a Holanda (83%), a Áustria (83%), a Alemanha (82% em baixa de 3 pontos em relação à pesquisa anterior) e o Reino Unido (82%) também se posicionam de modo elevado. Na França, a popularidade da polícia (78%), ligada às reações diante do atentado terrorista islamista perpetrado contra o jornal satírico *Charlie Hebdo* em 2015, confirma-se pesquisa após pesquisa (pesquisas de opinião situavam o nível de popularidade da polícia antes de janeiro de 2015 em torno de 65%). Os níveis de confiança também são elevados na América do Norte (85% no Canadá, 83% nos Estados Unidos, apesar das polêmicas ligada ao uso excessivo da força e das mortes repetidas de afro-americanos em circunstâncias controversas).

1. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

2. Dominique Reynié (dir.), *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017.

Na União Europeia, encontra-se nos países do antigo bloco comunista os mais baixos níveis de confiança, em razão dos problemas de corrupção persistentes em alguns países. Registra-se 34% de confiança na polícia entre os búlgaros (2 pontos a menos em relação a 2017), 40% entre os eslovacos (5 pontos a menos) e 42% entre os romenos (4 pontos a menos). Com a Grécia (49%), eles são os únicos países da União onde menos da metade das pessoas declara “confiar totalmente” ou “confiar” na polícia. A corrupção e os índices de criminalidade muito elevados (perto de 64.000 homicídios em 2017) explicam sem dúvida a grande desconfiança dos brasileiros em relação à polícia (53% declaram não confiar), é na Ucrânia que a desconfiança é mais elevada (67%) no conjunto das 42 democracias da pesquisa.

Há uma diferença geracional que, sem ser espetacular, ainda é significativa: 75% das pessoas com mais de 60 anos confiam na polícia, contra 66% das pessoas com menos de 35 anos, ou seja, 9 pontos de diferença. Do mesmo modo, as pessoas que se situam à esquerda politicamente são mais críticas em relação à polícia (34% não confiam na polícia contra 22% daqueles que se situam à direita).

EM ALGUMAS DEMOCRACIAS, A JUSTIÇA DESPERTA UM SENTIMENTO DE DESCONFIANÇA

A confiança no sistema judiciário é muito baixa na Bulgária (17%), na Croácia (22%), na Sérvia (24%), na Eslováquia (27%) e na Eslovênia (29%). Ela chega ou ultrapassa os 50% em apenas 22 países entre os 42 países dessa pesquisa.

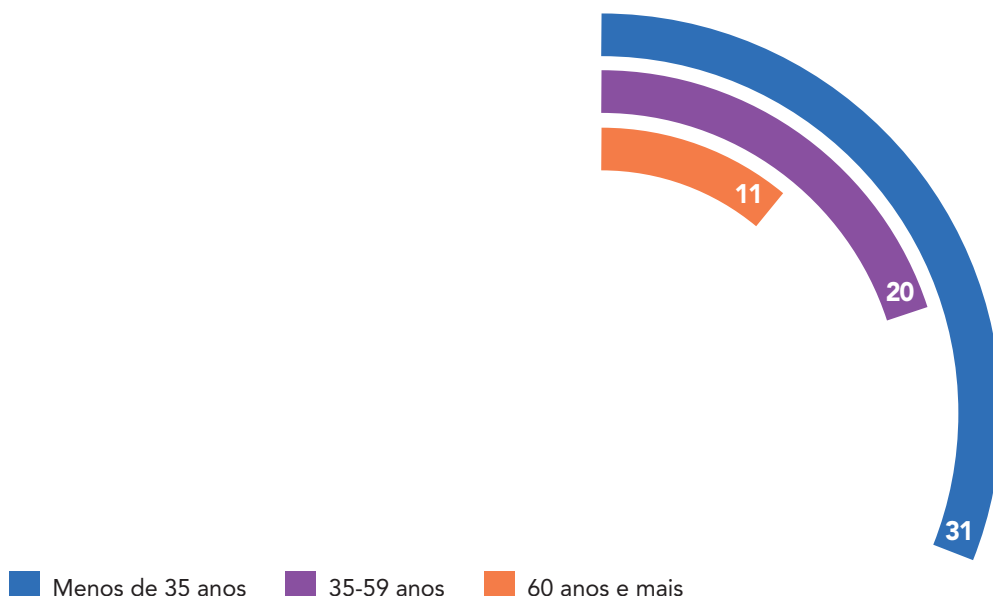
Um forte diferencial surge entre as categorias sociais, pois uma diferença de 16 pontos separa executivos superiores (67% de confiança) e funcionários não qualificados (51%), o que prova que as categorias humildes veem a justiça como inacessível e a serviço dos poderosos. No caso francês, se observamos a questão do posicionamento político, notamos um esclarecimento interessante: os extremos são os mais críticos em relação à justiça. A extrema esquerda (pessoas que se classificam mais à esquerda em uma escala de 0 a 10) não confia na justiça (72%), e a desconfiança é ainda maior na outra ponta (79% para as pessoas que se classificam mais à direita). Isso se explica provavelmente pela percepção de um sistema penal muito tolerante.

O EXÉRCITO, UMA INSTITUIÇÃO RESPEITADA EM TODA A EUROPA

O exército só tem menos de 50% de confiança em um país: o Japão (41%). Esses resultados, com picos de 90% em Israel e 89% nos Estados Unidos, mostram que há certamente uma distinção a ser feita entre polícia e exército: a primeira é um serviço público dotado de um poder de coerção, ao qual o cidadão pode ser confrontado no cotidiano; o exército é ao mesmo tempo uma força levada a intervir no exterior e um símbolo nacional. A religião e as opiniões políticas têm um papel essencial sobre a opinião dos cidadãos a respeito dessa instituição soberana por excelência. Primeiro, um diferencial importante deve ser destacado entre os cristãos (79%), os muçulmanos (65%) e os ateus (58%). Depois, o exército é melhor percebido pelos entrevistados politicamente de direita (83% de confiança) em relação àqueles que se situam à esquerda (61%).

Ser um país dirigido pelo exército é um modo de governar bom ou ruim?

Total de respostas: “muito bom” e “bom”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

DEMOCRACIAS SOB TENSÃO E EUROPEAN VALUES STUDIES: DADOS CONVERGENTES

PIERRE BRÉCHON

As pesquisas sobre os valores dos Europeus (*European Values Studies*, EVS) são conduzidas a cada nove ou dez anos desde 1981, em quase todos os países europeus. Estas não haviam sido atualizadas desde 2008. Uma nova onda da pesquisa, realizada em 2017-2018, está sendo publicada¹. Os dados produzidos pela Fundação para a Inovação Política (Fondapol) e o International Republican Institute (IRI), em setembro-outubro 2018, permitem avaliar a evolução dos valores políticos e o apego das opiniões públicas nacionais a seu sistema político democrático. Analisaremos aqui algumas questões analisadas na presente pesquisa, assim como nas pesquisas sobre os valores dos Europeus. Num primeiro momento, mostraremos que essa comparação deve ser feita com prudência.

UMA COMPARAÇÃO PRUDENTE

Vários elementos devem nos levar à prudência na hora de realizar a comparação. As perguntas comuns são, de fato, poucas, sendo que a escolha das palavras pode variar. Além disso, quando as perguntas são idênticas nos dois questionários (o que em geral é o caso das perguntas escolhidas aqui), as traduções não são necessariamente idênticas nos diferentes países.

A metodologia de pesquisa não é a mesma. A Fundação para a Inovação Política e o International Republican Institute aplicaram a pesquisa em 42 países com base em amostras nacionais obtidas *online* a partir de painéis de um instituto de pesquisa (salvo em alguns casos onde a entrevista foi realizada de forma presencial), enquanto que a pesquisa EVS é feita de forma presencial e (com algumas experiências *online*) em 38 países europeus, segundo um procedimento de escolha aleatório muito exigente. Sabemos que a escolha do método *online* ou do método presencial pode modificar os resultados, particularmente para as perguntas sensíveis, como aquelas que implicam efeitos ditos de “desejabilidade social”: um entrevistado pode, por exemplo, reconhecer mais facilmente suas tendências xenófobas *online* do que diante de um pesquisador.

Uma pesquisa *online* pode ser realizada em pouco tempo, enquanto que uma pesquisa aleatória de tipo presencial no domicílio dos entrevistados pode requerer muito mais tempo. O tempo da pesquisa da Fundação para a Inovação Política (Fondapol) e do International Republican Institute (IRI) foi condensado em dois meses (setembro-outubro 2018), quando muitas vezes foram necessários quatro ou cinco meses para realizar a pesquisa EVS. Além disso, para a pesquisa EVS, cada país teve que encontrar financiamentos e a metodologia aplicada levou a custos de campo muito elevados. Assim, certas equipes nacionais tiveram que modificar o cronograma da pesquisa em função dos apoios financeiros. Desse modo, a pesquisa, normalmente prevista para o outono de 2017, só foi realizada em 2018 em quase metade dos países pesquisados.

Por outro lado, a comparação das duas pesquisas pode ser imperfeita em relação à coleta dos “sem resposta”. Com o *online*, entrevistados podem ser autorizados a não responder a todas as perguntas, ou, ao contrário, ter que dar uma resposta para cada pergunta (antes de passar para a seguinte). A pesquisa da Fondapol-IRI muitas vezes não permitia as não-respostas enquanto que seu registro é sistematicamente previsto pela pesquisa EVS.

Existe uma dificuldade a mais na comparação dos dados das duas pesquisas: por enquanto só foram publicados os dados EVS de dezesseis países (sem ponderação internacional). Entretanto, a comparação dos resultados das duas pesquisas é possível e permite chegar a conclusões muito interessantes. Para isso, selecionamos onze países da Europa ocidental, do Leste e do Sul, que aparecem nos resultados disponíveis das duas pesquisas: Alemanha, Áustria, Bulgária, Croácia, Espanha, Holanda, Polónia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia e Suíça². Para permitir a comparação com as médias da pesquisa EVS, enquanto não se tem ponderação internacional ainda, as médias da pesquisa da Fondapol e do International Republican Institute serão excepcionalmente não ponderadas nas duas primeiras tabelas.

1. Os dados sobre a França foram publicados in Pierre Bréchon, Frédéric Gonthier e Sandrine Astor (dir.), *La France des valeurs. Quarante ans d'évolutions*, Presses universitaires de Grenoble, 2019. Pode-se também consultar o site www.valeurs-france.fr.

2. Obtém-se assim um conjunto de 10 201 indivíduos para a pesquisa da Fondapol et de l'International Republican Institute e de 14 432 indivíduos para a pesquisa EVS.

Na primeira tabela abaixo, a comparação se refere a quatro tipos de sistema político. Cada entrevistado deve dizer se o considera positivo ou negativo. A classificação que aparece é totalmente semelhante, independentemente da pesquisa. A democracia é amplamente aclamada, mas os especialistas também são bem vistos, enquanto que o apelo a uma pessoa forte exercendo um poder autoritário é considerado de forma negativa, e mais ainda a ideia do poder confiado ao exército.

Formas de governar	Resultados Fondapol-IRI 2018*				Resultados EVS 2017-2018			
	Muito bom	Bom	Ruim	Muito ruim	Muito bom	Bom	Ruim	Muito ruim
Ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo	36	52	10	2	57	37	5	2
Ser um país onde especialistas e não um governo decidem	23	47	23	7	19	41	21	10
Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições	12	25	29	34	7	21	28	43
Ser um país dirigido pelo exército	3	9	27	61	2	8	26	64

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* O questionário foi aplicado entre setembro e outubro de 2018, a pesquisa foi publicada em 2019.

Chave de leitura: Em média, nos onze países da pesquisa, um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo é considerado muito bom por 36% da amostra Fondapol-IRI e 57% da amostra EVS.

Acrescentemos que essa classificação é mais ou menos universalizável. Quando se entrevista pessoas de toda parte do mundo para saber o que pensam sobre os diferentes sistemas políticos, a democracia vem amplamente em primeiro lugar, até mesmo nos países pouco democráticos³. A aspiração democrática é universal mas veremos mais adiante que, muitas vezes, é superficial.

Dentro da tabela acima, a comparação célula a célula das duas pesquisas evidencia muitas vezes porcentagens aproximadas, mas às vezes existem diferenças importantes: a opinião mais positiva sobre o governo democrático é sensivelmente mais frequente na pesquisa EVS do que na pesquisa da Fondapol-IRI (57% contra 36%).

Por outro lado, poderíamos mostrar que quando queremos compreender as lógicas da opinião sobre um determinado tema, as análises que cruzam as respostas com variáveis sócio-demográficas evidenciam relações muito semelhantes, em ambas as pesquisas. Os números brutos podem comportar diferenças, mas as relações entre variáveis – e, portanto, as conclusões sociológicas que se pode extrair dos dados – muitas vezes são as mesmas.

Apresentemos uma segunda comparação: a pesquisa da Fondapol-IRI comporta uma série de perguntas sobre a confiança nas instituições que são muito próximas das perguntas que aparecem na pesquisa EVS sobre os valores dos Europeus (ver tabela seguinte). Aqui, as porcentagens continuam não sendo estritamente idênticas, mas as conclusões que se pode extrair das duas pesquisas são semelhantes.

3. As pesquisas feitas nos países árabes o mostram claramente (ver Pierre Bréchon, "Les opinions publiques arabes. Entre attachement à l'islam et à la démocratie", *Futuribles*, n° 425, juillet-août 2018, p. 5-19).

	Resultados Fondapol-IRI 2018*				Resultados EVS 2017-2018			
	Confió totalmente	Confió	Desconfió	Desconfió totalmente	Confió totalmente	Confió	Desconfió	Desconfió totalmente
Hospitais e os profissionais da saúde / Sistema de saúde	22	54	18	6	14	44	33	10
Escolas / Sistema de ensino	15	61	20	5	13	49	32	6
Polícia	16	52	23	9	15	48	29	7
Exército	12	50	27	12	11	47	33	9
Autoridades religiosas/ Igreja	3	20	33	44	10	26	37	26
Sindicatos	6	44	33	17	4	30	44	22
Grandes empresas	3	33	46	19	3	28	50	19
Mídia	3	32	43	22	2	17	48	32
Sistema judiciário	9	38	32	21	9	34	39	19
Parlamento	5	33	38	24	4	25	43	27
Governo	5	30	34	30	4	25	44	27
Partidos políticos	2	20	43	36	2	15	48	35

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* A pesquisa Fondapol-IRI contempla 16 instituições, e o EVS contempla 18. A tabela seleciona às instituições idênticas ou muito próximas. Quando se tem termos diferentes, o primeiro corresponde com o termo usado na pesquisa Fondapol-IRI, e o segundo corresponde com o termo usado na pesquisa EVS. As opções de respostas não são exatamente idênticas mas dizem respeito à questão da confiança em ambas as pesquisas. O questionário Fondapol-IRI não permitia “não respostas”, diferentemente da EVS.

Em ambas as pesquisas, a distribuição geral das respostas é mais ou menos idêntica para cada instituição. As posições moderadas reúnem mais respostas ou seja que nunca há confiança generalizada e ainda menos desconfiança sistemática nessas instituições. A confiança absoluta nunca vai além de 22%, e a desconfiança total não passa de 44%.

Para os sindicatos a medida é a que mais difere. Segundo a pesquisa Fondapol-IRI, a opinião sobre os sindicatos é equilibrada, pois a relação confiança/desconfiança é de 50/50. Em contrapartida, nos dados EVS, a confiança se limita a um terço dos entrevistados (34%), sendo que a não-confiança se eleva a dois terços (66%). De modo global, as respostas da pesquisa da Fondapol-IRI manifestam uma confiança um pouco maior do que as respostas da pesquisa EVS, o que pode levar a pensar que a amostra utilizada na pesquisa Fondapol-IRI é mais conformista do que a amostra da EVS.

Observa-se uma exceção à maior confiança registrada nos dados da pesquisa da Fondapol-IRI: as “autoridades religiosas” (formulação Fondapol-IRI) despertam menos confiança que a “Igreja” (formulação EVS). O fenômeno pode ser explicado pelas formulações adotadas. O termo “Igreja” é mais global, enquanto que a expressão “autoridades religiosas” só se refere aos que dirigem as organizações. Hoje sua imagem poderia ser menos positiva do que a dos adeptos.

Nas duas pesquisas, encontramos uma classificação das instituições bastante semelhante. As instituições do Estado de bem-estar social (hospitais/sistema de saúde⁴ e escola), das quais se espera que satisfaçam as necessidades fundamentais dos indivíduos, bem como as instituições que representam a defesa da ordem e da segurança pública (exército e polícia), suscitam uma confiança bastante forte. As organizações da sociedade civil (sindicatos, grandes empresas⁵, mídia⁶) não são bem percebidas.

Porém as principais instituições que encarnam a democracia representativa (Parlamento, governo, partidos) ainda parecem pouco criticadas. Os Europeus de diferentes países, defensores do sistema democrático, não confiam nas instituições que o representam⁷. Existe aí um sinal de fragilidade democrática que discutiremos mais à frente.

Após mostrar as dificuldades, mas também a relevância das comparações - pois as conclusões baseadas em várias observações paralelas têm mais peso - refinemos agora as conclusões que podemos extrair apenas dos dados da pesquisa da Fondapol-IRI considerando agora 30 países - os 27 países da União Europeia mais a Noruega, o Reino Unido e a Suíça - e introduzindo as diferenças por país⁸.

4. A formulação diferente adotada – “hospitais e profissionais da saúde” para a pesquisa Fondapol-IRI, “sistema de saúde” para a EVS – pode contribuir para explicar a diferença nos outros resultados. A formulação concreta adotada pela pesquisa Fondapol-IRI atrairia mais as respostas positivas do que a referência maçante a um sistema.

5. A imagem das PME, também testada pela pesquisa Fondapol-IRI, é bem melhor do que a das grandes empresas.

6. A mídia é objeto de suspeita há muito tempo, mas mais recentemente o julgamento tornou-se ainda mais negativo, no contexto de crítica bastante geral contra as elites em muitos países europeus.

7. Os Europeus até confiam um pouco mais nas instituições europeias do que em suas instituições políticas nacionais.

8. Os resultados apresentados nos quadros anteriores só mudam 2 ou 3 pontos quando se considera 30 países em lugar de 11.

A DEMOCRACIA, UM APEGO DE FACHADA, MAS COM FRAGILIDADES CONSTANTES

O quadro abaixo apresenta a classificação dos diferentes sistemas políticos por país. Para o conjunto dos 30 países selecionados, 88% julgam a democracia representativa como um sistema político “muito bom” ou “bom”, com pequenas diferenças entre países (de 83% na Romênia até 93% no Reino Unido).

	A opinião sobre diferentes sistemas políticos					A democracia funciona bem no seu país
	Total de respostas: sistema “muito bom” ou “bom” para governar					
	Democracia participativa	Democracia direta	Governo de especialistas	Poder autoritário	Poder militar	
Áustria	90	65	58	47	9	70
Alemanha	88	57	49	38	8	65
Bélgica	87	62	67	30	15	60
Bulgária	85	76	87	62	21	24
Chipre	87	63	67	24	10	57
Croácia	90	80	88	39	14	19
Dinamarca	88	60	44	23	12	83
Espanha	88	70	74	25	12	39
Estónia	86	69	31	44	15	66
Finlândia	88	57	70	42	14	69
França	85	66	60	31	14	53
Grécia	90	76	59	19	15	42
Hungria	92	84	85	34	8	24
Irlanda	90	64	55	20	13	71
Itália	88	60	53	41	13	33
Letónia	85	59	70	41	17	55
Lituânia	90	70	80	70	9	53
Luxemburgo	90	51	44	29	4	86
Malta	92	52	45	19	15	74
Noruega	86	53	39	24	8	86
Holanda	90	42	57	15	9	69
Polónia	85	79	69	23	15	43
Portugal	86	57	60	36	14	62
República Tcheca	88	76	86	46	13	48
Roménia	83	65	80	57	24	25
Reino Unido	93	60	55	28	19	62
Eslováquia	90	80	86	51	11	32
Eslovênia	86	77	86	54	10	23
Suécia	87	44	37	12	5	76
Suíça	87	67	42	24	10	88
Média*	88	64	60	33	13	52

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Média ponderada segundo o tamanho dos países.

Chave de leitura: Na Áustria, 90% dos entrevistados consideram que um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo (democracia representativa) é “muito bom” ou “bom” para governar o país

A pesquisa da Fondapol-IRI mediu um quinto tipo de sistema (não coberto pelos dados da EVS), em que “os cidadãos decidem o que é melhor para o país, e não o governo”. Essa forma de sistema político, a democracia direta, agrupa um amplo consentimento de dois terços dos Europeus, o que mostra que muitos adeptos da democracia representativa desejam, entretanto, que seja dado mais peso à palavra do cidadão. As diferenças por

país são maiores do que para a democracia representativa: as respostas vão de 42% de apoio na Holanda a 84% na Hungria. Os países menos favoráveis à democracia direta são os mais satisfeitos com o funcionamento de sua democracia representativa, particularmente os países escandinavos. Satisfeitos com seu sistema, eles consideram menos necessário expressar-se diretamente, enquanto que a expressão direta dos cidadãos na tomada de decisão parece convencer particularmente as opiniões públicas descontentes com o funcionamento da democracia, principalmente nos países do Leste da Europa.

Um sistema político que dá peso a especialistas também recebe um amplo suporte (quase dois Europeus em cada três). Novamente, as diferenças entre países são grandes e se explicam pelo mesmo tipo de lógica do que anteriormente. Um governo de especialistas é particularmente sedutor na antiga Europa do bloco comunista, mas igualmente na Espanha, provavelmente porque a democracia é recente ali e não parece funcionar de modo muito racional. Esse modo de governar é claramente menos atraente para os suecos (37%), os noruegueses (39%), os suíços (42%), os dinamarqueses (44%), os luxemburgueses (44%), os malteses (45%), mas também os estonianos (31%).

Ainda que um poder político nas mãos de um líder forte sem controle de um Parlamento e não submetido às eleições seja considerado como bom apenas por um terço dos Europeus (33%), é possível surpreender-se com um resultado tão elevado em uma Europa onde, segundo o tratado da União Europeia, todos os países membros afirmam defender os valores democráticos. A tentação autoritária é sempre forte em certos países do Leste, na Lituânia (70%), na Bulgária (62%) ou na Romênia (57%), e fraca em países com as mais fortes tradições democráticas, na Suécia (12%) e na Holanda (15%).

O único sistema político claramente excluído pelos Europeus é um poder confiado aos militares (apenas 13% a favor), com fracas diferenças por país (de 4% no Luxemburgo e 5% na Suécia, até 24% na Romênia). Portanto, existe quase um consenso contra a ideia de um poder militar⁹.

A coluna da direita do quadro se refere não mais aos sistemas políticos desejados, mas ao julgamento sobre o funcionamento efetivo da democracia no país¹⁰. Evidentemente este indicador é muito importante, pois mede o nível de confiança da opinião nessas instituições políticas e auguram sobre a estabilidade do país. Quanto mais a insatisfação domina, mais forte é a tentação de se afastar do ideal democrático. De modo global, o nível de satisfação é mitigado: 52% em média, com fortes diferenças nacionais, segundo a lógica já colocada em destaque. Alguns países julgam muito favoravelmente o funcionamento de sua democracia nacional (países escandinavos, a Suíça, o Luxemburgo, a Holanda, e a Irlanda, Malta e Estônia)¹¹, enquanto que outros são muito críticos (Croácia, Bulgária, Romênia, Hungria, Eslovênia, Eslováquia). Na Europa ex-comunista escapam a esse pessimismo os países bálticos, os tchecos e, em parte, os poloneses. Em contrapartida, de modo inesperado, uma opinião muito negativa se registra para os italianos (apenas 33% têm uma opinião positiva), muito críticos sobre o funcionamento de seu sistema político. É possível que as fortes opiniões negativas registradas no outono de 2018 sejam devidas ao acúmulo de duas insatisfações: a dos descontentes com os partidos políticos tradicionais, que votaram nos movimentos populistas nas legislativas, e a das pessoas que, ao contrário, estão preocupadas com a chegada dessas forças ao poder.

Com vistas nesses resultados, bem como nos das pesquisas sobre os valores Europeus¹², onde as mesmas lógicas geográficas surgem a cada onda da pesquisa, toma-se consciência de que o apego aos valores democráticos não é tão forte quanto poderíamos pensar considerando simplesmente o primeiro na classificação dos sistemas políticos. Todo o mundo ou quase é favorável à democracia mas não de modo exclusivo. Alguns democratas declarados estão prontos para aceitar outros sistemas, principalmente em situação de crise. Quando se cria um índice de solidez dos valores democráticos¹³, descobre-se que apenas 50% dos europeus podem ser considerados como democratas exclusivos (eles dão quatro ou cinco respostas favoráveis a itens democráticos), 33% como democratas reservados (três respostas favoráveis a itens democráticos) e 17% como não democratas (zero, uma ou duas respostas favoráveis a itens democráticos).

9. Para os outros países contemplados pela pesquisa da Fondapol-IRI, não levados em consideração aqui, um poder militar só aparece como muito ou bom no Brasil (45%) e na Macedônia do Norte (35%). No Brasil, a crise econômica, o aumento da violência, o descontentamento em relação à corrupção da classe política e a instabilidade resultante após a destituição da presidente e o aprisionamento de Lula da Silva, podem explicar essa tentação militar, ainda que o país já tenha experimentado um sistema desse tipo de 1964 a 1985. Esse alto nível de apoio à opção militar permite compreender o sucesso de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.

10. Uma pergunta semelhante também existe na pesquisa EVS 2017-2018, mas com uma escala de resposta em dez modalidades, de 1 ("não satisfeito") a 10 ("totalmente satisfeito"). A pergunta da pesquisa da Fondapol-IRI ("Em seu país, você diria que a democracia funciona muito bem, bem, mal, muito mal?") é quase idêntica à que foi feita pela pesquisa EVS em 2018.

11. A confiança nos regimes democráticos é particularmente desenvolvida nos países ricos, ainda que o critério econômico não seja a única explicação para as variações nas avaliações (ver Ronald F. Inglehart, *Les Transformations culturelles. Comment les valeurs des individus bouleversent le monde ?*, Presses universitaires de Grenoble, 2018).

12. Ver Pierre Bréchon et Frédéric Gonthier (dir.), *Atlas des Européens. Valeurs communes et différences nationales*, Armand Colin, 2013; Id., *Les Valeurs des Européens. Évolutions et clivages*, Armand Colin, 2014.

13. Com base nas cinco perguntas sobre os sistemas políticos desejáveis, enumeramos as respostas democratas de cada entrevistado. São consideradas como democratas as respostas "muito bom" ou "bom" para o sistema de democracia representativa e a democracia direta, e as respostas "muito mal" ou "mal" para o governo dos especialistas, o poder autoritário e a direção militar do país.

Confiança nas instituições						
Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"						
	Escola	Polícia	Exército	Justiça	O poder legislativo	Partidos políticos
Áustria	77	83	56	69	51	27
Alemanha	76	82	52	64	54	35
Bélgica	85	77	72	55	47	24
Bulgária	65	34	59	17	10	9
Chipre	71	56	64	61	51	28
Croácia	81	58	65	22	24	7
Dinamarca	81	87	79	84	64	53
Espanha	70	72	57	40	35	11
Estónia	87	86	80	68	53	21
Finlândia	89	87	86	75	45	27
França	77	78	78	50	44	12
Grécia	60	49	65	45	20	6
Hungria	46	57	63	42	24	13
Irlanda	89	75	87	76	61	41
Itália	59	74	61	40	33	12
Letónia	81	67	73	42	32	13
Lituânia	77	77	71	46	29	11
Luxemburgo	72	85	67	76	76	49
Malta	95	73	82	55	66	48
Noruega	81	82	80	82	73	53
Holanda	89	83	75	71	63	50
Polónia	71	57	68	41	23	13
Portugal	80	72	64	41	36	15
República Tcheca	80	72	73	49	30	19
Roménia	56	42	66	35	16	8
Reino Unido	86	82	85	76	51	34
Eslováquia	61	40	57	27	19	12
Eslovênia	75	64	54	29	21	9
Suécia	58	76	65	65	65	46
Suíça	81	85	61	77	70	40
Média*	77	68	70	55	44	26

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Média ponderada segundo o tamanho dos países.

Chave de leitura: Na Áustria, 77% dos cidadãos declaram "confiar totalmente" ou "confiar" na escola.

AINDA QUE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E AS INSTITUIÇÕES DE ORDEM SEJAM ACLAMADOS, AS INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA PARECEM POUCO APRECIADAS

Voltemos à questão da confiança nas instituições para apresentar os resultados por país da pesquisa da Fondapol-IRI. Evidentemente, os níveis variam segundo os países. A tabela da página anterior só apresenta as distribuições por país e para certas instituições. Em geral, a confiança é maior nos países da Europa Ocidental, principalmente nos países escandinavos¹⁴, na Suíça, no Reino Unido ou na Alemanha, do que nos países da Europa do Leste, principalmente na Romênia, Eslováquia, Bulgária, Hungria, Polônia, Croácia ou Eslovênia. Entretanto, os países Bálticos e particularmente a Estônia, parecem ter claramente mais confiança em suas instituições do que os outros países do antigo bloco soviético. A República Tcheca também parece ter uma relativa confiança em suas instituições.

No sul da Europa, a situação é contrastada. Os gregos têm uma certa desconfiança em relação ao várias das suas instituições (salvo o exército), fenômeno que começa a aparecer na Itália. Os portugueses e até mesmo os espanhóis ocupam posições intermediárias, enquanto que os Malteses e os Cipriotas são os mais confiantes.

É a confiança no exército que parece ser a mais homogênea entre os países: as diferenças vão de 52% de confiança na Alemanha até 87% na Irlanda¹⁵. Em contrapartida, a confiança no sistema judiciário é muito espalhada: de 17% na Bulgária e 22% na Croácia até 84% na Dinamarca. Quando a confiança no sistema judiciário é baixa, a convivência e a segurança das relações entre atores encontram-se afetadas. Pode-se fazer um raciocínio semelhante em relação à confiança no poder legislativo, que é globalmente bastante baixa na Europa (44%) e que teve uma tendência a baixar há algumas décadas. A ausência de confiança no poder legislativo poderia favorecer as empresas com o não-respeito das leis e as tentações populistas, até mesmo sediciosas e autoritárias.

As pesquisas internacionais mostram, portanto, que a confiança no sistema democrático não é tão sólida quanto se poderia crer. Ainda que o desenvolvimento econômico, mas também a existência de uma cultura política apropriada, favoreça a instauração de democracias estáveis, as crises econômicas têm efeitos inversos. As fragilidades da democracia há muito são reais, mas hoje são favorecidas por um clima de descontentamento de uma parte da população em relação às elites.

14. O baixo nível de confiança na escola na Suécia é portanto surpreendente.

15. A baixa confiança na Alemanha deve-se provavelmente à memória da Segunda Guerra Mundial, enquanto que a alta confiança dos Irlandeses vem provavelmente do papel do exército na defesa da Irlanda independente face ao poder britânico.

EUROPA E DEMOCRACIA: DESTINOS LIGADOS



• Os balcãs ocidentais no caminho da democracia Alex Tarascio	110
• Húngaros, poloneses, eslovacos e tchecos consideram a democracia como o melhor sistema Jacques Rupnik	114
• Apoio ao euro protege a Europa Katherine Hamilton e Dominique Reynié	116
• O Reino Unido do Brexit: uma nação dividida Sophia Gaston	118
• Brexit, laboratório da luta geracional? Maude Paillard-Coyette	122
• Estados Bálticos, entre ideias democráticas e tentações autoritárias Mantas Adomėnas	124
• Enfrentando novos perigos, a ideia de um exército europeu renasce Victor Delage	126
• Os europeus e o novo espaço público: mídia, redes sociais e internet Alex Tarascio	129

OS BALCÃS OCIDENTAIS* NO CAMINHO DA DEMOCRACIA

ALEX TARASCIO

O pertencimento efetivo à União Europeia não tem necessariamente incidência sobre o modo como um país considera a União Europeia, como mostram os resultados de nossa pesquisa para os países dos Balcãs. Os entrevistados croatas, cidadãos da União, têm opiniões sobre o pertencimento à UE similares à dos sérvios entrevistados sobre sua eventual adesão (37% dos croatas consideram que ser membro da UE é “positivo” e 33% dos Sérvios pensam que tornar-se membro da União Europeia seria “positivo”). Existem outras semelhanças, como as que se pode esperar de países que tem fronteiras e uma história política em comum. Por exemplo, a maior parte dos croatas (57%) afirma que o futuro de seu país será “pior que hoje”, contra 52% dos sérvios entrevistados que expressam as mesmas antecipações pessimistas¹. Em contrapartida, além desse exemplo, os países dos Balcãs ocidentais mostram um certo número de características comuns e parecem mais favoráveis à adesão à União Europeia, todavia com um entusiasmo variável.

NOS BALCÃS OCIDENTAIS, A OPINIÃO CONCORDA COM A ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

No conjunto dos países dos Balcãs, a metade das pessoas entrevistadas (51%) pensa que a adesão à UE seria positiva, um terço (33%) pensa que não seria “nem positiva, nem negativa” e 16% que seria “negativa”. Em escala nacional, observa-se uma maioria de entrevistados favoráveis à adesão na Albânia (88%), na Macedônia do Norte (60%) e na Bósnia e Herzegovina (52%). Na Sérvia, mais entrevistados são favoráveis à adesão à União Europeia (33%) do que contra (22%), mas o maior número (45%) pensa que essa adesão não seria “nem positiva, nem negativa”. A Sérvia tem o maior número de entrevistados indecisos, comparada à Bósnia e Herzegovina (31%), à Macedônia do Norte (26%) e à Albânia (9%). Esses indecisos representam uma proporção considerável da população que, sem ser decididamente oposta à ideia de entrar para a União Europeia, se pergunta, todavia, a que ponto a adesão seria benéfica. Notemos que a maior parte dos entrevistados que pertencem ao grupo das indecisos não se interessa pela política (70%).

NENHUMA AFINIDADE CLARA COM UMA DAS POTÊNCIAS MUNDIAIS

O engajamento da China e da Rússia nos Balcãs ocidentais deu maior popularidade a estes dois países na região do que em outras parte do mundo. A China utilizou seu “16+ 1” para ampliar sua influência na Europa e prosseguir seu projeto de investimento emblemático, conhecido com o nome de nova rota da seda (*Belt and Road Initiative*). A ancoragem da China talvez seja mais perceptível em Belgrado, na Sérvia, onde ela começou a construir um novo centro cultural chinês em Novi Beograd, no local da antiga embaixada da China, destruída pelos Estados Unidos por ocasião do bombardeio da então Iugoslávia pela OTAN. Quanto à Rússia, esta mantém laços políticos com os países dos Balcãs ocidentais há um certo tempo, particularmente com a Sérvia e na República Sérvia da Bósnia (uma das duas entidades constitucionais e jurídicas da Bósnia e Herzegovina, sendo a outra a Federação da Bósnia e Herzegovina), bem como, em menor medida, com a Macedônia do Norte. Ela estendeu sua influência cultural graças a ferramentas tais como o canal de televisão internacional Russia Today, que se tornou uma fonte de informação importante para a maioria dos habitantes dos Balcãs ocidentais.

* Estão aqui reunidos sob a expressão “Balcãs Ocidentais” a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Macedônia do Norte e a Sérvia. A Croácia não faz parte desse grupo em razão de seu status de Estado Membro da União Europeia. É importante manter essa distinção pois a questão da adesão à União Europeia define a política da Albânia, da Bósnia e Herzegovina, da Macedônia do Norte e da Sérvia de modo fundamental, o que não é verdadeiro para a Croácia.









1. Os termos “croatas” e “sérvios” designam todos os habitantes que constituem a amostragem nacional representativa de cada país e, portanto, não se referem a categorias étnicas distintas.

2. Ver Alicja Bachulska, “What’s next for China’s 16+1 Platform in Central and Eastern Europe?”, *thediplomat.com*, 3 julho 2018 (<https://thediplomat.com/2018/07/whats-next-for-chinas-161-platform-in-central-and-eastern-europe/>). A plataforma multilateral “16+1” foi criada em 2012 para facilitar a cooperação entre China e 16 países da Europa central e oriental. Ao longo dos últimos anos, os encontros dessa plataforma tiveram muita visibilidade, especialmente na Europa Ocidental. A intensificação da colaboração entre os 16 países da Europa central e oriental com a China preocupou muito Bruxelas e Berlim.

No conjunto dos Balcãs, a maior parte das pessoas entrevistadas designaram como potência mais influente no mundo, primeiro os Estados Unidos (67%), depois a Rússia (15%), a União Europeia (10%) e enfim a China (8%).

Por outro lado, parece que as pessoas dos Balcãs ocidentais consideram os países mais influentes também como os mais preocupantes, e os menos influentes como os menos preocupantes.

Indique o que você pensa sobre a postura de cada um destes países no cenário global. Diga se este país o preocupa, o tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra

	Preocupa	Nem uma coisa nem outra	Tranquiliza
Balcãs Ocidentais			
 Estados Unidos	52	25	23
 Rússia	26	31	43
 União Europeia	25	37	38
 China	14	43	43
União Europeia			
 Estados Unidos	63	24	13
 Rússia	61	29	10
 União Europeia	25	41	34
 China	40	49	11

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O isolamento geográfico destes países, no meio de potências concorrentes, pode explicar em partes a sua percepção da China. Considerada como a menos influente das quatro potências citadas, a China é vista como tranquilizadora em relação a potências mais próximas e familiares. Talvez os entrevistados valorizem o papel de contrapeso do Império do Meio diante das potências russa e americana, sugerindo assim a ideia de que as populações dos Balcãs não queiram depender de um único país, seja qual for.

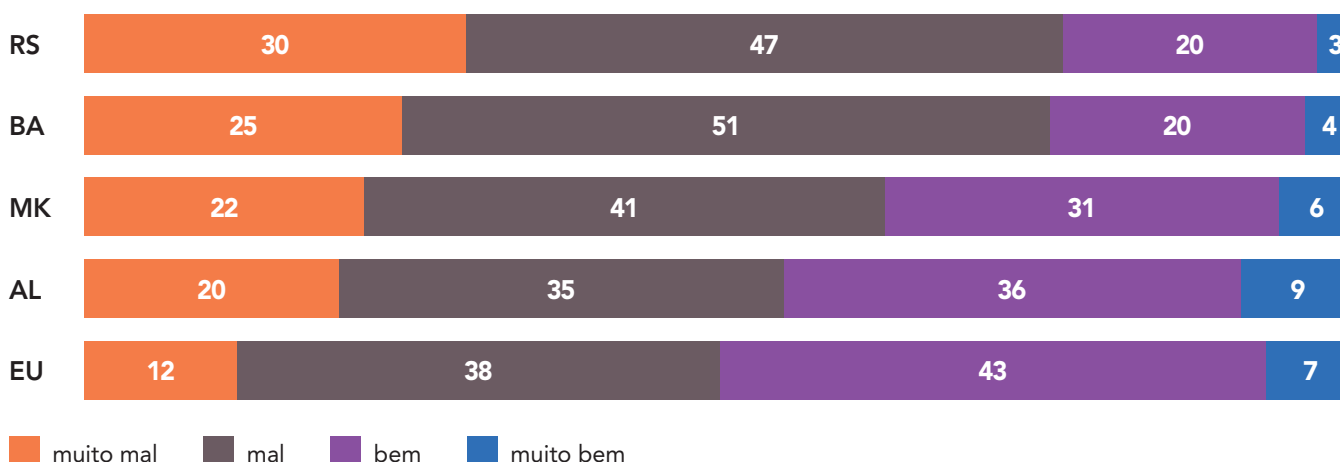
No que diz respeito à Rússia, as diferenças de pontos de vista são tão marcadas que é necessário interessar-se individualmente a esses países, principalmente nos casos da Sérvia e da Albânia. Os dados da Sérvia refletem seus fortes laços históricos com a Rússia: é o único país da Europa que tem uma maioria (56%) de entrevistados que considera que a atitude da Rússia na cena internacional é tranquilizadora. Também é o país que tem a mais baixa proporção (12%) de entrevistados que declaram preocupar-se com a **postura da Rússia no cenário global**. A forte afinidade cultural com a Rússia e a intensidade desse laço histórico talvez sejam um forte determinante da opinião sérvia.

A Albânia se encontra na extremidade oposta, com mais da metade da população (51%) declarando considerar a Rússia preocupante e menos de um quarto (24%) considerando-a tranquilizadora. Diferentemente da Sérvia, a Albânia tem uma opinião extremamente positiva em relação aos Estados Unidos, com uma proporção mais elevada de entrevistados tranquilizados pelos Estados Unidos (59%) do que em qualquer outro país europeu da pesquisa. Mas a postura da União Europeia no cenário internacional é ainda mais amplamente considerado tranquilizador pelos albaneses (72%), sendo que esse julgamento positivo atinge um nível superior ao encontrado nos países da União Europeia.

APOIO AOS IDEAIS DEMOCRÁTICOS, DESCONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NACIONAIS

Embora os princípios democráticos recebam um amplo apoio da população nos Balcãs ocidentais, a opinião geral dos entrevistados parece sugerir que a prática da democracia não está à altura das aspirações. Na região, a maioria dos entrevistados critica o funcionamento da democracia e tem pouca confiança nas instituições políticas. Dentre as citadas, os respondentes têm pouca confiança no governo (29%), no parlamento/poder legislativo (27%) e nos partidos políticos (15%). Embora os partidos políticos tenham a triste característica de serem a instituição menos confiável na maioria das democracias da pesquisa, eles são vistos de forma mais negativa ainda nos Balcãs ocidentais. Na Sérvia, os partidos têm a confiança de apenas 3% da população. Enquanto 97% disseram não confiar neles, quase dois terços (63%) disseram que “não confiam de jeito nenhum”.

No seu país, diria que a democracia funciona...



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

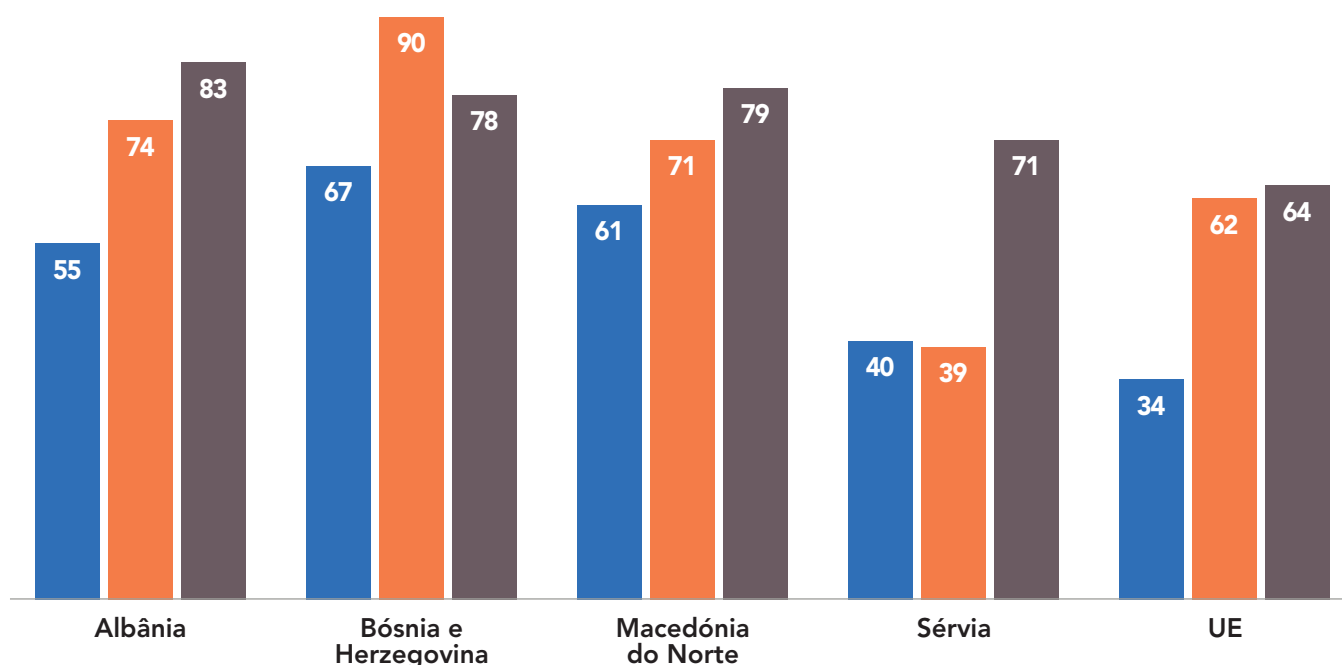
Nessa região, a maioria dos entrevistados diz que a democracia funciona mal em seu país. Sérvia (77%) e Bósnia e Herzegovina (76%) têm a maior porcentagem de entrevistados dizendo que a democracia funciona mal, seguida pela Macedônia do Norte (63%) e Albânia (55%). No geral, a maioria (56%) acredita que o processo eleitoral não é transparente em seu país. Dois terços dos bósnios (66%) e a maioria dos albaneses (54%) e macedônios (54%) concordam com a proposição de que “é útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas”. Na Sérvia, a maioria (54%) respondeu que “votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo”.

Instituições apolíticas desfrutam de um nível de confiança maior. Nos Balcãs Ocidentais, a escola é a instituição que inspira mais confiança. É popular na Macedônia do Norte (83%), Bósnia e Herzegovina (78%), Albânia (75%) e Sérvia (60%). Os militares são vistos favoravelmente na maioria dos países, e o fato de dois terços (64%) dos entrevistados nos Balcãs Ocidentais confiarem nos militares é um resultado alinhado com a média observada na União Europeia (65%). A confiança nas forças armadas é uma das poucas categorias em que a opinião da Sérvia é próxima dos seus vizinhos regionais.

A Macedônia do Norte, que saiu de uma grande crise política há apenas dois anos, é de longe o país com a maior confiança em seu governo (44%) e em seu parlamento (42%), em comparação com 38% e 29% na Albânia, 30% e 33% na Bósnia e Herzegovina, ou 21% e 18% na Sérvia. É possível que essa confiança reflita a direção tomada pelo país desde a crise política e o sangrento ataque aos parlamentares em 2017. A resolução do conflito com a Grécia sobre o nome da Macedônia do Norte também se constituiu uma prioridade para o governo, atrelando a resolução desta questão à adesão à OTAN. A Macedônia do Norte continua dividida quanto à solução a ser adotada, mas o país se envolveu neste assunto de forma surpreendente. Esse fator também pode ter influenciado a percepção que os macedônios têm das suas instituições democráticas, e as diferenças com seus vizinhos.

Indique se cada um destes sistemas políticos seria muito bom, bom, ruim, muito ruim para governar o país.

Total de respostas: "muito bom" e "bom"



- Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições
- Ser um país onde especialistas e não um governo decidem o que é melhor para o país
- Ser um país onde os cidadãos decidem o que é melhor para o país, e não o governo

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

As questões relativas às empresas privadas indicam que os Balcãs Ocidentais têm uma visão mais positiva do mundo dos negócios do que do governo. Nos quatro países, uma forte maioria acredita que "o governo deve ter menos influência na economia e o mercado deve ser menos regulamentado" (64%). Esta opinião é mais difundida nos Balcãs Ocidentais do que na União Europeia, onde uma pequena maioria (52%) prefere a liberdade das empresas privadas em detrimento da intervenção do governo na economia. As pessoas entrevistadas nos Balcãs Ocidentais - geralmente a favor de uma redução na regulamentação - confiam mais nas empresas do que nas instituições governamentais. Deve-se notar que, enquanto as pequenas e médias empresas são mais populares que as maiores, como em muitas outras democracias, a maioria dos cidadãos também confia nas grandes empresas, o que é mais raro na nossa pesquisa. A esse respeito, nota-se a exceção sérvia.

Confiança nas empresas

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"

	Grandes empresas	Pequenas e médias empresas
Albânia	55	64
Bósnia e Herzegovina	52	67
North Macedônia do Norte	61	68
Sérvia	27	55

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

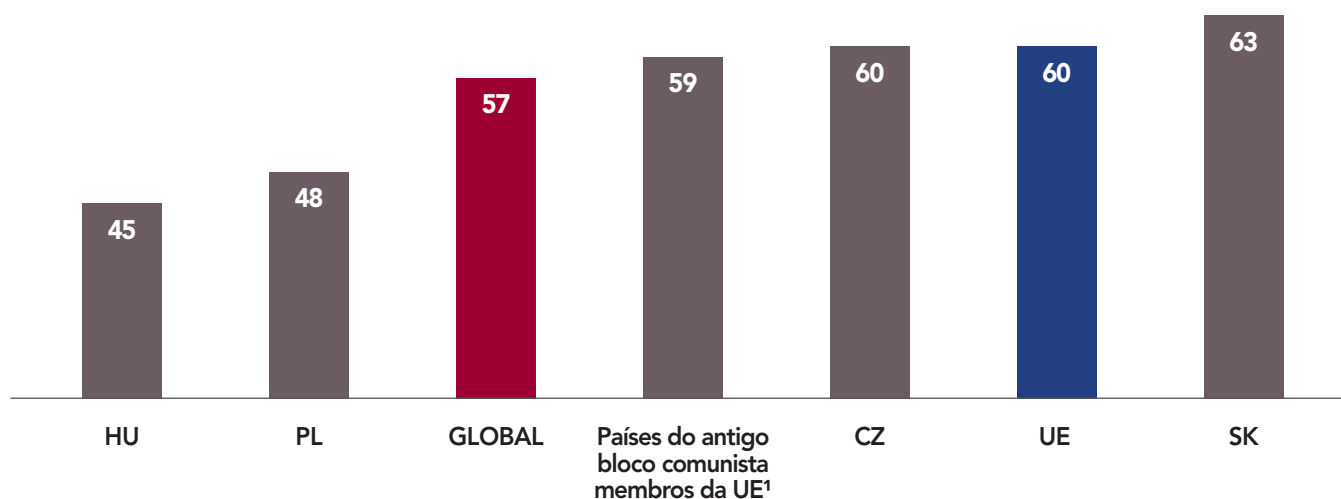
Num contexto de declínio da confiança na Europa, os meios de comunicação são vistos de forma mais positiva em três dos quatro países dos Balcãs Ocidentais. A confiança é mais alta na Albânia (55%) e na Macedônia do Norte (53%), enquanto a desconfiança domina na Bósnia e Herzegovina (54%). A posição dos sérvios é muito diferente, com um impressionante nível de desconfiança (91%) em relação à mídia nacional. Isso pode ser atribuído ao declínio da independência da mídia nos últimos anos, criando um ambiente dominado pela mídia pública sob controle do governo e mídia privada alinhada com a posição do governo.

HÚNGAROS, POLONESES, ESLOVACOS E TCHECOS CONSIDERAM A DEMOCRACIA COMO O MELHOR SISTEMA

JACQUES RUPNIK

Trinta anos após a queda do regime comunista, os cidadãos do grupo Visegrád (Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia) consideram a democracia o melhor sistema e consideram que, como tal, esse regime é insubstituível. A pesquisa, no entanto, observa que este apego é menos pronunciado na República Tcheca (55%) e na Eslováquia (52%) do que na Polônia (68%) e na Hungria (71%), países onde alguns ganhos “liberais” depois de 1989 foram maltratados recentemente.

Prefiro mais ordem, ainda que resulte em menos liberdade



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A avaliação da democracia nos países deste grupo está no cerne da questão, uma vez que apenas 24% dos húngaros, 32% dos eslovacos, 43% dos poloneses e 48% dos tchecos estão satisfeitos com o modo como a democracia funciona no seu país, enquanto a média da União Europeia é de 50%. Em toda a região observa-se uma crise de confiança nas instituições da democracia representativa (partidos, parlamentos, etc.) e nos meios de comunicação (até 88% de desconfiança para os húngaros, por exemplo), que é de onde vem, provavelmente, a preferência bem acima da média da União Europeia, para um “governo de especialistas” (até 86% na Eslováquia e 85% na Hungria, por exemplo, em comparação com 62% na média da União Europeia).

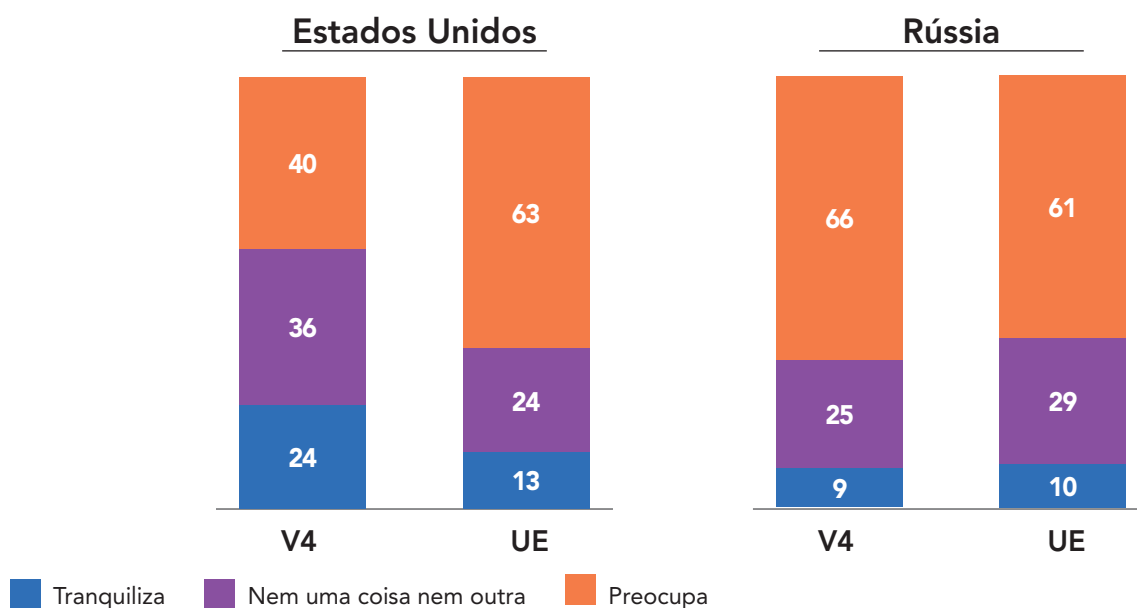
Quando perguntamos aos entrevistados se pensam que pertencer à União Europeia enfraquece, fortalece ou não tem efeito sobre a democracia em seu país, as respostas variam de acordo com os países do grupo Visegrád: os eslovacos adotam uma posição bastante neutra (39% acham que não tem efeito na democracia no seu país, 30% acreditam que a enfraquece), os tchecos consideram que agrava o estado da sua a democracia (46%) e os húngaros e poloneses tendem a pensar que pertencer à União Europeia é benéfico para a sua democracia (respectivamente, 42% e 48%). Para esses dois países, pertencer à União Europeia pode ser visto como uma salvaguarda contra uma deriva “antiliberal” interna.

1. Os seguintes países estão agrupados neste termo: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

Dos pontos de vista da economia e da sociedade, podemos observar diferenças interessantes em relação à Europa Ocidental. A boa situação econômica dos países do grupo Visegrád, com forte crescimento e queda do desemprego, se reflete nos resultados da pesquisa, já que menos de um quarto (23%) dos habitantes considera que seu padrão de vida deteriorou-se nos últimos anos (em comparação com uma média de 29% na União Europeia). A um certo "antiliberalismo" político é acrescentado um liberalismo econômico: em média, 69% dos habitantes do grupo Visegrád pensam que o papel do Estado na economia deve ser limitado e a liberdade das empresas fortalecida, contra a média de 52% na União Europeia. Os húngaros são os mais liberais (78%), os eslovacos, os mais contidos (59%).

Em algumas questões de sociedade, há uma tendência mais conservadora do que no Ocidente. Por exemplo, para a pena de morte, os respondentes no grupo de Visegrád têm maior probabilidade de votar pela pena de morte do que a média europeia (57% e 43% respectivamente). Uma diferença de atitude também é perceptível quando se trata da crise migratória. Desde setembro de 2015, os governos dos quatro países se opuseram à política de cotas europeia. A pesquisa mostra que essa relutância encontrou eco na população. Se, em média, 62% dos cidadãos da União Europeia pensam que é seu dever acolher refugiados que fogem da miséria e da guerra para o seu país, este sentimento é menos presente na Polônia (55%), na Hungria (48%), na Eslováquia (36%) e, sobretudo, na República Tcheca (22%). O principal argumento para justificar a relutância em acolher refugiados é que eles "aumentam o risco de delinqüência" (90% na República Tcheca, 87% na Eslováquia, 69% na Polônia e 68% na Hungria, contra 61% como média da União Europeia). Mas muitos cidadãos do grupo Visegrád também pensam que "não podemos acolher mais refugiados, pois não temos os mesmos valores e isso causa problemas de convivência": 86% na República Tcheca, 80% na Eslováquia, 68% na Hungria e 59% na Polônia, contra os 53% da União Europeia. Este último item pode ser colocado em perspectiva, levando em conta as altas taxas de preocupação em relação ao Islã (86% dos tchecos, 84% dos eslovacos, 78% dos poloneses, contra 68% para a União Europeia). Estas tendências são europeias, mas mais pronunciadas nos países de Visegrád, apesar de serem países que não estão muito preocupados com a crise migratória. Parece que a percepção, em grande parte derivada das imagens transmitidas pela Europa Ocidental, tem precedência sobre a realidade do problema.

Indique o que você pensa sobre a postura de cada um destes países no cenário global. Diga se este país o preocupa, o tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O fato de os habitantes dos países do grupo Visegrád estarem, em média, menos preocupados com os Estados Unidos, anda de mãos dadas com o seu apoio à OTAN, superior à média europeia (58% contra 47%).

APOIO AO EURO PROTEGE A EUROPA

KATHERINE HAMILTON E DOMINIQUE REYNIÉ

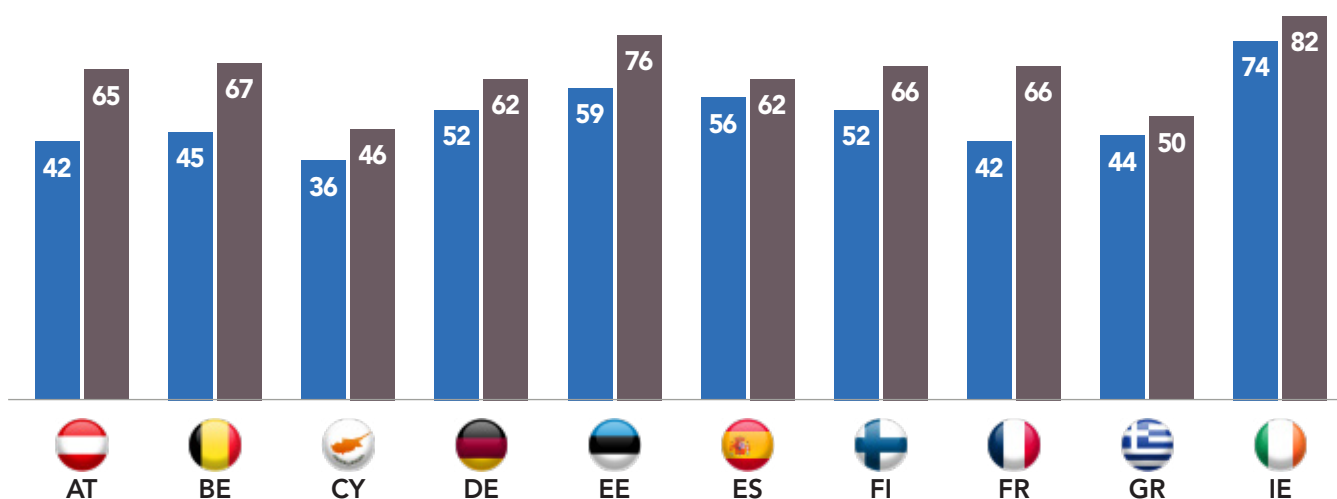
A maioria dos europeus que responderam à nossa pesquisa quer manter o euro (62%), enquanto menos de um terço (29%) considera que seria preciso voltar à moeda nacional, mesmo considerando que isso não é possível. Uma pequena minoria (9%) considera o abandono do euro desejável e possível. A moeda única, portanto, permanece popular. Em nível nacional, o desejo de manter o euro é uma minoria na Lituânia (45%) no Chipre (46%), mas 43% dos lituanos e 44% dos cipriotas acreditam que, mesmo que seja desejável, regressar à moeda nacional não é possível.

Como já observamos em nossa pesquisa anterior de 2017, na maioria dos países, o nível de apoio ao euro é superior ao nível de apoio à União Europeia. Apenas Portugal e a Lituânia contrariam a maioria apresentada.

O apoio ao euro é enorme (73%) entre aqueles que vêem a globalização como uma oportunidade, e importante entre aqueles que acreditam que a globalização é uma ameaça (46%). Da mesma forma, o apoio ao euro é mais forte entre os entrevistados que acreditam que seu nível de vida melhorou (71%) e ainda é a maioria entre aqueles que consideram que seu nível de vida se deteriorou (51%). Mesmo aqueles que pensam que o seu país será pior amanhã do que hoje apoiam majoritariamente o euro (53%). Este apoio é particularmente forte entre os aposentados (69%) e na maioria das categorias sociais (74% entre quadros dirigentes e ocupações profissionais, 61% entre profissões intermediárias e empregados qualificados). É apenas uma minoria entre funcionários e trabalhadores não qualificados, mas que chega quase à metade (49%) das pessoas nesta categoria. O apego ao euro parece sólido e é uma peça importante de resistência eleitoral ao voto populista, inclusive nas populações de baixa renda.

A hostilidade populista em relação ao euro é percebida pelos eleitores como uma ameaça aos seus interesses. O discurso contra a Europa pode ser bem recebido porque é geral, antissistema e hostil às elites: é a expressão de um protesto que não custa nada. Já o discurso contra o euro equivale a pedir aos cidadãos que ponham em risco os seus próprios interesses. Esse é o limite do empreendimento populista. Os partidos que persistem na luta contra o euro têm uma expansão eleitoral limitada. Eles só podem progredir moderando suas críticas ao euro ou... juntando-se à moeda europeia!

Nos países da zona do euro, que experimentaram um forte aumento do voto populista entre 2016 e 2018, a enquete revelou que a opinião dos respondentes permaneceu fortemente a favor da moeda europeia: França (66%), Áustria (65%), Eslovênia (63%), Alemanha, Eslováquia e Holanda (62%) ou Itália (54%). O caso da Itália é particularmente revelador, já que o apoio ao euro foi de apenas 45% em março de 2017, um ano antes das eleições gerais, para subir para 54%, oito meses após a vitória de uma coalizão populista, o que pode sugerir que os italianos estivessem procurando marcar os limites do populismo governamental. O euro confirma assim o seu papel de grande protetor da ordem política europeia. Reduz efetivamente o risco político que as eleições gerais nacionais tendem a reintroduzir nos últimos anos.



■ O fato de o meu país pertencer à União Europeia é positivo

■ Desejo que o meu país mantenha o euro como moeda

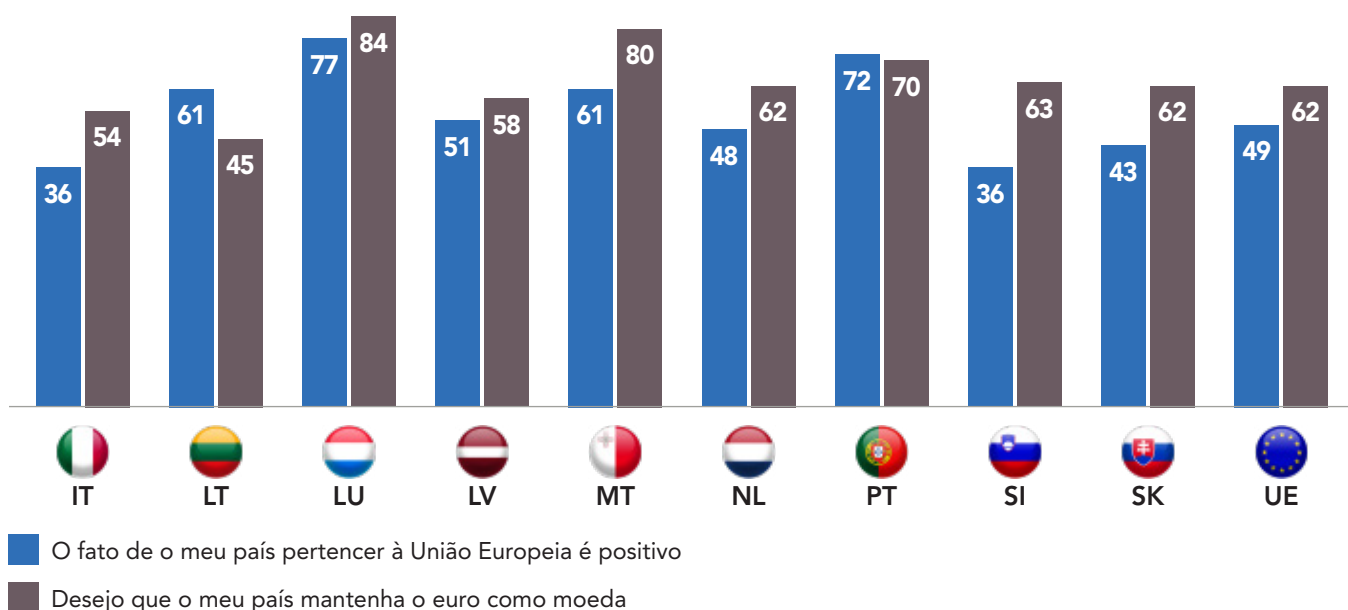
© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Dominique Reynié (dir.), *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017, p. 265-267.

		Em relação ao euro, com qual das seguintes opiniões se identifica mais?		
		Desejo que o meu país mantenha o euro como moeda	Desejo que o meu país regresse à sua moeda nacional, mas acho que não é possível	Desejo que o meu país regresse à sua moeda nacional e acho que é possível
Sexo	Homens	64	26	10
	Mulheres	59	32	9
Idade	18-34 anos	62	29	9
	35-59 anos	57	32	11
	60 anos e mais	68	25	7
Profissão	Quadros dirigentes	73	20	7
	Profissões intelectuais	75	20	5
	Profissões intermédias que trabalham por conta de outrem	66	27	7
	Operários qualificados	48	40	12
	Aposentados	69	23	8
Onde mora	Município de menos de 15000 habitantes	59	31	10
	Município de 15001 a 100000 habitantes	62	29	9
	Município de 100001 à 500000 habitantes	66	28	6
	Município de mais de 500000 habitantes	66	26	8

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Por último, note-se que o euro é atraente em alguns países candidatos à entrada na União Europeia, onde a opinião pública já está disposta a abandonar a moeda nacional para adotar a moeda europeia, como na Albânia (61%) ou na Bósnia e Herzegovina (66%). Entretanto, a ideia de aderir à zona do euro em caso de adesão é uma minoria na Sérvia (47%) e na Macedónia do Norte (46%).



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O REINO UNIDO DO BREXIT: UMA NAÇÃO DIVIDIDA*

SOPHIA GASTON

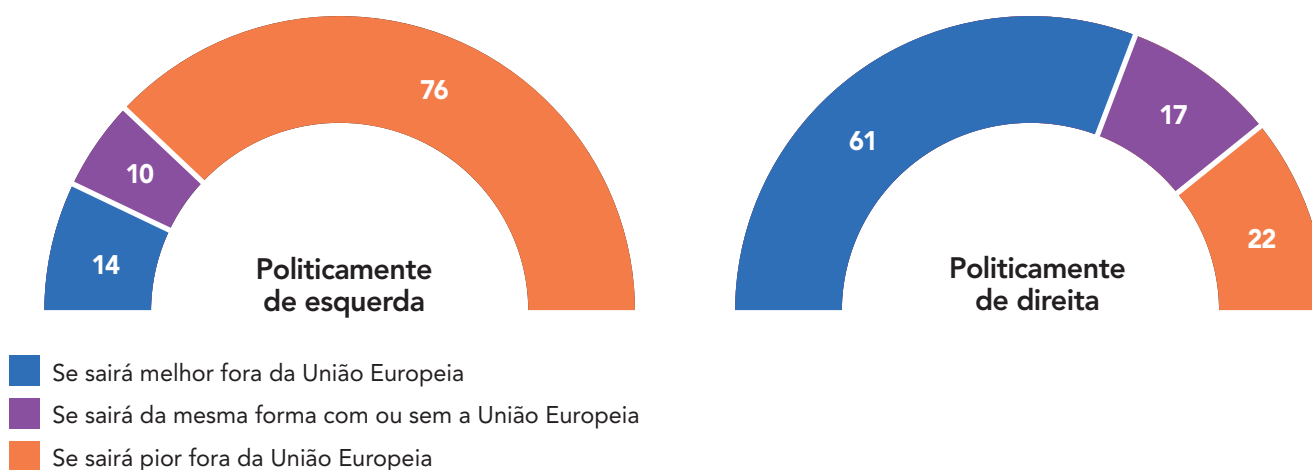
As consideráveis escolhas e desafios que Westminster enfrentou desde a votação para deixar a União Europeia estão se tornando cada vez mais críticas. Este ano político tumultuado, saturado com eventos sem precedentes, colocou o Reino Unido em um contexto extenuante no momento em que a nação se esforça para definir um caminho comum a seguir. Como mostra a nossa pesquisa, há uma forte diferença de opinião entre os cidadãos sobre o estado da nação, com a confusão Brexit, obviamente, desempenhando um papel determinante na maneira como os britânicos veem o passado, o presente e o futuro de seu país.

No que diz respeito ao julgamento retrospectivo da evolução do seu padrão de vida nos últimos anos, uma pequena maioria dos britânicos (51%) pensa, como diz memoravelmente Theresa May, que “nada mudou”, mas um quarto deles (25%) acredita que a sua situação melhorou, enquanto a mesma proporção (24%) considera que a sua situação se deteriorou. Aqueles que se situam à esquerda do espectro político são mais propensos a um sentimento negativo sobre sua situação pessoal (28%), refletindo a ligação entre a filiação política dos respondentes, suas opiniões sobre Brexit e o legado do período de austeridade do período conservador.

Enquanto quase metade (49%) dos respondentes britânicos estão otimistas de que seu país estará no futuro próximo “tão bem como está hoje”, apenas uma fração (41%) teme pelo declínio. Mais uma vez aqui, à direita do espectro política, o otimismo sobre o futuro do país (18%) é muito mais difundido do que à esquerda (4%), embora esse otimismo seja expresso de forma moderada, antecipando uma estabilização em vez de uma melhoria na situação do país.

No período pós-referendo, as pesquisas de opinião sobre o Brexit foram influenciadas pelas preferências eleitorais dos entrevistados. Geralmente, antes de 23 de junho de 2016, aqueles que estavam se preparando para votar no Brexit eram os mais pessimistas sobre o futuro do país, enquanto os que votaram no Remain eram mais otimistas. Nos meses seguintes à votação, os seus pontos de vista mudaram, destacando a importância do papel desempenhado por este referendo, estabelecendo uma linha de demarcação que separa aqueles que são do lado “bom” daqueles do lado “ruim” da história. À medida que as negociações se tornavam mais complicadas e a situação política interna mais confusa, os eleitores pró-Leave economicamente mais precários começaram a absorver parte do pessimismo dos pró-Remain, embora a porcentagem de eleitores determinados a mudar seu voto permaneceu relativamente fraca.

Na sua opinião, o Reino Unido...



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

* Este artigo foi escrito antes da decisão do adiamento da data do Brexit, inicialmente previsto para o dia 30 de março de 2019.

Esta pesquisa reflete a natureza duradoura e polarizada da opinião pública sobre o voto em si: 37% dos britânicos acreditam que o país “se sairá melhor fora da União Europeia” e 45% que ele “se sairá pior”, enquanto menos de um quinto da população acha que nada vai mudar como resultado de deixar a União Europeia (18%). Apesar do caos que reinou em Westminster em 2018, a distribuição da opinião dos britânicos praticamente não mudou desde 2017, ou apenas de maneira marginal.

Se as novas linhas divisórias da política britânica destacadas pela votação do Brexit ocuparam um lugar muito importante no debate público, é claro que as alianças tradicionais continuam a desempenhar um papel importante. Três quartos (76%) dos que se situam politicamente à esquerda pensam que o país “se sairá pior” fora da União Europeia, em comparação com apenas 22% daqueles que estão situados à direita.

Da mesma forma, as gigantescas diferenças de opinião relacionadas às características sociodemográficas dos indivíduos observáveis durante a votação do referendo de 2016 foram mantidas. Os britânicos com 60 anos ou mais têm uma probabilidade muito maior de antecipar uma situação mais próspera se seu país estiver fora da União Europeia (47%) do que aqueles com menos de 35 anos (28%) ou quadros dirigentes e ocupações intelectuais (33%). Aqueles que vêem a globalização como uma ameaça e não como uma oportunidade (47%), também planejam colher os “dividendos do Brexit”¹, enquanto aqueles que vêem a globalização como uma oportunidade são muito mais pessimistas em relação ao futuro do Reino Unido visto fora da União Europeia (32%).

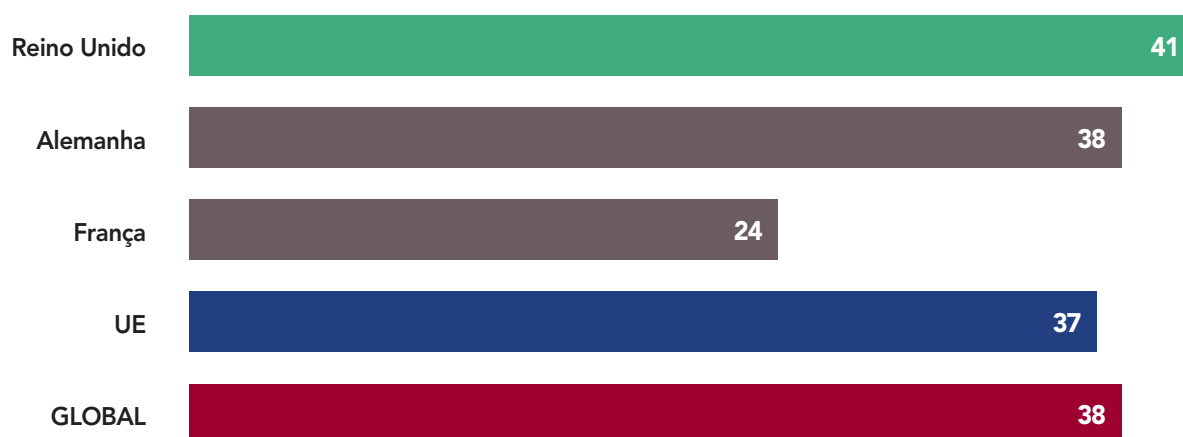
Estes resultados demonstram que enquanto a opinião do Brexit pode flutuar temporariamente devido a eventos contingentes, uma dicotomia muito rígida persiste e se torna a marca de uma nação dividida.

“A GRÃ-BRETANHA ESTÁ CANSADA DE ESPECIALISTAS”

Dada a complexidade dos problemas decorrentes do referendo, muitas discussões ocorreram depois para descobrir se a campanha havia fornecido informações suficientes para permitir que os cidadãos exercessem corretamente seu direito democrático. A questão da relação entre nível de educação e capacidade de participar de uma decisão democrática tornou-se altamente política. As opiniões estão incrivelmente divididas, com 41% dos respondentes concordando que “somente os cidadãos com conhecimento suficiente podem votar”. Seria isso uma consequência do Brexit? Este modelo “epistocrático” é aprovado pela maioria dos menores de 35 anos (53%) e um terço dos maiores de 60 anos (32%). Mais da metade dos quadros dirigentes e das profissões intelectuais (55%) e cerca de um terço dos profissionais menos qualificados (37%) também apoiam a ideia de que apenas os cidadãos com um mínimo de habilidades devem poder votar.

Ter um sistema que garante direito de voto apenas aos cidadãos com certo nível de educação seria bom ou ruim para governar o país?

Total de respostas: “muito bom” e “bom”



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. O governo de Theresa May prometeu que rendimentos financeiros (“Brexit dividend”) viriam de uma saída de União Europeia, porque a fração do orçamento destinada à União Europeia seria redistribuída dentro da economia britânica.

Durante a campanha do referendo de 2016, o secretário de Estado Michael Gove apareceu nas manchetes afirmando o seguinte: “A Grã-Bretanha está cansada de especialistas”. Se o modelo epistocrático parece encontrar um sucesso significativo entre as novas gerações, ao mesmo tempo, em um aparente paradoxo, a pesquisa da Fondation pour l’Innovation Politique - International Republican Institute também mostra que 60% dos britânicos acreditam que os cidadãos estão melhor posicionados do que os políticos para liderar o país, subscrevendo assim a ideia de democracia direta cujo referendo era uma espécie de expressão. No entanto, de acordo com os resultados, 55% dos britânicos também dizem confiar em “especialistas” para liderar o país em vez da classe política, sugerindo que o sentimento anti-establishment identificado pelo Ministro Gove é mais direcionado contra Westminster do que contra o Whitehall².

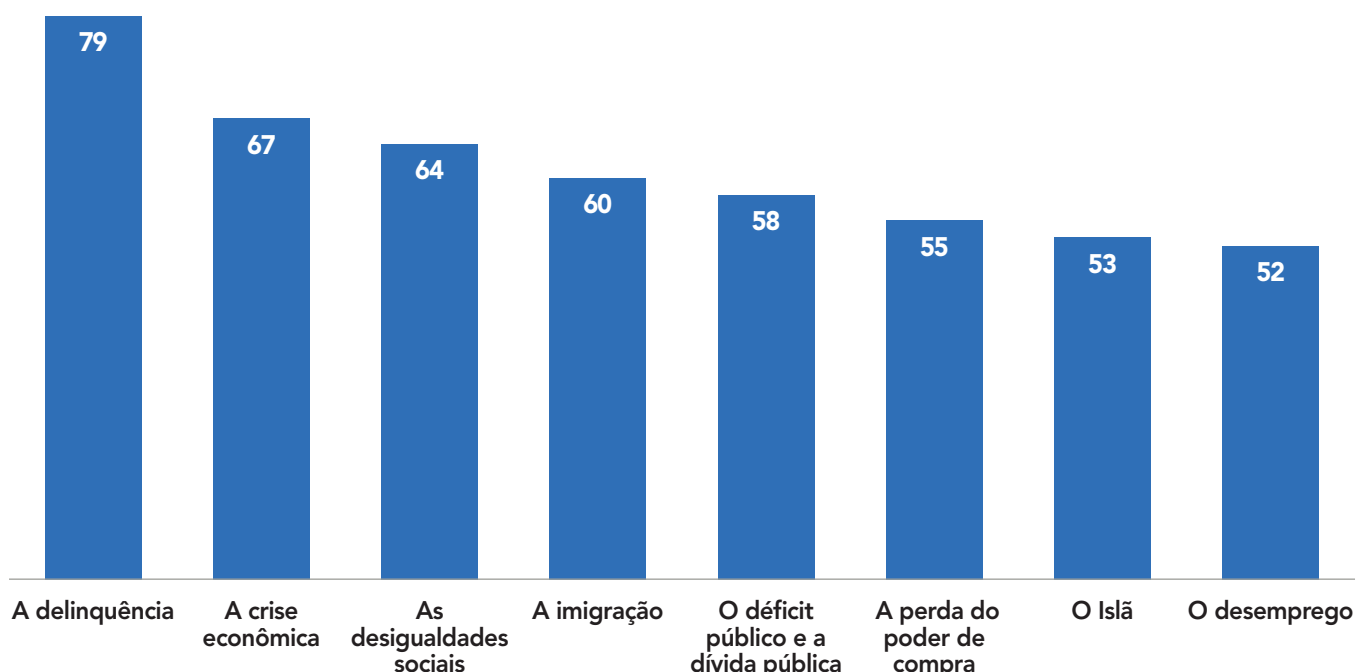
A pesquisa também nos permite estudar a opinião dos britânicos sobre os problemas internacionais mais prementes do nosso tempo. Desde que assumiu o cargo, o governo de Theresa May continuou a defender a campanha Leave, adotando a frase “Global Britain” para imaginar o lugar do país no mundo pós-Brexit. Esse termo radical, que sugere que a Grã-Bretanha desempenharia um papel mais ativo e importante em nível internacional na política de defesa, diplomacia e comércio, deixa muitas questões sem respostas a respeito das contradições inerentes à opinião pública sobre esses assuntos.

No geral, dois terços (62%) dos britânicos apoiam a adesão do seu país à OTAN. Por outro lado, a oposição à ideia de um exército europeu permanece e as preocupações quanto à exposição da União Europeia ao terrorismo e à migração ilegal não impedem que uma proporção equivalente de respondentes (65%) manifeste sua oposição a tal projeto. Deve ser visto, ao menos em parte, o legado de um euroceticismo difuso, porém poderoso, que permeou muitos meios de comunicação britânicos durante décadas. O exército europeu tornou-se o símbolo dos projetos “excessivamente ambiciosos” preparados por Bruxelas e os riscos para o Reino Unido estão cada vez mais ligados ao destino dos seus vizinhos europeus.

A independência que a Grã-Bretanha gostaria de alcançar após o Brexit irá desencadear novos debates sobre o tipo de liderança que o país quer assumir no cenário mundial e como vê seu papel como parte da comunidade europeia em nível regional.

Em relação a cada um dos seguintes assuntos, diga se está preocupado ou não

Total de respostas: “muito preocupado” e “preocupado”



© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

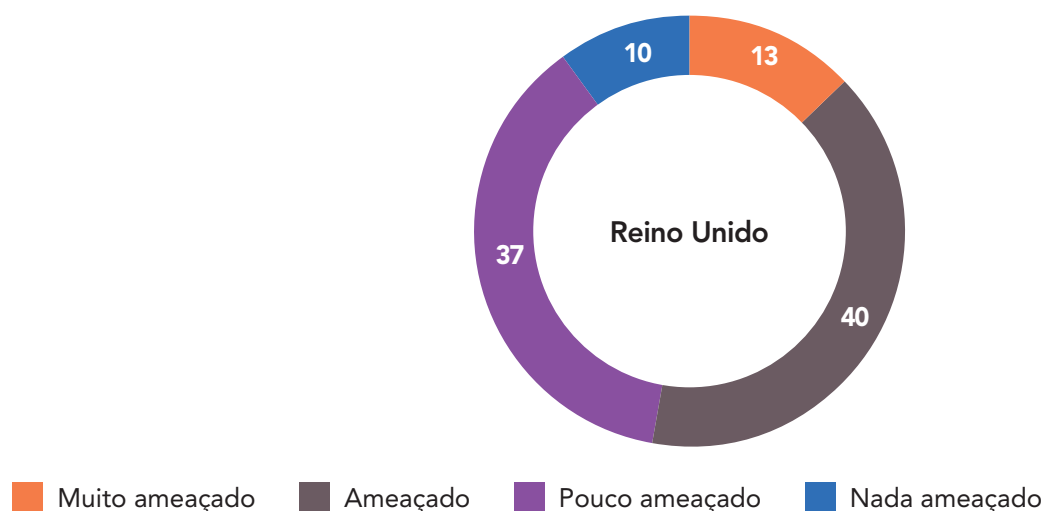
2. Whitehall designa aqui o governo britânico em seu conjunto, em oposição a Westminster que se refere ao Parlamento e ao governo do primeiro ministro.

A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO CONTINUA SENDO CONTROVERSA

Intrínseca à campanha do referendo e muito presente nas discussões nacionais no Reino Unido nos últimos dez anos, a questão da imigração continua sendo uma fonte de discórdia na população, com uma clara maioria (60%) dos cidadãos declarando se preocupar com este problema. Se aproximadamente o mesmo número de pessoas sente que é seu “dever receber refugiados que fogem da guerra e da miséria em seu país” (59%), a orientação política dos entrevistados exerce uma forte influência sobre suas opiniões neste assunto. Os entrevistados à direita estão divididos sobre esta questão, com 47% reconhecendo este dever, enquanto 53% não. Por outro lado, os entrevistados de esquerda são em grande parte a favor de receber refugiados (82%). No entanto, em geral, a maioria dos britânicos considera que seu país não pode acomodar mais refugiados pois podem aumentar o risco de delinquência (52%), terrorismo (55%) e poderiam ser um problema para a economia do país. (51%). Pouco menos da metade dos entrevistados acredita que os refugiados não compartilham os mesmos valores e que isso coloca problemas de convivência (47%).

Esse medo dos migrantes reflete um sentimento generalizado e difuso de insegurança nacional, que sustenta a atmosfera febril da política britânica, uma atmosfera refletida pelo fato de que a maioria dos respondentes britânicos acredita que seu modo de vida está ameaçado (53%). Essa é uma característica contemporânea comum a muitas democracias ocidentais: a preocupação dos cidadãos com a continuidade de suas tradições e cultura desperta, em reação, um medo defensivo com pesadas consequências políticas. Em suas respostas, apenas 10% dos britânicos consideram que seu estilo de vida ou o modo como vivem em seu país não está “de forma alguma” sob ameaça, o que implica que mesmo os mais progressistas acham que mudanças significativas e problemáticas estão surgindo. Esta questão oferece uma ideia do impacto do Brexit na psicologia nacional, com os da esquerda ainda mais preocupados (61%) do que os da direita (47%).

Você acha que seu o estilo de vida, ou o modo de viver no seu país, esteja ameaçado?



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Um dos paradoxos da votação sobre o Brexit é que suas consequências devastadoras criaram um clima no qual se tornou difícil para o governo encontrar a margem necessária para responder aos problemas que produziram esse resultado. Enquanto a Grã-Bretanha tenta embarcar em uma nova vida fora da União Europeia, uma nova pressão será exercida sobre o governo por uma agenda radicalmente diferente, focada no combate às injustiças sociais e contra as formas de insegurança com que os cidadãos são cada vez mais confrontados.

Depois de um debate público que foi ficando cada vez mais difícil nos últimos anos, é urgente reunir os cidadãos em torno de um novo programa que possa constituir um consenso nacional. Apesar da perigosa escalada retórica de Westminster, três quartos dos britânicos dizem que não sentem nenhum desconforto com pessoas com diferentes visões políticas (73%). Após anos de esclerose política e controvérsias tumultuadas, o debate público deve avançar, a Grã-Bretanha deve se unir e se reconstruir.

BREXIT, LABORATÓRIO DA LUTA GERACIONAL?

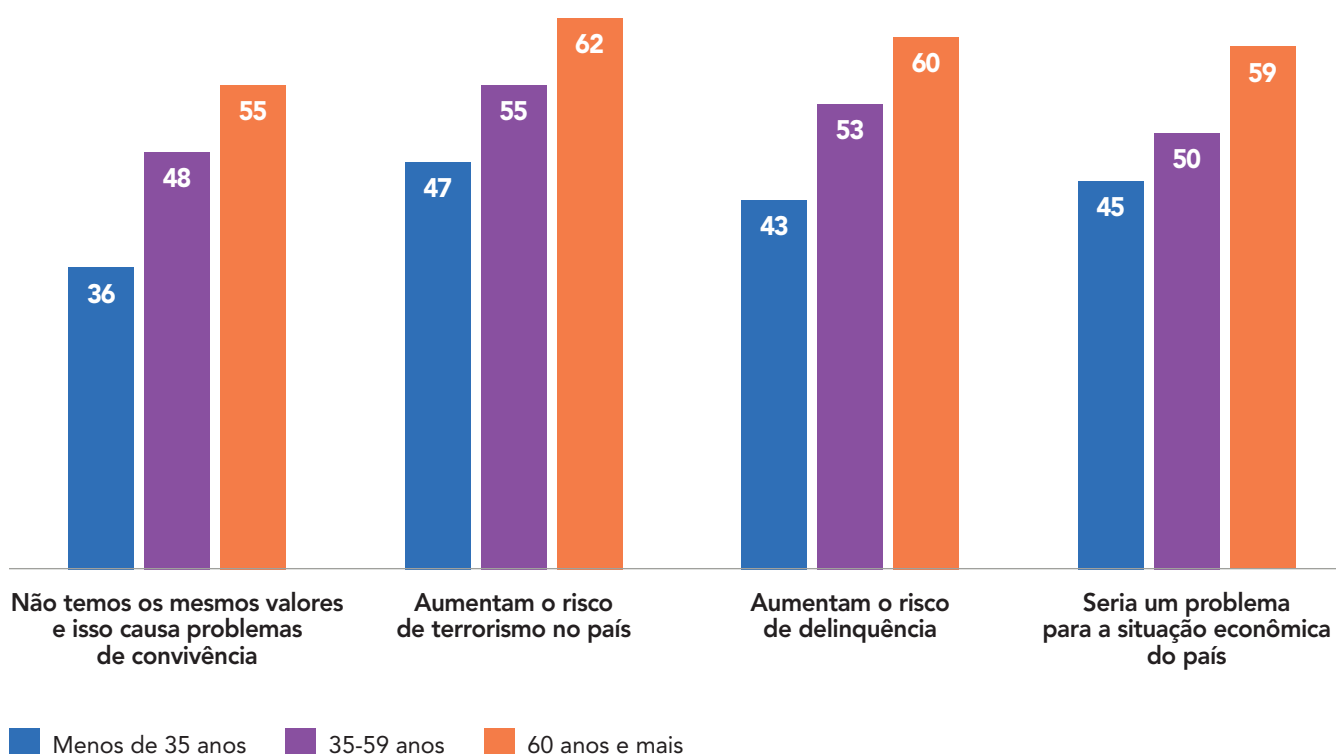
MAUDE PAILLARD-COYETTE

No Reino Unido, a votação no Brexit ressaltou a existência de uma profunda divisão entre as gerações: 71% dos eleitores entre 18 e 34 anos votaram pela permanência na União Europeia (Remain), enquanto que 64% dos eleitores com 60 anos ou mais votaram a favor da saída (Leave). Um ano após este referendo histórico, as eleições gerais de 2017 confirmaram a divisão do eleitorado britânico de acordo com as faixas etárias, uma vez que, sem dúvida, desempenharam um papel mais decisivo do que em qualquer outra votação desde a década de 1970. O nosso estudo confirma esta tendência: apenas 28% dos jovens entre os 18 e os 34 anos pensam que o Reino Unido irá melhorar fora da União Europeia, em comparação com 37% de 35-59 anos e 47% de 60 anos ou mais.

Foi comum argumentar que as atitudes em relação à imigração tiveram um papel importante no resultado do referendo. Existem também fortes diferenças geracionais. Enquanto metade dos 18-34 anos (51%) estão preocupados com a imigração, esta proporção aumenta para 62% dos 35-59 anos e para 65% dos 60 anos ou mais. Os mais jovens são também mais favoráveis do que os mais velhos à recepção de refugiados: 70% dos menores de 35 anos consideram ter o dever de acolher em seu país "refugiados que fogem da guerra e da miséria" contra 50% das pessoas com 60 anos ou mais e 57% das pessoas entre 35 e 59 anos.

Não podemos acolher mais refugiados, pois...

Total de respostas: "concordo totalmente" e "concordo"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Ver "YouGov Survey Results on EU referendum vote, 23-24 junho 2016" (https://d25d2506sfb94s.cloudfront.net/cumulus_uploads/document/oxmidrr5wh/EUFinalCall_Reweighted.pdf).
2. Ver Ipsos Mori, "How Britain voted in the last general election", 20 junho 2017 (<https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/how-britain-voted-2017-election>).

Em vista desses resultados, fica claro que o emblemático slogan de Nigel Farage, que promete que uma saída da União Europeia permitiria que a Grã-Bretanha “recuperasse o controle de suas fronteiras”, não teve o impacto esperado pelos populistas com as novas gerações. Talvez esse relativo fracasso dos apoiadores do Leave possa ser explicado pela preocupação dos jovens com seu futuro econômico e social. Além do tema da imigração, uma das principais promessas da campanha do Leave foi a melhoria da situação econômica do Reino Unido. Ora, como visto, os dados da nossa pesquisa mostram uma preocupação mais abrangente entre os mais jovens.

Em relação a cada um dos seguintes assuntos, diga se está muito preocupado ou não

Total de respostas: “muito preocupado” e “preocupado”

	Menos de 35 anos	35-59 anos	60 anos e mais
O desemprego	58	53	44
As desigualdades sociais	69	66	56
A perda do poder de compra	55	55	55
A crise econômica	70	66	66

© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

O julgamento da globalização está ligado à opinião sobre o Brexit: 47% dos britânicos considerando a globalização como uma ameaça (e não como uma oportunidade) acreditam também que o Reino Unido ficará melhor fora da União Europeia. Considerando a idade dos entrevistados, 70% das pessoas com menos de 35 anos acreditam que a globalização é uma oportunidade, em comparação com 64% de 35-59 e 60% de 60 anos ou mais. A visão da globalização, mais frequentemente positiva para os jovens britânicos do que para os mais velhos, é um dos elementos explicativos do voto britânico em geral e do voto dos jovens britânicos em particular.

Na sua opinião, o Reino Unido...

	A globalização é uma oportunidade			A globalização é uma ameaça		
	Menos de 35 anos	35-59 anos	60 anos e mais	Menos de 35 anos	35-59 anos	60 anos e mais
Se sairá melhor fora da União Europeia	22	33	41	40	45	57
Se sairá da mesma forma com ou sem a União Europeia	23	17	13	20	24	10
Se sairá pior fora da União Europeia	55	50	46	40	31	33

© Fondation pour l’innovation politique/International Republican Institute – 2019

Chave de leitura: Entre os menores de 35 anos que veem a globalização como uma oportunidade, 22% consideram também que o Reino Unido se sairá melhor fora da União Europeia e 55% pensam que se sairá pior. Entre os maiores de 60 anos que veem a globalização como uma ameaça, 57% pensam que o Reino Unido se sairá melhor fora da UE e 33% acham que se sairá pior.

ESTADOS BÁLTICOS, ENTRE IDEIAS DEMOCRÁTICAS E TENTAÇÕES AUTORITÁRIAS

MANTAS ADOMÉNAS

Todas as sociedades bálticas estão bastante satisfeitas com os recentes desenvolvimentos em seus países. Nas três sociedades envolvidas, a maioria dos respondentes considera que o seu modo de vida não está ameaçado, sendo os estonianos os mais numerosos (84%), à frente dos lituanos (67%) e dos letões (61%). Em média, na União Europeia, isto diz respeito apenas a 46% dos entrevistados. O otimismo relativo prevalece na Estônia, onde um terço (34%) dos respondentes acha que seu país estará melhor amanhã do que é hoje, enquanto um quarto (25%) acha que estará pior. Também na Letônia, as expectativas otimistas (39%) excedem as expectativas pessimistas (35%). Por outro lado, existe uma situação inversa entre os lituanos, ligeiramente mais pessimista (31%) do que otimista (28%).

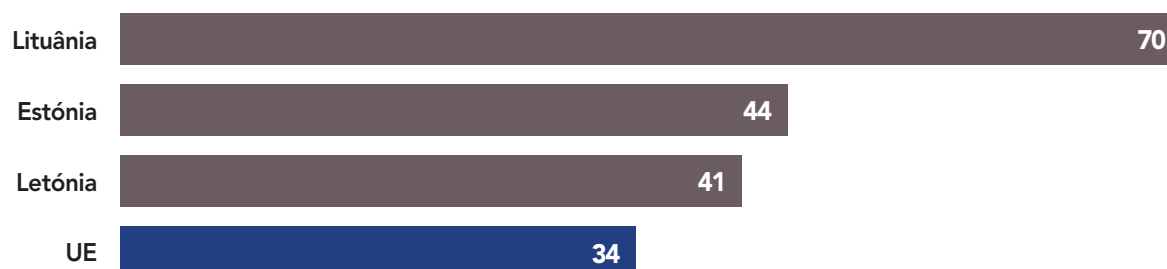
No que diz respeito às instituições políticas nacionais, os estonianos afirmam um nível de confiança mais elevado do que os seus vizinhos bálticos: 52% dos estonianos confiam no seu governo (contra 36% dos lituanos e 28% dos letões), 53% confiam o seu Parlamento (contra 29% dos lituanos e 32% dos letões) e 68% confiam no seu sistema judiciário (contra 46% dos lituanos e 42% dos letões). Os partidos políticos são objeto de um nível muito elevado de desconfiança, porém menos na Estônia onde um quinto dos entrevistados (21%) afirma confiar nos partidos políticos (em comparação com 11% dos lituanos e 13% dos letões). As diferenças são ainda mais marcantes quando se trata de avaliar formas de governo que não a democracia representativa: apenas um terço dos estonianos aprova a idéia de um governo confiado a especialistas (31%), contra uma maioria lituanos (80%) e letões (70%).

A opção proposta entre ordem e liberdade levou os respondentes dos três países a dizer que preferiam mais a ordem, embora isso tivesse consequências negativas para a liberdade. Esta preferência aplica-se aos estonianos, que são os mais moderados (56%), os letões (64%) e quase três quartos dos lituanos (72%). Um efeito de geração pode, no entanto, explicar aquilo, uma vez que os mais velhos (com 60 anos ou mais) são bem mais a favor da ordem (75% na Estônia e na Letônia, 85% na Lituânia), enquanto os jovens (com menos de 35 anos) estão mais divididos sobre a questão (66% na Estônia, 48% na Lituânia e 46% na Letônia favorecem a liberdade).

A tentação autoritária está sempre presente, mas domina na Lituânia. A questão de se ter como chefe de governo uma "pessoa forte que não precisa se preocupar com o Parlamento ou as eleições" deixa essas diferenças claras.

Ser um país liderado por uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições seria bom para governar o país?

Total de respostas: "muito" e "bom"

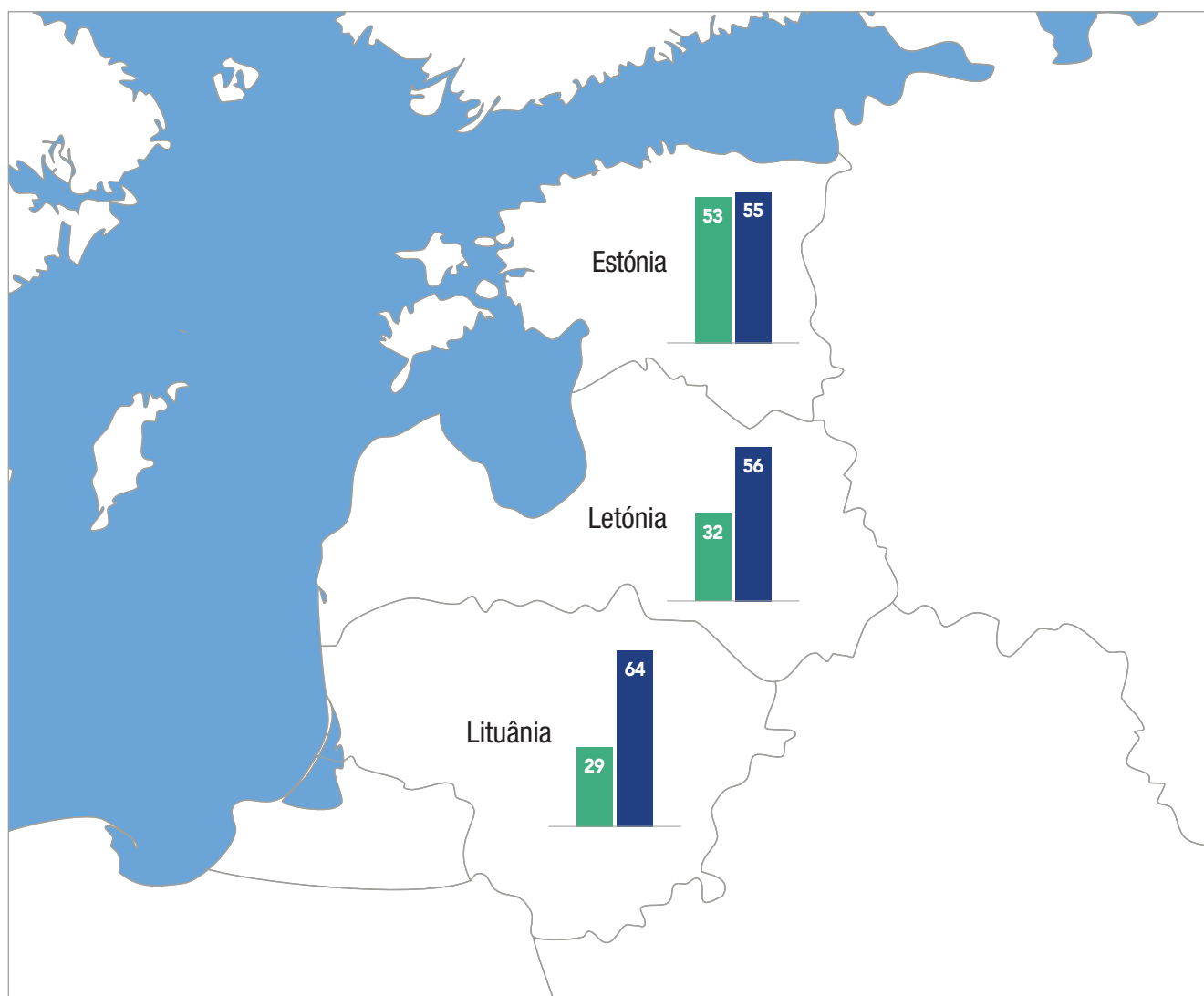


© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Os três países bálticos são também a favor da União Europeia, uma vez que a adesão do seu país à União Europeia é apoiada pela maioria dos lituanos (61%), estonianos (59%) e, em menor escala, letões (51%). Além disso, as instituições da União Europeia suscitam considerável confiança. Assim, tal como o resto da União, os bálticos têm mais confiança no Parlamento Europeu do que nas suas legislaturas nacionais.

Confiança nos parlamentos nacionais e no Parlamento europeu

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"



■ Parlamento nacional ■ Parlamento Europeu

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

No que diz respeito ao euro, que se tornou a moeda dos Estados bálticos, note-se que os entrevistados de um país são ainda mais favoráveis à moeda europeia na medida em que seu país é membro da zona do euro há mais tempo: na Estónia, que aderiu à área do euro em 2011, três quartos da população (76%) querem manter o euro como moeda nacional, mas este valor desce para 58% na Letónia (membro em 2014) e 45% na Lituânia (membro em 2015).

Em termos de política externa, a população dos três países apoia a adesão à OTAN: 75% dos estonianos, 71% dos lituanos e 55% dos letões, o que ainda está acima do apoio médio na região dos países da OTAN (50%). Como resultado da história, o apoio à OTAN é a consequência da avaliação comparativa do papel das duas grandes potências, os Estados Unidos e a Rússia, no cenário internacional. Nos três países bálticos, uma proporção significativa da população está preocupada com a atitude dos EUA no cenário internacional: 48% dos estonianos, 42% dos letões e 33% dos lituanos. Por outro lado, 80% dos estonianos, 74% dos lituanos e 66% dos letões consideram o comportamento da Rússia preocupante.

No fundo há um liberalismo econômico afirmado na visão dos respondentes sobre a democracia nos Estados Bálticos. A maioria dos estonianos (67%) e letões (66%) apóiam a limitação do papel do Estado na economia e o fortalecimento da liberdade corporativa. Por outro lado, a maioria dos lituanos (58%) acredita que "o papel do Estado na economia deve ser fortalecido e a liberdade das empresas deve ser restringida". No geral, a Estónia tem as características das democracias nórdicas, enquanto os lituanos parecem mais inclinados à autocracia de tipo "Visegrád", com a perspectiva da Letónia em uma posição mediana.

ENFRENTANDO NOVOS PERIGOS, A IDEIA DE UM EXÉRCITO EUROPEU RENASCE

VICTOR DELAGE

A ideia de um exército comum a todos os Estados da União Europeia não é nova. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, uma primeira tentativa foi iniciada pela Alemanha, França, Itália e os três países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Este projeto da Comunidade Europeia de Defesa (CED) previa instituições supranacionais, um orçamento comum e forças armadas comuns sob o comando supremo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mas finalmente, em 30 de agosto de 1954, a rejeição do tratado pela Assembleia Francesa designou o fim do projeto.

SEIS EM CADA DEZ EUROPEUS SÃO FAVORÁVEIS AO ESTABELECIMENTO DE UM EXÉRCITO EUROPEU

As atuais convulsões geopolíticas reativaram a ideia de um exército europeu. A segurança dos cidadãos é a primeira missão dos Estados e as forças militares são uma expressão essencial da soberania nacional; no entanto, os europeus sabem que seu poder nacional não é mais suficiente para protegê-los de novas ameaças. Como mostra nossa pesquisa, o terrorismo (83%), a guerra (72%), a imigração (69%), mas também a maneira como os Estados Unidos (63%), a Rússia (61%) e a China (40%) estão atuando no cenário internacional, tem causado temores entre os cidadãos da União Europeia e alimentando uma demanda por maior segurança. Quando questionados sobre o seu desejo de ver a União Europeia adquirir “um exército comum a todos os Estados-Membros, para além das fronteiras de cada país”, a maioria (59%) dos europeus é a favor. Essa ideia é aprovada por uma maioria de entrevistados em 20 dos 27 Estados membros da União Europeia.

TRIUNFO DA IDEIA EUROPEIA: FRANCESES E ALEMÃES CONVERGEM A FAVOR DE UM EXÉRCITO COMUM

A principal resistência à criação de um exército europeu encontra-se principalmente em países hostis a uma Europa de defesa, como na Escandinávia (57% dos dinamarqueses e suecos são contra, 51% dos finlandeses), mas também na Irlanda (64%), na Croácia (56%) e na República Tcheca (52%). A saída da Grã-Bretanha da União Europeia, um país tradicionalmente oposto ao fortalecimento da cooperação de defesa europeia, poderia favorecer o surgimento de um exército europeu. Relançado em 2015 por Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão europeia, após a crise na Crimeia, a ideia de construir uma defesa comum é agora defendida pela dupla franco-alemã, que multiplica as declarações oficiais nesse sentido. Por ocasião do centenário do armistício de 11 de novembro de 1918, o presidente francês Emmanuel Macron pediu a criação de um exército europeu, apoiado alguns dias depois pela chanceler alemã, Angela Merkel, falando em frente ao Parlamento Europeu. Mais recentemente, o novo tratado franco-alemão, assinado em 23 de janeiro de 2019 pelos dois chefes de Estado em Aachen, visa contribuir para a criação, a longo prazo, de um “exército europeu”, segundo os termos da chanceler alemã. Como os nossos resultados mostram, os cidadãos destes dois países são a favor desta ideia: quase dois terços (64%) dos franceses e metade dos alemães (50%) são a favor da constituição de um exército comum para todos os Estados membros. Mas é impossível não levar em conta o pacifismo enraizado na cultura política alemã e a vontade de se afastar dos grandes conflitos que estão abalando o mundo, assim como a ligação deste país à Otan.

Os outros quatro países fundadores da União Europeia manifestam igualmente o seu apoio à ideia de um exército europeu: quase dois terços (65%) dos belgas e italianos, uma grande maioria (62%) dos luxemburgueses e uma maioria (51%) dos holandeses. No Sul da Europa, fortemente impactado pela crise migratória, os entrevistados são majoritariamente a favor dessa nova etapa da União Europeia: gregos (68%), italianos (65%), portugueses (62%) e os espanhóis (60%).

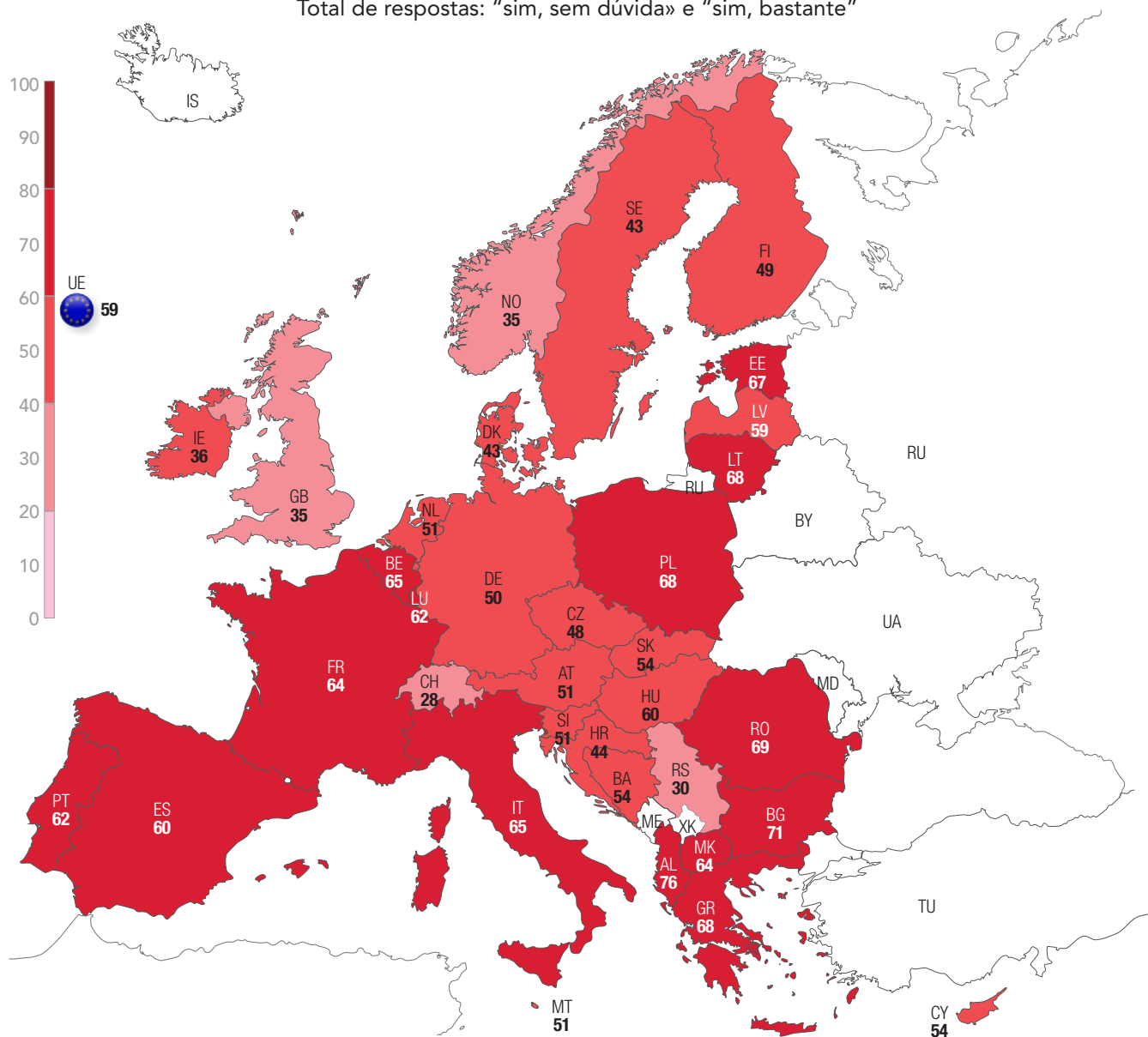
A IDEIA DE UM EXÉRCITO EUROPEU É FORTEMENTE APROVADA NA EUROPA DO LESTE

Na Europa Central e Oriental, na maioria dos países encontra-se uma opinião majoritária a favor de um exército europeu. É claro que essa sensibilidade em relação à questão da segurança, especialmente nos países bálticos, deve-se em grande parte à proximidade geográfica com a Rússia, com um passado historicamente traumático e uma ameaça sempre presente, como mostra o exemplo da anexação da Crimeia em 2014. É preciso lembrar que, em fevereiro de 2018, a Rússia instalou mísseis Iskander com capacidade nuclear em Kaliningrado, um enclave militarizado entre a Polônia e a Lituânia, antes de realizar seu maior exercício militar pós-soviético em setembro daquele ano, uma simulação de uma grande guerra terrestre envolvendo 300.000 soldados. Existe provavelmente uma conexão entre o fato de que 80% dos estonianos, 74% dos lituanos e 66% dos letões considerem como preocupante a atitude da Rússia no cenário internacional por um lado, e o apoio do povo desses três países bálticos para a criação de um exército europeu: 68% dos lituanos, 67% dos estonianos e 59% dos letões. Comparando esses resultados com a nossa pesquisa anterior de 2017, podemos ver que a Estônia é o país onde a ideia de formação de um exército comum progride mais claramente (25 pontos adicionais).

Entre as outras democracias da União Europeia anteriormente comunistas, a opinião a favor de um exército europeu é majoritária entre búlgaros (71%), romenos (69%), polacos (68%), húngaros (60%), eslovacos (54%) e eslovenos (51%). Apenas croatas e tchecos parecem mais reservados, já que o nível de aprovação não atinge a maioria dos entrevistados (44% e 48%, respectivamente). Mais para o Oriente ainda, os albaneses, animados pelo sonho de atracar na União Europeia quase trinta anos depois da queda da ditadura comunista que foi uma das mais severas da história na Europa moderna, apoiam fortemente (76%) a ideia de um exército comum.

Gostaria que a União Europeia dispusesse de um exército comum a todos os Estados membros, para além do exército de cada país?

Total de respostas: "sim, sem dúvida" e "sim, bastante"

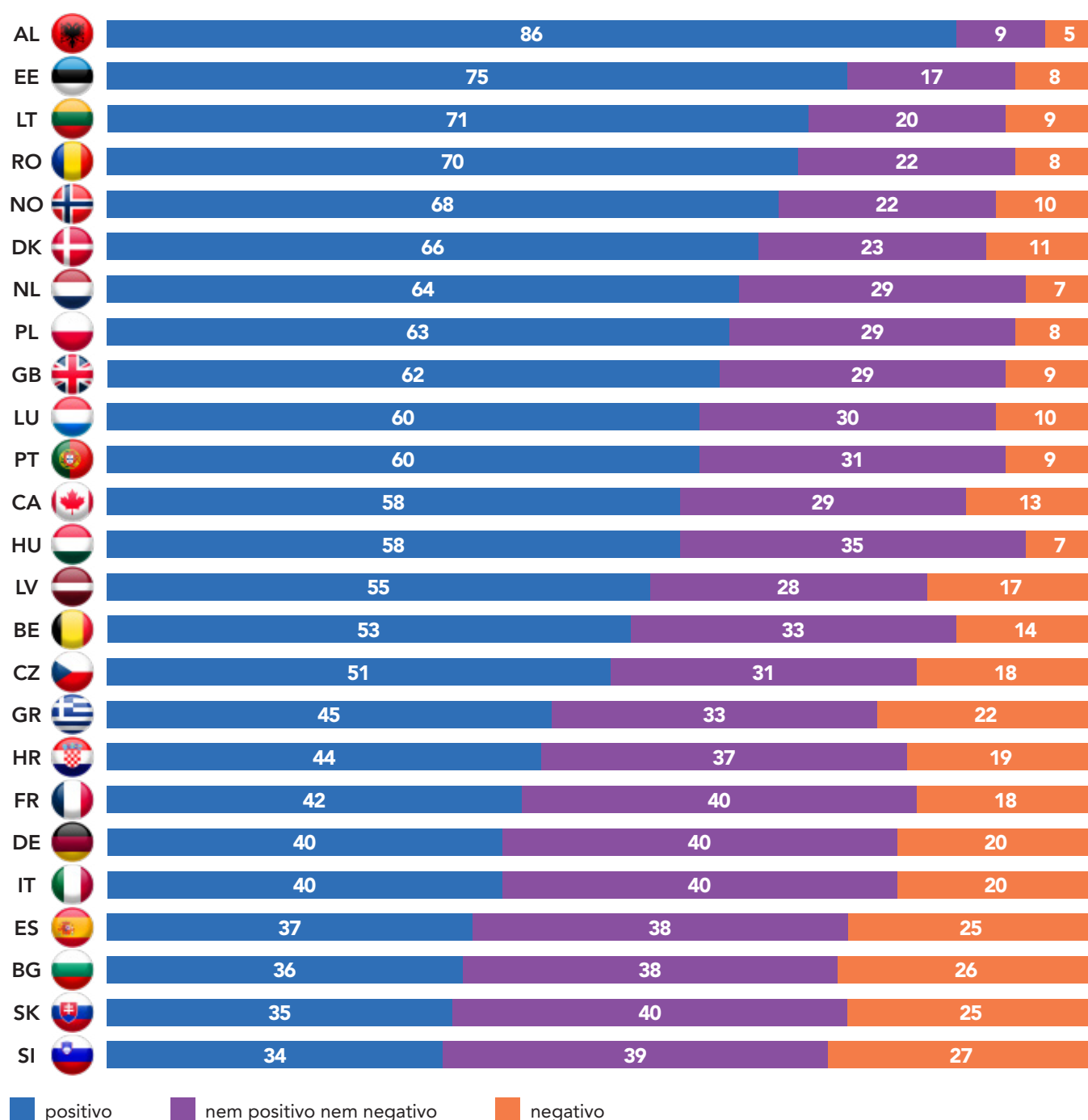


O EXÉRCITO EUROPEU E A OTAN NÃO SÃO MAIS VISTOS COMO INCOMPATÍVEIS

Durante muito tempo, esses países orientais, historicamente muito ligados à OTAN desde a queda do bloco soviético, tinham um certo ceticismo quanto ao estabelecimento de uma estrutura militar paralela. Muitos temiam que a construção de um exército europeu levasse a um enfraquecimento da OTAN, considerada, juntamente com os Estados Unidos, suportes de sua segurança. Atualmente essas duas estruturas não parecem mais antinômicas. Em média, nos onze países do antigo bloco soviético agora membros da União Europeia, quase dois terços (63%) apóiam a ideia de um exército europeu, com uma média europeia de 59%. Ao mesmo tempo, uma grande maioria (58%) acredita que a adesão à OTAN é uma coisa boa, para uma média europeia de 47%.

Os dados recolhidos no nosso estudo mostram que, na maioria das democracias da União Europeia, o estabelecimento de um exército comum a todos os Estados-Membros é amplamente endossado pelo público. Isso deve certamente ser visto como uma combinação dos medos de uma época, as novas ameaças que pairam sobre o Velho Continente e os efeitos da política americana do presidente Trump que deu origem a preocupações na Europa, inéditas desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O fato de o seu país pertencer a uma aliança militar com os Estados Unidos (OTAN) é...



OS EUROPEUS E O NOVO ESPAÇO PÚBLICO: MÍDIA, REDES SOCIAIS E INTERNET

ALEX TARASCIO

Em nossa pesquisa, dois terços (66%) dos Europeus declaram não confiar na mídia. Por outro lado, os novos meios de informação e de comunicação são percebidos de modo mais favorável por uma grande maioria dos Europeus: 83% eles consideram que a Internet e as redes sociais são “positivas, pois permitem que cada um busque informações”.

As opiniões favoráveis se encontram em todas as categorias sócio demográficas, com uma exceção notável, a da faixa de 60 e mais, claramente em menor número que os de 18-34 anos que aprovam a ideia de que a Internet e as redes sociais “são positivas, pois permitem conhecer novas pessoas” (69% contra 79%).

Por esses resultados, é difícil saber se os cidadãos da União Europeia rejeitam a mídia tradicional em si ou se, simplesmente, só recebem informações pelas redes sociais. De qualquer maneira, a evolução tecnológica oferece a possibilidade de escolher livremente o modo de se informar e a possibilidade de ter acesso ao conteúdo muitas vezes gratuito.

Dentro da União Europeia, as populações do antigo bloco comunista¹ estão mais convencidas do que as da Europa ocidental² sobre as vantagens ligadas à Internet e às redes sociais. Em média, uma grande maioria (80%) de cidadãos da Europa ocidental percebe a Internet e as redes sociais como “positivas, pois permitem que cada um busque informações”. Nos antigos países comunistas, a opinião concorda mais claramente ainda (92%) com essa afirmação. A respeito dos outros aportes positivos e negativos da Internet e das redes sociais, diferenças similares são observáveis.

Internet e as redes sociais são...

Resposta: “concordo”

	Europa ocidental	Países do antigo bloco comunista membros da União Europeia
São positivas, pois permitem que cada um se possa expressar mais livremente	67	81
São positivas, pois permitem que cada um se possa informar	80	92
São positivas, pois permitem conhecer novas pessoas	72	85
São negativas, pois fornecem a terceiros (empresas, governos, círculos próximos, etc.) demasiadas informações sobre a nossa vida privada	72	65
São negativas, pois favorecem a difusão de informações falsas	74	69
São negativas, pois fazem com que falemos apenas com pessoas que partilhem da nossa opinião	32	24

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

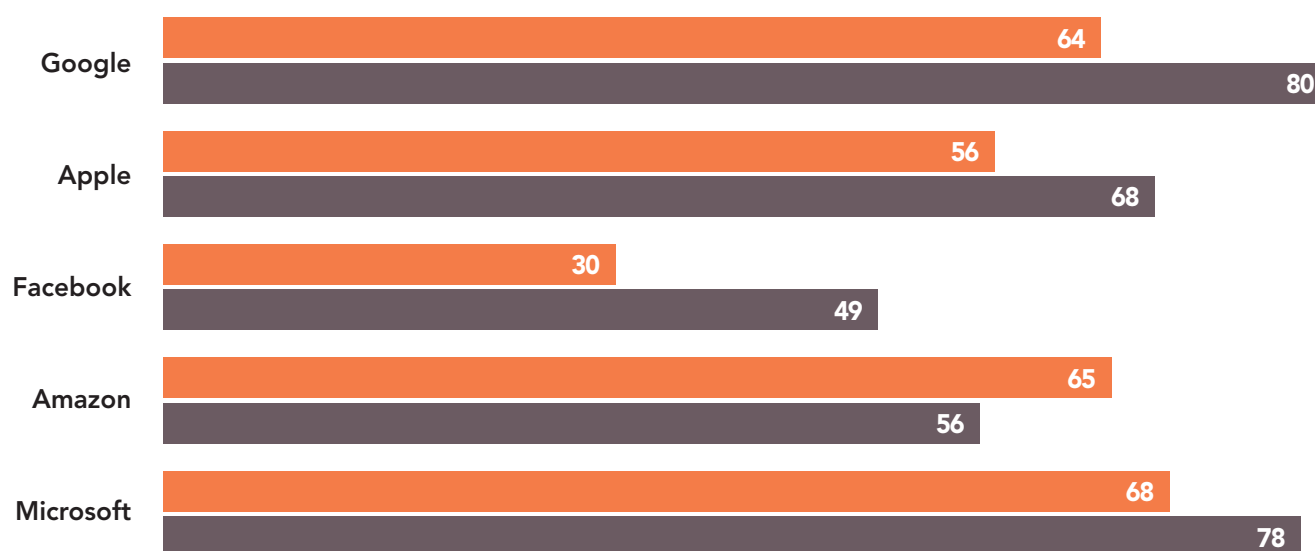
2. Estão agrupados sob esse termo os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal e Suécia.

OPINIÕES DIVERGENTES SOBRE OS GIGANTES DA TECNOLOGIA NA EUROPA

Empresas como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft exercem uma influência considerável, mas os Europeus consideram cada uma dessas empresas de maneira diferente.

Para cada uma das seguintes empresas, diga se você confia ou não

Total de respostas: "confio totalmente" e "confio"



■ Europa Ocidental ■ Países do antigo bloco comunista membros da União Europeia

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

O Facebook é a empresa que é percebida de forma mais negativa pela opinião: apenas um terço dos entrevistados (30%) na Europa Ocidental diz confiar nele. Se a empresa permanece como a operadora da rede social mais popular na Europa Ocidental, sua reputação sofreu com a série de revelações sobre o modo como coleta e trata os dados dos usuários. Em 2018, um escândalo revelou laços entre o Facebook e a consultoria política Cambridge Analytica, envolvendo dados pessoais de 87 milhões de usuários desde 2014. Revelado no momento do estabelecimento do Regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD), esse escândalo provocou uma tempestade de opiniões, de considerações negativas provindo tanto dos usuários quanto dos governos. Esses elementos de contexto explicam em parte a desconfiança expressa pelos Europeus ocidentais em relação ao Facebook, em contracorrente da confiança que eles concedem aos outros gigantes da tecnologia.

Dentro da União Europeia deve-se constatar que os cidadãos do antigo bloco comunista confiam muito mais no Facebook (49%), com uma diferença de 19 pontos em relação ao nível de confiança registrado na Europa ocidental. Com exceção da Amazon, que recebe mais confiança no Oeste (65%) do que no Leste (56%), a população dos antigos países comunistas tem mais confiança nos gigantes da tecnologia do que na Europa ocidental. A Apple (68% no leste contra 56% no oeste), Google (80% contra 64%) e Microsoft (78% contra 68%) beneficiam, os três, de uma margem de confiança superior a 10 pontos.

Uma das explicações dessa diferença está, certamente, na história recente, quando a maioria dos cidadãos dos antigos países comunistas não podiam ter acesso à informação a não ser a partir da mídia totalmente controlada pelo Estado. A Internet e as redes sociais permitem aos cidadãos definir por si mesmos seu novo espaço público e contribuem para o debate de modo livre e descentralizado. Visivelmente, os europeus do antigo bloco comunista consideram que as vantagens ligadas às plataformas digitais são mais importantes do que suas potenciais consequências negativas.



O MUNDO DEMOCRÁTICO NA DEFENSIVA



- **Os Estados Unidos, a China, a Rússia e a União Europeia: amigos ou inimigos?** | Samuel Johannes e Thibault Muzergues..... 134
- **Brasil: uma sociedade tolerante que enfrenta uma desilusão democrática** | Octavio de Barros..... 141
- **A anglosfera: liberalismo econômico e político** | Graham Scott..... 144
- **Confiança e desconfiança nas sociedades democráticas** | Thibault Muzergues..... 146
- **Intervenção militar para a defesa dos valores democráticos é impopular** | Alex Tarascio..... 150

OS ESTADOS UNIDOS, A CHINA, A RÚSSIA E A UNIÃO EUROPEIA: AMIGOS OU INIMIGOS?

SAMUEL JOHANNES E THIBAUT MUZERGUES

Desde o início do século XX, os Estados Unidos tornaram-se progressivamente líderes mundiais e, com eles, a democracia tornou-se um modelo. Quando foi ameaçada e atacada, resistiu e prevaleceu sobre o totalitarismo. Entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1991, o chamado período da “Guerra Fria” viu a vitória do mundo democrático, liderado pelos Estados Unidos, sobre o mundo comunista, liderado pela Rússia Soviética. O colapso do comunismo, após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desaparecimento da URSS em 1991, pareceu marcar a vitória definitiva da democracia e o triunfo dos Estados Unidos. O século XXI pode ser visto como um novo século democrático. Mas a dúvida se instala novamente. É claro que a URSS não existe mais, o comunismo parece desacreditado por um longo tempo e a Rússia, apesar de seu regime autoritário, seu estilo marcial e sua intromissão na vida das democracias europeias, continua sendo uma potência econômica mediana, com uma população envelhecendo. No entanto, nem por isso o mundo democrático está convencido de poder saborear tranquilamente sua vitória.

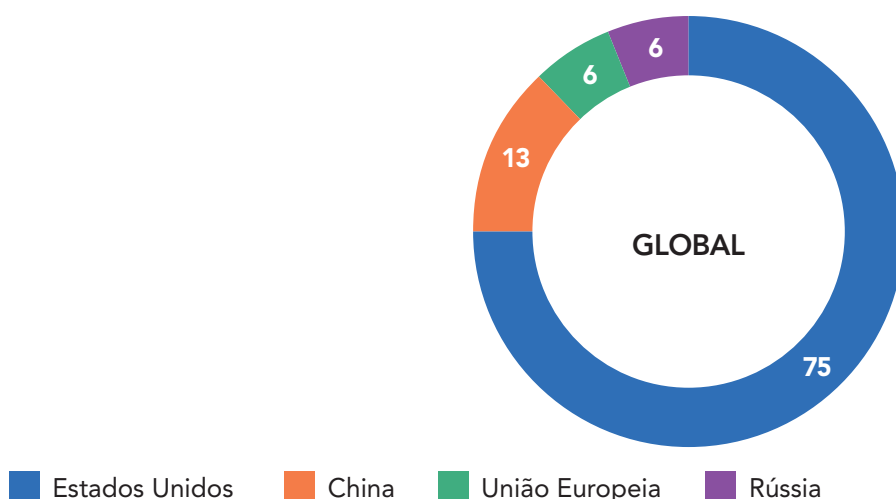
Paradoxalmente o declínio da Rússia também favorece a ascensão da China, país que exporta um novo modelo político associando uma organização estatal e política do comunismo à estruturação de uma economia de tipo capitalista. A China se enriquece através do comércio com o mundo enquanto fortalece seu poder através de inovações científicas e técnicas. O mundo democrático enfrenta novamente um modelo político alternativo autoritário. É neste contexto que devemos avaliar a forma como as democracias olham para a atitude dos Estados Unidos, da China ou da Rússia no cenário internacional.

Além disso, a União Europeia também está em debate, sendo o surgimento desta organização democrática transnacional um dos principais eventos políticos do final do século XX. Após passar de seis para vinte e oito membros entre 1957 e 2013, incluindo o acolhimento de onze países do antigo bloco soviético, a União Europeia é mais uma ilustração do ciclo histórico particularmente favorável à democracia.

O primeiro elemento que permite apreender essas percepções está na ideia de uma classificação das potências globais em termos de influência. Para isso, fez-se a pergunta: “qual destes países ou grupo de países [China, Estados Unidos, Rússia, União Europeia], é, na sua opinião, o mais influente do mundo?”¹

Qual destes países ou grupo de países é, na sua opinião, o mais influente do mundo?

Resposta: primeiro



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

1. Os entrevistados tiveram que classificar as diferentes potências mundiais em primeiro, segundo, terceiro e quarto, segundo a força estimada de influência de cada uma delas. O total das menções faz referência ao percentual dos respondentes que citaram o país em questão entre as três grandes potências, independente da ordem.

Indique o que você pensa sobre a postura de cada um destes países no cenário global. Diga se este país o preocupa, o tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.

		Estados Unidos			China			Rússia		
		Preocupa	Nem uma coisa nem outra	Tranquiliza	Preocupa	Nem uma coisa nem outra	Tranquiliza	Preocupa	Nem uma coisa nem outra	Tranquiliza
	AL	24	17	59	25	37	38	51	25	24
	AT	76	17	7	39	50	11	49	37	14
	AU	59	21	20	57	32	11	68	25	7
	BA	52	25	23	14	43	43	31	30	39
	BE	73	16	11	38	44	18	67	25	8
	BG	61	26	13	19	59	22	26	29	45
	BR	53	29	18	39	47	14	47	45	8
	CA	76	13	11	50	38	12	71	22	7
	CH	75	17	8	49	41	10	66	26	8
	CY	24	55	21	69	21	10	42	38	20
	CZ	49	32	19	44	44	12	51	31	18
	DE	75	17	8	38	50	12	59	30	11
	DK	68	17	15	46	42	12	77	17	6
	EE	48	28	24	31	61	8	80	15	5
	ES	70	21	9	44	48	8	63	32	5
	FI	66	25	9	36	53	11	69	27	4
	FR	71	21	8	48	45	7	65	28	7
	GB	64	20	16	45	45	10	82	14	4
	GR	69	21	10	29	58	13	42	40	18
	HR	63	27	10	25	64	11	48	40	12
	HU	44	37	19	37	54	9	56	33	11
	IE	77	11	12	41	48	11	78	17	5
	IL	22	19	59	27	58	15	64	26	10
	IT	58	27	15	44	44	12	48	38	14
	JP	69	18	13	91	8	1	77	20	3
	LT	33	25	42	31	54	15	74	19	7
	LU	84	11	5	42	50	8	66	28	6
	LV	42	36	22	23	62	15	66	23	11
	MK	37	32	31	16	59	25	29	43	28
	MT	44	38	18	61	23	16	59	29	12
	NL	72	19	9	37	50	13	77	19	4
	NO	67	24	9	42	54	4	74	23	3
	NZ	67	18	15	47	38	15	65	26	9
	PL	32	39	29	35	54	11	77	19	4
	PT	71	16	13	46	41	13	69	24	7
	RO	38	35	27	27	58	15	68	27	5
	RS	67	27	6	9	40	51	12	32	56
	SE	70	22	8	35	59	6	74	23	3
	SI	73	22	5	39	51	10	42	43	15
	SK	70	23	7	27	63	10	36	39	25
	UA	36	34	30	13	68	19	75	16	9
	US	43	20	37	59	31	10	72	22	6
UE		63	24	13	40	49	11	61	29	10
GLOBAL		56	23	21	49	40	11	65	27	8

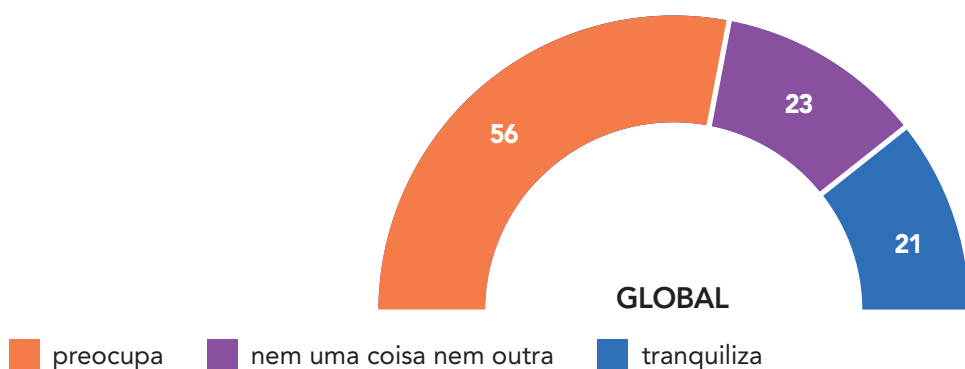
ESTADOS UNIDOS, AINDA CONSIDERADOS A MAIOR POTÊNCIA DO MUNDO

Nossa pesquisa mostra que, no mundo democrático, os Estados Unidos ainda aparecem, e de longe (75%), como a potência mais influente. Por outro lado, uma minoria muito pequena de entrevistados considera a China (13%) ou a Rússia (6%) como as potências mais influentes. De fato, do ponto de vista do mundo democrático, a potência que é considerada a mais influente depois dos Estados Unidos não é um país democrático, mas a China.

Para além do julgamento dos entrevistados sobre a influência desses poderes, procuramos entender melhor essa percepção através de uma pergunta visando saber se a atitude de cada uma dessas potências no cenário internacional “preocupa”, “tranquiliza” ou “nem um nem outro”.

ESTADOS UNIDOS: UM LÍDER MUNDIAL PARA O MUNDO DEMOCRÁTICO

Indique se você pensa que a postura dos Estados Unidos no cenário global lhe preocupa, tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A preocupação medida pela pesquisa pode implicar diferentes realidades, especialmente quando se trata dos Estados Unidos em 2019. A opinião pública pode estar dividida, sobretudo nesse caso, por conta da forte oposição ao governo. Assim, se uma parte da sociedade americana (43%) considera preocupante a atitude de seu país no cenário internacional, deveríamos ver aí a expressão de uma preocupação real, uma oposição à política (estrangeira ou doméstica) do presidente Trump? Fora dos Estados Unidos, a preocupação também pode ser entendida como uma reação a certos discursos e certas decisões da administração Trump em termos de política estrangeira e comércio exterior, o que pode alimentar o sentimento de turbulência em um mundo já considerado bastante incerto.







Por exemplo, três quartos dos canadenses entrevistados (76%) estão preocupados com o comportamento dos Estados Unidos no cenário internacional - uma preocupação compartilhada por 53% dos brasileiros. Em Israel, pelo contrário, uma clara maioria (59%) considera tranquilizador o comportamento de seu grande aliado, resultado de uma ligação tradicionalmente forte, reforçada ainda mais recentemente pela transferência da embaixada americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

ISRAEL

A relação especial de Israel com os Estados Unidos desde a criação do Estado judeu em 1948 reflete-se nos resultados: 59% dos israelenses dizem que se sentem seguros em relação à atitude dos Estados Unidos no cenário internacional. Essa proximidade foi reforçada pela decisão de Donald Trump de transferir a embaixada dos EUA em Israel de Tel Aviv para Jerusalém e retirar-se, em maio de 2018, do acordo nuclear com o Irã. Já a disposição dos europeus de manter relações comerciais com o Irã, o grande adversário de Israel, apesar da retirada dos EUA do acordo, pode explicar o fato de que os israelenses estão entre as 42 democracias que dizem na maioria das vezes que a atitude da União Europeia é “preocupante” no cenário internacional (41% contra 23% em média).

Nas democracias da Europa Ocidental, a preocupação despertada pelos Estados Unidos está crescendo.

Comparando os números de nossas pesquisas de 2017 e 2019, há um aumento significativo na proporção de entrevistados que expressam preocupação com as atitudes dos EUA no cenário internacional, particularmente em países historicamente aliados.

Indique se você pensa que a postura dos Estados Unidos no cenário global lhe preocupa, tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.	2017	2019
Respostas: "preocupa"		
 Alemanha	64	75
 França	57	71
 Itália	44	58
 Grécia	51	69
 Bélgica	59	73
 Holanda	62	72

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Talvez seja a força desses elos que explica a crescente preocupação dos europeus ocidentais. Com a política externa de Donald Trump assumindo a forma de um retiro, simbolizado pelo slogan "America first", os antigos aliados parecem temer ser deixados para se defenderem sozinhos em um contexto internacional mais ameaçador.

Entre as pessoas mais preocupadas com a atitude dos Estados Unidos estão os luxemburgueses (84%), irlandeses (77%) e suíços (75%), que há muito oferecem a empresas e indivíduos americanos práticas fiscais otimizadas (e legais). Luxemburgo e Irlanda, que abrigam várias sedes das GAFAM, viram sua posição fragilizar-se devido a adoção do Tax Cuts and Jobs Act (TCJA) de 2017, que prevê, entre outras coisas, a repatriação de lucros feitos, no passado, por empresas americanas no exterior.

No antigo bloco comunista, a história do intervencionismo americano guia as percepções

Para os países liberados do comunismo e da dominação soviética e agora membros da União Europeia², o poder americano é visto como uma democracia que traz um sentimento de tranquilidade diante da ameaça de uma Rússia militarista e autoritária. A opinião dos entrevistados é em grande parte favorável à OTAN. A maioria dos húngaros (58%), lituanos (71%), polacos (63%) e romenos (70%) consideram que fazer parte de uma aliança militar com os Estados Unidos (OTAN) é bom.

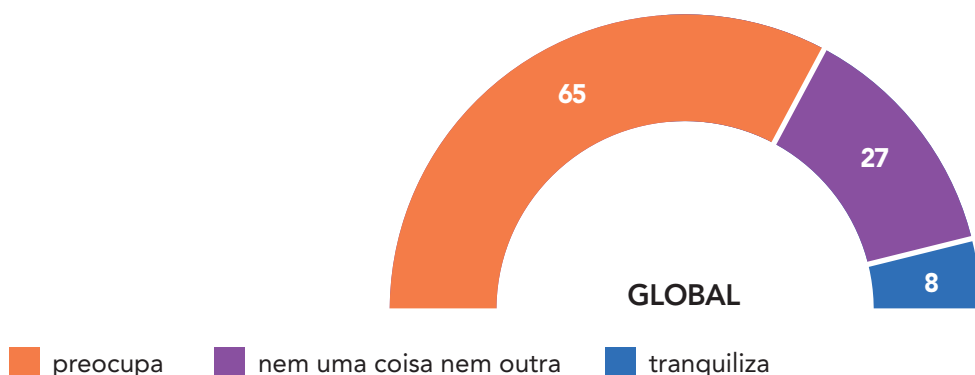
No geral, os habitantes desses países são menos propensos a ver a política externa dos EUA como uma preocupação (43%, comparado a 56% no geral), possivelmente devido, em última análise, ao medo de que os Estados Unidos voltem suas costas para a Europa. No entanto, existem grandes disparidades entre esses países. Por exemplo, as complexas relações da Eslováquia com o Império Austro-Húngaro e sua sensibilidade ao pan-eslavismo podem explicar um nível maior de preocupação em relação aos Estados Unidos (70%). A ideia de uma espécie de "terceira via" entre o Ocidente e o Oriente, partilhada por uma parte da população, por muito tempo incitou os eslovacos a procurar uma posição neutra. Ainda assim, o compromisso do Estado eslovaco para com os Estados Unidos permanece inabalável, explicitado recentemente, no final de 2018, pela decisão do governo de comprar quatorze novos aviões de combate F-16.

Nos Balcãs, a memória da intervenção americana em conflitos regionais no final do século XX marcou profundamente. A intervenção a favor dos albaneses do Kosovo durante a guerra do Kosovo provavelmente explica por que 59% dos albaneses consideram a posição internacional dos Estados Unidos como tranquilizadora. Mas esse sentimento não é compartilhado por todos os outros habitantes dos países balcânicos entrevistados, já que 67% dos sérvios, 63% dos croatas e 52% dos bósnios se dizem preocupados com a atitude americana. O bombardeio norte-americano de alvos sérvios durante as guerras iugoslavas explica a desconfiança da Sérvia, mas também da Bósnia, que tem uma grande população sérvia. A preocupação dos eslovenos (73%) pode ecoar as notícias ligadas ao aumento das tarifas dos EUA sobre o aço e o alumínio, que tiveram um impacto significativo na economia eslovena.

2. São agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia

RÚSSIA: CONSIDERADA FRÁGIL, MAS PREOCUPANTE

Indique se você pensa que a postura da Rússia no cenário global lhe preocupa, tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

É paradoxal ver que a Rússia é percebida como uma das potências menos influentes: apenas 6% dos entrevistados a citam primeiro, assim como a União Europeia. Dentro das democracias, no entanto, a Rússia é considerada a mais preocupante por dois terços (65%) dos entrevistados, contra 56% para os Estados Unidos e 49% para a China. O trauma provocado pelo imperialismo soviético no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, e reativado através de uma política belicosa, explica amplamente esse sentimento de ansiedade que a Rússia inspira. Os detalhes dos dados revelam os traços da História: 72% das pessoas com 60 anos ou mais consideram a atitude russa como preocupante, em comparação com 57% das pessoas com menos de 35 anos.

O uso atual de *hard power* pela Rússia aumenta a desconfiança

A preocupação é generalizada na Europa Ocidental, já que os luxemburgueses (66%), belgas (67%), holandeses (77%) e britânicos (82%, 7 pontos a mais do que em 2017) dizem estar preocupados com o comportamento da Rússia. Ações cada vez mais agressivas, como o envenenamento de Sergei Skripal no Reino Unido, acompanhadas de ataques cibernéticos contra a Organização para a Proibição de Armas Químicas, ou o aumento das suspeitas de ataques cibernéticos e *fake news* interferindo em processos eleitorais alimentam a preocupação generalizada entre os europeus ocidentais.

Da mesma forma, e novamente por razões específicas, a maioria dos dinamarqueses (77%), suecos (74%) e finlandeses (69%) estão preocupados com o comportamento da Rússia, o que pode ser atribuído à posição geográfica e estratégica destes países, de frente para uma Rússia que tem aumentado suas atividades marítimas no Mar Báltico nos últimos anos.

UCRÂNIA

A situação na Ucrânia dificulta a análise dos resultados da pesquisa em relação à Rússia por conta da ocupação militar da região de Donbass e do conflito que seguiu no leste do país. O recente confronto no Mar de Azov entre ucranianos e russos, bem como a afirmação da independência da Igreja Ortodoxa Ucraniana, separando-se do Patriarcado de Moscou, ilustram as crescentes tensões entre a Ucrânia e a Rússia, enquanto conflitos armados continuam dentro do território da Ucrânia. Assim, 75% dos ucranianos estão preocupados com a atitude russa no cenário internacional. E os Estados Unidos não parecem ser um poder explicitamente protetor. A população ucraniana é dividida em três terços: os que se dizem preocupados com a atitude dos Estados Unidos (36%), os que se dizem seguros (30%) e os que finalmente respondem que não estão nem preocupados nem seguros (34%). A União Europeia é mais tranquilizadora (35%) do que os Estados Unidos, mas acima de tudo, conta com certa indiferença dos respondentes ucranianos, com 42% a dizer que não estão nem preocupados nem tranquilos. Por seu turno, a China desperta mais apatia, com 68% dos ucranianos entrevistados dizendo que sua atitude não é preocupante nem tranquilizadora.

A Rússia preocupa as democracias do antigo bloco oriental

As democracias que experimentaram o imperialismo russo estão particularmente preocupadas. É o caso da Romênia (68%), mas especialmente da Polônia (77%), recentemente marcada por exercícios militares russos no enclave de Kaliningrado em sua fronteira.

A Rússia é também uma grande preocupação para os povos bálticos (80% dos estonianos, 74% dos lituanos, 66% dos letões), especialmente desde a anexação da Crimeia em 2014. Estes elevados níveis de preocupação podem resultar do receio de ver a Rússia continuar a usar seus países vizinhos como base de teste para táticas híbridas de guerra, como foi o caso nos Estados Bálticos a partir de 2015, em ciberataques voltados para a infraestrutura de energia e comunicação.

Entre os ex-membros do Bloco Oriental, nem todos sentem a mesma preocupação com o poder russo. Isto vem de uma proximidade histórica, religiosa (Igreja Ortodoxa) ou econômica de certos países com a Rússia. A maior parte dos sérvios entrevistados (56%) considera a Rússia tranquilizadora. São a única maioria. Mas este sentimento também se encontra em um nível bastante alto entre os búlgaros (45%) e, em menor medida, entre os bósnios (39%), por causa dos muitos sérvios que vivem no país.

CHINA: APESAR DA INFLUÊNCIA CRESCENTE, PREOCUPA POUCO A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS

Indique se você pensa que a postura da China no cenário global lhe preocupa, tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Apesar dos esforços de Putin para influenciar o cenário internacional, a China é considerada duas vezes mais influente que a Rússia. Além disso, a China preocupa bem menos: mesmo considerada a segunda potência mais influente depois dos Estados Unidos, uma proporção significativa dos entrevistados (40%) parece ignorar a qualidade dessa influência, considerando-se nem seguro nem preocupado. Essa indeterminação do julgamento sobre uma grande potência, ainda que antidemocrática, também é o resultado de um efetivo *soft power* através do qual a China consegue aumentar significativamente seu papel sem se tornar preocupante demais.

Contudo, a preocupação continua crescendo

No entanto, estamos provavelmente entrando em um momento crucial na evolução da opinião dos habitantes das democracias ocidentais sobre a China. Embora a opinião dos respondentes ainda seja em grande parte indeterminada, estamos vendo uma onda de preocupação na Europa Ocidental. Em comparação com 2017, a preocupação com a China aumentou 6 pontos na Alemanha (de 32 para 38%) e na França, onde ganha quase metade da população (de 42 para 48%), e 8 pontos na Áustria (de 31 para 39%). Esse surto é espetacular na Finlândia, onde a preocupação ganhou 14 pontos sobre 2017, de 22 para 36%. Lembramos que os finlandeses são o quinto maior parceiro comercial europeu da China, atrás do Reino Unido, Alemanha, França e Itália. Totalmente comprometida com a implantação de seu próprio poder, a China certamente terá que enfrentar essa visão menos favorável das sociedades democráticas.

Nas democracias da Europa central e oriental, a indeterminação da opinião sobre a China é ainda mais generalizada (56%), apesar de certos movimentos. Assim, provavelmente como resultado de sua aproximação com a Rússia, a China preocupa muito mais os povos bálticos do que em 2017: 31% dos estonianos (15 pontos a mais do que em 2017), 31% dos lituanos (mais 12 pontos percentuais) e 23% dos letões (mais 5 pontos).

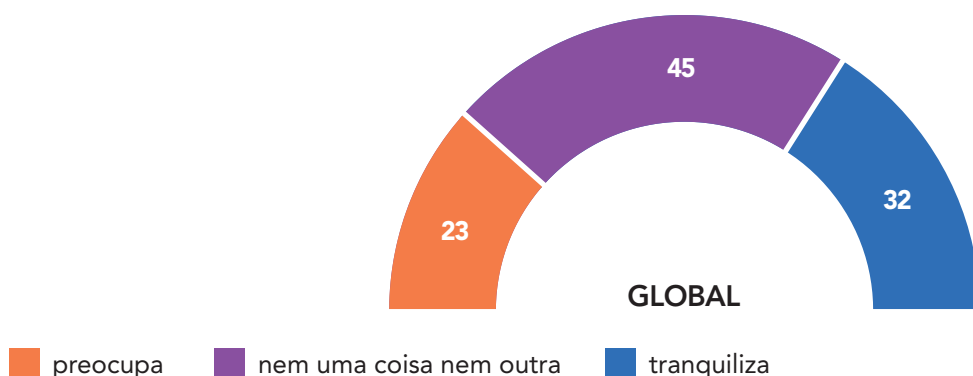
Por outro lado, é nos Balcãs que encontramos a maior proporção de entrevistados que consideram que o papel da China no cenário internacional traz um sentimento de tranquilidade. De fato, a maioria dos sérvios considera que a China tranquiliza (51%), bem como uma proporção significativa de bósnios (43%), albaneses (38%) e macedônios (25%). Em contraponto, lembre-se de que, na escala de 42 democracias, apenas 11% dos entrevistados consideram que a postura da China no cenário internacional tranquiliza.

JAPÃO

É no Japão que a China mais preocupa (91%). Resultado de uma história marcada pela dominação japonesa, essa preocupação também é regional, pois é compartilhada por 57% dos australianos. No Japão, a maioria dos entrevistados (77%) também diz temer a postura internacional da Rússia. As notícias da atualidade alimentam a preocupação do Japão com a China e a Rússia, com o ressurgimento da atividade militar na região.

A UNIÃO EUROPEIA TRANQUILIZA MAIS É VISTA COMO FRÁGIL

Indique se você pensa que a postura da União Europeia no cenário global lhe preocupa, tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A União Europeia não pode ser considerada como uma potência da mesma forma que as outras três. Certamente tem uma forma de poder, mas não funciona com as mesmas ferramentas. China, Rússia e Estados Unidos são estados, diferentemente da União Europeia. Os três primeiros são potências militares de classe mundial, enquanto o exército europeu praticamente não existe. Além disso, após a Segunda Guerra Mundial, os europeus se afastaram do nacionalismo, enquanto os outros três poderes o continuaram reivindicando com uma luta pela influência. Como entidade internacional, a União Europeia exerce um *soft power*. Ela não é dimensionada para o *hard power* que ela aprendeu, ao contrário, a não praticar. Esse tipo de organização e forma de influência que caracteriza a União Europeia explica porque, entre as pessoas questionadas, tão poucas (6%) a designam como o poder mais influente. Por outro lado, dos quatro poderes submetidos ao julgamento dos cidadãos de 42 democracias, a União Europeia é considerada como a que mais "tranquiliza" (32%), muito à frente dos Estados Unidos (21%), China (11%) ou Rússia (8%). Parece, portanto, trazer um sentimento de segurança em um mundo democrático frágil.

Neste contexto bastante incerto, é interessante notar que uma clara maioria dos europeus (59%) é a favor da criação de um exército comum, para além do de cada país. E, de fato, na União Europeia, quase dois terços (62%) dos entrevistados que defendem um exército europeu consideram a atitude dos Estados Unidos "preocupante".

BRASIL: UMA SOCIEDADE TOLERANTE QUE ENFRENTA UMA DESILUSÃO DEMOCRÁTICA

OCTAVIO DE BARROS

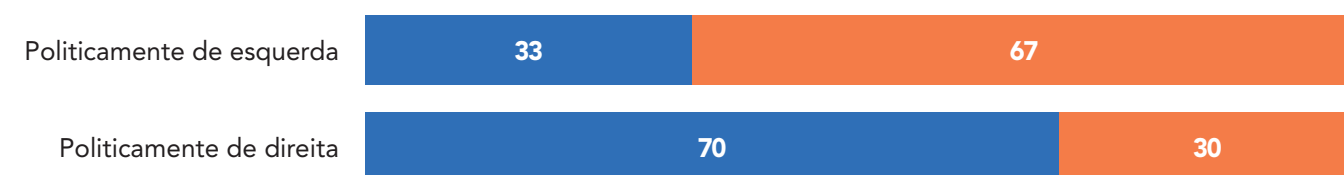
Nossa pesquisa foi realizada em setembro de 2018, apenas algumas semanas antes da eleição geral de outubro de 2018, que marcou uma virada no cenário político brasileiro. O caminho da extrema direita em que o Brasil se engajou caracterizou-se por um crescimento vertiginoso do Partido Social Liberal (PSL). Seu candidato presidencial, o ex-militar Jair Bolsonaro, foi eleito no segundo turno com 55,1% dos votos. O PSL, que tinha apenas um parlamentar em 2014, agora é o segundo grupo na Câmara dos Deputados, com 52 representantes. Essas eleições constituem uma mudança política histórica, ocorrida após quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) e um contexto político e eleitoral agitado. Mencionemos aqui a destituição da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, a prisão do ex-presidente e candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, e o atentado contra Bolsonaro em 6 de setembro de 2018.

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS NO CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES

A violência endêmica e a corrupção explicam em grande parte a atual desilusão do Brasil com seu sistema democrático. A consolidação democrática no Brasil a partir de 1985, depois de 25 anos de ditadura militar, se deu com base em conquistas de direitos civis de caráter corporativista, muito mais do que no fortalecimento de amplos valores democráticos republicanos. Na comparação com os demais países da América Latina, é possível afirmar que o Brasil é um país sub politizado. A política não é algo que realmente encanta a população brasileira. Segundo nosso estudo, apenas um em cada dois brasileiros (50%) afirma estar interessado em política.

O principal problema do Brasil ainda é a rigidez de sua desigualdade social. Entre as populações das 42 democracias envolvidas em nossa pesquisa, a brasileira é a que mais se mostra preocupada com o tema das desigualdades sociais (94%). Se assiste hoje no país ao desgaste de um estado do bem-estar criado pela Constituição de 1988, robustecido no período Lula da Silva e Dilma Rousseff. Hoje, esse estado do bem-estar tropical se revela insustentável fiscalmente, gerando frustração social pela impossibilidade de sua continuidade, pelo menos na forma rígida e, de certa forma, injusta socialmente, como vinha se operando. Nossa pesquisa mostra que quase todos os brasileiros (94%) estão preocupados com o futuro do financiamento de programas sociais. Boas e eficientes políticas sociais são cruciais e necessárias no Brasil, mas o estado do bem-estar social terá de ser reinventado nos próximos anos na sua eficiência, nos seus incentivos, no seu financiamento e na sua abrangência. Devido à reverberação midiática dos escândalos de corrupção no Brasil contemporâneo, forjou-se um senso comum de que todos os problemas do país (ineficiências em geral, déficit da previdência, descalabro fiscal) decorrem quase que exclusivamente da corrupção. A questão é muito mais complexa, ligada à baixa produtividade no Brasil.

Você acredita que a volta dos militares ao poder seria a melhor solução para enfrentar os problemas do Brasil?*



■ Total de respostas: "sim, totalmente" e "sim, um pouco"

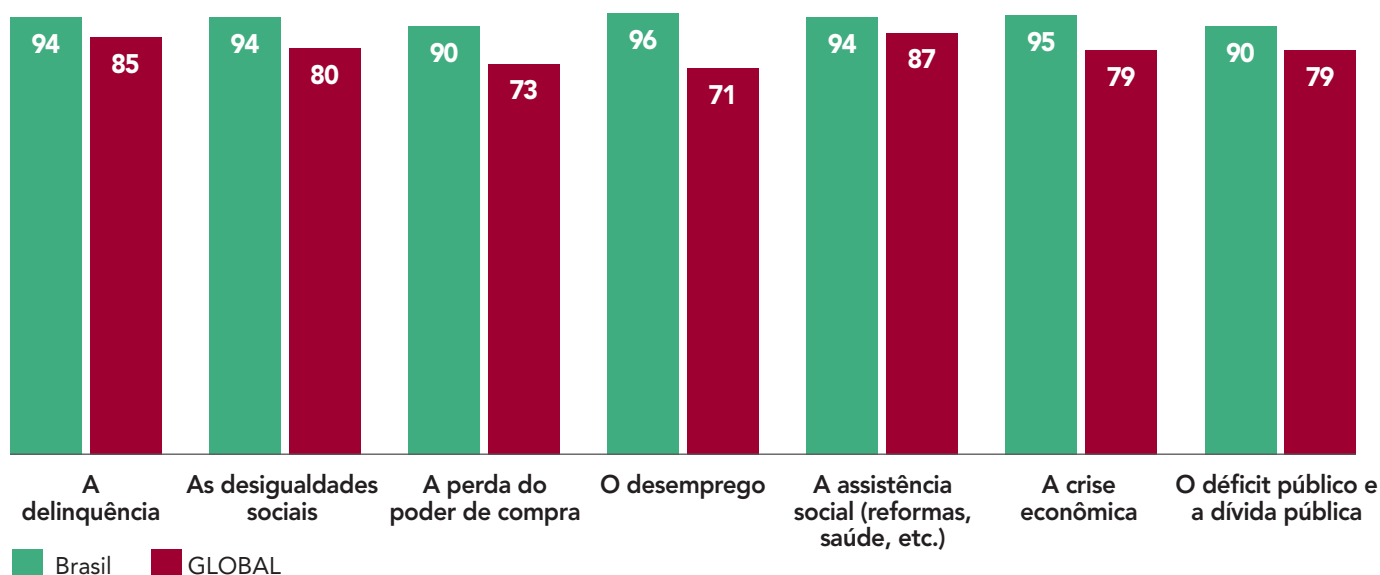
■ Total de respostas: "não, nem um pouco" e "não, não muito"

* Essa pergunta aplicou-se apenas no Brasil.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Em relação a cada um dos seguintes assuntos, diga se está preocupado ou não

Total de respostas: "muito preocupado" e "preocupado"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

A VIOLÊNCIA AMEAÇA O SENTIMENTO DEMOCRÁTICO

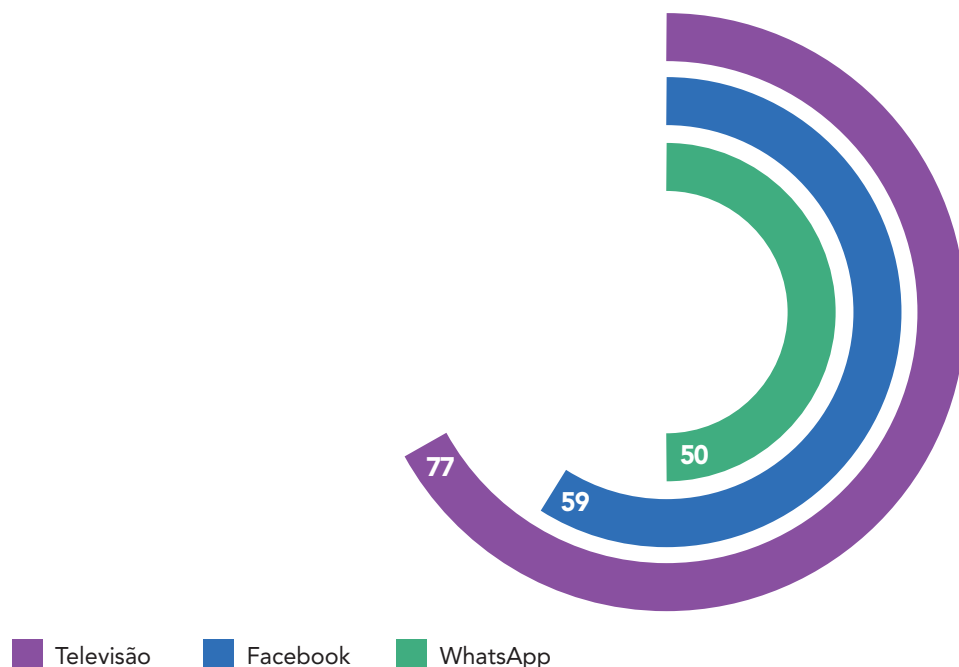
Por seu turno, a questão da delinquência e da criminalidade - preocupante sobretudo na periferia de grandes cidades - tem tido grande impacto político no Brasil. O país registra um dos maiores índices de homicídios do mundo: cerca de 60 mil assassinatos em 2016, uma taxa de 29,53 homicídios por ano para cada 100 mil pessoas, contra 5,35 nos Estados Unidos e 1,35 na França¹. A violência está bastante associada ao comércio de drogas que prolifera em ambientes sociais menos favorecidos. Portanto, o combate à criminalidade ganhou uma dimensão política que favoreceu o discurso duro de extermínio de criminosos e de proteção jurídica a policiais que eliminam bandidos em suas missões. Portanto, violência e corrupção se tornaram ingredientes fundamentais para explicar o comportamento eleitoral brasileiro recente.

Isso posto, colocando em uma perspectiva comparada com os 42 países da pesquisa, o Brasil se mostra como o segundo país que mais concorda com a frase "prefiro mais ordem, ainda que resulte em menos liberdade" (73%, comparado a 81% na Bulgária, 60% na média da União Europeia, 57% na média dos 42 países e 41% nos Estados Unidos). O Brasil situa-se entre os países que menos confia nos partidos políticos (96%), no Parlamento (90%), na mídia (83%), nos sindicatos (80%) e no sistema judiciário (69%). Também enquadra-se entre os países que mais consideram que a democracia funciona mal (77% contra uma média geral de 49%). É, conseqüentemente, um dos países que mais expressa simpatia por formas de democracia direta (consulta popular) em detrimento dos chamados corpos intermediários. Esses níveis são encontrados apenas entre os húngaros (84%), albaneses (83%) e ucranianos (82%).

Coerentemente, é o país que mais aprecia a ideia do exército dirigindo (45%) e tem um grande apreço evidenciado na pesquisa pelo intervencionismo estatal na economia (52%, 11 pontos acima da média dos 42 países). Um terço dos ministros do governo Bolsonaro e mais de cem líderes estratégicos são militares ou ex-militares. Diga-se de passagem que a experiência militar no Brasil sempre foi estatizante, intervencionista e protecionista no plano econômico, diferentemente da ditadura militar em outros países da América Latina. Isso contrasta com a orientação ultraliberal conduzida pelo ministro da economia do governo Bolsonaro. Ainda é cedo para se avaliar o alcance e as restrições desse tipo de condução da política econômica no país em um governo de índole intervencionista.

1. Banco Mundial "homicídios intencionais (por 100 000 pessoas). Base de dados das estatísticas internacionais sobre homicídios do Escritório das Nações Unidas contra a droga e o crime" [banquemondiale.org](https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/vc.ihr.psrc.p5) números de 1995 e 2006. (<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/vc.ihr.psrc.p5>).

Por quais destes meios você costuma acompanhar os debates e notícias políticas?*



* Essa pergunta aplicou-se apenas no Brasil.

© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

RELIGIÃO E REDES SOCIAIS: PEÇAS CENTRAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Também deve-se registrar que o forte avanço do cristianismo evangélico se dá nesse contexto de aumento do conservadorismo. A pesquisa mostra que o Brasil é um dos países que mais confia nas autoridades religiosas (43%) e é, conseqüentemente, o que mais rejeita o aborto. O eleitorado evangélico foi decisivo na eleição de Jair Bolsonaro. Paradoxalmente, é o país mais tolerante do ponto de vista das diferenças religiosas (90% contra uma média global de 78%), da orientação sexual (85% contra uma média global de 77%) e das opiniões políticas (86% contra uma média global de 73%). Isso parece contradizer o discurso homofóbico e intolerante defendido pelo novo presidente, especialmente durante a campanha eleitoral.

A pesquisa igualmente revela que o brasileiro é um entusiasta da globalização e das redes sociais, sem preocupações quanto aos seus impactos sociais e sobre os riscos de manipulação da opinião pública. Por exemplo, a maioria dos entrevistados (92%) acredita que as redes sociais são positivas pois permitem conhecer novas pessoas e obter informações e, em proporções comparáveis (82%), que as redes sociais são positivas pois permitem que as pessoas se expressem livremente.

À pergunta "por quais destes meios você costuma acompanhar os debates e notícias políticas?", os brasileiros respondem: televisão (77%), Facebook (59%) e WhatsApp (50%). Deve-se notar aqui que o intenso uso de redes sociais como ferramenta de campanha pelo candidato Jair Bolsonaro representou para ele uma grande vantagem competitiva.

Os resultados de nossa pesquisa proporcionam, assim, uma melhor compreensão do voto brasileiro, o que parece, acima de tudo, a manifestação de uma rejeição dos governos anteriores, particularmente o do PT - Partido dos Trabalhadores que, apesar dos seus inequívocos méritos na área social, nos últimos anos foi abalado pelo tratamento midiático dos escândalos de corrupção, a controversa condenação do ex-presidente Lula, pelo declínio da atividade econômica e o aumento do desemprego. O fenômeno marcou igualmente as eleições para o Parlamento que teve o recorde histórico de renovação de seus membros, e também dos governos estaduais, independentemente dos partidos políticos aos quais pertenciam os seus dirigentes. Um fenômeno amplo de "dégagisme"² que favoreceu o avanço de opções populistas ou de propostas de salvadores da pátria.

Por meio desses resultados, parece uma boa hipótese a ideia de que, ao lado do conservadorismo, a sociedade brasileira, bastante tolerante, optou por colocar prioridade no restabelecimento de uma certa moralidade pública, percebida como perdida, e no enfrentamento do problema da violência e da delinquência.

2. NDT: *Dégagisme* é um neologismo em francês construído a partir da palavra "dégager" em francês que significa retirar-se, cair fora. Esse neologismo designa a tendência de rejeitar sistematicamente o poder instituído.

A ANGLOSFERA: LIBERALISMO ECONÔMICO E POLÍTICO

GRAHAM SCOTT

O objetivo deste artigo é comparar as semelhanças e diferenças na percepção da democracia pelos cidadãos da Austrália, Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Reino Unido e Nova Zelândia, agrupados sob o termo “anglosfera”. Este estudo será complementado por uma comparação destes seis países com a União Europeia. No momento de um Brexit confuso, esta pesquisa considera que o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia, enquanto a Irlanda está logicamente ligada ao mesmo tempo à anglosfera e à União Europeia.

Em média, os entrevistados na anglosfera são mais propensos do que os europeus a pensar que seu “nível de vida melhorou nos últimos anos” (36% versus 23%). A opinião pública comum a essas democracias carrega uma visão do passado mais positiva; da mesma forma, o otimismo é mais acentuado. Um terço dos entrevistados na anglosfera acredita que seu país será pior amanhã do que é hoje (36%), contra metade dos cidadãos da União Europeia (50%). Na anglosfera, os americanos são os mais propensos a perceber uma melhoria em seu nível de vida (40%) e a expressar seu otimismo para o futuro (24%). Por outro lado, a Austrália e o Reino Unido têm a menor porcentagem de entrevistados que acreditam que seu padrão de vida melhorou (respectivamente 22% e 25%) ou que seu país estará melhor amanhã (7% e 10%, respectivamente).

Uma das diferenças mais marcantes entre a anglosfera e a União Europeia diz respeito à preocupação com o futuro do “estilo de vida”: os europeus estão de fato muito mais preocupados com o Islã do que a população da anglosfera (68% dos cidadãos da União Europeia estão preocupados em comparação com 54% dos respondentes anglófonos); eles também estão mais preocupados com a imigração (69% versus 57%).

O ESTADO DA DEMOCRACIA E OS VALORES DEMOCRÁTICOS

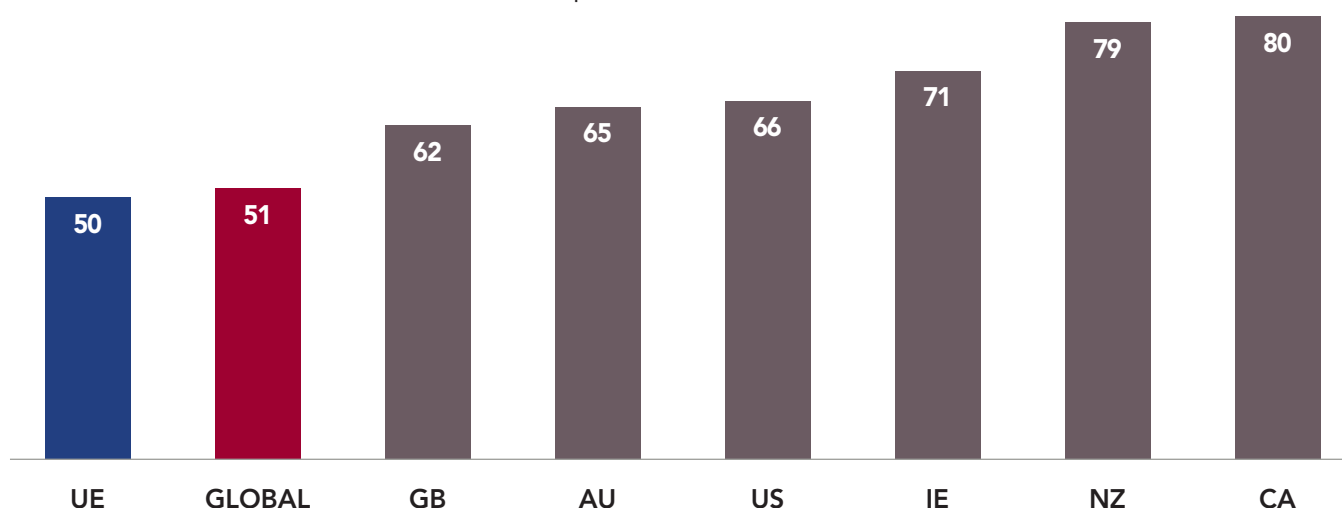
Os respondentes anglófonos expressam um apoio mais forte aos valores democráticos do que os cidadãos da União Europeia. Nas democracias anglófonas, mais da metade dos entrevistados diz preferir “mais liberdade, ainda que resulte em menos ordem” (55%), contra apenas 39% na União Europeia. Da mesma forma, um número maior de respondentes da anglosfera (75%) opõe-se a ter “uma pessoa forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições” (66%, 9 pontos a mais que os europeus). O alto nível de preocupação dos cidadãos da União Europeia, mencionado anteriormente, pode estar na origem dessa crescente preferência pela ordem. Estes resultados mostram que os cidadãos da anglosfera se sentem mais seguros do que os europeus, embora a Nova Zelândia seja uma exceção: 49% dos neozelandeses acreditam que “outros sistemas políticos poderiam ser tão bons quanto a democracia” bem acima da média da anglosfera (33%). No entanto, este resultado é questionado pelo julgamento dos neozelandeses sobre o funcionamento da democracia em seu país, já que mais de três quartos deles dizem que funciona bem (79%), o mesmo nível que Canadá (80%), líder dos países da anglosfera pela confiança de seus cidadãos na democracia. Os neozelandeses são também os mais confiantes no seu governo (72%), o seu Parlamento (70%) e os seus partidos políticos (57%).

Enquanto o Reino Unido tem a menor proporção de cidadãos que relatam que a democracia em seu país funciona bem (62%), todos os países da anglosfera estão acima da média da União Europeia (50%). Para que uma democracia funcione, é essencial que os cidadãos possam participar livremente do processo democrático, seja por meio de votação, protesto ou outras formas de expressão pública, e que isso possa realmente influenciar os legisladores. Como era de se esperar, os entrevistados da anglosfera são mais propensos do que os europeus a se sentirem livres para se expressar (80% versus 63%) e a pensar que votar pode fazer a diferença (80% versus 66%).

Para as duas perguntas anteriores o Canadá ocupa o primeiro lugar dentro da anglosfera e a Austrália fica na parte inferior da lista: 85% dos canadenses sentem-se à vontade para se expressar, comparado a 75% dos australianos; e uma diferença de 20 pontos os separa na questão sobre o voto, sendo os canadenses mais dispostos que os australianos a julgar que “É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas” (84% contra 64% respectivamente).

No seu país, diria que a democracia funciona...

Total de respostas: "muito bem" e "bem"



© Fondation pour l'innovation politique/International Republican Institute – 2019

Em média, a população da anglosfera expressa maior confiança nas instituições do que a da União Europeia. As maiores diferenças de confiança entre os dois grupos dizem respeito à confiança no sistema judiciário (75% dos entrevistados da anglosfera, 50% dos cidadãos da União Europeia), nas forças armadas (respectivamente, 88% e 65%) e em organizações sem fins lucrativos (82% versus 55%). Na anglosfera, os níveis mais altos de confiança nas instituições parecem estar relacionados a um estado de espírito mais otimista, evidente nesses países.

MIGRAÇÃO E COESÃO SOCIAL

A pesquisa mostra, entretanto, uma diversidade de opiniões dentro da anglosfera, particularmente no que diz respeito às questões de imigração e coesão social. Os irlandeses têm o mais alto nível de tolerância para pessoas de outras etnias, com 13% dizendo que se incomodam com "pessoas de outras origens étnicas", 10 pontos a menos que os australianos (23%). Há uma tendência semelhante na tolerância em relação aos muçulmanos: 17% dos entrevistados irlandeses dizem que têm uma reação negativa quando descobrem que uma pessoa é muçulmana, em comparação com 34% dos australianos. Se na União Europeia e na anglosfera encontramos a mesma proporção de respondentes que se sentem incomodados por pessoas de outro grupo étnico (19% e 17%), os cidadãos da União Europeia são mais numerosos a responder que se sentem incomodados pelo islã do que os entrevistados dos países da anglosfera (31% contra 24%).

A maioria dos canadenses (70%), irlandeses (69%) e neozelandeses (68%) acha que é seu dever receber refugiados em seu país. A situação muda na Austrália, com uma pequena maioria (52%), onde o governo optou por uma linha dura, em 2013, para impedir que os refugiados tentassem chegar ao país por via marítima. Note-se que o sentimento de dever em relação ao acolhimento dos refugiados suscita, em média, a mesma adesão nos países da anglosfera (63%) e nos da União Europeia (62%).

Entre os países da anglosfera, os neozelandeses são os menos propensos a considerar que seu estilo de vida está ameaçado (31%), enquanto esse sentimento afeta mais da metade dos britânicos (53%) e dos norte-americanos entrevistados (51%). No Reino Unido e nos EUA, a proporção de entrevistados que sentem que seu estilo de vida está ameaçado é maior entre aqueles que estão à esquerda (61% e 64%) do que aqueles à direita (47% nos dois países). É possível que a situação política em seus respectivos países desempenhe um papel no sentimento de ameaça a aceitação dos valores social e liberal. No Reino Unido, é possível que as incertezas relacionadas com o Brexit reforcem a sensação de que o estilo de vida esteja ameaçado, particularmente para pessoas que se posicionam à esquerda. Elas são muito mais numerosas a pensar que a situação no Reino Unido será pior sem a União Europeia (76%) do que as que se posicionam à direita (22%).

CONFIANÇA E DESCONFIANÇA NAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

THIBAUT MUZERGUES

Francis Fukuyama, em sua história mundial da ordem e da decadência políticas nos tempos modernos, defende a idéia segundo a qual “sociedades de confiança” são aquelas em que a confiança de cada um em seus vizinhos, seu ambiente político, econômico e social, e nas suas instituições, é alta¹. “Sociedades de confiança” tornam os sistemas políticos resistentes. Pelo contrário, uma sociedade de desconfiança é caracterizada por um aumento da ansiedade e da angústia entre os cidadãos, levando, em última instância, à rejeição de instituições, justiça, governo, sindicatos ou empresas. Nosso estudo oferece uma oportunidade para avaliar os níveis de confiança atribuídos às instituições em sociedades democráticas e tentar extrair deles algumas lições.

QUANTO MAIS APOLÍTICA PARECE A INSTITUIÇÃO, MAIS CONFIANÇA ELA INSPIRA

Os resultados da nossa pesquisa mostram que há falta de confiança nas instituições políticas, seja o governo em que 64% dos entrevistados dizem não confiar, o Parlamento (59%), os partidos políticos (77%), sindicatos (55%) e meios de comunicação (66%), sendo estes últimos claramente assimilados ao mundo político. Por outro lado, quanto mais apolítica uma instituição parece, mais ela aparenta responder às necessidades básicas dos cidadãos, e mais ela é considerada confiável: instituições públicas do Estado ou do bem estar social, como a polícia (70% de confiança), (71%), a escola (75%) e os hospitais e serviços de saúde (81%), são os mais confiáveis para os indivíduos. O judiciário (57%) e associações (60%) também obtêm a confiança da maioria.

Essa relação que associa confiança e proximidade, prestação de serviços e neutralidade política é verificada no caso das empresas. De fato, se os entrevistados expressam uma forte desconfiança de “grandes empresas” (59%), eles respondem, ao contrário, confiar nas pequenas e médias empresas (78%).

Enquanto a maioria dos entrevistados diz não confiar nos grandes negócios, as GAFAM, empresas das mais poderosas do mundo, tem um alto nível de confiança, próximo ao das pequenas e médias empresas. Assim, uma grande maioria dos entrevistados diz confiar na Microsoft (77%), Google (75%), Amazon (71%) e Apple (69%). Apenas o Facebook gera desconfiança relativa, já que a maioria (58%) diz não confiar nele. A empresa de Mark Zuckerberg esteve recentemente implicada no centro de numerosas polêmicas políticas, sendo associada a notícias falsas e ao uso de dados pessoais de seus usuários no contexto de operações de influência eleitoral de escala sem precedentes. Sendo o Facebook a única empresa entre as GAFAM que pode servir como uma plataforma para a ação política partidária, os cidadãos puderam ver essa rede social como mais diretamente ligada do que as outras ao debate e à ação política.

CONFIANÇA APARECE MAIS FORTE EM DEMOCRACIAS DE CULTURA PROTESTANTES

Muitos países de cultura protestante podem ser vistos como sociedades de confiança. No norte da Europa, os suecos expressam forte confiança em seu Parlamento (65% contra 41% para a média das 42 democracias pesquisadas), em seu sistema judiciário (65% contra 57%) e nos partidos políticos, (46% versus 23%). Na Dinamarca os números são igualmente elevados (64% para o Parlamento, 84% para o poder judiciário, 53% para os partidos políticos, e também 70% para os sindicatos, contra 45% em média nas democracias estudadas). Caso único, na Noruega, uma única instituição, agrupada sob o termo “autoridades religiosas”, obtém um nível maior de desconfiança (72% dos noruegueses não confiam nelas). Como mostra o quadro a seguir, a Alemanha, os Países Baixos, Luxemburgo e a Suíça são de fato sociedades de confiança: a confiança expressa pelos seus cidadãos nas dezesseis instituições do inquérito é, com algumas exceções, muito claramente acima da média.

1. Ver Francis Fukuyama, *Political Order and Political Decay. From the Industrial Revolution to the Globalisation of Democracy*, Farrar, Straus, Giroux, 2014.

As instituições das democracias anglo-saxônicas também têm um alto nível de confiança. Australianos, britânicos, canadenses e neozelandeses têm um nível de confiança acima da média no mundo democrático para cada uma das instituições citadas na pesquisa. Podemos também mencionar os Estados Unidos como uma sociedade de confiança, mesmo que a maioria dos entrevistados expresse certa desconfiança em relação às grandes empresas (53%), à mídia (56%) e aos partidos políticos (65%).

A DESCONFIANÇA: UMA DOENÇA DAS DEMOCRACIAS

Na Hungria, em comparação com a média geral, as instituições não inspiram muita confiança à população pesquisada. Pouco menos de um quarto (24%) dos entrevistados disseram que confiam no Parlamento. Deve ser notado que essa desconfiança também afeta instituições baseadas na comunidade que geralmente gozam de forte confiança pública, como escolas e hospitais: menos da metade dos húngaros (46%) expressam confiar nas escolas (em comparação com 75% em média), a menor taxa de confiança entre as 42 democracias da pesquisa. Quase dois terços deles (64%) confiam nos hospitais e nos serviços de saúde (16 pontos inferiores à média global de 81%).

Da mesma forma, nos países do antigo bloco comunista que se tornaram membros da União Europeia², os entrevistados expressam uma forte desconfiança das instituições. Esta falta de confiança é particularmente notória para as instituições políticas: o Parlamento (22% em média para os onze países, contra 41% para a média global), o sistema judiciário (38% contra 57%), a polícia (55% contra 70%), o exército (66% versus 71%) e partidos políticos (12% versus 23%), mas também a escola (67% versus 75%) e os hospitais e serviços de saúde (60% contra 81%). Entre eles, a Bulgária se destaca particularmente: a desconfiança de todas as instituições nacionais é a maioria, com exceção do exército (59% dos búlgaros dizem que confiam nele) e da escola (65%) .

Nos países dos Balcãs candidatos à União Europeia³, os níveis de desconfiança permanecem muito acima da média da União Europeia para o Parlamento (73% versus 60%), o poder judiciário (68% versus 50%), a polícia (49% contra 28%) e os sindicatos (70% contra 57%). Estes países, por outro lado, têm mais confiança nas autoridades religiosas (43% em comparação com uma média de 24% para a União Europeia). Na Ucrânia, apenas o exército (53%), o hospital (54%), a escola (66%) e as pequenas e médias empresas (74%) têm a maior parte da confiança dos respondentes.

O mesmo vale para os países da Europa Mediterrânea, que estão se aproximando das sociedades de desconfiança, já que as populações espanhola, italiana, portuguesa e grega são geralmente menos confiantes em suas instituições do que a média das 42 democracias estudadas. A França aparece em uma situação intermediária: se os franceses expressam uma forte desconfiança em relação a certas instituições (72% para a mídia, contra 66% em média nas 42 democracias, 50% para o sistema judiciário, contra 43%; 67% para as grandes empresas, em comparação com 59%), estão mais confiantes do que a média no Parlamento, nas escolas, nos hospitais e serviços de saúde, no exército, na polícia, nas pequenas e médias empresas e nas associações .

Note-se, finalmente, que as variações nacionais podem ser importantes de acordo com a história dos países. Por exemplo, os japoneses pesquisados confiam principalmente em grandes empresas (52%), mas muito menos nas forças armadas (41%). Em Israel, opostamente, o exército desfruta de uma confiança maciça (90%). Este último país caracteriza-se mais como uma sociedade de confiança, tanto para o nível de confiança atribuído às instituições políticas (58% confiam no Parlamento, 67% no sistema judiciário, 35% nos partidos políticos) como no atribuído às instituições civis.

Finalmente, o caso do Brasil confirma a ligação entre o crescimento da desconfiança e a crise da democracia. O questionário desta pesquisa foi administrado em setembro de 2018, apenas algumas semanas antes das eleições gerais de outubro do mesmo ano, que marcaram um ponto de virada no cenário político brasileiro. A fraqueza da confiança demonstrada nesse momento pelos brasileiros em relação às suas instituições políticas é impressionante. Apenas 4% confiam nos partidos políticos, 10% no Parlamento e menos da metade da população confia na polícia (47% contra 70% das 42 democracias estudadas).

2. São agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia

3. São agrupados sob esse termo os seguintes países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte e Sérvia.











































Confiança nas instituições

Total de respostas: «confio totalmente» e «confio»

		O governo	O Parlamento	O sistema judiciário	Os partidos políticos	A mídia	O Parlamento europeu	A Comissão Europeia
	AL	38	29	36	23	55	–	–
	AT	43	51	69	27	28	39	38
	AU	45	42	66	26	39	–	–
	BA	30	33	39	21	46	–	–
	BE	38	47	55	24	41	44	41
	BG	19	10	17	9	27	50	50
	BR	7	10	31	4	17	–	–
	CA	60	66	75	42	62	–	–
	CH	74	70	77	40	35	–	–
	CY	43	51	61	28	46	54	52
	CZ	36	30	49	19	25	29	27
	DE	50	54	64	35	44	48	46
	DK	57	64	84	53	45	52	49
	EE	52	53	68	21	41	55	52
	ES	20	35	40	11	31	46	43
	FI	42	45	75	27	62	43	40
	FR	29	44	50	12	28	40	36
	GB	46	51	76	34	35	–	–
	GR	17	20	45	6	8	31	26
	HR	16	24	22	7	42	52	49
	HU	26	24	42	13	12	54	53
	IE	57	61	76	41	51	69	65
	IL	55	58	67	35	43	–	–
	IT	34	33	40	12	24	34	34
	JP	37	38	72	24	29	–	–
	LT	36	29	46	11	47	64	64
	LU	71	76	76	49	44	65	64
	LV	28	32	42	13	42	56	55
	MK	44	42	38	31	53	–	–
	MT	69	66	55	48	37	58	54
	NL	55	63	71	50	51	49	49
	NO	63	73	82	53	50	–	–
	NZ	72	70	76	57	45	–	–
	PL	24	23	41	13	37	54	54
	PT	33	36	41	15	34	50	51
	RO	15	16	35	8	37	55	56
	RS	21	18	24	3	9	–	–
	SE	55	65	65	46	39	41	39
	SI	22	21	29	9	25	28	26
	SK	20	19	27	12	33	40	41
	UA	16	11	23	7	35	–	–
	US	51	63	75	35	44	–	–
UE		34	40	50	20	34	45	43
GLOBAL		36	41	57	23	34	45	43

Confiança nas instituições (continuação)

Total de respostas: «confio totalmente» e «confio»

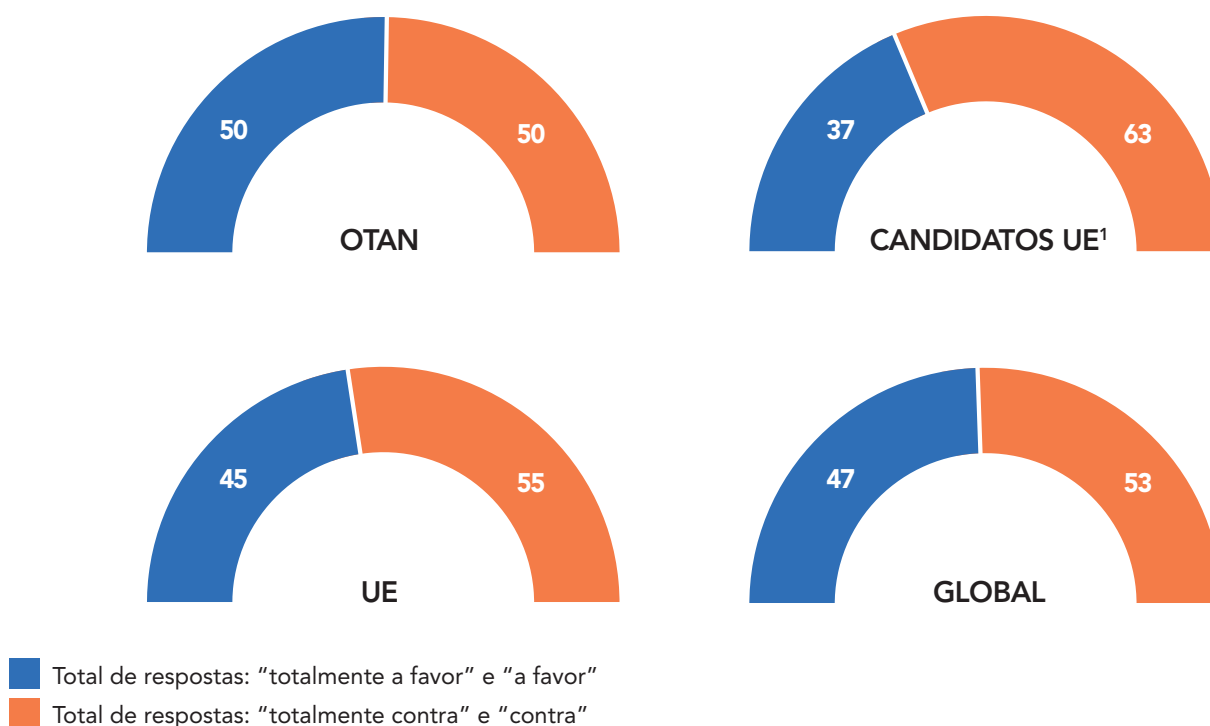
		O exército	A polícia	As escolas	Os hospitais e os profissionais da saúde	Os sindicatos	As PME	As grandes empresas	As organizações sem fins lucrativos	As autoridades religiosas
 AL	63	64	75	57	29	64	55	43	53	
 AT	56	83	77	87	63	82	29	53	20	
 AU	87	88	88	95	47	90	44	78	36	
 BA	61	59	78	73	44	67	52	55	58	
 BE	72	77	85	89	50	61	40	69	20	
 BG	59	34	65	49	26	26	42	28	28	
 BR	70	47	74	70	20	68	34	43	43	
 CA	85	85	90	91	56	89	47	82	41	
 CH	61	85	81	87	62	85	37	63	22	
 CY	64	56	71	64	43	82	47	66	54	
 CZ	73	72	80	82	60	83	49	51	20	
 DE	52	82	76	83	62	80	23	56	18	
 DK	79	87	81	89	70	44	58	79	23	
 EE	80	86	87	88	68	79	50	57	30	
 ES	57	72	70	90	25	65	26	51	18	
 FI	86	87	89	91	63	69	49	61	34	
 FR	78	78	77	87	39	86	33	69	25	
 GB	85	82	86	92	58	88	43	81	39	
 GR	65	49	60	61	12	63	22	20	33	
 HR	65	58	81	53	40	81	23	43	28	
 HU	63	57	46	64	47	71	43	43	25	
 IE	87	75	89	87	64	88	50	77	33	
 IL	90	67	78	86	64	73	45	57	34	
 IT	61	74	59	74	23	46	38	45	31	
 JP	41	65	61	81	43	72	52	35	6	
 LT	71	77	77	72	53	66	28	41	38	
 LU	67	85	72	83	65	77	32	68	19	
 LV	73	67	81	75	54	79	56	54	43	
 MK	63	61	83	65	36	68	61	46	56	
 MT	82	73	95	93	63	83	44	77	61	
 NL	75	83	89	94	66	75	46	79	27	
 NO	80	83	81	89	74	88	59	75	28	
 NZ	87	86	90	93	70	89	58	84	44	
 PL	68	57	71	60	44	73	36	58	27	
 PT	64	72	80	82	32	51	33	40	26	
 RO	66	42	56	45	24	44	40	33	26	
 RS	65	37	60	45	21	55	27	33	28	
 SE	65	76	58	81	49	78	49	64	14	
 SI	54	65	75	76	32	79	51	36	13	
 SK	57	40	61	57	57	79	29	48	31	
 UA	53	33	66	54	10	74	48	35	28	
 US	89	83	83	90	63	95	47	83	60	
UE	65	72	72	78	43	69	34	55	24	
GLOBAL	71	70	75	81	45	78	41	60	36	

INTERVENÇÃO MILITAR PARA A DEFESA DOS VALORES DEMOCRÁTICOS É IMPOPULAR

ALEX TARASCIO

O conflito sobre um dever de interferência tem persistido por décadas entre os especialistas ocidentais em política externa. Quinze anos após a invasão do Iraque, a ascensão do nacionalismo e do isolacionismo inclinou a balança em detrimento da intervenção militar, especialmente quando acontece em defesa dos valores democráticos. Diante disso, foi importante avaliar a opinião pública global sobre a decisão dos países democráticos de intervir militarmente em outros países para defender os valores democráticos. De todos os entrevistados nas 42 democracias, a maioria (53%) diz que se opõe às intervenções militares em nome da defesa dos valores democráticos.

Você é a favor ou contra a intervenção militar de países democráticos em outros países para defender os valores da democracia?



© Fondation pour l'innovation politique / International Republican Institute - 2019

Neste ponto, a opinião dos países membros da OTAN está dividida em duas forças perfeitamente iguais (50%). Os dois maiores contribuintes para a organização refletem essa divisão de opinião: a maioria dos americanos (55%) é a favor desse tipo de intervenção militar, enquanto a maioria dos alemães (56%) se opõe a ela. Entre os países membros da OTAN, o apoio a intervenções militares é majoritário, assim como nos Estados Unidos, na Albânia (74%), Portugal (64%), Dinamarca (62%), Bélgica (58%), Holanda (55%), Canadá (55%) e França (52%). Os britânicos e os luxemburgueses são divididos em duas partes iguais (50%), a favor e contra.

Na União Europeia, a opinião dos entrevistados opõe-se mais às intervenções militares (55%) do que toda a amostra (53%). 45% dos europeus continuam a favor de tais intervenções.










1. Os seguintes países estão agrupados sob este termo: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte e Sérvia.

DIVERGÊNCIAS EUROPEIAS

Entre os Estados-Membros da União Europeia, a percepção dos respondentes nos países da antiga Europa Ocidental² é mais favorável ao uso da força militar para defender valores democráticos (48% e 52% contra) nos países do antigo bloco comunista³ (37% para e 63% contra). Em oito dos 27 Estados-Membros, a maioria das opiniões é a favor do princípio da intervenção militar: em Portugal (64%), na Suécia (63%), na Dinamarca (62%), na Bélgica (58%) em Malta (56%), na Finlândia (55%), nos Países Baixos (55%) e na França (52%). Nestes mesmos países, é interessante notar que uma clara maioria dos respondentes acredita que a sua democracia interna funciona bem: 53% dos franceses, 60% dos belgas, 62% dos portugueses, 69% dos finlandeses e holandeses, 74% dos malteses, 76% dos suecos e 83% dos dinamarqueses. Com exceção de Portugal, estes países também partilham uma maior confiança em instituições, como os militares e o Parlamento, em comparação com toda a União Europeia.

Confiança nas instituições

Total de respostas: «confio totalmente” e “confio”

	Exército	Parlamento
 Bélgica	72	47
 Dinamarca	79	64
 Finlândia	86	45
 França	78	44
 Malta	82	66
 Países Baixos	75	63
 Portugal	64	36
 Suécia	65	65
 UE	65	40

© Fondation pour l'innovation politique / International Republican Institute - 2019

Por outro lado, os respondentes da Europa Ocidental são mais propensos a julgar o papel internacional dos Estados Unidos como preocupante (69%) do que os dos antigos países comunistas (43%). Eles também são mais propensos a temer o comportamento da China (42% versus 32%). Apenas a Rússia suscita o mesmo nível de preocupação entre os europeus ocidentais (61%) e os europeus orientais (63%). A temida influência desses poderes antidemocráticos é talvez uma das razões para o apoio à formação de um exército comum da União Europeia, sendo maioria no Ocidente (58%) e ainda mais forte no Oriente (63%).

Do lado dos países candidatos à União Europeia, existe a mesma oposição dos antigos estados comunistas à intervenção militar para a defesa dos valores democráticos (63%). Note-se que na Albânia, três quartos (74%) dos respondentes são a favor destas intervenções militares para fins democráticos, enquanto a maioria (81%) dos sérvios afirmam que se opõem a isso. A história recente ajuda a entender por que esses dois povos têm opiniões divergentes sobre o assunto. Tendo sido alvo dos bombardeios da OTAN durante a guerra do Kosovo em 1999, os sérvios podem reconhecer a sua experiência neste tipo de intervenção. Durante a mesma guerra, a Albânia apoiou fortemente a intervenção militar contra a Sérvia para defender os albaneses do Kosovo. A intervenção da OTAN ofereceu aos albaneses a oportunidade de perceber os benefícios de uma defesa militar dos valores democráticos. No entanto, qualquer que seja a grandeza de suas motivações, uma intervenção militar gera vitoriosos e vencidos. Os resultados da nossa pesquisa mostram que o ressentimento pode durar muito depois do fim do conflito, mesmo que a causa da intervenção possa ser julgada justa.

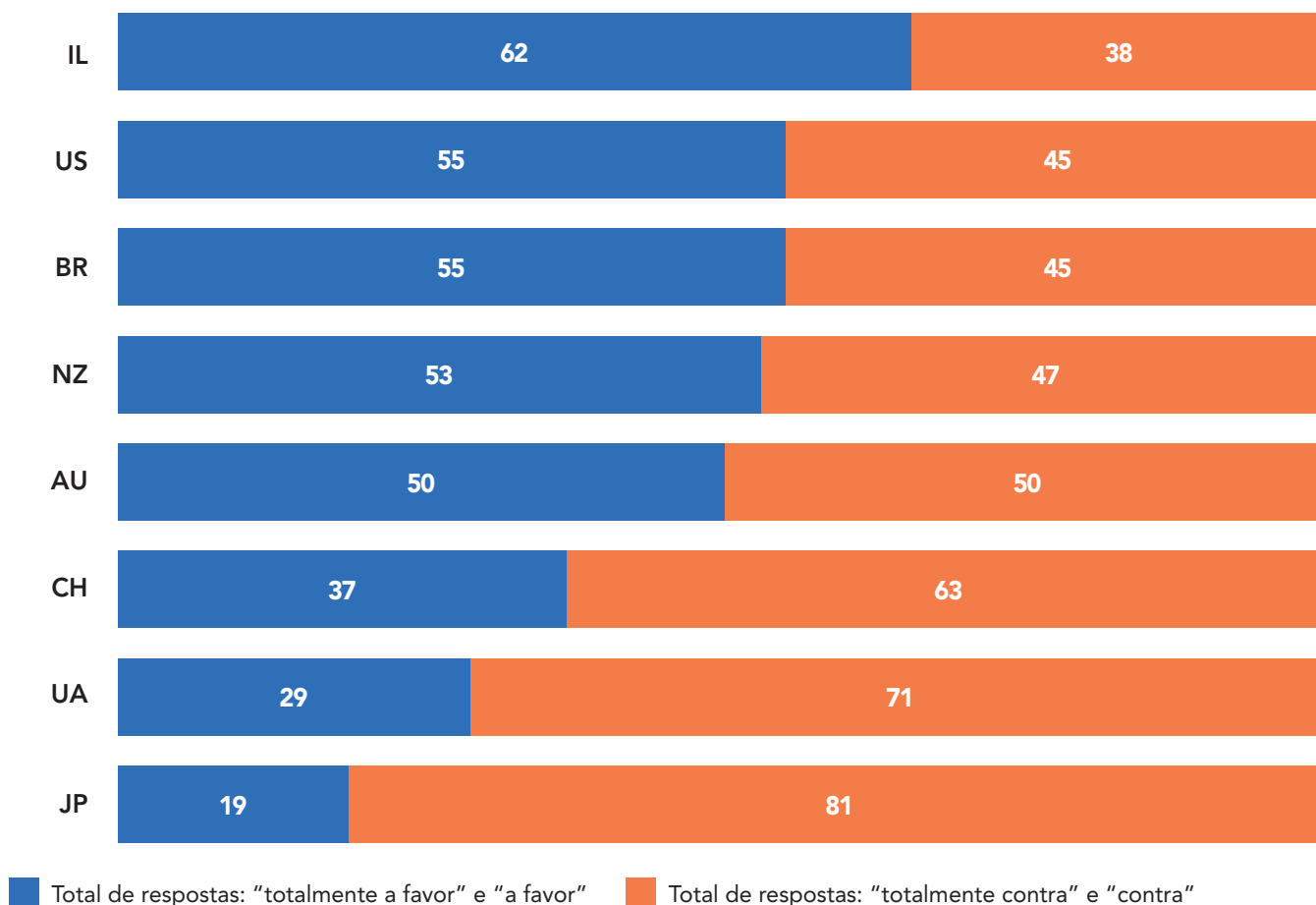
2. São agrupados sob esse termo os seguintes países: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia.

3. São agrupados sob esse termo os seguintes países: Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polónia, República Tcheca, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

O PAPEL DA HISTÓRIA NO APOIO AO INTERVENCIONISMO MILITAR DE PAÍSES DEMOCRÁTICOS

De forma geral, a história de um país e sua cultura militar podem explicar parcialmente o estado de opinião sobre esse tipo de intervenção. Isto é visto na situação das democracias que não são membros da União Europeia nem membros da OTAN.

Você é a favor ou contra a intervenção militar de países democráticos em outros países para defender os valores da democracia?



© Fondation pour l'innovation politique / International Republican Institute - 2019

O antimilitarismo do Japão, promulgado em sua Constituição adotada após a Segunda Guerra Mundial, reflete-se na forte oposição (81%) a uma intervenção militar. Este alto nível de rejeição coloca os japoneses ao lado dos sérvios (81%) como as duas populações mais opostas a este tipo de intervenção. Mais surpreendente é a situação na Ucrânia, onde três quartos dos entrevistados (71%) se opõem à ideia de intervenção militar pela democracia. A relação de confronto com a Rússia vizinha e a guerra na região de Donbass poderiam sugerir que os ucranianos contassem com forte apoio da parte democrática do mundo. Finalmente, talvez seja necessário explicar a poderosa adesão dos israelenses (62%) a tais intervenções militares pela relação que a população mantém com seu exército: uma imensa maioria dos israelenses responde que confia no exército (90%) e mais da metade deles diz que "confia totalmente" (52%, 31 pontos a mais do que a média geral que é de 21%) no exército.

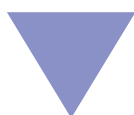


FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

Apoie a nossa Fundação

Enviar para:
Fondation pour
l'innovation politique
11, rue de Grenelle
75007 Paris

Contato:
Anne Flambert
Responsable
administratif
et financier
+33 (0)147536709



anne.flambert@fondapol.org

O debate público precisa da Fondation pour l'innovation politique e a Fondation precisa de você !

Eu ajudo a Fondation pour l'innovation politique com uma contribuição de:

- 100 € 500 € 1 000 € 5 000 €
 10 000 € 50 000 € Outro valor €

Eu faço uma doação:

- Como pessoa física
 Como pessoa jurídica (nome da pessoa jurídica):

Destinatário do recibo:

Endereço completo:

CEP: Cidade:

Cheque para a Fondation pour l'innovation politique
Transferência bancária em (data):

para a conta bancária da Fondation pour l'innovation politique, no banco *Caisse des dépôts et consignations*: IBAN: FR77 4003 1000 0100 0029 9345 Z16
BIC: CDCGFRPPXXX

Regime fiscal de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas com residência fiscal na França

Reconhecida como entidade de utilidade pública por decreto datado de 14 de Abril de 2004, a Fondation pour l'innovation politique pode receber doações de indivíduos e empresas.

Relativamente aos pagamentos efetuados:

- Os contribuintes beneficiam-se de uma redução do imposto de renda de 66%, no limite de 20% da renda tributável (art. 200-1 do CGI) e/ou, em função do IFI, de uma redução de 75% até um máximo de 50 000 euros.

- As empresas sujeitas ao imposto de renda ou ao imposto sobre as sociedades beneficiam-se de uma redução de imposto de 60% dentro do limite de 10.000 euros ou 0,5% do faturamento líquido quando este último for superior (art. 238bis do CGI), com possibilidade de extensão para os cinco anos seguintes caso a dedução ultrapasse o limiar.



UM ESTUDO PLANETÁRIO

42 PAÍSES, 33 IDIOMAS, 36 395 ENTREVISTADOS

Realizado pela Fondation pour l'innovation politique
e o International Republican Institute
com a participação do República do Amanhã



Nossa pesquisa sobre o estado da opinião em 42 democracias revela que:

- O apego às liberdades públicas é unânime
- As sociedades são tolerantes
- A democracia ainda é o melhor sistema, porém...
- O apoio à democracia representativa ainda é majoritário, mas os cidadãos perderam a confiança nos poderes eleitos
- A legitimidade do sufrágio universal não é mais incontestada
- O aborto é majoritariamente aceito, porém suscita resistências morais
- O mundo democrático é favorável à pena de morte
- A renovação geracional pode causar um desgaste dos valores democráticos
- O Islã preocupa
- A ideia de acolher refugiados é aceita em princípio mas rejeitada na prática
- As pessoas entrevistadas estão satisfeitas com seu nível de vida mas consideram que seu modo de viver no seu país está ameaçado
- As instituições de segurança pública (polícia, exército...) recebem um forte apoio
- Existe uma demanda por autoridade
- As sociedades democráticas preferem mais ordem, ainda que resulte em menos liberdade
- Internet e as redes sociais, entre a possibilidade de se informar por si mesmo, de se expressar mais livremente, e o risco de manipulação
- As descobertas científicas e tecnológicas são vistas como progresso
- Os gigantes do setor digital, Google, Amazon, Apple e Microsoft, são populares, mas Facebook muito menos
- Diferentemente da Rússia, a China e os Estados Unidos são considerados como potências influentes
- Os europeus estão a favor de uma gestão da imigração a nível da União Europeia
- Frente aos novos perigos, os europeus aprovam a ideia de um exército comum
- O apego ao Euro limita o avanço populista na Europa
- Na maioria das 42 democracias da pesquisa, a globalização é vista como uma oportunidade mais do que uma ameaça...

Todos os resultados estão disponíveis nos sites
fondapol.org, iri.org e republicadoamanha.org

